



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**PROCESSOS SOCIOTERRITORIAIS DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR:
ocupação das faixas de domínio da união às margens da BR-364 pelos Agricultores
Familiars no Sudoeste de Goiás**

Jesiel Souza Silva
Tese de Doutorado

Brasília-DF
Abril/2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**PROCESSOS SOCIOTERRITORIAIS DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR:
ocupação das faixas de domínio da união às margens da BR-364 pelos Agricultores
Familiars no Sudoeste de Goiás**

Jesiel Souza Silva

Orientadora: Dr^a. Marília Luíza Peluso

Tese de Doutorado
Brasília-DF: Abril / 2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**PROCESSOS SÓCIOTERRITORIAIS DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR:
ocupação das faixas de domínio da união às margens da BR-364 pelos Agricultores
Familiars no Sudoeste de Goiás**

Jesiel Souza Silva

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, linha de pesquisa Produção do Espaço e Território Nacional.

Aprovado por:

Marília Luíza Peluso, Doutora (Universidade de Brasília)
(Orientador)

Janaína Deane Abreu de Sá Diniz – Doutora (FUP-UnB)
(Examinador Externo)

Luiza Ferreira Rezende de Medeiros - Doutora (IF Goiano)
(Examinador Externo)

Cristina Maria Costa Leite - Doutora (Unb-GEA)
(Examinador Interno)

João Mendes da Rocha Neto – Doutor (MOG-DF)
(Examinador Externo)

Juscelino Eudâmidas Bezerra – Doutor (Unb-GEA)
(Suplente)

Brasília-DF, 06 de Abril de 2017

Sp Silva, Jesiel Souza
 PROCESSOS SOCIOTERRITORIAIS DA PEQUENA PRODUÇÃO
FAMILIAR: ocupação das faixas de domínio da união às
margens da BR-364 pelos Agricultores Familiares no
Sudoeste de Goiás / Jesiel Souza Silva; orientador
Marília Luíza Peluso. -- Brasília, 2017.
 338 p.

 Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) --
Universidade de Brasília, 2017.

 1. Agricultura Familiar; . 2. Modernização
Agrícola; . 3. Faixas de Domínio da União; . 4.
Pequena Produção.. I. Peluso, Marília Luíza, orient.
II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

DEDICO,

A Deus, pela serenidade em todos os momentos.

Aos meus pais, Augustinho Francisco da Silva e Juraní Rosa de Souza Silva, pelo suporte na
superação de desafios e ter me ensinado o verdadeiro sentido do trabalho.

Ao meu irmão Abimael Silva, pelo apoio integral e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela sabedoria, saúde, esperança por ter acalmado minha alma e dado força para seguir adiante. Para que esta pesquisa ocorresse, inúmeras pessoas contribuíram, de forma direta ou indireta. A elas expresso minha gratidão:

À Professora Doutora Marília Luíza Peluso, pela compreensão, confiança, incentivo, orientação e por todos os ensinamentos.

À Professora Doutora Marli Sales que orientou o início desta pesquisa, acreditando e confiando neste trabalho;

À Universidade de Brasília por seu ensino público, gratuito e de qualidade e pela formação profissional.

Aos professores Dr. Fernando Luíz Araújo Sobrinho, Dr^a. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz e Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra pela contribuição ímpar e valiosa no exame de qualificação;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília por oferecer irrestritas formas de buscar o conhecimento.

A todos os professores Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília por compartilharem seus conhecimentos.

Aos queridos companheiros de LESAER, pelos momentos de discussão e trocas de informações e apoio na coleta de dados, em especial à Aline Grigório, Joel Salustiano, Gustavo Martins Oliveira, Felipe Dantas e Karine Ribeiro.

Com muito carinho à Prof^a. Dr. Dinalva Donizete Ribeiro e Prof^a. Dr^a. Zilda de Fátima Mariano, professoras dos tempos de graduação na UFG e que influenciaram toda a minha trajetória acadêmica e profissional.

Aos camponeses, sujeitos desta pesquisa, pela disposição em fornecer informações, pela paciência e disposição em conversarem e dividirem um pouco de suas vidas.

Às amigas construídas no decorrer deste trabalho.

A todos que contribuíram para que este trabalho se realizasse.

Meus sinceros agradecimentos.

Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto.

Bernardo Fernandes Mançano, sobre a questão agrária.

RESUMO

Desde a colonização, a pequena produção familiar foi empurrada para as franjas dos latifúndios, ficando à margem do processo de produção agrícola. Este tipo de produção enfrentou ao longo do tempo sérios problemas socioeconômicos, sendo negado por muito tempo o direito a terra para trabalhar e produzir, fazendo com que parte considerável ingressasse na luta pela terra. Dados revelam que na microrregião do Sudoeste de Goiás, a territorialização da grande produção se deu provocando a exclusão de uma parcela significativa da população rural. Este trabalho tem como objetivo entender os diversos processos sócioterritoriais que ocorreram na microrregião sudoeste de Goiás e a ocupação marginal dos agricultores familiares na área de domínio da União, às margens da BR-364 nos municípios de Jataí e Mineiros. Para isso utilizou-se da metodologia qualitativa com pesquisa bibliográfica, em teses, livros, artigos e dissertações; levantamentos de dados de campo, per meio da observação direta e entrevistas nas Unidades de Produção Familiar; e, dados secundários, pelas diversas plataformas institucionais e de outras entidades, a fim de responder aos questionamentos da pesquisa. As transformações ocorridas no território da microrregião Sudoeste de Goiás evidenciam a intensidade das modificações após a agroindustrialização ocorrida com instalação dos Complexos Agroindustriais. São resultados da intensificação da modernização agrícola e tecnificação do campo na microrregião, que por meio das políticas públicas privilegiou o grande produtor, sendo incapaz de atender às camadas de pequenos agricultores, que foram expulsos do campo e tiveram que desenvolver estratégias para sua reprodução, como a ocupação de terras marginais às margens das rodovias. Evidenciou-se que esta é uma ocupação bem antiga e que parte considerável destes agricultores vive em situações de vulnerabilidade socioeconômica e utiliza a mão de obra familiar nos seus cultivos ou criações. Estas faixas são utilizadas como terra para trabalho e moradia de agricultores. A mobilidade espacial que a caracteriza como agricultura itinerante, faz com que os deslocamentos por outras faixas de terras sejam constantes, assinalando este tipo de ocupação precária da terra. Em todas as Unidades de Produção Familiar pesquisadas, a maior parte da renda, que é baixa, vem da produção dentro das unidades produtivas, seja ela agrícola ou não agrícola.

Palavras-Chaves: Agricultura Familiar; Modernização Agrícola; Faixas de Domínio da União; Pequena Produção.

ABSTRACT

Since the colonization, the small family production has been pushed to the fringes of the latifundia, being left to the margin of the agricultural production process. This type of production has, over time, faced serious socioeconomic problems, and the right to land to work and produce has long been denied, leading to a considerable part of the struggle for land. Data show that in the micro region of the Southwest of Goiás, the territorialization of the large production occurred causing the exclusion of a significant portion of the rural population. This work aims to understand the socio-territorial processes that occurred in the southwestern micro region of Goiás and the marginal occupation of family farmers in the area of the Union, on the banks of BR-364 in the municipalities of Jataí and Mineiros. For that, we used the qualitative methodology with bibliographic research, in theses, books, articles and dissertations; Surveys of field data, through direct observation and interviews in the Family Production Units; And, secondary data, by the various institutional platforms and other entities, in order to answer the research questions. The transformations that occurred in the territory of the southwestern region of Goiás show the intensity of the changes after agroindustrialization occurred with the installation of Agroindustrial Complexes. These are results of the intensification of the agricultural modernization and field technification in the microregion, which through public policies privileged the great producer, being unable to attend to the layers of small farmers, who were expelled from the field and had to develop strategies for their reproduction, as The occupation of marginal lands along the roadsides. It has been shown that this is a very old occupation and that a considerable part of these farmers live in situations of socio-economic vulnerability and uses the family labor in their crops or creations. These banners are used as land for labor and housing for farmers. The spatial mobility that characterizes it as itinerant agriculture, makes the displacements by other lands of land are constant, signaling this type of precarious land occupation. In all of the Family Production Units surveyed, most of the income, which is low, comes from production within the productive units, whether agricultural or non-agricultural.

Key-words: Family Agriculture; Agricultural Modernization; Union Domain Range; Small Production;

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xvii
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
1. O CAMPESINATO REVISITADO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	10
1.1. Discussão sobre a condição camponesa no Brasil.....	10
1.1.1. Breves abordagens clássicas sobre campesinato.....	10
1.1.2. Debate atual do termo camponês.....	13
1.1.3. Paradigmas: o capitalismo no campo e a questão agrária.....	16
1.2. A Questão Agrária e a luta pela terra no Brasil.....	26
1.2.1. Questão Agrária no Brasil e a formação da pequena produção.....	26
1.2.2. Os movimentos sociais e a luta pela terra no Brasil.....	35
1.2.3. A Reforma Agrária e a distribuição de terras no Brasil.....	41
2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	52
2.1. Definições, critérios e classificações da Agricultura Familiar.....	52
2.2. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Demográfico de 2006.....	57
2.3. As estratégias de reprodução da Agricultura Familiar.....	64
2.4. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.....	69
2.4.1. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	71
2.4.2. Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.....	73
2.4.3. Programas de Comercialização Institucional.....	74
3. MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A TERRITORIALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	78
3.1. A modernização agrícola e a Pequena Produção no Brasil.....	78
3.2. A modernização agrícola no Cerrado.....	83
3.3. A expansão da modernização agropecuária no Estado de Goiás.....	89
3.4. Impactos Socioambientais da Modernização Agrícola.....	94
3.5. Territorialidade da Agricultura Familiar.....	99

3.6. As Faixas de Domínio da União: definições.....	103
PARTE 2 - METODOLOGIA E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA.....	107
4. METODOLÓGIA PARA O ESTUDO COM PEQUENOS AGRICULTORES.....	107
4.1. Abordagem metodológica, Delimitação do Tema e Objeto de Estudo.....	107
4.2. Procedimentos de pesquisa e ferramentas de coleta de dados: limites e dificuldades da pesquisa.....	111
4.3. Instrumentos e técnicas de tabulação e análise de dados.....	119
5. DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA...	122
5.1. Delimitação da área de estudo.....	122
5.2. Múltiplas formas de ocupação da faixa de domínio da União.....	127
5.2. A ocupação e a tecnificação do campo no Sudoeste de Goiás.....	132
5.2.1. O Estado como fomentador da modernização agropecuária na região sudoeste do Estado de Goiás.....	137
5.2.2. O sulista como agente da modernização agrícola.....	141
5.3. As cidades do agronegócio goiano a partir da tecnificação do campo.....	143
5.4. O Complexo Agroindustrial de grãos e a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO).....	147
5.5. O Complexo Agroindustrial da Carne e a territorialização da BRF Brasil na região sudoeste do Estado de Goiás.....	151
5.6. A Constituição do Complexo Agroindustrial Sucroenergético na região sudoeste do Estado de Goiás.....	154
5.7. Os problemas ambientais Advindos do modelo agrário/agrícola brasileiro.....	156
5.8. As transformações nas relações sociais de trabalho.....	160
5.9. Aumento do preço das terras e disputas territoriais dos CAIs no Sudoeste de Goiás.....	163
5.10. Reconfiguração da microrregião do Sudoeste de Goiás e logística regional.....	167
5.11. Agricultura Familiar e os assentamentos rurais no Sudoeste de Goiás....	174
PARTE III - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	180
6. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DO TRABALHO NA FAIXA DE DOMÍNIO DA UNIÃO.....	180

6.1. Caracterização e organização espacial das Unidades de Produção Familiares.....	180
6.2. Origem dos Agricultores: processo contínuo de migração camponesa.....	190
6.3. Práticas e processo produtivo na construção dos espaços de vida e produção	210
6.4. Organização do trabalho na esfera doméstica e produtiva de famílias agricultores às margens da BR-364	220
7. PRÁTICAS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NA FAIXA DE DOMÍNIO DA UNIÃO.....	228
7.1. A forma de organização da produção nas Unidades de Produção Familiares.....	228
7.2. Estratégias de resistência na reprodução camponesa.....	237
7.3. A composição da renda na sobrevivência dos sujeitos das áreas lindeiras...	245
7.4. Autoconsumo, as relações com a grande produção e os canais de comercialização.....	246
CONCLUSÕES.....	266
REFERÊNCIAS.....	272
APÊNDICES.....	297
ANEXOS.....	303

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Traçado da rodovia BR-364 nos municípios de Jataí e Mineiros, Go....	05
FIGURA 2 - Classificação dos agricultores familiares.....	54
FIGURA 3 - Faixa de domínio da União.....	104
FIGURA 4 - Rodovias federais diagonais do Brasil.....	122
FIGURA 5 - Microrregião sudoeste do Estado de Goiás.....	124
FIGURA 6 - Uso e cobertura da terra na microrregião do sudeste do Estado de Goiás.....	126
FIGURA 7 - Ocupação da grande produção nas faixas de domínio da União na rodovia BR-364.....	128
FIGURA 8 - Formas de ocupação das margens da BR-364, em Mineiros, GO	129
FIGURA 9- Formas de ocupação das margens da BR-364, em Jataí, Go.....	129
FIGURA 10 - Abertura de áreas - BR-364, em Jataí-GO.....	129
FIGURA 11 - - Abertura de áreas - BR-364, em Jataí-GO.....	129
FIGURA 12 - Ocupação pecuária- BR-364, em Jataí-GO.....	130
FIGURA 13 - Ocupação pecuária- BR-364, em Jataí-GO	130
FIGURA 14 - Produção de quiabo –BR-364.....	130
FIGURA 15 - Produção de abóbora – BR-364.....	130
FIGURA 16 - Ocupação na área urbana e de expansão urbana de Mineiros-GO....	131
FIGURA 17 - Densidade demográfica do Estado de Goiás e dos municípios de Jatai, Mineiros e Rio Verde – período 1996-2010.....	146
FIGURA 18 - Unidades produtoras de etanol e açúcar na região sudoeste de Goiás nas safras 2003/2004 a 2013/2014.....	155
FIGURA 19 - Voçoroca Chitolina.....	158
FIGURA 20 - Formação de areais no Sudoeste de Goiás.....	160
FIGURA 21 - Desmatamento no Sudoeste de Goiás.....	160
FIGURA 22 - Área colhida de arroz, feijão e trigo na região sudoeste do Estado de Goiás.....	161
FIGURA 23 - - Ocupação pela pequena produção.....	181
FIGURA 24 - - Ocupação pela pequena produção.....	181
FIGURA 25 - Abertura de áreas às margens da BR-364, em Mineiros, GO.....	181

FIGURA 26 - Abertura de áreas às margens da BR-364, em Jataí, GO.....	181
FIGURA 27 - Unidades Produtivas Familiares nas Faixas de Domínio em Municípios de Jataí e Mineiros-GO.....	182
FIGURA 28 - Ocupação às margens da rodovia BR-364 nos Municípios de Jataí e Mineiros-GO.....	186
FIGURA 29 - Formas de ocupação da pequena e grande produção nas faixas de domínio da União.....	188
FIGURA 30 - Ocupação de área pela pequena produção.....	186
FIGURA 31 - Disponibilidade de água á beira da rodovia.....	188
FIGURA 32 - Origem dos agricultores entrevistados por região.....	190
FIGURA 33 - Famílias que já ficaram acampadas na região.....	193
FIGURA 34 - Acampamentos ativos e desativados na rodovia BR-364 nos Municípios de Jataí e Mineiros-GO.....	201
FIGURA 35 - Acampamento na rodovia BR-364.....	202
FIGURA 36 - Acampamento na rodovia BR-364.....	202
FIGURA 37 - Antigo acampamento de Reforma Agrária.....	203
FIGURA 38 - Antigo acampamento de Reforma Agrária.....	203
FIGURA 39 Unidade Produção Familiar à venda às margens da BR-364.....	208
FIGURA 40 - Tempo de ocupação das áreas pelas famílias.....	209
FIGURA 41 - O processo produtivo nas Faixas da União pelos Agricultores Familiares.....	210
FIGURA 42 - Prática da queimada da área à margem da rodovia BR-364.....	213
FIGURA 43 - Residências na Faixa da União.....	214
FIGURA 44 - Residências na Faixa da União.....	214
FIGURA 45 - Residências na Faixa da União.....	214
FIGURA 46 - Residências na Faixa da União.....	214
FIGURA 47 - Agricultor lavrando a terra.....	215
FIGURA 48 - Agricultor lavrando a terra.....	215
FIGURA 49 - Resíduos agropecuários.....	216
FIGURA 50 - Resíduos agropecuários.....	216
FIGURA 51 - Agricultor utilizando água do riacho.....	219
FIGURA 52 - Agricultor utilizando água do riacho.....	219

FIGURA 53 - Mão de obra nas UPFs.....	221
FIGURA 54 - Sexo dos entrevistados.....	223
FIGURA 55 - Atividades desenvolvidas nas Unidades de Produção Familiar.....	229
FIGURA 56 - Plantação de hortaliças, Jataí-GO.....	230
FIGURA 57 - Plantação de hortaliças, Jataí-GO.....	230
FIGURA 58 - Plantação de hortaliças, rodovia BR-364.....	231
FIGURA 59 - Plantação de milho, rodovia BR-364, em Mineiros, GO.....	231
FIGURA 60 - Principais criações nas Unidades de Produção Familiar.....	235
FIGURA 61 - Galinheiro na Faixa da União.....	235
FIGURA 62 - Chiqueiro na Faixa da União.....	235
FIGURA 63 - Área com produção de milho.....	241
FIGURA 64 - Área colhida de milho com a introdução de gado.....	241
FIGURA 65 - Produção alimentar, rodovia BR-364, Jataí, GO.....	251
FIGURA 66 - Produção alimentar, rodovia BR-364, Mineiros, GO.....	251
FIGURA 67 - Circuito de produção, distribuição e consumo dos agricultores nas faixas de domínio da União.....	255
FIGURA 68 - Formas de comercialização da produção nas Faixas de Domínio da União.....	257
FIGURA 69 – Feira Agroecológica, Mineiros, Goiás.....	259
FIGURA 70 – Feiras livres em Jataí e Mineiros.....	

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos rural.....	58
TABELA 2 - Participação da agricultura alimentar na produção, 2006.....	60
TABELA 3 - Área (em ha) e quantidade colhida (em ton) de produtos selecionados, 1985, 1995/96 e 2006.....	61
TABELA 4 - Estabelecimentos agropecuários familiares, Brasil 2006, segundo tipologia.....	61
TABELA 5- Principais culturas temporárias em 2007.....	93
TABELA 6 - População (2015) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do sudoeste do Estado de Goiás (1991-2010).....	125
TABELA 7- População, densidade demográfica e taxa de crescimento.....	136
TABELA 8 - Dados demográficos de Jataí, Mineiros e Rio Verde-GO.....	145
TABELA 9 - Preços médios de terras destinadas à exploração agrícola e pecuária – GO.....	165
TABELA 10 - Municípios goianos: <i>ranking</i> de produção dos principais produtos agrícolas – 2014.....	168
TABELA 11 - Goiás: número de área dos estabelecimentos.....	174
TABELA 12 - Tabela 12 – Goiás: área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.....	175
TABELA 13 - Goiás: área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.....	175
TABELA 14 - Assentamentos de Reforma Agrária em Jataí, Mineiros e Rio Verde-GO.....	178
TABELA 15 - Membros das famílias nas Unidades de Produção Familiares.....	183
TABELA 16 - Acampamentos existentes nos municípios de Jataí e Mineiros, Estado de Goiás.....	203
TABELA 17 - Frequencia da produção agrícola encontrada nas Unidades de Produção Familiar.....	232
TABELA 18 - Plantas medicinais cultivadas nas Unidades de Produção Familiar.....	236
TABELA 19 - Feiras Livres em Jataí e Mineiros-GO.....	260

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACAR-GO - Associação de Crédito e de Assistência Rural
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAI - Complexo Agroindustrial
CEP/UnB - Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UnB
CF - Constituição Federal
COMIGO - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
COMIVA - Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERMIN - Cooperativa Mista de Agricultores e Agricultoras de Mineiros e Região
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CTC- Centro Tecnológico Comigo
CTG - Centro de Tradições Gaúchas
CPEU - Contrato de Permissão Especial de Uso
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DER/PR - Departamento de Estrada e Rodagem do Estado do Paraná
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNTR/CUT - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGOPA - Empresa Agropecuária do Estado de Goiás
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBC - Fundação Brasil Central
FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste

FETAEG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de Goiás
FETRAF - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIMES - Centro Universitário de Mineiros
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOMENTAR - Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
GEE - Gases de Efeito Estufa
GO - Estado de Goiás
IAA - Instituto do Alcool e do Açúcar
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICAR - Igreja Católica Apostólica Romana
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMB - Instituto Mauro Borges
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social
MEC - Ministério da Educação
MLT - Movimento de Luta pela Terra
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPF - Ministério Público Federal
MPT - Ministério Público do Trabalho
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL - Movimento Terra Trabalho e Liberdade
TEM - Ministério do Trabalho e Emprego
NEAD/MDA - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário
OMC - Organização Mundial do Comércio

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAM - Produção Agrícola Municipal
PC - Polícia Civil
PIB - Produto Interno Bruto
PIL - Plano de Investimento em Logística
PF - Polícia Federal
PM - Polícia Militar
PNA - Plano Nacional de Agroenergia
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLT – Plano Nacional de Logística e Transportes
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRF - Polícia Rodoviária Federal
PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODUZIR - Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
SEPIN - Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas
SEGPLAN/GO - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás
SAF/MDA - Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SDR/MAPA - Secretaria de Desenvolvimento Rural
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIFAEG - Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás
SIFAÇÚCAR - Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDR - União Democrática Ruralista

UF - Unidade da Federação

UFG - Universidade Federal de Goiás

UEG - Universidade Estadual de Goiás

ÚNICA - União das Indústrias de Cana-de-açúcar

UNICAMP - Universidade de Campinas

UNITS - Unidade de Infraestrutura

UPFs: Unidades de Produção Familiares

ZAE - Zoneamento Agroecológico

INTRODUÇÃO

A questão da posse da terra no Brasil sempre esteve presente no cenário político nacional, instalada no período colonial desde as capitânicas hereditárias e sesmarias, passando pelos ciclos da cana-de-açúcar, mineração, café, pecuária, borracha, dentre outros, até os dias de hoje (MATTEI, 2012), cujos produtos se destinavam à exportação. Esse caráter agroexportador levou a produção de alimentos pelos agricultores de base familiar a ocupar as áreas marginais do latifúndio e, depois, em anos recentes, do agronegócio brasileiro.

Dentro do universo rural brasileiro de diferentes produções e problemáticas, destacamos o modelo de desenvolvimento agropecuário implantado na região do cerrado, no Centro-Oeste, que desconsidera as relações ecológicas em todas as suas dimensões. As consequências atingem diretamente o agricultor familiar que depende não apenas do acesso à terra, mas de toda uma interação com seu entorno, seja de ordem natural ou política e social como infraestrutura e acesso a mercados. O desequilíbrio que envolve diversas variáveis causou a exclusão do homem do campo e a expulsão de muitas famílias das áreas rurais, acelerando o processo de migração campo-cidade.

O intenso processo de modernização da agricultura no cerrado brasileiro causou, e continua causando, profundas transformações, sobretudo em relação às mudanças ambientais e sociais, destacando-se as perdas e/ou empobrecimento do solo, o êxodo rural, concentração de renda e muitos outros problemas de caráter urbano e rural (PEDROSO, 2005).

O espaço agrário goiano foi objeto de várias políticas públicas de fomento à grande produção agropecuária de grãos, carne e sucoenergética. Entretanto, as populações rurais, sobretudo os agricultores familiares, mesmo buscando novas estratégias de sobrevivência, continuam enfrentando inúmeras dificuldades para manter e comercializar suas produções.

Mesmo com o aumento da produção e o acréscimo constante de área e produtividade, tal modelo agropecuário provocou um conjunto de impactos socioterritoriais. No âmbito social, aquele modelo contribuiu para o desemprego no campo e, conseqüentemente, o êxodo rural, a partir do momento em que, na busca de maior produtividade, foram intensificadas a mecanização agrícola e a utilização de insumos externos, promovendo a liberação de mão de obra e a exclusão do pequeno produtor.

Especificamente na microrregião do Sudoeste de Goiás, o modelo modernizador da agricultura deu-se, principalmente, nas áreas planas, sobretudo nos municípios de Jataí, Rio

Verde e Mineiros. A expansão da fronteira agrícola implicou em vários processos migratórios e grande avanço das atividades agropecuárias (VALARIE et al., 2008). O entendimento da organização urbana e rural das localidades em questão passa pelo entendimento da expansão agrícola moderna na região e pela compreensão dos processos de resistência frente a esta expansão.

Pedroso (2005) afirma que, nos municípios da microrregião Sudoeste de Goiás, a agropecuária, na busca de uma maior rentabilidade, provocou profundas modificações na paisagem e na vegetação natural da região, principalmente a partir da década de 1970. Esse foi o período de instalação, nas sedes desses municípios, de grandes empresas do ramo agropecuário para a venda de equipamentos, insumos e implementos, além de empresas para comprar, vender e estocar a produção agropecuária, evidenciando a produção agropecuária como um ramo da indústria.

Conforme Santos,

podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada [...] exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas [...] por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio (2001, p. 43).

A expansão dessa agricultura científica globalizada ocorreu dentro de um processo de modernização do território. Assim, Mendonça (2004) destaca que a modernização da agricultura deve ser pensada a partir da modernização do território, ou seja, todo esse processo não seria possível sem a modernização do território: construção de infraestrutura (fixos) para viabilizar a circulação das mercadorias, pessoas e informações (fluxos). A apropriação do território pelo capital cria transformações sociais, ambientais e econômicas, de forma visível – mudança na configuração territorial – e de forma não visível, mas que estão inseridas nas relações sociais.

A configuração territorial e espacial existente no sudoeste do estado de Goiás é resultado das transformações históricas ocorridas na microrregião. A partir da produção em escala no Sudoeste de Goiás, observa-se o agravamento dos problemas socioeconômicos e ambientais mostrados por meio da concentração fundiária, do inchamento das cidades, da exclusão de grupos de pequenos agricultores das áreas-alvo da grande produção, em detrimento de grupos de médios e grandes, da intensificação das lutas sociais no campo e na cidade e do aumento da gravidade dos problemas ambientais no processo de apropriação de riqueza pelo homem.

Nesse processo de exclusão e expulsão do homem do campo, intensificou-se a luta pela terra como uma forma de resistência do agricultor familiar e camponês. Vale destacar que o presente estudo faz uso ora do termo agricultores familiares, ora do termo camponeses, considerando-os sujeitos de uma mesma classe, diferenciados pelas situações-contextos, considerando o que foi colocado por Fernandes (2008b): são diversas as tipologias para diferenciar os camponeses, desde a clássica forma de diferenciação em Lenin (1985) e Kautsky (1986) – em rico, médio e pobre –, em Bloemer (2000) – em forte, médio ou fraco –, em Fernandes (2003) – camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos –, ou ainda, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA) (1995) – agricultura familiar consolidada, de transição e periférica. Além dessas definições, neste estudo, assumem-se como definição dos termos de pequena produção familiar ou produção em pequena escala os estabelecimentos rurais de base familiar, que apresentam as menores escalas de produção, de subsistência e/ou de comercialização no mercado local, independente dos níveis tecnológicos.

São várias as estratégias adotadas por eles para manterem a sua condição de agricultores e suprirem sua necessidade de sobrevivência. Dentre elas, destaca-se a atuação na agricultura em tempo parcial pelo trabalho acessório, por exemplo, empregando-se em outra propriedade rural e aplicando o dinheiro na sua propriedade; ou por meio da pluriatividade e agricultura *part time*. Os agricultores familiares, em suas estratégias de sobrevivência, combinam atividades agropecuárias com atividades não agrícolas, dentro ou fora da sua propriedade, tanto nos ramos urbano-industriais quanto nas atividades desenvolvidas no meio rural como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais, sem necessariamente se tornarem proletários urbanos.

As transformações no espaço rural estão ligadas à própria modernização do território bem como ao processo de expansão do capital, e se apresentaram de maneira excludente, beneficiando a produção destinada à exportação. Isso tem provocado uma divisão fundiária bem delimitada: enquanto a agricultura moderna e comercial ao longo dos anos ocupou as chapadas, a agricultura tradicional e camponesa instalou-se nas bordas, vertentes e fundos de vale (MENDONÇA, 2004), e outros espaços marginais da produção agropecuária, como os das faixas nas encostas das rodovias, garantindo, assim, uma produção em pequena escala de alimentos.

Uma das áreas marginais se situa ao longo das estradas e rodovias de várias regiões brasileiras. É comum a utilização das áreas de domínio da União para explorações

agropecuárias, mostrando-se importante na produção de alimentos em pequena escala. As faixas de domínio da União que margeiam as rodovias são pequenos territórios fracionados, denominados também de beira de estrada ou faixa de domínio de terras públicas. Por certo, para muitos agricultores familiares é a única alternativa de trabalho e produção de alimentos. Contudo, é preciso entender o contexto de sua instalação e qual a contribuição dessa produção tanto para as famílias produtoras quanto para os mercados locais, quando há excedente produtivo.

Mesmo sendo uma prática muito comum e utilizada há muito tempo, essas produções agropecuárias ainda se configuram como um fenômeno pouco estudado, principalmente na literatura sobre a ocupação do campo no Brasil. No Cerrado brasileiro, destaca-se a inexistência de estudos tendo esses agricultores como sujeitos de pesquisas. Em nível de País, destacam-se os trabalhos pioneiros de Mitidiero Júnior¹ (2009, 2010a, 2010b e 2014) e Alves² (2015). Ambos os autores desenvolveram trabalhos com agricultores de beira de estrada, sobretudo no estado de Sergipe.

Contudo, fazem-se necessários estudos mais aprofundados sobre a relação entre os agricultores familiares que estão nas faixas de domínio da União e a questão agrária brasileira. É preciso discutir a concentração fundiária e os efeitos perversos da atual forma de organização da produção no campo brasileiro a partir da Revolução Verde e da modernização agrícola.

Em grande parte, as áreas de domínio da União são utilizadas pelas grandes explorações agrícolas como espaço contínuo das grandes propriedades de base agroexportadoras, rigorosamente utilizadas como extensão da grande propriedade. Porém, essas áreas também são utilizadas por agricultores familiares, sem alternativas de produção em outros espaços.

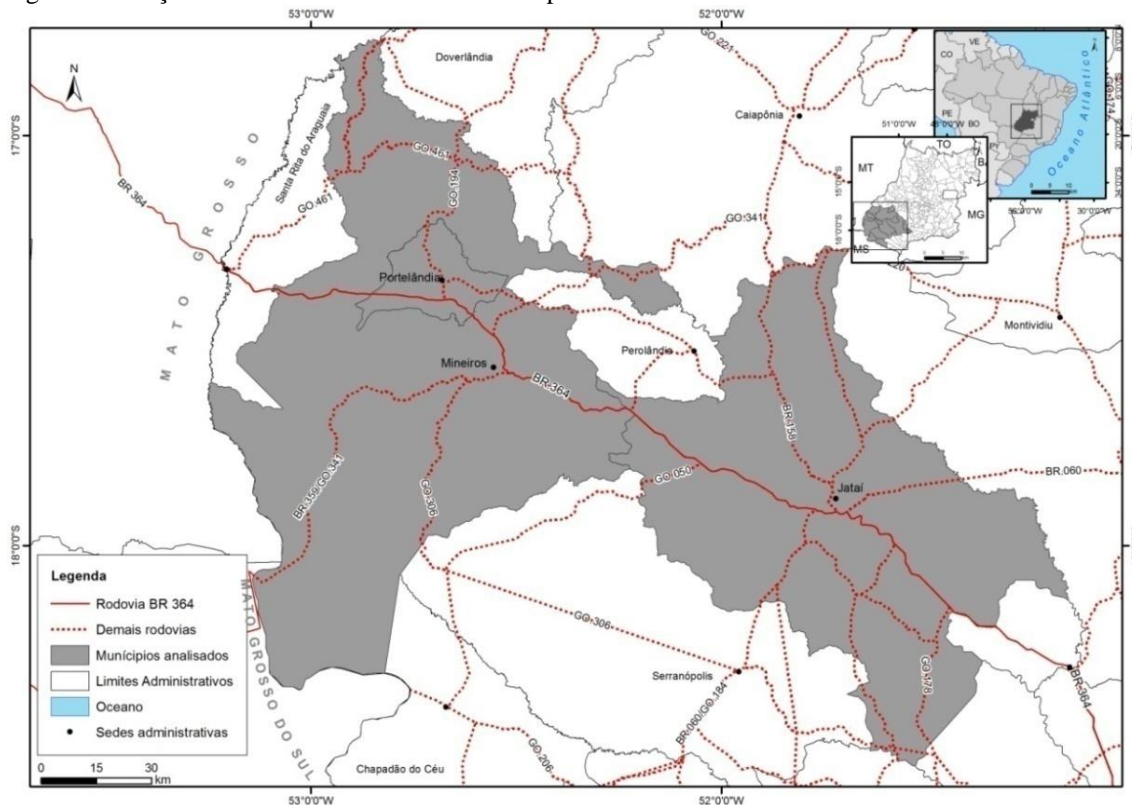
Os agricultores familiares que ocupam as terras da União, por não terem a posse da terra, são privados do acesso aos meios de produção de boa qualidade, da assistência técnica e extensão rural, das políticas de créditos e financiamento da produção, e, mesmo assim, contribuem para a oferta de alimentos que vão à mesa de parte dos moradores das cidades circunvizinhas.

¹ Ver: MITIDIERO JUNIOR, M. A. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. **Revista NERA** (UNESP), v. 16, p. 42-59, 2014.

² Ver: ALVES Renata Batista. **Agricultura de Beira de Estrada na BR 235-SE**. Aracajú, 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. – Universidade Federal de Sergipe, 2015,

A pesquisa de campo foi realizada com os agricultores familiares sem-terra que ocupam as margens da BR-364 (Figura 1), nos Municípios de Mineiros e Jataí, no Sudoeste de Goiás. Esta microrregião, a partir de meados do século XX, passou por grandes transformações com a introdução da agricultura tecnificada; a instalação do complexo de carnes, com a chegada da Perdigão – atual BRF Brasil – e, mais recentemente, com a introdução da agroindústria sucroenergética.

Figura 1 – Traçado da rodovia BR-364 nos Municípios de Jataí e Mineiros – GO



Org.: QUEIROZ JÚNIOR, V. S. 2014.

Fonte: SIEG (2014).

As margens da BR-364, em sua extensão nos municípios goianos de Jataí e Mineiros, é o recorte espacial da presente investigação, uma vez constatado por intermédio de uma pesquisa exploratória que muitos pontos do seu traçado foram ocupados para exploração agropecuária por uma população que não tem a propriedade e tampouco a posse da terra, ao lado de áreas utilizadas pela grande produção agropecuária. Não foram encontrados estudos aprofundados que tragam como foco esses sujeitos.

A relevância deste estudo dá-se pela insuficiência de dados sobre esses sujeitos em nível nacional e pela inexistência de informações sobre esses sujeitos em nível local e regional, faltando análises e levantamentos das estratégias utilizadas pelos agricultores

campeiros situados às margens da BR-364, entre os municípios goianos de Jataí e Mineiros. É necessário conhecer seu processo produtivo, organização do trabalho e da produção, o que produzem, como e onde comercializam e as dificuldades encontradas nessa prática; as atividades realizadas além do trabalho na produção.

A problemática deste trabalho situa-se na questão socioeconômica em que estão envolvidos os pequenos agricultores familiares, excluídos dos estudos com populações rurais e das políticas públicas, intensificando a questão social dessa população. Apesar de ser tratada como pequena produção voltada principalmente para a autossuficiência alimentar e mesmo ocupando área de forma irregular, representa um dos tipos de exploração agropecuária responsáveis pela geração de produtos alimentares que contribui para o abastecimento dos mercados agroalimentares locais, inseridos em um circuito inferior de produção, distribuição e consumo que mantém relações com um circuito moderno capitalista, sobretudo, pelas relações de trabalho.

Considerando a problemática descrita acima, este estudo parte dos seguintes questionamentos:

- a) Quem são e de onde vieram os agricultores familiares que ocupam as faixas de domínio da União na BR-364 entre os municípios de Jataí e Mineiros?
- b) De que forma os agricultores familiares utilizam a faixa de domínio da União no Sudoeste de Goiás?
- c) De que maneira os processos socioterritoriais no sudoeste de Goiás provocaram a exclusão dos agricultores familiares e camponeses, fazendo com que eles se instalassem nesses espaços marginais?
- d) Qual a contribuição da produção desses agricultores instalados nas faixas de domínios da União para a produção de alimentos das famílias e para a permanência da condição de agricultores?

O objetivo geral deste trabalho é identificar e caracterizar os sujeitos que produzem nas áreas de domínios da União às margens da BR-364 nos municípios de Jataí e Mineiros, assim como sua condição socioeconômica. Para isso, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar a forma de ocupação e de utilização destas áreas pelos agricultores familiares;

- b) compreender os processos socioterritoriais que provocaram a expulsão e exclusão das diversas formas de organização da pequena produção, fazendo-os ocupar áreas marginais;
- c) investigar a contribuição da produção agrícola nas faixas de domínios da União às margens das rodovias federais para a alimentação das famílias e para a permanência da condição de produtores familiares.

Algumas suposições foram estabelecidas para orientar a problemática de estudo, o referencial teórico e os procedimentos metodológicos da pesquisa proposta. Essas suposições referem-se aos questionamentos iniciais que foram formulados com relação ao agricultor familiar e camponês, sua unidade de produção agrícola, produção e destino dos produtos e os processos socioterritoriais que os excluíram do processo produtivo agropecuário. São elas:

- a) são agricultores familiares e camponeses sazonais, pluriativos ou part-time, que têm na ocupação das faixas de domínio da União ao longo das rodovias a opção de retorno ao campo e de acesso à terra, ocupando parcialmente seu tempo na agricultura, empregando outro tempo em atividades externas;
- b) esses agricultores marginalizados dos processos modernos de produção ocupam retalhos de áreas, não importando sua localização, e as utilizam como terra para trabalho e moradias de suas famílias, abrigando plantios de variadas culturas e para pecuária;
- c) expropriados nos processos socioterritoriais e de tecnificação do campo ocorridos na microrregião do sudoeste de Goiás, sua condição de agricultores nas faixas de domínio da União é resultado dos intensos processos de territorialização da produção em larga escala de grãos, carne e cana-de-açúcar por meio da intensificação do capital agroindustrial na microrregião do Sudoeste de Goiás;
- d) a produção dos agricultores familiares nas faixas de domínio da União é essencial para a alimentação das famílias que ocupam as áreas de domínio da União e contribui para a segurança alimentar das famílias, favorecendo o incremento da produção alimentar e tirando da terra todo o seu sustento.

Para responder a todos esses questionamentos e testar as suposições observadas, o trabalho foi dividido em temas que ajudam a compreender a presença desses agricultores nessas faixas. Além da introdução, na qual foi apresentada a contextualização, justificativa, problematização e objetivos, esta investigação apresenta outros sete capítulos.

Os capítulos 1, 2 e 3 compõem o referencial teórico. O capítulo 1 trata de uma revisão teórica à luz de vários autores sobre o campesinato, agricultura familiar e a questão agrária no Brasil. A revisitação a autores contemporâneos sobre o assunto é de fundamental importância para entender o debate atual colocado, além de desvendar as contradições na própria entrada do capitalismo no campo brasileiro, considerando as diversas discussões e proposições existentes. Para entender as variações no conceito de camponês, é preciso compreender o acúmulo de elementos históricos que passam pela própria colonização, a partir da concentração de terras e a exclusão da pequena propriedade.

O capítulo 2 trata da agricultura familiar no Brasil e as estratégias adotadas pelos agricultores familiares com o objetivo de garantir sua reprodução, como o trabalho acessório e a pluriatividade frente aos processos socioterritoriais ocorridos no Brasil com a entrada das relações capitalistas no campo.

O capítulo 3 faz uma breve discussão da modernização agrícola e suas consequências no Brasil, destacando a exclusão de parte considerável de agricultores deste processo, os impactos socioterritoriais advindos dessa modernização e conceito de faixa de Domínio da União. A dinâmica da produção agropecuária e agroindustrial é entendida a partir do estudo da modernização agrícola que marcou as transformações na técnica da agricultura brasileira.

O capítulo 4 traz uma abordagem da metodologia utilizada no trabalho: abordagem metodológica, delimitação do tema e objeto de estudo; procedimentos de pesquisa e ferramentas de coleta dos dados primários e secundários; instrumentos e técnicas de tabulação e análise de dados, enfatizando as contradições da realidade ao identificar os processos e os conflitos existentes na análise do problema.

No capítulo 5, é delimitada a área de estudo, seguida de uma caracterização do sudoeste de Goiás, destacando as diversas formas de ocupação das faixas de domínio da União, a caracterização e análise dos processos sociais, históricos e econômicos ocorridos nessa microrregião, a atuação do Estado na modernização agrícola, a seletividade da modernização do território e suas consequências na agricultura familiar.

O capítulo 6 trata da organização espacial e do trabalho nas Unidades de Produção Familiares nas faixas da União às margens da BR-364 em Jataí e Mineiros, o processo de contínua migração dos agricultores e o processo produtivo.

O capítulo 7 trata dos processos e estratégias de resistências nas áreas lindeiras, composição da renda, autoconsumo e comercialização. Esse tipo de ocupação mostra-se como

uma forma antiga de estratégia que os agricultores familiares adotaram para se reproduzirem enquanto agricultores familiares, porém com poucos estudos sobre sua organização.

A última parte traz as considerações finais a partir dos principais elementos investigados e analisados durante o trabalho, contribuindo com as principais discussões sobre a forma de reprodução da pequena agricultura familiar no sudoeste de Goiás.

1. O CAMPESINATO REVISITADO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

1.1 DISCUSSÃO SOBRE A CONDIÇÃO CAMPONESA NO BRASIL

1.1.1 Breves abordagens clássicas sobre campesinato

Para entender a questão agrária no Brasil, é preciso refletir sobre a própria condição camponesa no processo de expansão do capitalismo no campo. Tal discussão provoca verdadeiros embates dentro da Academia, em meio às entidades e nos próprios movimentos sociais de luta pela terra, evidenciando a inexistência de um consenso sobre a utilização e diferenciação – quando existente – entre os agricultores familiares e os camponeses.

Entre os principais autores clássicos que discutem a condição camponesa, é preciso fazer menção a Lenin, Karl Kautsky e Alexander Chayanov. Enquanto Lenin estudou a diferenciação social do campesinato russo a partir da introdução do trabalho assalariado, Kautsky destacou a subordinação da agricultura à indústria, em que o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado no contexto alemão. Chayanov defendeu a dinâmica não capitalista da economia camponesa na Rússia. Tais autores, historicamente, travaram divergências teóricas sobre a questão agrária e o destino do campesinato (CARNEIRO, 2009).

Padilha (2008) constata que, no marxismo, a questão agrária é apresentada no sentido estrito, a partir das relações de propriedade e de produção que estão em vigor no campo, e como um diagnóstico das estruturas sociais, entendendo o campesinato em três vias, quais sejam:

- a) uma classe em transição;
- b) uma classe que provem do feudalismo, mas que continua a existir no capitalismo; e
- c) uma classe social de transição entre as duas classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado.

Kautsky e Lenin – duas referências marxistas – defendiam que todos os setores da sociedade eram regidos pelas leis gerais do capitalismo, inclusive a produção camponesa e a agricultura familiar. Já a análise de Chayanov – representante do pensamento populista russo – considerava que a produção camponesa não seguia as leis gerais da acumulação capitalista, uma vez que não estaria nos moldes da lógica capitalista, estando, assim, preservadas das

relações produtivas que são determinadas pelo capital (EIDAM, 2014). Logo, a economia rural e as instituições camponesas resistiriam às relações capitalistas no campo.

Sobre a questão, Padilha (2008) afirma que, dentro do marxismo, Lenin (1870-1923) foi o primeiro autor a pensar – de forma mais deliberada – a questão agrária e camponesa, tendo seu pensamento influenciado inúmeras proposições de alternativa social, política, econômico e/ou cultural existentes, de diferentes naturezas e conotações. Lenin (1985), discorrendo sobre o capitalismo na Rússia, afirma que, no processo de desenvolvimento agrícola, a expropriação dos meios de trabalho do camponês faz com que ele seja forçado a vender sua força de trabalho, transformando-se em assalariado, ofertando sua mão de obra no mercado urbano ou rural e levando a extinção camponesa. Assim, era possível perceber o camponês como sujeito totalmente subordinado ao mercado e dele dependente e, portanto, vinculado ao capitalismo.

No processo de diferenciação, o camponês desapareceria, sendo substituído por novos tipos de população rural, que faria parte da burguesia rural, acumulando capital e sendo detentor dos meios de produção; ou do proletariado rural, empobrecido, vendendo sua força de trabalho, despossuído dos meios de produção. Tem-se, assim, a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário além da ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” (LENIN, 1985, p. 83).

A discussão no meio socialista consistia em compreender se era correto entender os camponeses pobres como proletários, ou se esses tinham capacidade de manter a sua condição social, considerada como entrave à passagem para o socialismo. Após fortes debates travados no seio da social-democracia alemã, surge, em 1898, a obra de Karl Kautsky, intitulada *A Questão Agrária*, que discute a posição que o partido deveria adotar diante da condição camponesa (CARNEIRO, 2009).

Kautsky (1986, p. 159), que se dispusera a elucidar o não lugar dos camponeses no capitalismo (ALMEIDA, 2009), destaca que, juntamente com o grande agricultor, “o grande capitalista é o que se encontra em melhores condições para [...] tirar partido das vantagens proporcionadas pela aliança estreita entre a agricultura e a indústria”. Kautsky não dedica a mesma atenção dada por Lenin ao trabalho assalariado, uma vez que sua obra prioriza a teorização da exploração familiar no contexto da subordinação agroindustrial, tendo como ponto central a dependência da agricultura em relação à indústria – situação em que o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado, exercendo o mesmo

papel dos trabalhadores assalariados, não desaparecendo como defendeu Lenin (CARNEIRO, 2009).

De acordo com Kautsky (1986), a divisão do trabalho agrícola modificaria as relações do camponês com o mercado, principalmente com a introdução do caráter industrial nas relações de trabalho no campo, aumentando, de modo considerável, a dependência da agricultura para com o comércio e fatores externos às propriedades.

Kautsky (1986, p. 160) considerava que a indústria capitalista dissolve aos poucos a indústria doméstica camponesa que produz para o seu próprio uso, principalmente no que tange aos alimentos, instrumentos de trabalho e suas roupas e, aos poucos, “o camponês deixa de ser, pois, senhor na sua exploração agrícola. Esta se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências devem orientar-se. O camponês se torna um operário parcial da fábrica” e, ao mesmo tempo, dependente do mercado para sua subsistência, tanto na compra de insumos para produção como na compra de alimentos que não produzem em suas propriedades. Para atender às exigências do mercado, ele aumentaria a necessidade de expansão de terras e, quando da impossibilidade de tal ação, a família camponesa se reduziria com a migração a partir do trabalho fora da propriedade.

Kautsky e Lenin não conseguiram perceber que no próprio sistema capitalista moderno, o camponês, de forma contraditória, contribui para a reprodução do capital e, mesmo de forma subordinada às relações capitalistas, ele se reproduz.

Chayanov (1985) tem seu estudo com base nas economias de produção familiares na Rússia no início do século XX. Na obra *A Organização da Unidade Econômica Camponesa*, inicialmente publicada em 1925, é feita uma caracterização do campesinato a partir da organização familiar, com uma atuação camponesa que vai além da lógica de reprodução plena capitalista. Esse autor entendeu que a força de trabalho familiar busca a satisfação das necessidades da família.

Enquanto que o ponto-chave da teoria de Lenin está na constituição do trabalho assalariado no contexto russo para a compreensão da exploração agrícola capitalista, em Chayanov há uma concepção totalmente diferente, que “defende a inexistência do trabalho assalariado como um dos fatores que assinalam a economia camponesa e sua dinâmica não capitalista” (CARNEIRO, 2009, p. 53). Chayanov (1985), diferentemente dos autores marxistas supramencionados, não concordou com o desaparecimento do camponês a partir da intensificação do modo de produção capitalista e não entendia o progresso técnico da indústria como uma ameaça para o campesinato.

O autor aponta que “preconizaram a continuidade camponesa por meio do desvendamento dos mecanismos internos de sua recriação” (ALMEIDA, 2009, p. 1). Ele não concordou com as teorias da desagregação camponesa e com a proletarização a partir da industrialização; considerava a unidade econômica camponesa como um modo de produção e não uma classe social, classificando-a como não capitalista, a partir da ausência de trabalho assalariado e pela ausência de acumulação de capital.

A tese de Chayanov (1985) tem a centralidade na relação entre o trabalho e o consumo, asseverando a permanência dos camponeses. Ele considerava como unidade camponesa aquela que não contratava mão de obra de fora externa, e, quando a contratava, era por um curto período que exigisse uma força maior. Para Souza (2012), Chayanov conseguiu captar, da teoria marxiana, elementos que a leitura realizada por Kautsky e Lenin negligenciou. Pontes (2005, p. 35) afirma que, para Marx, “a economia camponesa, [...] é uma economia mercantil: o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadorias, ou seja, M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias), tem como fim a satisfação de necessidades”.

A centralidade do discurso de Chayanov (1985) está no equilíbrio interno entre a unidade econômica produtiva e a força de trabalho familiar, em que a família é o fundamento dessa unidade. O principal objetivo de sua produção é a garantia da própria existência e reprodução enquanto unidade camponesa, que é, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo.

Portanto, mesmo considerando que as principais características da agricultura familiar ou camponesa contemporânea podem ser explicadas pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, não existe uma homogeneidade nas formas de organização produtiva agrícola, mas sim uma variação e diversidade de situações no espaço agrário brasileiro que são desvendadas e que, por vezes, os modelos de análises não dão conta de explicar a multiplicidade do agrário brasileiro.

1.1.2 Debate atual do termo camponês

De fato, é fundamental compreender o lugar do camponês no desenvolvimento das relações capitalistas de produção no campo brasileiro. Nos últimos 60 anos, são muitos os debates sobre a condição camponesa no Brasil e seu papel em um espaço agrário, onde cada vez mais é iminente a modernização agrícola. A intensificação das relações capitalistas tem

provocado várias interpretações acerca do destino e papel dos camponeses. Para Oliveira (2007, p. 8), “o estudo da agricultura brasileira sob o modo capitalista de produção tem-se caracterizado pelo debate político entre as muitas correntes de pensamento que dedicam atenção especial ao campo”.

O debate do conceito de camponês no Brasil não é recente. Foi nos anos 1950 que o termo camponês ganhou destaque no Brasil, na Academia, quando de sua afirmação como identidade em nível nacional, intensificada a partir dos debates colocados pelas Ligas Camponesas, que evidenciava a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social como frutos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008). Já para Wanderley,

A compreensão do que seja um campesinato no Brasil continua a ser objeto de um amplo debate e de acirradas disputas políticas, que envolve, entre outros, pesquisadores acadêmicos, formuladores de política e os distintos movimentos sociais (2014, p. 30).

O conceito de camponês é anterior à sua formação no Brasil, pois tem relação junto à realidade vivida na Idade Média. Já a formação do campesinato brasileiro deu-se na periferia do latifúndio e no interior de uma sociedade escravista. Porém, há significativas diferenças entre a formação dos camponeses no Brasil e na Europa.

Para entender as mais diversas transformações que vêm ocorrendo no campo, têm-se muitas interpretações que explicam tais mudanças. Oliveira entende que essas, em geral,

[...] concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção (2007, p. 8).

As discordâncias amparam na interpretação do processo, pois, para alguns, ele provoca a homogeneização, formando um operariado único em um lado e, em outro, a classe burguesa; e, para outros, sendo esse um processo contraditório, heterogêneo, produzirá incoerências no processo de expansão do assalariamento no campo, como o trabalho familiar camponês, por exemplo (OLIVEIRA, 2007).

Assim, têm-se um conjunto de autores que entende o processo com base nos seguintes aspectos:

- a) a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios;
- b) a permanência das relações feudais; e
- c) a criação e recriação do campesinato e do latifúndio (OLIVEIRA, 2007).

A primeira interpretação a partir das teorias clássicas dá-se com as concordâncias e discordâncias na interpretação do processo de generalização das relações de produção especificamente capitalista dentro da produção agropecuária, conforme os caminhos que se seguem:

- a) a destruição do campesinato se daria pela diferenciação interna causada pelas contradições de sua inserção no mercado. O camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, ficaria mais sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros e dos baixos preços dos produtos agrícolas. Tal integração com o mercado levaria a duas classes sociais distintas, a saber: 1) os camponeses ricos, que se tornariam capitalistas rurais; e 2) os camponeses pobres, que venderiam a sua força de trabalho, tornando-se proletários (OLIVEIRA, 2007);
- b) para a vertente que trata da modernização dos latifúndios, ocorreria a evolução/transformação dos latifúndios em empresas capitalistas pela introdução de máquinas e insumos modernos, aproximando os interesses dos camponeses ricos aos interesses dos latifundiários. Nesse processo, os camponeses pobres seriam transformados em proletários, de modo que as relações não capitalistas são entendidas como resíduos em vias de extinção, assim como os camponeses e os latifúndios (OLIVEIRA, 2007).

Para aqueles que tratam da permanência das relações feudais, eles consideram que os camponeses são resquícios do feudalismo, e, para o campo se desenvolver, é preciso acabar com as relações feudais ou semif feudais e ampliar o trabalho assalariado no campo, considerando o processo de separação existente na produção camponesa em função das relações capitalistas no campo e a inserção do camponês na agricultura de mercado. O camponês se endividaria em função dos baixos preços que receberia pelos seus produtos, e dos altos preços que pagaria pelos produtos industrializados, em que teria o dinheiro a juros, se endividaria, venderia a propriedade e se tornaria trabalhador assalariado. Logo, sem os meios de produção, ele se proletarizaria, ocorrendo a ação de assalariamento no campo (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Paulino (2006), para aqueles que acreditam no fim dos camponeses, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura ou mesmo a sofisticação da base técnica seria suficiente para extinguir os camponeses enquanto classe, vendo-os como agentes a serem submetidos à hegemonia política do proletariado, como uma classe sem condição de construir

um projeto político para a superação das condições de exploração e opressão imposta pelo modo de produção capitalista.

Já Fernandes (2004a) define três paradigmas nos estudos do campesinato, a saber: 1) o paradigma do fim do campesinato, que entende que os camponeses seriam superados com o desenvolvimento do capitalismo no campo; 2) o paradigma do fim do fim do campesinato, que acredita que os agricultores se mantêm e se reproduzem pelas estratégias de resistência às relações capitalistas no campo; e, 3) o paradigma da metamorfose do campesinato, que entende que os camponeses se transformam em agricultores familiares – uma nova forma de organização adaptada aos tempos modernos. Para Fernandes (2004a, p. 2), este último paradigma “acredita no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo utiliza o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês”.

No Brasil, o debate atual sobre a questão agrária apresenta divergências, passando pelas correntes que partem de uma análise que considera a questão agrária fora das leis gerais da acumulação capitalista, seguindo as análises de Chayanov e as correntes que adotam a linha de Lenin e Kautsky com base na dependência da análise das leis capitalistas (EIDAM, 2014).

Alguns autores que bebem da tradição marxista, como, por exemplo, José Graziano da Silva, apoiados na teoria de Lênin, consideram que os camponeses estão fadados à extinção, dando lugar a trabalhadores assalariados, portanto, proletários. Outros autores, como José de Souza Martins, por exemplo, afirmam que no interior da agricultura capitalista têm-se a permanência da agricultura camponesa (MARQUES, 2008). Assim, apesar do respeito à posição dos autores que optam pela primeira concepção, é preciso observar com atenção a última posição em consonância e partilhando do entendimento de outros estudos realizados por Teodor Shanin, José de Souza Martins, Bernardo Mançano Fernandes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez Marques, Eliane Tomiasi Paulino e José Vicente Tavares dos Santos.

1.1.3 Paradigmas: o capitalismo no campo e a questão agrária

Até final dos anos 1980, o debate acerca da permanência ou do fim do campesinato dominou o debate das vertentes teóricas do paradigma da questão agrária, que tem como

principais elementos de análise a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2008b).

A tese de doutoramento de Ricardo Abramovay (1980), intitulada *De Camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*, publicada com o título *paradigmas do capitalismo agrário em questão*, influenciou a década de 1990, tornando-se referência para a discussão da questão agrária, bem como a pesquisa com agricultores familiares no Brasil, inclusive, influenciando diretamente a utilização do termo agricultor familiar em detrimento do termo camponês. Sob um novo paradigma – o do capitalismo agrário –, esse autor defendeu que o agricultor, na utilização de recursos e, a partir de sua integração com o mercado, não era mais um camponês, mas sim, um agricultor familiar.

A leitura do problema parte da questão de que, nos países capitalistas ricos, o desenvolvimento da agricultura atingiu estágios determinados e a agricultura familiar apresentou participação significativa e se solidificou.

Abramovay se diferencia do outro paradigma clássico, que considera a predominância do trabalho assalariado, trazendo um debate sobre a diferença entre o campesinato e o agricultor familiar. O paradigma do capitalismo agrário “trouxe uma diferenciação teórica e política que tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades” (FERNANDES, 2008b, p. 11). E, ainda, trouxe também importantes contribuições para entender a questão agrária, sobretudo, quando da ênfase à participação familiar na agricultura, rompendo a visão de que o fim do campesinato seria a partir do assalariamento.

De acordo com Fernandes (2008b), para o paradigma do capitalismo agrário, a permanência ou fim do campesinato não seria o assalariamento, mas a questão seria o fim do campesinato e a permanência do agricultor familiar. Nesse sentido, a permanência ou fim do campesinato é uma questão conjuntural, pois essa “depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo” (p. 14).

Pelo paradigma do capitalismo agrário, é defendida a integração da unidade familiar com o mercado, quando entende que a “agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 2007, p. 33). Aqui se entende que, mesmo as previsões acerca do fim do campesinato não tendo se concretizado, não é viável sua manutenção em tempos contemporâneos.

Para Fernandes (2008b, p. 53), “os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário disputam com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura”, desenvolvendo a conflitualidade tanto na teoria como na realidade. O autor entende que

Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário possuem métodos diferentes e projetam visões de mundo distintas. Os métodos possibilitam que os estudiosos manipulem os elementos das realidades estudadas de acordo com suas lógicas. Estas são construídas pelas liberdades que os intelectuais possuem em escolherem seus referenciais teórico se assim construírem seus próprios pensamentos ou até de se subordinar aos pensamentos de outros cientistas (FERNANDES, 2008b, p. 13).

Adeptos à tese do fim do camponês no Brasil, Graziano da Silva (1996) e Abramovay (2007) concordam entre si de que, a partir das relações ocorridas com as transformações do campo brasileiro, o camponês foi destituído, restando apenas sua adaptação à agricultura familiar. Para Fernandes (2008b), em suas análises, Abramovay faz uso de distintos modelos analíticos para explicar a formação da agricultura familiar e sua diferenciação da agricultura camponesa, defendendo a importância da agricultura familiar e de sua atuação no desenvolvimento dos países ricos, assegurando ser um erro a busca pelos benefícios que somente uma classe possa obter no desenvolvimento da agricultura em países capitalistas avançados.

Abramovay, a partir de uma análise do desenvolvimento do capitalismo, nos países ricos, afirma que o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, por ser incompatível com tais ambientes econômicos que fazem uso de relações mercantis. Logo, as estruturas nacionais de mercado destruiriam os laços sociais, destruindo o próprio caráter camponês da organização social (FERNANDES, 2008b).

Fernandes (2008b) afirma que, para Abramovay, o problema está no campesinato e tampouco no capitalismo, invertendo o sentido dado pelo paradigma da questão agrária. Desse modo, para Abramovay, o problema não está no capital que expropria, mas no camponês que não se adequa ao capitalismo, ao ter uma integração parcial aos mercados incompletos.

Segundo Fernandes (2008b), a forma linear com que esse paradigma tem de ver o processo de desenvolvimento do capitalismo impossibilita a compreensão de sua contradição. Nele, o camponês deve vivenciar uma metamorfose do campesinato ao capitalismo, e sua única condição de permanecer como ele verdadeiramente é. Do contrário, ocorrerá sua morte. Nisso existe apenas uma diferença entre a visão de Kautsky e a de Abramovay: a maneira que

o campesinato pode acabar. De fato, têm-se uma distância enorme entre o camponês e o agricultor familiar nas análises de Abramovay.

Na prática, a questão do fim dos camponeses nem sempre tem seu término, uma vez que esses, ao invés de se proletarizarem, passam a lutar pela continuação da condição de camponeses, estando em constante luta ou pela terra ou para continuar na terra, sendo que o capital cria condições para os camponeses se reproduzirem enquanto camponeses. Tal fato encontra-se no bojo do processo combinado e contraditório do desenvolvimento capitalista, estando nessas contradições a recriação do campesinato (PAULINO, 2006).

Nesse sentido, “o capital os incorpora diferenciando, expropriando e recriando – os, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos, [...] resistindo, construindo estratégias de reprodução” (FERNANDES, 2008b, p. 17). Em suma, de acordo com Fabrini (2004), os camponeses constroem o seu lugar social por meio de suas lutas e resistências no interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, desafiando as teses que defendem seu desaparecimento.

Para Wanderley (2014), têm-se atualmente e, principalmente, no interior dos movimentos sociais a revalorização das categorias camponês e campesinato, a partir da crescente valorização das práticas agroecológicas. A autora ainda argumenta que

[...] grupos cada vez mais numerosos de camponeses se organizam, em todas as regiões, com o objetivo de afirmar a autonomia dos agricultores familiares, considerando-os portadores de uma experiência camponesa, que os torna capazes de assumir, sob outros moldes, o progresso da agricultura e do meio rural brasileiros (WANDERLEY, 2014, p. 31).

Wanderley destaca que, apesar desta heterogeneidade, é importante entender que existem no mundo rural brasileiro

[...] produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (2014, p. 31).

Esse autor ainda entende que o campesinato é uma forma social de produção, de viver e trabalhar no campo, tendo como um dos seus pilares o caráter familiar nas finalidades da atividade produtiva que, em geral, tem seu norte para as necessidades da família e a

organização do trabalho, que pressupõe a participação dos membros familiares, correspondente a um modo de vida e a uma cultura.

Em seus estudos, Martins (1990) destaca a questão da forma contraditória de reprodução do capital, a subordinação do trabalhador, a sujeição da renda ao capital e as formas não capitalistas de produção. Segundo o autor, para a reprodução e ampliação do capital, a produção não precisa necessariamente ocorrer sob o modo de produção capitalista, pois não é sempre que as forças produtivas desenvolvem-se nos estabelecimentos agrícolas; nem sempre os trabalhadores transformam-se em assalariados. Discutindo a questão agrária brasileira, ele buscou entender os camponeses e seus processos de resistências, mesmo subjulgados e sujeitados.

A produção camponesa pode ser expressa pelas relações não capitalistas de produção. Seu fortalecimento dá-se como resultado das contradições do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que cria relações extremamente capitalistas, cria também relações não capitalistas de produção, como, por exemplo, as relações camponesas de produção.

Santos (1981) também define a produção camponesa pela presença da força de trabalho familiar, que tem por característica ser um trabalho coletivo, a apropriação da terra pelo regime familiar ou de posse, a apropriação dos instrumentos de trabalho – aspectos que possibilitam a produção direta dos meios de vida, ajustados com a produção simples de mercadoria. Em concordância, Oliveira (2007, p. 40) afirma que a produção camponesa dá-se pela circulação simples de mercadorias. Nesse processo, o camponês vende para comprar. A circulação simples de mercadorias, ou seja, M (mercadorias) – D (dinheiro) – M (mercadorias), tem como fim a satisfação de necessidades.

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Santos (1981) observa que as diversas formas da reprodução subordinada do campesinato expressam o vínculo de apropriação do trabalho excedente camponês, o que implica também em uma subordinação política. Essa, por sua vez, ficou evidente ao longo dos anos. Ser camponês não representa a independência das relações capitalistas de produção e

tampouco dos fatores que as caracterizam, uma vez que estão subordinados aos diversos tipos de capital e suas relações pela sujeição da renda, do trabalho, da produção etc.

Martins (2002, apud PAULINO, 2008c) destaca uma essencial diferença entre os proletários e camponeses: o trabalho do operário somente se dá por interesse do capitalista, que estabelece uma relação de dependência, de modo que o fruto desse trabalho lhe pertença desde a origem, culminando em um trabalho que lhe é subordinado. Quanto ao trabalho camponês, esse se dá de modo inverso, pois é um trabalho independente. O que o camponês vende não é o trabalho, mas é o fruto do seu trabalho, que nasce como propriedade sua, e não como propriedade do capitalista.

Antes de tudo, o campesinato corresponde a um modo de vida a partir de um conjunto de elementos próprio dos camponeses (SHANIN, 2008). Os camponeses mostram certo equilíbrio entre o consumo e os indivíduos que trabalham e mantêm a luta pela continuação na terra, mesmo essa sendo pequena, e nela produzem a maior parte dos alimentos que os brasileiros consomem. Sobre a questão, Welch e Fernandes (2008, p. 166) apontam que a unidade camponesa é condição fundamental para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Para eles,

Compreender o campesinato como um sistema subalterno não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura e identidade, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês (WELCH E FERNANDES, 2008, p. 166).

Fabrini (2007, p. 4) considera que “os camponeses estão inseridos na dinâmica produtiva pela circulação de mercadorias, que transfere renda da terra para os setores capitalistas e não necessariamente mais-valia”, como fazem os operários das fábricas. Nas relações de troca em escala mercadológica (local, nacional, internacional), o produto do camponês é transformado em mercadoria. O autor entende que

Embora subordinados, os camponeses não estão alienados como os operários assalariados no processo formal e real de subordinação. A alienação que atinge os trabalhadores expropriados não atinge o camponês da mesma forma, pois este é conhecedor do processo de produção (FABRINI, 2007, p. 24).

O campesinato brasileiro refere-se às mais diversas formas sociais, que, além de serem pautadas na relação de trabalho familiar, têm por base diferentes modos de acesso à terra por meio do posseiro, do parceiro, do foreiro, do arrendatário, do pequeno proprietário etc. – formas que têm em comum “a centralidade do papel familiar na organização da

produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra” (MARQUES, 2008, p. 60). Assim, o campesinato brasileiro é caracterizado a partir de inúmeros *status* jurídicos, refletindo a heterogeneidade do espaço agrário brasileiro e dos diversos momentos de intensificação da luta pela terra no Brasil.

Para Marques (2008, p. 60), no Brasil, os camponeses receberam várias denominações locais próprias³, tais como: “caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul – dependendo de sua origem, se imigrante ou não”. Nesse sentido, Martins (1990) destaca que, no Brasil, o tipo social que mais se aproxima do camponês tradicional europeu é encontrado em diversas regiões do País por várias designações depreciativas, tais como: caipira, caiçara, tabaréu, caboclo etc. – denominações próprias específicas de cada região. Assim,

[...] tornou-se o *caipira*, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista este mesmo trabalhador é denominado de *caiçara*. No nordeste do país, chamam-no de *Tabaréu*. Noutras partes é conhecido como *caboclo*, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares [...] (MARTINS 1990, p. 21).

De forma antagônica, os grandes proprietários de terra também recebiam diversas designações de acordo com a região em que se localizavam, sendo “estancieiros no Sul; fazendeiros em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná; senhores de engenho no Nordeste; seringalistas no Norte. [...] passaram a ser designados como latifundiários” (MARTINS 1990, p. 21-22).

Martins (1990, p. 22) assevera a importância política presente nos conceitos camponeses e latifundiários, que refletem as lutas pela terra e os confrontos entre tais categorias e as classes sociais de longa data. Para esse autor,

[...] camponês e latifundiário — são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas o espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

³ Para Schneider (2013), pelo território brasileiro ainda é possível encontrar diversas definições para o que seria um camponês ou pequeno agricultor, como, por exemplo, colono, sitiante, morador, ribeirinho, geraiseiro ou até mesmo lavrador rural.

Para Oliveira (2007), será neste processo de reprodução simples e ampliada do camponês que se dará o processo de diferenciação interna do campesinato, que, por sua vez, explicará as diversas situações vividas pelos camponeses a partir da articulação de nove elementos estruturais da produção camponesa enumerados por Santos (1978), a saber:

- a) a força de trabalho familiar, que rege todo o processo de trabalho camponês;
- b) a ajuda mútua entre os camponeses, utilizada para suprir, em alguns períodos, a força de trabalho familiar, sobretudo pela falta de rendimentos monetários para a remuneração de trabalhadores assalariados;
- c) a parceria, que também, na decorrência de recursos financeiros, permite a contratação de um parceiro, dividindo com ele custos e ganhos. Uma ação estratégica para os pequenos camponeses;
- d) o trabalho acessório, em que o camponês transforma-se, parcialmente, em trabalhador assalariado temporário, recebendo por período de trabalho e se caracterizando como uma fonte de renda monetária importante para a unidade camponesa;
- e) a jornada de trabalho assalariada, que surge como complemento da força de trabalho familiar na unidade de produção camponesa em momentos nos quais o ciclo agrícola exige rapidez e muitos braços, e em que o camponês pode, de forma permanente, combinar a força de trabalho familiar e a assalariada;
- f) a socialização do camponês, por onde as crianças se iniciam como papéis da divisão social do trabalho nas unidades produtivas camponesas;
- g) a propriedade da terra, que, de modo diferente da propriedade privada capitalista, visa à exploração do trabalho do outro na propriedade familiar, configurando-se em terra de trabalho, não sendo instrumento de exploração; pode ser camponês proprietário, camponês-rendeiro⁴ ou camponês-posseiro⁵;
- h) a propriedade dos meios de produção (exceto a terra), que são adquiridos como mercadorias e/ou produzidos pelos próprios camponeses; e
- i) a jornada de trabalho, que geralmente não segue uma rigidez de horário diário, como na produção capitalista, e varia de acordo com a época do ano e segundo os produtos cultivados.

Altafin (2007, p. 2) afirma que, na produção camponesa, “a família ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva” e produz

⁴ Paga a renda para poder ter acesso à terra (OLIVEIRA, 2007).

⁵ Recusa-se a pagar a renda e apossar-se da terra (OLIVEIRA, 2007).

“tanto para sua subsistência como para o mercado”. A terra, o trabalho e a família formam uma tríade que compõe a racionalidade camponesa. Na terra, dá-se a relação entre a vida e o trabalho, a partir da composição e integração familiar.

Welch e Fernandes (2008, p. 166) definem o “campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente”. Para aqueles autores, a predominância do trabalho familiar é uma característica própria do campesinato e não do capital.

Para Brandão (1999, p. 43-44), as unidades camponesas são, portanto, unidades familiares onde todos os integrantes exercem algum tipo de trabalho, desde que em idade e com condições de fazê-lo:

[...] os períodos em que os filhos e filhas podem começar a ser convocados ao trabalho doméstico e dividem com os pais os encargos da reprodução da vida do grupo. [...] entre adolescentes e jovens solteiros, os filhos não apenas ajudam os pais, mas realizam com eles a plenitude do próprio trabalho; filhas beneficiam alimentos, cozinham, lavam roupas, cuidam de irmãos menores, limpam a casa e cuidam das alquimias do quintal; filhos ordenham vacas, tratam do gado, lavram a terra, semeiam, fazem à limpa, colhem e participam também dos muitos e não raros difíceis serviços de reparos de material de trabalho ou da própria residência.

Welch e Fernandes (2008, p. 166) afirmam que, enquanto o capital supera os limites de tempo e espaço para realizar a sua reprodução ampliada – o que possibilita o crescimento e a concentração para continuar crescendo –, o campesinato não promove diferentes tipos de concentração, seja fundiária, da terra, do capital ou poder. Sobre a questão, Marques (2008) destaca que a ordem social da modernidade é produzida pelo mercado capitalista, fundamentada na competição onde as categorias terras, trabalho e família são definidas de modo independente umas das outras, como se fossem explicáveis por si mesmas, de forma mecânica e automística da realidade.

Os camponeses mantêm a autonomia sobre os meios de produção e se inserem no circuito mercantil como produtores e consumidores de mercadorias, e esses, por sua vez, têm uma grande capacidade de produzir os próprios meios indispensáveis para a sua sobrevivência (PAULINO, 2006). Porém, esses não têm autonomia total, pois são dependentes de fatores externos e afetados pelas condições circunvizinhas. Assim, a autonomia camponesa manifesta-se no controle de seu tempo e espaço, diferentemente da lógica existente no capitalismo.

Almeida desvenda essa autonomia camponesa ao afirmar que essa é

[...] uma espécie de reivindicação-aspiração que se constrói no plano específico da produção. Esse fenômeno representa de uma certa forma um espaço de autonomia no interior da sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e moderna em particular; um espaço limitado e aparentemente em não expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua uma via maior de evolução para a economia e a sociedade (2001, p. 3).

Existe um conjunto de atividades coletivas entre os camponeses que são realizadas não apenas na esfera da produção coletiva e divisão do trabalho, mas em um coletivo diferente da visão tradicional, que passa pelas relações de vizinhança, que permite uma sociabilidade forjada em um pequeno círculo de famílias que vivem próximas; pela importância que a Igreja assume indicando uma relação local, lugar da socialização; pelas festas e ajuda mútua que também surgem como exemplos da territorialização camponesa; e por sua capacidade de desenvolvimento e realização de ações comunitárias e coletivas, que são caracterizadas mais por vínculos de solidariedade entre as pessoas do que por revelações políticas e ideológicas (FABRINI, 2007).

A reprodução camponesa ocorre de modo simples, repondo, por meio da produção direta ou compra a cada ciclo produtivo, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição da atividade produtiva. O camponês que alcança uma posição privilegiada com o mercado, a partir do acúmulo monetário, pode garantir a possibilidade de os filhos se reproduzirem enquanto camponeses, garantindo, assim, o processo de reprodução ampliada do campesinato (OLIVEIRA, 2007).

Wanderley (2014) demonstra que a referência de campesinato no Brasil assume duas conotações, quais sejam:

- a) o entendimento de que o campesinato corresponde às formas mais tradicionais de agricultura, em pequena escala, de poucos recursos, de pouca integração com o mercado e a cidade; e
- b) atraso social e econômico.

Desse modo, tem-se a diferença da agricultura familiar, que estaria mais integrada tanto à cidade como ao mercado. Aquela autora ainda acrescenta que, por outro lado, há o entendimento de que o termo camponês é imbricado de forte conteúdo político, repetidamente associado ao movimento camponês e severamente perseguido pelo regime militar, com o uso de outras denominações, tais como: pequenos produtores, agricultores de subsistência e produtores de baixa renda – resultado da procura de expressões mais neutras.

De acordo com Paulino (2006), nem todas as unidades produtivas familiares são unidades camponesas, uma vez que, para assim classificá-la, é preciso entender as diversas

relações envolvidas na reprodução familiar do ponto de vista social, cultural, político e econômico.

Entretanto, para Wanderley (2013), a análise da decomposição do campesinato é esvaziada quando se entende o agricultor familiar como um ator social no mundo moderno. É preciso considerar que este tipo de agricultor possui uma determinada capacidade de resistência e adaptação aos novos contextos socioeconômicos. Não se têm aí duas categorias distintas, mas sujeitos diferenciados de uma mesma classe.

Para melhor entender a atualidade do conceito de camponês e agricultura familiar no Brasil, também é preciso entender a atualidade da questão agrária e a luta pela terra e pela reforma agrária – aspectos que ajudam a elucidar a realidade agrária brasileira e a estrutura da sociedade em que estão inseridos. A questão fundiária mostra-se evidente em vários momentos da própria formação do território brasileiro, além de contribuir com o desvendar da formação da pequena produção no Brasil.

1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

1.2.1 Questão agrária no Brasil e a formação da pequena produção

Muito mais do que um problema apenas do campo, a questão agrária brasileira se tornou, com o passar do tempo, uma questão urbana. Para Martins (2011, p. 16 e 18), a questão agrária brasileira “é o pilar do que somos e do que não podemos ser [...] engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. Nesse sentido, Martins (2011) aponta a existência de um equívoco quando se entende a questão agrária apenas como um problema dos trabalhadores rurais. Esse autor avalia que

Certa pobreza de perspectiva tem sustentado a suposição [...] de que a questão da terra interessa aos trabalhadores rurais e a mais ninguém. Problema residual do passado seria resolvido com o progresso e o desenvolvimento urbano inevitáveis. Assim pensam os que não conseguem ver que no problema fundiário está o núcleo das dificuldades para que o país se modernize e se democratize (MARTINS, 2011, p. 16-17).

A discussão sobre a questão agrária brasileira tem recebido diferentes reflexões de pesquisadores e intelectuais⁶. A discussão atual do campo brasileiro passa pela percepção de

⁶ As discussões e as discordâncias nas diferenças de enfoques residem no modo como os autores analisam tal processo, pois, enquanto para alguns, no interior da produção agrícola existem relações capitalistas generalizadas, para outros, o próprio modo de produção geraria relações capitalistas e não capitalistas de produção, combinadas ou não. As relações não capitalistas de produção, criadas e recriadas pela expansão

que o capitalismo adentrou-se ao espaço agrário, atuando em todos os ramos e setores produtivos, na cidade e no campo, na indústria e na agricultura (CARNEIRO, 2009).

Para Martins (1999), a questão agrária é essencialmente histórica e, por vezes, pode se tornar uma questão partidária e política. Por muito tempo, ela se apresentou por meio de tensões religiosas e em confrontos sangrentos no Brasil. Para Martins,

[...] uma questão agrária que se torna questão religiosa, que se torna questão política, que se torna questão policial, que se torna questão militar, como aconteceu em Canudos, no Contestado e em vários outros episódios das lutas sociais no campo, incluindo episódios relativamente recentes, do tempo da ditadura. Um balanço apropriado do conflito fundiário nas últimas décadas nos revelaria que ele é apenas um subtema de conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico e a Igreja (1999, p. 99).

Martins (1999) assevera que a questão agrária tem uma importância que vai além das questões sociais e econômicas. Porém, ele considera a questão agrária brasileira uma questão estrutural, apesar de ela aparecer mais como um problema social. Afirma ainda que a questão agrária está longe de uma solução definitiva, uma vez que a sociedade perdeu as reduzidas oportunidades históricas que teve de solucioná-la.

Mesmo que o conceito de camponês esteja relacionado à Idade Média na Europa, a formação do campesinato e da pequena produção no Brasil tem suas especificidades, sendo formado “no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (MARQUES, 2008, p. 60), em uma relação de exclusão. Nessa mesma concepção, Martins (1990) afirma que o campesinato brasileiro dá-se às margens do sistema escravocrata, e sua sujeição ideológica e material posta a partir da lógica implantada pelo modelo agroexportador.

Desde o início da colonização, o modelo econômico implantado no Brasil foi pautado na propriedade instalada em extensas áreas, com latente concentração de terras, além da especialização produtiva pautada no cultivo de monocultura para exportação e o trabalho escravo – aspectos-chave para o modelo colonial.

A concentração supramencionada é resultante da questão agrária brasileira que sempre se mostrou excludente, e tem sua gênese na distribuição da terra a partir das capitânicas hereditárias – primeiro sistema administrativo instituído no Brasil pelo rei de Portugal, Dom João III, a partir de 1534. As 14 capitânicas criadas iam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Nesse sentido, foram distribuídas grandes extensões de terras a quem

capitalista no campo brasileiro, seriam o resultado da contradição do próprio modo de produção (CARNEIRO, 2009).

tivesse condições de desenvolver alguma atividade econômica (um número reduzido de pessoas), sem limite territorial estabelecido, gerando, assim, os latifúndios, com limites imprecisos.

Com base na exploração do território brasileiro, foi instituído o sistema de sesmarias, que consistia na permissão do uso das terras pelo donatário, distribuídas em lotes de terras para o sesmero, que produzia, sobretudo, cana-de-açúcar, e pagava impostos à coroa.

Tal sistema – regime de posse português, que foi transportado para as terras Brasileiras – era originalmente feudal e provinha de uma legislação de Portugal de 1375, com indícios da função social da terra, pois esta buscava redistribuir a terra a partir da identificação das terras vazias e improdutivas em razão da peste negra. Porém, ao ser adaptada e implantada na colônia, teve outro propósito, fugindo do inicial, uma vez que o território colonial brasileiro era extenso e pertencia ao Rei. A entrega da terra aos sesmeiros não implicava a propriedade da terra, mas apenas a sua posse (COVOLAN; GONZALES, 2008). Em concordância, Erthal (2000) afirma que a questão da sesmaria foi transportada para o território brasileiro, como forma de apropriação do território, sem se adaptar às especificidades do País.

O abastecimento interno de alimentos no Brasil, desde o início da colonização, foi problemático e provocou diversas tentativas de solução por parte da Coroa portuguesa. A opção pela “implantação da grande lavoura, como opção de ocupação e geradora de rendimentos para Portugal, dificultou a introdução de uma agricultura diversificada voltada para a produção de alimentos, mas não a impediu” (CORRÊA, 2012, p. 10).

Wanderley (2014) destaca que, como a grande propriedade se instalou desde a colonização, sobretudo, no litoral, formou-se um espaço vazio nas regiões mais distantes não apropriadas juridicamente, que poderiam ser ocupadas por pequenos produtores. Porém, a abundância de terras em razão da extensão territorial do Brasil “não pode ser vista simplesmente como uma variável independente e única responsável pelo nascimento e manutenção do latifúndio, mas deve ser percebida num contexto mais amplo” (ERTHAL, 2000, p. 59).

A economia colonial em terras brasileiras era mercantil e escravista e, portanto, contraditória, pois, ao mesmo tempo que produzia mercadorias por meio do trabalho escravo, essas eram encaminhadas para as economias europeias, onde o capitalismo se expandia e solidificava. A economia colonial possibilitou a presença de um restrito mercado interno, resultando somente nas áreas mais próximas dos centros urbanos o desenvolvimento de uma produção voltada ao consumo desses núcleos urbanos (CORRÊA, 2012). Porém, várias áreas

utilizadas para a produção interna eram transformadas em áreas de produção para exportação, ameaçando o abastecimento de alimentos.

Velho (2009) destaca que as *plantation*, durante boa parte da história brasileira, foram um obstáculo ao desenvolvimento de camponeses livres e que, por isso, no Brasil, se desenvolveu um campesinato marginal. Esse autor esclarece que

[...] a sua inexistência no momento da conquista e a própria pujança inicial da *plantation* não permitiram a sua presença. Alguns autores têm falado de “camponeses” no caso dos trabalhadores na *plantation*; em especial porque era comum cultivarem um pequeno pedaço de terra para o seu próprio autoconsumo, dentro ou fora dos limites da *plantation*. Todavia, o fato é que o seu trabalho principal tinha a ver com a *plantation*, submetidos ao dono da *plantation* e a uma divisão do trabalho complexa que estava longe de algo que pudesse lembrar uma produção camponesa. Mesmo os pequenos pedaços de terra que cultivavam apareciam frequentemente como uma espécie de “doação” do proprietário em terra marginal da *plantation*, de fato constituindo uma maneira de permitir uma reprodução barata da força de trabalho (VELHO, 2009, p. 128).

No período da sesmaria, já havia a ocupação de posse pelos pequenos agricultores, que produziam para atender às necessidades locais. A grande lavoura ocupava as áreas centrais, e a pequena produção ia ocupando, sobretudo, as áreas marginais de produção.

Sobre essa forma de ocupação de terras, Covolan e Gonzales entendem que

[...] a prática das invasões de terra por parte de pequenos lavradores de agricultura de subsistência se dava de modo corrente, e de certa maneira até mesmo consentida, em face mesmo da quantidade de terras e da produção que obtinham para necessidades locais. Essa prática era corrente porque o sistema legal era ambíguo, admitindo que as terras assim possuídas poderiam gerar a legitimação da posse, desde que se comprovasse a produção, evidente e regular, de longo prazo (2008, p. 5814).

Mesmo sem o devido destaque, a pequena propriedade produtora de alimentos sempre teve importante papel no território brasileiro. Inicialmente praticada dentro das terras de sesmarias, era considerada como agricultura de gêneros de primeiras necessidades, realizadas pelos moradores; pelos próprios escravos, que dedicavam seus esforços à lavoura, acarretando no beneficiamento do produto a ser exportado; e pelos agregados, que produziam em pequenas parcelas na periferia dos latifúndios, em solos que não eram propícios à cultura principal monocultora. Eram expulsos quando os fazendeiros necessitavam de terras (ERTHAL, 2000).

A produção de subsistência dentro do grande latifúndio seguiu o ritmo de expansão e o recuo da produção agroexportadora, ora provocando o aumento da expansão da produção de subsistência, ora provocando a sua retração, dentro ou fora dos latifúndios (CORRÊA, 2012).

Além de dedicarem seus esforços à lavoura e vários outros serviços na unidade produtiva, os escravos, por força de lei promulgada em 1701 no reinado de D. Pedro II, bem como por prática consuetudinária, dedicavam-se ao cultivo de gêneros alimentícios em seu dia de folga (domingo) em pequenos lotes concedidos em usufruto, em áreas distantes do núcleo produtivo central. Essa produção era destinada ao autoconsumo, e o excedente era vendido. Tal ação, por vezes comparada à economia camponesa por alguns especialistas, é designada como protocampesinato (assemelhado ao campesinato) e gerou o termo brecha camponesa (ERTHAL, 2000).

É preciso destacar a formação e presença dos quilombos⁷ nesse período. Fiabani (2007) aponta que, após serem instalados, esses cresciam, tomando consistência à medida que recebiam novos sujeitos. A ampliação dos quilombos dava-se por agregação de membros advindos do seu exterior (nativos, homens livres e pobres e, acima de tudo, cativos fugitivos do campo e das cidades).

O sistema de apropriação de terras pautado nas sesmarias prevaleceu no território brasileiro até o dia 17 de julho de 1822. Segundo Wanderley (2014), a agricultura brasileira, mesmo após o fim da colonização, manteve suas características estruturantes, que era pautada na grande propriedade monocultora e no trabalho escravo. Porém, tal fato não impediu a pequena produção de ocupar produtivamente as áreas que não eram ocupadas pelos senhores de terras. Covolan e Gozales (2008, p. 5815) apontam que “o imperador, por ocasião da Independência, suspendeu o sistema de sesmarias sem substituí-lo por qualquer sistema legal que regulasse o acesso a terra”.

Dessa forma, entre os anos de 1822 e 1850, pela falta de leis que regulamentassem o direito do uso das terras, prevaleceu no Brasil a livre ocupação de terras devolutas. Wanderley (2014) destaca que o período entre 1822 (onde a legislação fundiária colonial portuguesa perde a legitimidade com a independência do país) e 1850 é caracterizado por um vazio jurídico, que favoreceu a ocupação precária das terras por pequenos agricultores que produziam para o seu consumo e para o mercado; uma ocupação sem nenhuma titulação jurídica.

Assim, até a promulgação da Lei de Terras de 1850, a posse de terras no Brasil manteve-se como expediente isolado de apropriação privada das terras públicas (NOZOE, 2006). Ao referir-se a tal assunto, Santos destaca que

⁷ Como observado por Carril (2006), os quilombos desenvolveram uma relação peculiar com a natureza e, assim, de escravos, seus integrantes se transformaram em camponeses, sendo que o relacionamento com a terra passou a ter uma importância fundamental como meio de sobrevivência na sociedade escravista. A produção de alimentos nos quilombos era significativa, com fim para a economia de subsistência.

Circunscrita pela plantagem escravista, a colonização da segunda metade do século XIX atribuiu aos colonos as terras de fertilidade e situação piores, reduzindo-se assim, a capacidade de geração da renda da terra. Verifica-se, a partir de então, a apropriação pelo capital da renda da terra gerada pela produção camponesa, através das relações de troca entre o produto camponês e o capital (1981, p. 112).

Com o fim do tráfico negreiro⁸, a Lei de Terras foi promulgada a fim de barrar o acesso a terra para morar e trabalhar, principalmente pelos escravos, indígenas, pequenos proprietários independentes e imigrantes europeus e asiáticos, sobretudo italianos e japoneses, que chegavam para substituir os escravos como mão de obra no campo. Assim, para Miralha (2006, p. 153), os imigrantes, ao chegarem ao Brasil e encontrar o acesso livre da terra, “obviamente iam preferir ter sua própria terra ao invés de trabalhar nas lavouras de café”.

A Lei de Terras excluía do acesso a terra aqueles que não tinham recursos financeiros – a partir de então, seu acesso poderia ocorrer somente pela compra e venda. Assim, de fato, a terra deixa de ser utilizada somente para o cultivo. Desse modo, de acordo com Covalon e Gozales (2008, p. 5816), com a Lei de Terras, “seriam tidas como pertencentes ao Poder Público todas as terras devolutas, assim consideradas as que não estivessem ocupadas ou cultivadas”.

Para Santos (1981), a terra foi convertida em mercadoria, tendo seu preço formado pela renda da terra capitalizada. Conforme Podeleski,

[...] a transformação da terra em mercadoria que auferia lucros para o Governo Central e contribuía para a manutenção da ordem política e para o desenvolvimento da grande lavoura exportadora do café, em ascensão neste período. Mas a aplicação da Lei não fora tão coesa, pois entre os próprios proprietários havia distintos interesses, e a aquisição ilegal de terras continuou a existir por particulares, devido a certa independência das províncias e às altas taxas cobradas pela propriedade (2009, p.54).

Martins (1997, p. 18) entende que “a Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder”. Miralha acrescenta que,

[...] com a Lei de Terras passava-se do cativo do homem (escravo) para o cativo da terra, pois a terra no Brasil a partir dessa lei já não tinha mais “livre acesso”, era restrito a quem tinha condições de pagá-las, e esse não era o caso nem dos escravos, prestes a serem libertos, e nem dos imigrantes colonos, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café (2006, p. 154).

⁸ O comércio de escravos foi extinto no Brasil pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850.

Conforme Marques (2008), o ditame em questão inaugurou a criação do mercado de terras brasileiras, que acabou por configurar, de modo geral, a luta da terra no Brasil, caracterizando mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito existente entre a territorialidade capitalista, que concebe a terra como mercadoria, e a territorialidade camponesa, que concebe a terra como base para a reprodução da família e de seu modo de vida específico.

Nesse sentido, é preciso frisar que, no processo de separação entre as terras devolutas e as terras que produziam, ocorriam dois processos distintos, a saber:

- a) no caso das terras devolutas, essas seriam demarcadas pelo governo; e
- b) as terras que estavam a cargo de um particular deveriam ser demarcadas pela iniciativa do próprio proprietário e registradas junto ao vigário da paróquia (COVOLAN; GONZALES, 2008).

Os valores obtidos com a venda da terra patrocinavam a chegada dos novos colonos para o trabalho nas grandes propriedades. Porém, para esses, a lei não apenas reconhecia o direito de propriedade dos já possuidores, mas também não estabelecia o limite do tamanho das propriedades, e tampouco era cobrado imposto territorial, o que poderia barrar a manutenção do domínio de latifúndios improdutivos (COVOLAN; GONZALES, 2008).

Conforme Podeleski,

A própria legislação permitia certas deformações na sua aplicação e interpretação, como em nenhum momento ficou claro qual seria o valor mínimo cobrado na venda, bem como a necessidade de julgamento para comprovação da devida posse, que poderia repercutir como duvidoso o trabalho jurídico da intenção dos aplicadores da Lei, bem como a própria Lei (2009, p. 54).

Para Covoloan e Gozales (2008), a Lei de Terras permitiu também a regularização das pequenas propriedades dos agricultores pobres que produziam em regime de autoconsumo ao permitir a legitimação das posses cultivadas. Assim, mesmo tal ditame tendo como principal meta favorecer a apropriação privada da terra, não impediu que restassem extensões áreas livres, onde se tornou constante o embate entre os pequenos e os grandes proprietários (FOCKINK, 2007).

É preciso destacar que o pagamento das taxas de regularização era superior ao suportado por esses agricultores. Para Covolan e Gonzales,

[...] o sistema da Lei de Terras, sem uma política de apoio à implantação e desenvolvimento da pequena propriedade, e sem uma forte estrutura administrativa dedicada ao cumprimento do texto de lei, longe de servir aos interesses do próprio

texto legal, acabou por gerar mais desigualdades e prejuízo para os pequenos produtores, excluindo-os da propriedade de terra (2008, p. 5818).

Segundo Wanderley (2014, p. 28), tinha-se uma grande diversidade de acesso precário à terra, que ia “de um máximo de subordinação do trabalhador às demandas de trabalho das grandes propriedades a um grau de autonomia, que permite assegurar mais dedicação ao sítio familiar”. Para aquela autora, a instalação de famílias trabalhadoras em pequenas áreas – para cultivar alimentos – dentro das fazendas monocultoras autorizadas pelos proprietários era uma das formas de acesso precário a terra.

No tocante aos pequenos produtores – compostos pelos sitiantes e posseiros – que se estabeleciam fora da grande propriedade, eles mantinham sua independência. Em geral, os posseiros se estabeleciam à frente da plantagem, na área de fronteira agrícola. Eram lavradores migrantes. Não tinham estabilidade em razão de sua mobilidade, bem como pela mobilidade imposta pelo avanço da plantagem (ERTHAL, 2000).

A fronteira agrícola não é externa ao modelo agropecuário brasileiro e representa uma orientação da migração da população rural. É um lugar de recriação da produção camponesa, pois os camponeses, expulsos das regiões de agricultura moderna e expropriados, migram para as regiões de fronteiras, que também recebem outros excedentes populacionais (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

No Brasil, mesmo com o enfraquecimento da oligarquia agrária frente ao poderio crescente da burguesia industrial, nunca houve, de fato, o confronto de ambas. Até porque, entre o final do século XIX e o início do século XX, a economia do Brasil era comandada ainda pelo café, mantendo o poder e controle da economia da oligarquia rural (MIRALHA, 2006). Nesse sentido, e a partir da aliança estabelecida entre as novas e velhas elites, Martins afirma que se estabeleceu um pacto político:

[...] mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós (1997, p. 20).

Com a saída do ciclo da cana-de-açúcar e a entrada dos outros ciclos econômicos, reafirmou-se a grande propriedade rural no Brasil. Ao longo do século XX, a questão agrária brasileira continuou sem solução, e o caráter fundiário do Brasil caracterizado pela má distribuição da terra. A elevada desigualdade social e econômica no País se explica, em muito,

pela elevada concentração da propriedade da terra, e é uma das principais causas da pobreza rural, provocando a intensificação da questão agrária no Brasil e da luta pela terra.

1.2.2 Os movimentos sociais e a luta pela terra no Brasil

No Brasil, o campesinato marginal se deu de modo crescente a partir de 1920, nas áreas de fronteiras, obtendo um importante papel, sobretudo na produção de arroz para o Centro-Sul. Nas áreas coloniais do sul do País, o campesinato teve fundamental importância no abastecimento alimentar das cidades que estavam em crescimento (VELHO, 2009). Uma parte destes camponeses depois se deslocou para as regiões de fronteiras agrícolas do País, sobretudo as regiões Centro-Oeste e Norte.

A partir da Revolução de 1930, tem-se a troca do poder político da oligarquia rural pela oligarquia urbano-industrial, o que favoreceu a organização dos movimentos sociais no campo e a luta dos trabalhadores rurais. Tais movimentos foram fundamentais para evidenciar a face da questão agrária brasileira, que envolve, além dos camponeses, os agricultores familiares e os trabalhadores rurais e urbanos no processo de luta pela terra. Entre as principais reivindicações destes movimentos, estão a Reforma Agrária e melhores condições de trabalho rural e urbano.

A partir daí, aos poucos, o País deixou de ser eminentemente agrícola conforme o processo de acumulação do capital existente (GRAZIANO DA SILVA, 1980). O centro das atividades econômicas deixou o setor agrícola, sobretudo o cafeeiro, e concentrou seu norte no setor industrial, o que provocou várias transformações no território brasileiro.

Historicamente, os movimentos sociais tiveram papel crucial nos principais debates da sociedade brasileira. Antes do regime militar, ocorre a formação dos antigos movimentos sociais, muitos deles enfraquecidos e combatidos pelos militares. Entre os principais movimentos sociais deste período, vale destacar o Movimento dos Agricultores Sem Terra-RS (MASTER), a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas, e outras lutas camponesas, como, por exemplo, em Trombas e Formoso, no Estado de Goiás.

As Ligas Camponesas surgiram antes do golpe militar. Seu principal líder era Francisco Julião, que lutava pela defesa da Reforma Agrária, pois acreditava que ela poderia dissolver o poder do latifúndio e os camponeses terem acesso à terra.

Estas tomaram força pelo País, principalmente na década de 1950, envolvendo grande parte pelo Brasil por meio das ligas regionais. As ligas, fundadas no campesinato, atuavam, sobremaneira, no Nordeste brasileiro, tendo como reivindicação a solução agrária na região, que sofria com inúmeros problemas climáticos e sociais, tais como: seca, miséria, fome, mortalidade infantil, entre outros. Neste ínterim, a questão fundiária passa a ser debatida pela sociedade, que passava por um processo de urbanização crescente.

O latifúndio, além de ser consumidor de recursos públicos, por meio dos subsídios ou endividamento, tem um baixo índice de retorno (GEHLEN, 2004). Sobre a questão, Kiel (2013) assinala que já na primeira metade do século XX o atraso representado pelo latifúndio ficou evidente. Para esse autor,

Na medida em que a agricultura passou a ser vista, ainda na primeira metade do século XX, por seu grande potencial de fornecer não só alimentos, mas também insumos e mão de obra para a industrialização, o latifúndio, incrustado na estrutura fundiária brasileira, foi se transformando no grande vilão do desenvolvimento capitalista do Brasil. Representava a concentração das terras, o desperdício, em vista do grande contingente delas sem aproveitamento econômico, e o atraso, na resistência a se modernizar e liberar mão de obra para a indústria. Atentava, portanto, contra os novos objetivos nacionalistas e negava o surgimento do mercado (de mão de obra e de bens) no meio rural, visto como necessário à indústria urbana de bens de consumo e produção, dada sua natural inclinação para a autarquia (KIEL, 2013, p. 22-23).

Assim, em meados do século XX, a questão agrária brasileira emerge a partir do confronto entre o latifúndio e os camponeses organizados em movimentos próprios. Enquanto que o latifúndio é centrado na lógica do negócio, o campesinato é centrado na lógica da terra de trabalho (ALMEIDA, 2009).

Na luta contra o latifúndio e a concentração, as ligas camponesas e os antigos movimentos sociais rurais que se espalham pelo território brasileiro, com intensificações diferenciadas, conseguem se manter até os primeiros anos do regime militar, quando se intensifica a perseguição a estes movimentos, extintos pela repressão do Estado ditatorial.

Com os direitos trabalhistas na pauta da luta dos antigos movimentos sociais, foi conquistado, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural⁹ (ETR) – uma extensão dos direitos trabalhistas urbanos para o campo. De acordo com Wanderley (2014, p. 28), esse foi o “primeiro texto legal que reconheceu os trabalhadores como sujeitos de direitos trabalhistas, passíveis de serem reclamados em justiça”.

⁹ Em 1964, a Lei n. 4.504, que dispôs sobre o Estatuto da Terra, extinguiu a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), criando o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) (PEIXOTO, 2008).

O ETR, que dispôs sobre os direitos trabalhistas do trabalhador rural, é resultante das reivindicações desses trabalhadores pelos seus direitos. Porém, muitos proprietários rurais, a partir daquele Estatuto, retiraram de suas propriedades os pequenos agricultores que produziam alimentos, inserindo os trabalhadores temporários, a fim de fugir dos encargos sociais.

Com o golpe militar, é instituído o Estatuto da Terra – primeiro instrumento legal de Reforma Agrária e também de normatização das relações de trabalho no campo, pautado na função social da propriedade, mas que, segundo Schneider e Cassol (2013, p. 7), “legitimou o dualismo da formação agrária do Brasil”, o que aumentou a concentração da terra em decorrência dos efeitos da modernização da agricultura.

O Estatuto da Terra – Lei n. 4.504 de 1964 – fez com que a Reforma Agrária passasse a ser abordada nos documentos oficiais do País, ao afirmar no §1º de seu art. 1º, *in verbis*:

[...] considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Mesmo abarcando a política fundiária, agrícola e todos os institutos vinculados ao meio rural, o governo militar não foi capaz de fazer com que o Estatuto cumprisse o disposto sobre a Reforma Agrária; ao contrário, fomentou a Revolução Verde e a modernização das grandes propriedades, excluindo de tal processo a maioria dos pequenos produtores parceiros, arrendatários, meeiros ou pequenos proprietários, a partir do momento em que a esses é negado o acesso a terra.

O Estado foi um importante fomentador da manutenção da estrutura fundaria, que se manteve inalterada e intocada, convergindo recursos para a tecnificação das grandes propriedades e, ao mesmo tempo, combatendo os movimentos sociais do campo e outras entidades que, de fato, lutavam por uma solução da questão fundiária. Sobre a questão, Fernandes (1998b) destaca que, durante o regime militar, a concentração fundiária brasileira cresceu vertiginosamente.

O governo militar criou condições para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando grandes empresas por meio dos incentivos financeiros para acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo (FERNANDES, 1998b).

Para entender a origem dessa política, é preciso considerar que o golpe militar de 1964 teve, entre outros objetivos, a finalidade de isolar parcialmente, de um lado, o poder dos coronéis latifundistas e, do outro lado, impedir a expansão do movimento camponês, bem

como os movimentos sociais do campo, que construía suas formas de organização e que lutavam incisivamente pela Reforma Agrária (FERNANDES, 1998a). Nesse contexto, Mattei (2012) acrescenta que o governo militar instalado no Brasil não tinha o objetivo de implantar programas de distribuição de terras massivos, limitando-se a implantar os programas de colonização agrícola, visando mais à ocupação das áreas de fronteiras do País do que efetuar o reordenamento fundiário nacional.

Para Marques (2008), as modificações ocorridas no campo brasileiro a partir de 1960, sobretudo nas relações de produção, não provocaram a expropriação pura e simples dos camponeses, transformando-os em proletários urbanos. A realidade é muito mais complexa, não sendo a proletarização urbana o único caminho.

A partir da metade do século XX, o processo de exclusão de caráter social, histórico e econômico intensificou-se com a modernização agrícola e as políticas públicas – aspectos voltados para os grandes proprietários de terras –, provocando o êxodo rural, sobretudo dos pequenos produtores.

Sobre a questão, Mattei (2012) observa que a modernização da agricultura agravou o cenário da questão agrária no Brasil no período pós-guerra, provocando intensas transformações na esfera produtiva, acarretando, a partir da migração rural-urbana, sérias consequências sociais. O modelo de desenvolvimento do campo promoveu a concentração fundiária e a exclusão social dos camponeses. Todavia, a luta pela terra tem se intensificado com a modernização do campo, apresentando-se como um dos principais meios de compreender a questão agrária brasileira.

Martins (1997, p. 12) salienta que “a questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra”. Para Gehlen (2004, p. 100), foi a “partir da visibilidade dada pela emergência das lutas que a questão agrária brasileira passou a ser analisada como complexa produtora de diferenças e de desigualdades sociais expressivas”.

A complexidade da questão agrária brasileira intensifica-se em fins dos anos 1970 e início da década de 1980, por ocasião do resultado das transformações ocorridas no campo, entrando em cena os novos movimentos sociais – representados e formados por diversos atores (os atingidos por barragens, os seringueiros, os trabalhadores rurais sem-terra, entre outros) (MARQUES, 2008). Com o fim do regime militar, surgiram os novos movimentos sociais do campo, reivindicando no campo e também nas cidades a realização da Reforma Agrária como uma política que efetivamente provoque uma reestruturação fundiária no campo

brasileiro, além de reivindicar a implementação de outras políticas públicas para as populações e trabalhadores do campo.

Na década de 1970, tem-se a intensificação da industrialização da agricultura e da modernização agrícola, acentuando a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Na referida década, acentuou-se o número de conflitos por terra. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) evidenciam no ano de 1979, mais de 710 conflitos. Desses, 88,1% iniciaram após 1973, distribuídos por todo o País (FERNANDES, 1998a).

A partir de 1985, com a queda do regime militar e com o processo de redemocratização do País, a reforma agrária novamente passa a ter destaque na agenda pública nacional, estando quase sempre no centro do debate político no período da Nova República entre os anos de 1985 e 1989 (MATTEI, 2012).

Os movimentos sociais agrários destacam a questão da terra como não superada, evidenciando a questão camponesa relacionada com temas de identidade cultural, recursos naturais e suas formas de distribuição e utilização de novas tecnologias (PADILHA 2008). Conforme Marques (2008), o ressurgimento do campesinato como identidade política é provocado pelas crescentes críticas à agricultura industrial capitalista e seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do mundo. Nesse sentido, novos movimentos sociais do campo surgiram como movimentos camponeses, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), filiado à Via Campesina¹⁰, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo.

Um dos principais movimentos que atuam na luta pela terra e pela reforma agrária é o MST. Criado em 1984 – período da redemocratização do país –, em Cascavel, Paraná, tem como uma das estratégias de acesso à terra a ocupação das grandes propriedades que não cumprem a função social da terra. Nisso, Fernandes (1998a) considera que a condição da territorialização do MST é a ocupação, e essa se dá por meio da construção de um espaço de socialização política. A CPT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) são, para Fernandes (2008b), instituições que contribuíram para a sua formação. O marco referencial do MST são as ocupações das Fazendas Macali e Brillhante, em 1979, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul (FERNANDES, 1994). Oliveira (2005, p. 162)

¹⁰ Outras organizações brasileiras filiadas à Via Campesina são: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Pastoral da Juventude Rural (PJR), e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil. Fernandes (2008a) destaca que o primeiro movimento oficial que definiu seu primeiro encontro foi realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, Paraná.

considera que o MST é “um movimento social moderno que faz da luta por direitos a essência de sua ação”.

Almeida (2009) apresenta determinantes históricos de três ordens que são responsáveis pela formação do MST no Brasil, a saber:

- a) fatores históricos: a modernização da agricultura, que aumentou a concentração da terra, associada ao estímulo à mecanização e a monocultura em escala, produzindo uma agricultura sem agricultores, aliada à grilagem e ao latifúndio improdutivo;
- b) fatores sociais: a expulsão de quase 30 milhões de brasileiros das áreas rurais entre 1960-1980, principalmente dos pequenos agricultores, por exemplo; e
- c) fatores políticos: a escolha da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) pelos pobres e oprimidos e a criação de espaços de diálogo e denúncia etc.

No mesmo período após o regime militar, surgem outros movimentos sociais do campo, a saber: Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e Terra Livre, e tantos outros, que vão se juntar à CPT – movimento de base da ICAR. Esse foi fundado em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida no campo pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Segundo Fernandes (1998a), a CPT contribui na organização e nas lutas dos trabalhadores a partir do trabalho conjunto com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais.

De fato, os movimentos supramencionados contribuem para o processo em curso de reafirmação do campesinato enquanto classe, reconhecido por movimentos sociais que passaram a adotar a identidade camponesa (MARQUES, 2008). A ocupação e a visibilidade da luta pela terra chama a atenção da sociedade, do governo e da imprensa (STÉDILE; GORGEN, 1993). É uma maneira de pressionar o Estado em relação à distribuição de terras no País, bem como despertar a luta pela infraestrutura e por condições mínimas para que as famílias possam morar, trabalhar e produzir dentro dos assentamentos formados.

Os trabalhadores sem-terra, de acordo com Fernandes (2006), mantêm a questão da Reforma Agrária na pauta política por meio das ocupações de terra. Por essa via, as ocupações de terras se tornaram uma das principais formas de acesso à terra, acarretando em uma forma de criação e recriação do campesinato.

Sobre a questão, Mattei (2012) afirma que, ao mesmo tempo que surgem os movimentos sociais que lutam pela Reforma Agrária, apareceram também aqueles contrários

a ela, como, por exemplo, a União Democrática Ruralista (UDR) e as grandes cooperativas agropecuárias. Porém, esse embate, muitas vezes, caminhou para confrontos de grandes proporções.

1.2.3 A reforma agrária e a distribuição de terras no Brasil

A luta pela terra e pela Reforma Agrária está presente no espaço agrário brasileiro, e também urbano, tendo em vista que vários dos movimentos sociais do campo passaram a reivindicar suas lutas nas cidades, formando até mesmo acampamentos urbanos de reivindicação da terra no campo.

Para Mattei (2012, p. 308), “a Reforma Agrária significa uma modificação radical da estrutura agrária de um país, de tal modo que o acesso à terra seja democratizado e [...] contribua para melhorar o nível de distribuição da riqueza gerada pela população rural”. Nesse sentido, para o autor, em sociedades que se constituíram de bases agrárias, como, por exemplo, o Brasil, um dos indicadores mais importantes para aferir o caráter democrático ou não é a distribuição igualitária da propriedade da terra.

A Reforma Agrária é conceituada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2013) como um “conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção”.

O processo em questão deve ser entendido para além da simples compreensão distribucionista; é uma luta ampla complexa e multidimensional (FERNANDES, 2008c). Mattei (2012) destaca que o governo tenta equacionar a Reforma Agrária pelas políticas de assentamentos sem pensar no modelo de desenvolvimento agropecuário. Assim, somente na última década do século XX cerca de 500 mil pequenos proprietários foram expulsos do campo, fazendo com que a simples distribuição de terras para diminuir as tensões sociais perca seu caráter transformador. O autor enfatiza que as

[...] ações de políticas públicas com o objetivo apenas de promover um simples reordenamento da estrutura fundiária restringem o caráter democrático da reforma agrária, condicionando-a a um simples instrumento de reorganização da base territorial agrária para acomodar possíveis tensões sociais oriundas dos setores que se encontram em conflito pela posse da terra. Neste caso, essas políticas perdem seu potencial transformador da estrutura agrária de um determinado país e se tornam meros mecanismos de apaziguamento social, uma vez que o processo de concentração da terra permanece intacto (MATTEI, 2012, p. 308).

Sobre a questão, Mattei (2012) considera que não existe efetivamente uma política de Reforma Agrária em curso no Brasil por algumas razões, a saber:

- a) nos últimos anos, as políticas de assentamento se deram rumo ao processo de regularização fundiária e, preferencialmente, às regiões de pressão em razão dos conflitos agrários;
- b) o quantitativo dos pequenos agricultores que são expulsos do campo nas últimas décadas é praticamente proporcional ao número de famílias assentadas;
- c) os assentamentos rurais, em muitos casos, têm fracassado por sua implantação ser em áreas inadequadas, e não acompanhados de infraestrutura básica; e
- d) ao invés de utilizarem o mecanismo constitucional de desapropriação, os governos têm incentivado o mecanismo de compra, estimulando movimentos especulativos.

A Reforma Agrária, de fato, nunca foi implantada no País como um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro. Fernandes (2008c) entende que as políticas de Reforma Agrária se modificaram ao longo dos anos, o que é entendido ao compreender a forma com que vários governos se empreenderam na distribuição de terras. A maior parte dos assentamentos rurais implantados é muito mais resultado da ação direta de trabalhadores organizados em movimentos sociais na ocupação de terras do que fruto de políticas agrárias governamentais (MATTEI, 2012).

Assim, tal ação no País, quando concreta, é sempre pontual, com uma função diferente do seu objetivo maior: criar um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro e provocar uma mudança na estrutura fundiária. É utilizada apenas para amenizar os conflitos e diminuir as tensões no campo, sem se configurar realmente como uma política de mudança estrutural. Logo, mesmo existindo uma diferença considerável entre a questão agrária, a Reforma Agrária e os projetos de assentamentos, todos os governos brasileiros existentes após o período de redemocratização do País têm realizado, de fato, projetos de assentamentos rurais.

Ainda em 1966 foi instituído o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, pelo Decreto n. 59.456, mas que não saiu do papel. Em 1970, foi criado pelo Decreto n. 1.110, o INCRA, atual responsável pela Reforma Agrária e que se encontra implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Em sua formação, o governo incentivou a colonização da Amazônia muito mais do que a Reforma Agrária, fazendo com que levas de emigrantes de vários Estados brasileiros se deslocassem ocupando as margens da

Transamazônica, ao mesmo tempo que forneciam incentivos fiscais para os grandes projetos agropecuários, em uma experiência não tão bem-sucedida (INCRA, 2016).

A redemocratização do país em 1984 trouxe de volta a Reforma Agrária como tema na sociedade (INCRA, 2016). Na Nova República, em 1985, foi criada uma expectativa na sociedade brasileira em relação à realização da referida ação, pois essa havia sido colocada como um dos elementos centrais do processo de redemocratização do País. Tal expectativa foi criada principalmente com o compromisso do governo em assentar em cinco anos mais de um milhão de famílias agricultoras. Ao final do período, apenas 85 mil famílias haviam sido assentadas. Nesse período, registrou o aumento do êxodo rural, evidenciando que a Reforma Agrária ficou em segundo plano de prioridade, e as metas inviabilizadas pelos compromissos do governo com os latifundiários e os setores mais conservadores (MATTEI, 2012).

Em 1985, foi aprovado pela Presidência da República o I Plano Nacional de Reforma Agrária¹¹ (I PNRA) – resultado de um amplo debate nacional. Foi um instrumento que representou uma oportunidade de avanço das discussões e a luta pela terra, pois tinha na desapropriação um meio de acesso à terra (INCRA, 2015). Esse novo Plano, instituído pelo Decreto n. 97.766, tinha como meta destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Porém, quatro anos depois, havia apenas 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares – quantitativo muito abaixo da meta estipulada (INCRA, 2016).

Todavia, no governo Sarney se deu o único período em que o número de famílias assentadas foi maior que o número de famílias em ocupações. Acreditava-se que o governo, de fato, faria a Reforma Agrária (FERNANDES, 2008a).

A Constituição Federal (CF) de 1988, juntamente com o I PNRA, continuou expressando as contradições da sociedade brasileira, que ganhavam expressões pelos segmentos sociais agrários (MATTEI, 2012). Conforme a Carta Magna em questão, em seu art. 184, a União deve desapropriar terras para fins de Reforma Agrária desde que o imóvel rural não cumpra sua função social, relacionada à questão trabalhista, ambiental e produtiva, atendendo, assim, à sua função social, definida em seu art. 186, *in verbis*:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus estabelecidos em lei, os seguintes critérios:

I – aproveitamento racional e adequado;

¹¹ A principal oposição ao I PNRA na década de 1980 foram os ruralistas, principalmente com a criação da União Democrática Ruralista (UDR).

- II – utilização adequada dos recursos materiais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

No art. 184 da CF de 1988 tem-se garantida a indenização com títulos da dívida agrária aos supostos proprietários dessas terras, sendo as benfeitorias pagas em dinheiro. O art. 185 afirma que são insuscetíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária a pequena e média propriedade rural, desde que seu proprietário não possua outra; e, que a propriedade seja produtiva. No art. 189, reitera-se que “os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela Reforma Agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”.

Para Mattei (2012), mesmo que a Carta Magna de 1988 tenha introduzido a desapropriação das terras para fins de Reforma Agrária, desde que não cumprisse a função social da terra e a aprovação da Lei Agrária em 1990, que fixou os novos parâmetros legais para os programas de reforma agrária, os governos não deram a prioridade que o tema precisava.

As ocupações, porém, não diminuíram com a violência praticada contra os trabalhadores sem-terra, mas as medidas políticas para diminuir as ocupações têm se mostrado eficazes, o que não significa uma solução para a questão, uma vez que as medidas são mais de controle da luta popular (FERNANDES, 2008b).

As famílias ocupantes de terras têm se modificado desde a década de 1980, quando do início das ocupações pelo MST, enquanto que, na década de 1980, a população era basicamente composta de famílias de origem rural, com a intensificação da mecanização agrícola e o desemprego estrutural, ou seja, o número de trabalhadores de origem urbana aumentou, sobretudo nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (FERNANDES, 2008b).

Leite (2007) observa que, nos anos 1990, a Reforma Agrária se contrapôs às teses dos anos 1980, que afirmavam que não haveria terras disponíveis para a reforma; existindo, não haveria demanda; os assentamentos corromperiam a estrutura produtiva, entre outros argumentos. Com a implantação dos assentamentos, o que se viu foi uma dinamização de economias locais e regionais, nos campos econômico, político, social, demográfico, territorial etc. Fazendo uso de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Leite destaca que os assentamentos rurais de Reforma Agrária, em média, têm gerado três ocupações por unidade familiar no próprio estabelecimento, a custo extremamente baixo; tem provocado

uma dinamização econômica de vários municípios onde estão inseridos com base em um processo produtivo mais diversificado; aumento da oferta de produtos, especialmente alimentares, além de potencializar o mercado de consumo.

No Governo Itamar Franco ocorreu uma lenta retomada das ações para a execução de novos projetos de assentamentos; todavia, em condições mais promissoras do que tudo aquilo que se tinha visto até o momento, mas sem haver uma proposta de Reforma Agrária – apenas tentativas de administrar conflitos e ocupações de terras e realizar novos assentamentos (FERNANDES, 1998). Em seus dois anos de governo – 1992 a 1994 –, foi retomado um programa emergencial de Reforma Agrária que previa o assentamento de 80 mil famílias, mas, ao final, assentaram-se apenas 23 mil famílias em 150 projetos do gênero (MATTEI, 2012). Ainda no mesmo governo, foi instituída a Lei n. 8.629/1993, que, em seu art. 2º, § 6º, atenta para o fato de que as propriedades ocupadas se tornariam impassíveis de desapropriação pelo prazo de dois anos.

Já no governo do ex-presidente Fernando Collor, a distribuição de terras se agravou, não sendo prioridade estatal. A meta para os quatro anos do governo foi fixada no assentamento de 500 mil famílias. Nos dois primeiros anos, não houve nenhuma desapropriação de terras para fins de assentamento pela Reforma Agrária, restringindo-se apenas à regularização de processos fundiários de anos anteriores (MATTEI, 2012). No início daquele governo, em 1990, inúmeras ocupações de terras foram violentamente reprimidas, com prisão de vários membros, causando a diminuição no número de ocupações, que voltou a crescer em 1991 (FERNANDES, 2008b).

Enquanto que, no Governo Fernando Collor, as ocupações eram reprimidas pela Polícia Federal (PF), no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso eram reprimidas pelo Poder Judiciário, a partir da judicialização da luta pela Reforma Agrária, em que, dentro de 24 horas, eram expedidas as liminares de reintegração de posse e despejo das famílias, a fim de diminuir o número de ocupações e, conseqüentemente, de assentamentos rurais (FERNANDES, 2008b). Tais ações provocaram a diminuição do número de famílias ocupantes no segundo mandato de FHC (FERNANDES, 2008c).

No Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – 1995 e 2002 –, a Reforma Agrária teve como norte aumentar a produção agrícola e gerar emprego no campo. Para tanto, ela deveria ser acompanhada de outros programas, e tais ações deveriam ser implementadas destacando “a revisão da legislação sobre desapropriação de terras, a redefinição dos impostos

sobre propriedade, a urbanização das áreas rurais, a ampliação dos programas de assistência técnica e a melhoria da rede de infraestrutura rural” (MATTEI, 2012, p. 305).

Em 1997, como tentativa de impedir as ações de ocupações e os trabalhos de base dos movimentos sociais, é implantado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso o Programa Célula da Terra, que dava duas opções às famílias sem-terra, a saber:

- a) a participação em “reunião do grupo de base para discutir as ocupações de terra”; ou
- b) “participar de reuniões com técnicos de instituições federais e estaduais para organizar um grupo e comprar uma fazenda”, ocorrendo pela primeira vez a intervenção direta na luta pela terra por meio da intervenção de política econômica a nível nacional. Assim, “o governo transferia a questão da terra do território da política para o território do mercado. Essa ação extraordinária diminuía o poder de negociação dos trabalhadores sem-terra” (FERNANDES 2008b, p. 50).

As ocupações cresceram até 1999, período da história do Brasil com mais famílias assentadas. A cada família assentada, “multiplicava-se o número de sem-terra realizando os trabalhos de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta pela terra” (FERNANDES, 2008b, p. 48), com o objetivo de instigar a divisão do grande latifúndio em pequenas áreas geralmente distribuídas entre as famílias acampadas, o que representava a própria materialização da luta pela terra e para dela sobreviver.

No segundo período do Governo FHC, o programa não apresentava meta de assentamentos, mas tinha em pauta uma nova Reforma Agrária e a continuidade do programa anterior. O que veio, porém, foi uma forma de acesso à terra pelos mecanismos de mercado, como, por exemplo, o Banco da Terra e Cédula da Terra, mesmo estando a desapropriação colocada como instrumento constitucional (MATTEI, 2012). No ano seguinte, foi publicada a MP n. 2109-52, de 24 de maio de 2001, que criminalizava aqueles que ocupassem a terra, tratando as ocupações sob o viés jurídico e privilegiando a terra dos latifundiários com a seguinte condição: se ocupada, ela não seria desapropriada por dois anos; se houvesse reincidência, não seria desapropriada por quatro anos (FERNANDES, 2008b).

Em 2000, com base no Ministério de Estado Extraordinário de Política Fundiária foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹² pelo Decreto n. 3.338 – órgão ao qual o INCRA encontra-se vinculado (INCRA, 2016). Ainda no Governo FHC, foi criado o projeto conhecido por Reforma Agrária pelo correio, com o cadastramento de 800 mil famílias interessadas em receber um lote de terra (FERNANDES, 2008b).

¹² Foi transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário no Governo Michel Temer, em 2016.

Se comparado com períodos anteriores, o crescimento de assentamentos rurais ali foi vigoroso, porém, fortemente atrelado à luta dos movimentos e dos trabalhadores sem-terra que passaram a exigir ações estatais reais. Como resultado, 48% dos agricultores assentados até 2010 foram beneficiados nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com o crédito para as áreas de Reforma Agrária e o início do mecanismo de reordenamento fundiário via mercado (MATTEI, 2012).

Nesse sentido, enquanto para o governo, na época, tinha-se a maior Reforma Agrária já empreendida no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava que, nos anos 1990, a concentração fundiária se intensificou, ou seja, desapareceram cerca de 450 mil propriedades rurais, com menos de 10 hectares, em sua maioria assentamentos (MATTEI, 2012).

No Governo Luís Inácio Lula da Silva – 2003 a 2010, mesmo historicamente uma bandeira do seu partido, ficou claro desde o início que a Reforma Agrária não seria uma prioridade de seu governo. A estratégia utilizada no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva consistia em atuar nos precários assentamentos que se encontravam em péssimas condições produtivas e de infraestrutura, destinando, nessa linha, a maior parte dos recursos. Mas, em seus dois mandatos, se deu o maior número de assentamentos de famílias, representando 52% do número de famílias assentadas até 2010. Tal ação ocorreu, em grande parte, pelas pressões realizadas pelos movimentos sociais do campo. A efetivação de assentamentos rurais de Reforma Agrária deu-se, sobretudo, nas áreas onde existiam os conflitos agrários. No Governo Lula, o II PNRA¹³, que estabelecia metas e estratégias de enfrentamento da questão agrária brasileira, teve pouco resultado (MATTEI, 2012).

Entre as metas do II PNRA¹⁴, estava a implantação de 400 mil novos assentamentos por meio de desapropriações com finalidade social, compra de terras e retomada de terras públicas ocupadas ilegalmente por latifundiários no quadriênio 2003/2006, regularização fundiária de 500 mil posses para os primeiros quatro anos, venda de terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (Ex-Banco da Terra do Banco Mundial) e reconhecimento, demarcação e titulação de todas as terras das comunidades quilombolas (OLIVEIRA, 2011).

¹³ O II PNRA foi apresentado durante a Conferência da Terra, em Brasília, em novembro de 2003. Também foi construído a partir de amplo diálogo social e fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos, com o acúmulo dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica (INCRA, 2015).

¹⁴ Tanto o I PNRA, elaborado em 1985, no governo Sarney, coordenado por José Gomes da Silva, como o II PNRA, coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, nunca foram, de fato, implantados, apesar de terem sido coordenados por dois históricos defensores da Reforma Agrária (FERNANDES, 2008a).

Para Oliveira (2011, p. 2), além de não cumprir as metas estipuladas, no segundo mandato, o Governo Lula abandonou a política de Reforma Agrária, passando a adotar deliberadamente uma política de contra reforma agrária, por meio da destinação de “terras públicas constitucionalmente terras da reforma agrária, para os latifundiários que às ocupam ilegalmente (os grileiros)”.

A grilagem de terras e a concentração fundiária contribuem para o enfraquecimento da intolerância – elementos marcantes na história agrária do País. Em 2003, menos de 2% dos proprietários de terras controlavam quase metade das terras brasileiras: um total de 43,8% das terras era controlado por apenas 1,6% dos proprietários (FERNANDES, 2008b).

Oliveira (2011) entende que o Governo Lula, desde seu início, foi marcado pela disputa de duas concepções distintas de Reforma Agrária, a saber:

- a) era uma política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero, criada pela Secretaria Agrária do partido; e
- b) era uma política de desenvolvimento econômico, social e político que visava à soberania alimentar do País, a mesma dos movimentos socioterritoriais.

O embate de ambas as concepções e a derrota da concepção de Reforma Agrária como desenvolvimento para aquela que entendia a de Reforma Agrária como política social compensatória, para Oliveira (2011), fomenta as questões que levaram ao desenvolvimento da contrarreforma agrária, seguida da saída daqueles que defendiam a segunda concepção de Reforma Agrária como política de desenvolvimento da equipe que elaborou o II PNRA, o que representou a exclusão dos movimentos sociais da Via Campesina na representação política no MDA/INCRA, a derrota da meta de um milhão de famílias assentadas proposta pelo estudo preparativo para o II PNRA, conhecido como Plano Plínio; o sucateamento do INCRA, a falta de funcionários e de recursos do instituto ligadas ao contingenciamento dos recursos, o apoio – considerado por ele integral – do Governo Lula ao agronegócio no auge das altas de preço da soja em 2003 e 2004, e a aceitação da tese da não necessidade histórica da Reforma Agrária.

Conseqüentemente, diminuiu as ocupações de terras e a formação de novos acampamentos pelos movimentos socioterritoriais, caindo, a partir de 2005, o número de famílias nas ocupações de terra e na formação de novos acampamentos (OLIVEIRA, 2011).

Segundo dados do INCRA (2013), no período 2011-2013, no Governo Dilma Rousseff, foram assentadas 887 famílias. Até o final de 2015, das 1.346.798 famílias

assentadas desde o início do PNRA, 977.039 famílias ainda estavam assentadas, representando 369.759 famílias que deixaram os assentamentos ao longo do tempo.

A Reforma Agrária no Brasil, caracterizada em vários momentos apenas pela distribuição restrita de assentamentos rurais, sobretudo em áreas de tensão social, tem o objetivo muito mais de diminuir os protestos dos movimentos sociais do campo e reduzir a força reivindicatória e organizativa dos trabalhadores rurais sem-terra do que, de fato, provocar uma mudança na estrutura fundiária do País.

As principais formas de materialização da luta pela terra são os assentamentos e acampamentos. Não aceitando o destino de expropriados, organizam intensos protestos e reivindicações por terra que representam a criação e recriação da luta nos acampamentos (SOL; MARAFON; SEABRA, 2012). Porém, a identidade camponesa é reconstruída, a partir do acesso à terra e nas lutas para se manter na terra.

Para Leite e Ávila (2007), a distribuição de terras, aliada a um conjunto de políticas que garantam a competitividade dos seus beneficiários, é um importante condicionante de sucesso para a Reforma Agrária. Para aqueles autores, seria necessária a adoção de políticas de desenvolvimento rural e regional, a fim de fomentar as atividades não agrícolas nos assentamentos rurais.

Porém, são inúmeros os problemas de ordem técnica e financeira que prevalecem desde o início da implantação dos assentamentos de reforma agrária no País, o que torna o processo difícil, com base na falta de pesquisa e assistência técnica na esfera produtiva, na baixa disponibilidade de recursos financeiros no início da estruturação e na disponibilização de terras para assentamentos em áreas de terras exauridas, inadequadas e de baixa qualidade. Tais aspectos têm gerado o abandono de famílias dos assentamentos (MATTEI, 2012).

Para Leite (2007), em muitos assentamentos, a reprodução das famílias é comprometida pelas péssimas condições de vida. Porém, são desenvolvidas estratégias de viabilidade social e produtivas. O ingresso das famílias aos assentamentos proporcionou, em muitos casos, a inclusão social, tendo em vista que as condições das famílias antes da implantação dos assentamentos eram ainda piores. Nos assentamentos, as famílias são dotadas de novas condições para reivindicar outros direitos e se inserirem em um circuito de acesso ao mercado de trabalho, às políticas públicas e ao mercado de produtos que não possuíam antes. Dentro dos assentamentos, o debate sobre as condições de infraestrutura e dos equipamentos sociais deve aprimorar a própria realização do programa de Reforma Agrária a partir de temas

essenciais ao processo de construção de uma nova cidadania que emerge junto ao acesso à terra, como, por exemplo, saúde e educação.

Segundo Leite (2007), um dos elementos que caracterizam os assentamentos rurais é a extrema diversidade regional e social de sua população, pois são formados por famílias procedentes de diversos segmentos sociais e de diversos locais, reivindicando o direito à terra. Porém, existe um preconceito entre setores urbanos e rurais de que trabalhadores oriundos de atividades urbanas e periurbanas não possam deslocar-se para o meio rural e dedicar-se às atividades rurais, quer sejam agrícolas e não agrícolas.

Assim, seria válido discutir as questões relativas à aptidão, habilidade e conhecimento tecnológico por meio da capacitação e assessoria às famílias que se dirigem aos assentamentos, para que possam exercer suas atividades. O autor observa que existe a tentativa da definição de um modelo único e exemplar do que deveria constituir as atividades rurais, excluindo outras estratégias desenvolvidas pelas famílias na garantia da sua reprodução social e econômica, como, por exemplo, o trabalho externo ao lote, atividades de processamento e serviços no lote ou no projeto etc.

Com base no Estatuto da Terra de 1964 e na Carta Magna de 1988, o Estado brasileiro criou um aparato normativo para a Reforma Agrária, constituído, sobretudo, por Leis e Decretos, entre os quais a Lei n. 8.629/1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da CF de 1988, e a Norma de Execução n. 45/2005, que dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao PNRA.

Leite (2007) considera que atualmente existem instrumentos mais precisos para avaliar quais empreendimentos, de fato, cumprem a sua função social, por exemplo, por meio de índices como o Grau de Utilização das Terras (GUT) e o Grau de Eficiência na Exploração (GEE), além das legislações trabalhista e ambiental. O descumprimento às leis ambientais e trabalhistas provocou iniciativas de desapropriações, abrindo precedentes históricos para questionar as terras efetivamente disponíveis, ao passo que a revisão dos índices de produtividade, tendo como referência as estatísticas recentes dos rendimentos físicos médios de culturas e criações, atenta para o fato de que a modernização do campo atua, em muitos casos, com resultados abaixo do esperado. Por outro lado, dados do INCRA, por exemplo, evidenciam a existência de terras agricultáveis não aproveitadas.

De acordo com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), do INCRA, e conforme aqui já informado, até o final de 2015, foram assentadas 1.346.798

famílias desde o início do PNRA. Atualmente, 977.039 famílias vivem em assentamentos e áreas reformadas. Foram criados 9.340 assentamentos até 2015. Dessas 1.346.798 famílias assentadas, 58.317 foram assentadas até 1994. Assim, a constituição dos assentamentos rurais de Reforma Agrária, nas últimas décadas, é o principal meio de acesso a terra pelos pequenos agricultores, que têm enfrentado grandes embates na manutenção dos seus territórios frente à expansão da grande produção agropecuária.

Porém, para Mattei (2012), depois de 30 anos do I PNRA, vive na terra um número bem inferior em relação àquele que o Programa pretendia assentar – um milhão de famílias. Provavelmente, o número de indivíduos que saíram do campo no referido período seja bem superior ao número de assentados.

Porto Gonçalves (2004, p. 32-33) considera que a temática da Reforma Agrária não é mais uma questão específica dos pequenos agricultores e camponeses, mas “uma questão também urbana ao inscrever o urbano no circuito metabólico da humanidade com o planeta pelas implicações impostas pela necessidade de abastecimento”.

A agricultura familiar brasileira sempre foi fundamental nas estratégias de combate à insegurança alimentar, contrapondo-se, principalmente, às desigualdades na distribuição de riquezas e ao processo agrícola convencional, que estão associados a inúmeros impactos negativos, como, por exemplo, a concentração da terra, a violência no campo, o êxodo rural, o desemprego urbano e a degradação dos recursos naturais sem precedentes. A concentração de terras existentes no modo de produção convencional se torna um entrave para a maior categoria de produção de alimentos: a agricultura familiar.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

2.1 DEFINIÇÕES, CRITÉRIOS E CLASSIFICAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar no Brasil é heterogênea. Inúmeros autores, há muito tempo discutindo esta categoria social, utilizam ora pequenos agricultores, ora camponeses ou agricultores familiares. Assim, nem mesmo na Academia e tampouco nos movimentos sociais existe consenso quanto aos termos agricultores familiares e camponeses. Considera-se estar tratando da mesma categoria social, mas com suas diferenciações essenciais.

Para Wanderley (1996, p. 2), a agricultura familiar, como uma categoria genérica, é entendida como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Inclui uma diversidade de situações concretas. É um conceito genérico, e nela está incluída uma diversidade de situações específicas e particulares, “que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1996, p. 23).

O termo agricultura familiar passa a ser utilizado como uma categoria de agricultores a partir da década de 1990, pelo Estado, sobretudo pelos órgãos de Reforma Agrária, pela Academia, pelos movimentos sociais do campo e sindicatos, e pelas confederações e federações de trabalhadores rurais.

Assim, a agricultura familiar, mesmo sem ser um termo propriamente novo, adquire novas significações, sobretudo, nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais (ALTAFIN, 2007).

Sobre a questão, Wanderley (1996) observa que a denominação genérica de agricultura familiar compreende múltiplas formas agropecuárias praticadas. Assim, o que é denominado hoje de agricultura familiar ao longo da história apresentou formas de produção, de relações de trabalho, de geração de renda e de sobrevivência diversas (SILVA; MARAFON, 2007). Mesmo sendo uma identidade atribuída aos agricultores familiares, o conceito de agricultura familiar é incorporado por estes sujeitos, e assinala qualidades positivas e valorizadas (WANDERLEY, 2013).

Para Marques (2008), o conceito de agricultura familiar passa a ser aceito sem profundas reflexões na academia, no Estado ou entre os camponeses e suas diversas organizações, mesmo que em alguns casos não abarque o conceito de camponês. A autora ainda assevera que

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (MARQUES, 2008, p. 61).

Conforme Silva e Marafon (2007), para explicar as problemáticas de hoje, a produção familiar possui um histórico bastante significativo e intenso. Mesmo com as transformações ocorridas no século XX, as suas principais características ainda persistem. As inovações tecnológicas nos últimos séculos têm modificado as relações do homem com as atividades agropecuárias.

Para Silva e Marafon (2007), a realização do trabalho familiar é milenar e acompanhou o homem em sua história, necessário desde épocas longínquas, quando o homem ainda vivia em sociedades agrícolas e estava aprendendo a lidar com as lavouras e cujos meios de produção pertenciam à comunidade e cada família administrava uma área dentro das terras comunais. Para aqueles autores, ao longo das transformações da sociedade, o trabalho familiar ganhou força teórico-política via sistemas de organização da vida social.

A agricultura familiar é entendida por alguns, segundo Wanderley (2014), como parte integrante das cadeias produtivas globalizadas e colocada como parte da categoria genérica do agronegócio¹⁵ juntamente com os grandes proprietários e empresários agrícolas do Brasil, negando sua identidade; ao passo que entendem o agronegócio apenas em sua dimensão econômica. A autora destaca que

Esta corrente, ideologicamente mais ligada a este mesmo setor, considera o agronegócio em sua dimensão estritamente econômica, capaz de gerar interesses comuns a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, são agricultores. Negam-se, assim, as dimensões identitárias que nutrem as categorias “camponês” e “agricultor familiar”, retirando delas toda referência à constituição de sujeitos políticos e, frequentemente, desconhecendo o caráter subalterno de sua participação setorial, que exclui qualquer possibilidade de adesão econômica e política à grande propriedade e à grande produção (WANDERLEY, 2014, p. 30-31).

Já segundo Blum (2001, p. 64), para ser definida como agricultura familiar, a unidade produtiva deve estar sob gerência da família, e no mínimo 80% da renda agrícola devem ser provenientes da atividade agrícola, o trabalho assalariado permanente ou temporário dentro do estabelecimento rural deve ser limitado, além da “família morar e viver na comunidade rural, participando de suas atividades socioeconômicas”.

De acordo com a classificação do INCRA/FAO (2000) e Molina Filho (1979 apud MARAFON, 2006), os agricultores familiares podem ser classificados em três eixos principais, a saber:

¹⁵ Originado do termo agribusiness, conceito formulado pelos professores economistas da Universidade Harvard, John H. Davis e Ray A. Goldberg em 1957, nos Estados Unidos. A noção de agribusiness foi definida como: [...] a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p.28).

- a) consolidados;
- b) em transição; e
- c) periféricos ou de subsistência (Figura 2).

Figura 2 – Classificação dos agricultores familiares

Tipo	Caracterização
Consolidados	São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, que buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. Possuem propriedades geralmente menores de 100 há com concentração próxima a 50 há.
Em Transição	São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, que buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. Possuem propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próximo a 20 ha.
Periféricos	A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Em geral, tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também é considerado o agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. Possuem propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.

Fonte: INCRA/FAO (2000); Marafon (2006).

Sobre a divisão dos agricultores familiares, Wanderlei assim assevera:

Colocando-se na perspectiva dos sujeitos analisados, e não daquela ditada pelas regras do mercado, registra-se com muita frequência que as categorias familiares consideradas “em transição” e “periféricas” não hesitam em se definir como agricultores, em suas práticas presentes e em seus projetos de futuro. Para eles, a produção para o próprio consumo ou para o consumo interno do seu estabelecimento é uma prática que os legitimam como agricultores familiares. Apesar da forma subordinada e precária, sua inserção nos mercados agropecuários é reivindicada como um elemento central de suas estratégias produtivas (2014, p. 40).

As diferentes classificações impostas aos agricultores familiares ainda não conseguem evidenciar a diversificação da agricultura familiar brasileira, não somente produtiva, mas também no modo como as relações sociais se processam. Ela envolve tanto famílias de agricultores que sobrevivem em minifúndios – grande parte, em condições de extrema pobreza – como produtores que já têm relações estabelecidas com o mercado agropecuário – com renda suficiente para garantir sua inserção na melhoria socioeconômica, melhores condições de vida e acesso a melhores serviços.

Ainda que nem todos tenham uma ligação íntima com o mercado, tal ação é fundamental, pois é ali que se obtêm os produtos agrícolas e não agrícolas que não são produzidos em suas unidades de produção, uma vez que essa não detém a totalidade produtiva de tudo o que consome. Mas é preciso atentar que a integração das unidades familiares de produção, ao mesmo tempo que garante a venda dos produtos, pode significar a redução da autonomia das unidades familiares em um processo de dependência, tanto da compra de insumos, fertilizantes, maquinários e instrumentos produtivos como na venda dos produtos.

Tem-se aqui refletida a própria industrialização da agricultura, uma vez que as grandes corporações agropecuárias multinacionais têm monopolizado a produção e venda desses insumos agrícolas, sobretudo fertilizantes, sementes e agrotóxicos, criando um processo de sujeição e dependência.

Para Wanderley (2013, p. 59), as tipologias são necessárias à compreensão dessa diversificação, porém “o fio condutor dessa formulação deve ser [...] a capacidade de resistência e de adaptação às transformações mais gerais da sociedade”, e não a diferença entre níveis de renda observados em um determinado período.

Sobre o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, Picolotto (2014) enumera três formas principais pelas quais tem se dado tal ação:

- a) o aumento da importância política da agricultura familiar e dos atores que a representa, como, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que passaram a utilizar a categoria agricultores familiares em meados na década de 1990;
- b) o reconhecimento institucional garantido pela definição de espaços no Estado, a criação de Políticas Públicas e Lei da Agricultura Familiar; e
- c) o trabalho de reversão de valores negativos, antes atribuído à agricultura familiar, como atrasada, ineficiente e inadequada, associando agora a adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos.

O conceito de agricultura familiar adquiriu grande visibilidade nos últimos anos. De fato, no âmbito institucional, a agricultura familiar foi reconhecida a partir de 2006, por meio da Lei n. 11.326 (BRASIL, 2006a), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, trazendo uma conceituação oficial de agricultura familiar, utilizada nos programas e nas Políticas Públicas. A partir daí, o Estado brasileiro reconhecia a importância da agricultura familiar e a importância do seu fomento, uma vez que estabeleceu os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das Políticas Públicas direcionadas à agricultura familiar. É válido destacar que o art. 4º, inc. II, da Lei n. 4.504/1964, já definia a propriedade familiar, como o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com

área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

A partir da promulgação da Lei n. 11.326/2006, conferiu-se uma afirmação no cenário social e político, e passou a ser considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, a quatro critérios, a saber:

- a) que o produtor não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais¹⁶;
- b) que utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) que tenha um percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo¹⁷; e
- d) que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

As definições de pequenas, médias e grandes propriedades dependem, em muito, dos contextos históricos, espaciais e temporais, e as condições tecnológicas. No Brasil, existem grandes diferenças internas entre as próprias regiões do País no que diz respeito ao tipo de cultura, solo, tecnologia, organização social e necessidades (MARTINE, 1991).

Outra definição, anterior à definição dada pela Lei n. 11.326/2006, foi criada pelo INCRA, que considera a agricultura familiar a propriedade e os agricultores que atendam a três requisitos, quais sejam:

- a) tanto a gestão quanto os investimentos realizados são ações fundamentadas por indivíduos que tenham algum laços de sangue ou matrimônio;
- b) a maior parte do trabalho é realizada pelos membros da família; e
- c) a propriedade dos meios de produção – nem sempre da terra – deve pertencer à família e, em caso de falecimento do responsável, a transmissão deve ser realizada em seu interior (FAO/INCRA, 1996).

¹⁶ Medida correspondente a uma área mínima necessária à viabilidade econômica de uma unidade familiar. Foi introduzido pela Lei n. 6.746/1979. Trata-se de uma unidade de medida de área (em hectares) fixada diferentemente para cada Município, uma vez que leva em conta particularidades locais, tais como (art. 50 da Lei 4.504/1964): o tipo de exploração predominante no Município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar (art. 4º, inc. II da Lei 4.504/1964) (ECO, 2003). O módulo fiscal equivale a 40 hectares em Jataí, Goiás; 20 hectares em Rio Verde, Goiás; e, 60 hectares em Mineiros, Goiás (IBGE, 2013).

¹⁷ Redação dada pela Lei n. 12.512/2011.

O desenvolvimento da agricultura familiar é estratégico para a soberania alimentar na cidade e no campo. São diversos os benefícios da produção para o mercado interno dentro na agricultura familiar, uma vez que, hoje, o maior problema na produção de alimentos diz respeito à distribuição e ao acesso das famílias rurais e urbanas aos produtos. Assim, faz-se necessário investigar e entender os diferentes contextos em que os produtores rurais se apresentam, a forma de produzir, o acesso às terras e as estratégias utilizadas para sua reprodução enquanto agricultores familiares ou camponeses, a fim de contribuir com sua valorização.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E O CENSO DEMOGRÁFICO DE 2006

A agricultura familiar, nos últimos anos, adquiriu maior visibilidade tanto em razão das Políticas Públicas para o segmento; quanto ao seu conceito, que tem gerado diferentes significações, além de sua importância na produção de alimentos evidenciada, principalmente pelo Censo Agropecuário de 2006. Para Wanderley (2014), os recentes debates teóricos e políticos a respeito das categorias camponato e agricultura familiar, confirmaram a composição de formas próprias de viver e trabalhar de agricultores não patronais e não latifundiários, ratificada através dos dados do Censo Agropecuário de 2006.

Existe uma visão, sobretudo nos setores de disseminação do agronegócio, de que a agricultura familiar é um setor pouco produtivo. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 opõem-se à referida visão ao considerar que a especialização da agricultura familiar no abastecimento do mercado interno é altamente produtiva por hectare ocupado, além do grande contingente de mão de obra ocupado nas unidades familiares.

A agricultura de base familiar apresenta-se como a forma mais apropriada de ocupação social do espaço agrário, em que a promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e inclusão social, em processo concomitante a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população, produzidos sob formas sustentáveis, em que as atividades que se propõem estimular são, elas mesmas, grandes geradoras de ocupação e de renda, em simultâneo à sua condição de ofertantes de alimentos diversificados e de qualidade (MALUF, 2004). Assim, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, ela cumpre suas múltiplas funções.

Isso fica evidente quando, mesmo com a tendência de redução de indivíduos ocupados no campo desde 1985, o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que a agricultura familiar foi

capaz de reter um maior número de ocupações que a agricultura não familiar, mostrando que o número total daqueles ocupados na agricultura familiar em 2006 foi duas vezes superior às ocupações geradas pela construção civil (IBGE, 2009b).

De acordo com o IBGE (2009a), quanto à ocupação da população nos estabelecimentos, a agricultura familiar apresenta um contingente de indivíduos ocupados muito maior do que a agricultura patronal (Tabela 1). Enquanto que, nos estabelecimentos familiares, havia 12,3 milhões de pessoas ocupadas, representando 74,4% do pessoal ocupado nesse setor, as propriedades não familiares tinham 4,2 milhões de pessoas, o que representa 25,6% das pessoas ocupadas no campo, mesmo essa ocupando uma área muito superior àquelas ocupadas pelas unidades familiares, corroborando com a afirmação de Maluf (2004, p. 301), ao destacar que as atividades desenvolvidas na agricultura familiar “são, elas mesmas, grandes geradoras de ocupação e de renda, em simultâneo à sua condição de ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados”.

Tabela 1 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais

Classificação	Quantidade	%
Familiar	12,3 Milhões	74,40%
Não familiar	4,2 Milhões	25,60%

Fonte: IBGE (2009).

Dos indivíduos ocupados, 77% tinham laços de parentesco com o proprietário do estabelecimento, o que mostra que grande parte daqueles ocupados é da própria família, ou seja, quase todos os pequenos estabelecimentos contam exclusivamente com mão de obra familiar. Para Silva e Marafon (2007), a agricultura familiar atualmente representa, além da geração de empregos no meio rural, a principal forma de atividade econômica de muitas famílias.

Ao verificar a relação entre o número de trabalhadores por área da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2006) e do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), é possível verificar que os pequenos estabelecimentos com área inferior a 200 ha ocupam muito mais mão de obra do que os outros grupos maiores. Os pequenos estabelecimentos utilizam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios estabelecimentos – área entre 200 e inferior a 2.000 ha –, e 45,6 vezes mais que os grandes – área superior a 2.000 ha – estabelecimentos, enquanto que a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas por 100 ha, e a agricultura não familiar ocupa 1,7 pessoas por 100 ha (IBGE, 2009b).

Analisando os dados do Censo Demográfico de 2006, Schneider e Cassol (2013) destacam que 97,70% dos estabelecimentos familiares são dirigidos pelo próprio produtor titular, o que quer dizer que o proprietário individual administra seu estabelecimento e dirige as atividades agropecuárias ali realizadas. Dos 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar que declararam algum valor, a produção vegetal garantiu 72% das receitas, representando R\$ 27,88 bilhões, enquanto a produção animal garantiu 25% das receitas, representando R\$ 8,69 bilhões. E as receitas advindas da produção agroindustrial de transformação e beneficiamento, entre outros, foram de R\$ 4,47 bilhões.

Considerando a pobreza hoje instalada, principalmente nas pequenas propriedades, o relatório *Combate à Pobreza Rural no Brasil: uma estratégia*, do Banco Mundial (2001), considera que a política agrícola voltada para as pequenas propriedades rurais com baixa produtividade deveria ser uma estratégia de redução da pobreza, e não um programa de desenvolvimento agrícola em si. Em geral, os pobres existentes nas zonas rurais podem ser encontrados em famílias de agricultores, em áreas distantes, isoladas, esparsamente habitadas e em regiões de baixa produtividade, onde o cultivo e os trabalhos agrícolas representam cerca de 70% da renda total familiar.

[...] os retornos da terra cultivada dependem em grande parte dos níveis de fatores complementares produtivos (por exemplo, aquisição de insumos, maquinaria, etc.) e demográficos (por exemplo, idade do operador, educação, etc.). Por conseguinte, para que a terra cause impacto sobre o aumento da produtividade e da renda na atividade agrícola, é necessário melhorar simultaneamente os níveis de outros fatores, como a aquisição de insumos e a maquinaria. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 4).

Para Maluf (2004, p. 301), “as análises sobre a questão alimentar colocam ênfase na disponibilidade de renda monetária das famílias enquanto principal condicionante do acesso aos alimentos por uma grande parcela da população”. A agricultura familiar ocupa papel fundamental na proteção da segurança alimentar nacional, pois, além de contribuir para a alimentação da família, contribui também para o aumento da oferta de alimentos nos mercados agroalimentares, sendo assim, importante fonte de renda e também de alimentos internos.

Uma importância maior da agricultura familiar no Brasil, a partir das Políticas Públicas, tem reflexos também na produção. Alguns dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009a) evidenciam que a maior parte dos alimentos que chega à mesa das famílias brasileiras é proveniente da produção realizada nas unidades familiares de produção agropecuária.

A participação da agricultura familiar na produção agropecuária é fundamental para o Brasil, mostrando que ela acompanha o ritmo de crescimento das demais cadeias produtivas, mesmo com baixa utilização de tecnologias agropecuárias de ponta.

De acordo com França, Grossi e Marques (2009), conforme o *Caderno da Agricultura Familiar* (Tabela 2), a participação da agricultura familiar em algumas culturas selecionadas é de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão-de-cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuindo 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos, e produzia 21% do trigo.

Tabela 2 – Participação da agricultura alimentar na produção, 2006

Produtos	Participação na Produção	Produtos	Participação na Produção
Mandioca	87%	Café	38%
Feijão	70%	- Café robusta ou conilon	55%
Feijão Preto	77%	- Café Arábica	34%
- Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar	84%	Arroz	34%
- Feijão-de-cor	54%	Trigo	21%
Leite	58%	Suínos	59%
- Leite de Vaca	58%	Aves	50%
- Leite de Cabra	67%	Bovino	30%
Milho	46%	Soja	16%

Fonte: IBGE (2009).

A promoção dos pequenos produtores de alimentos evidencia maior justiça e inclusão social – aspectos atrelados a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população (MALUF, 2004). Diante do exposto, mesmo cultivando em uma área menor com pastagens (36,4 milhões de ha), a agricultura familiar é importante no fornecimento de proteína animal (IBGE, 2009b).

A importância das unidades produtivas familiares fica ainda maior quando se analisa a área destinada à produção e quantidade colhida (Censos 1985, 1995/96 e 2006). Conforme Tabela 3, apesar de haver um declínio nas áreas plantadas em relação ao ano de 1985 (exceto nos casos da soja e da mandioca), as outras produções selecionadas mostram-se crescentes (exceto nos casos do trigo e do café), conforme evidenciado na Tabela 3, a seguir (FRANÇA; GROSSI E MARQUES, 2009).

Tabela 3 – Área (em ha) e quantidade colhida (em ton) de produtos selecionados, 1985, 1995/96 e 2006

Produtos	Área (ha)			Quantidade (t).		
	1985	1995/96	2006	1985	1995/96	2006
Arroz	5.173.330	2.977.019	2.409.589	8.986.289	8.047.895	9.447.257
Feijão	5.480.286	3.225.092	4.327.696	2.066.556	1.450.570	3.108.983
Mandioca	1.635.594	1.233.138	2.702.102	12.432.171	9.099.213	16.093.942
Milho	12.040.441	10.602.850	11.724.362	17.774.404	25.510.505	42.281.800
Soja	9.434.686	9.479.893	15.646.991	16.730.087	21.563.768	40.712.683
Trigo	2.518.086	893.555	1.300.008	3.824.288	1.433.116	2.257.598
Café	2.636.704	1.812.250	1.687.854	3.700.004	2.838.195	2.360.756
Total	38.919.127	30.223.797	39.798.602	65.513.799	69.943.262	116.263.019

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE (1985, 1995/96, 2006)/ França; Grossi e Marques (2009).

Os 4.367.902 estabelecimentos agropecuários familiares, segundo Schneider e Cassol (2013), podem ser divididos em quatro grupos, a saber:

- a) agricultura familiar especializada;
- b) agricultura familiar com múltiplas fontes de ingresso;
- c) agricultura familiar de residentes rurais; e
- d) os sem classificação, que são os considerados sem receita agropecuária.

Conforme a Tabela 4, os três primeiros mostram que as atividades agropecuárias contribuem para a formação de suas receitas.

Tabela 4 – Estabelecimentos agropecuários familiares, Brasil 2006, segundo tipologia

Tipologia	Total de Estabelecimentos Familiares	% Estabelecimentos Familiares	% Receita Total Familiares
Estabelecimentos com residentes rurais	237.926	5,4	0,4
Estabelecimentos com múltiplas fontes de receitas	276.582	6,3	1,5
Estabelecimentos especializados	2.844.533	58,3	94,7
Sem classificação (sem receita agropecuária)	1.307.940	30	3,4
Total	4.366.267	100	100

Fonte: Schneider e Cassol (2013), a partir do Censo Agropecuário de 2006.

O grupo que faz parte da agricultura familiar especializada, de acordo com Schneider e Cassol (2013), é formado por 2.543.819 estabelecimentos rurais, onde 90,96% de suas receitas vêm da agropecuária, sobretudo da produção vegetal, que representa 70,61% da produção total. Apenas 2,03% da receita provêm das atividades não agropecuárias. A produção para o autoconsumo representa 19,74% da produção total. Aproximadamente, 28%

desses estabelecimentos recebem assistência técnica e ocupam uma área de 20,27 hectares, em média.

Para Schneider e Cassol (2013), o segundo grupo – da agricultura familiar que possui múltiplas fontes de receitas – é pequeno, composto de 276.582 estabelecimentos, onde 62,54% da receita total são provenientes das atividades agropecuárias, e 36,46% de atividades não agropecuárias. Para esse grupo, a receita agrícola não é a única nem a mais importante fonte de ingresso, que tem nas entradas monetárias de atividades não agrícolas e de aposentadorias importantes fontes de receitas. Apenas 14% desses estabelecimentos recebem assistência técnica. São estabelecimentos de 16,74 hectares, em média.

O terceiro grupo, classificado como agricultura familiar de residentes rurais, é formado por 237.926 estabelecimentos familiares, tem 83,56% das receitas totais advindas da produção não agropecuárias, não sendo as atividades agropecuárias uma importante fonte de receita. Denominados de residentes rurais, realizam uma produção especialmente para o autoconsumo, chegando a representar 58,23% da produção total. A média desses estabelecimentos é de 10,70 hectares. Apenas 7,83% desses estabelecimentos recebem assistência técnica (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Além desses três tipos de agricultores, o Censo Agropecuário mostrou que existiam 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares, ou seja, 29,95% do total que em 2006 não obtiveram ou não declararam receitas de atividade agropecuária em 2006. De acordo com Schneider e Cassol (2013), os estabelecimentos agropecuários sem receita são compostos por cinco grupos, a saber:

- a) estabelecimentos agropecuários familiares com valor de produção e área até 20 hectares: são estabelecimentos que, sem receita agropecuária, obtiveram valor de produção com estas atividades e possuíam área igual ou inferior a 20 hectares. É um grupo formado por 637.911, correspondente a 48,77% do total dos estabelecimentos sem receitas no País. São estabelecimentos com área média de 4,14 hectares, ocupando apenas 0,79% da área agrícola do Brasil. A principal produção desses estabelecimentos, 86,35%, é vegetal, e 95,52% são destinados ao autoconsumo;
- b) estabelecimentos agropecuários familiares com valor de produção e área maior que 20 hectares: são estabelecimentos sem receitas com a atividade agropecuária; obtiveram valor de produção com essas atividades, com área maior que 20 hectares. É um grupo formado por 138.864 estabelecimentos, que representam 10,62% do

total de estabelecimentos. Sua área média é em torno de 56,89 hectares, representando 2,37% do total da área. A maior parte do valor de sua produção, 83,26%, advém da produção vegetal, e 92,67% da produção são destinados ao autoconsumo;

- c) estabelecimentos agropecuários familiares sem valor de produção: são aqueles que, sem receita com a atividade agropecuária, também não obtiveram valor de produção com estas atividades, independente do tamanho de área. É um grupo que compreende 355.965 estabelecimentos, representando 27,22% do total dos estabelecimentos familiares sem receitas. A área média desses estabelecimentos é de 24,10 hectares, em 2,57% da área agrícola nacional;
- d) estabelecimentos agropecuários familiares sem área: compostos pelos estabelecimentos que não dependiam de uma área específica, mas que, na data de referência, o produtor não mais a possuísse. Aqui estão, por exemplo, os produtores de mel, produtores em áreas de vazantes, em faixa de proteção de estradas, entre outros. Entre aqueles sem receita, é o menor dos grupos, com 87.480 estabelecimentos, representando 6,69% do total de estabelecimentos agropecuários. A produção vegetal desse representa 71,27% da sua produção total, e 88,88% é destinada ao autoconsumo. As aposentadorias são responsáveis por 53,81% das suas receitas; e
- e) estabelecimentos agropecuários familiares com outras situações: são aqueles que enquadram em outras situações que não as quatro anteriores. É um grupo composto por 87.720 estabelecimentos, representando 6,71% do total de estabelecimentos sem receitas. A área média desses estabelecimentos é de 13,69 hectares, em 0,36% da área agrícola do País.

Esses estabelecimentos não possuem ou não declararam nenhuma receita que provinha de alguma atividade agropecuária; porém, isso não significa que sejam estabelecimentos que não possuem nenhum acesso a receitas e que não tenham realizado produção alguma, uma vez que eles podem obter receitas ou ganhos monetários de atividades que não sejam agropecuárias. Nesses, a produção é quase totalmente destinada ao consumo no próprio estabelecimento. As atividades realizadas fora do estabelecimento são realizadas em cerca de 9% dos estabelecimentos sem receitas agropecuárias, mas correspondem a 30,18% do total das receitas auferidas, fundamental na composição da renda do produtor e da família (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Sobre a utilização da classificação de receitas para distinguir e classificar as unidades de produção familiar, Wanderley destaca que:

[...] a adoção da renda monetária proveniente da atividade agropecuária como critério distintivo dos estabelecimentos se contrapõe ao reconhecimento das especificidades dessa agricultura familiar que se reproduz em condições particularmente hostis na realidade brasileira (2014, p. 40).

Grande parte da renda dos agricultores familiares sempre foi garantida pela produção agropecuária, mesmo com o acesso precário ao comércio e às redes de comercialização. Nas últimas décadas, as Políticas Públicas voltadas à comercialização dos produtos das unidades familiares de produção são importantes na garantia da venda de seus produtos agropecuários, garantindo renda aos agricultores e contribuindo para a reprodução social das famílias. Porém, a sobrevivência da unidade produtiva enquanto unidade familiar está atrelada às estratégias utilizadas e construídas pelos agricultores familiares que contribuirão para a geração de renda e a garantia da sua reprodução social. Essas nem sempre são determinadas pela competição dos mercados de produtos e insumos, que são excludentes.

2.3 AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O universo diferenciado da agricultura familiar é composto por diversas estratégias de reprodução para enfrentar os inúmeros desafios, restrições e oportunidades que se apresentam em diversos momentos do desenvolvimento socioeconômico das unidades familiares de produção. Por muitas vezes, essa escassez de recursos provoca a ameaça à segurança alimentar das famílias, asseverando a importância das estratégias existentes para sobreviver nos seus territórios de vida.

Sobre a questão, Wanderley (2013, p. 58) afirma que “o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo”. Mas ele, na construção de sua própria história, procura se adaptar aos novos desafios que se apresentam no complexo meio rural.

As estratégias encontradas pela agricultura familiar contribuem para desvendar a capacidade das unidades familiares de se adaptarem para a garantia da sua reprodução social e assegurar rendimentos e qualidade de vida. Paulino (2010, p. 21) observa que “o fato de não visar o lucro de sua atividade econômica, mas a reprodução do grupo familiar [...] permite respostas adaptativas às crises”.

Não é somente a produção de alimentos que assegura o trabalho e a renda às unidades familiares rurais (MALUF, 2004). A agricultura em tempo parcial e a pluriatividade fazem parte das estratégias de resistência adotadas pelos agricultores familiares para garantir a reprodução social de seus membros. São elementos integrados fundamentalmente com a agricultura familiar (SACCO DOS ANJOS, 2003). As rendas não agrícolas rurais ou urbanas contribuem para a reprodução das famílias, por exemplo, por meio do desenvolvimento do turismo rural, artesanato ou algum trabalho qualificado no campo ou na cidade (MALUF, 2004).

A agricultura em tempo parcial e a pluriatividade¹⁸, mesmo refletindo realidades empíricas bastante similares, refletem as diferenças em termos de seu alcance e significados e momentos históricos distintos no processo de reflexão da agricultura e do campesinato (SACCO DOS ANJOS, 2003). A grande parte dos estudos relacionados à agricultura de tempo parcial e pluriatividade foi realizada nos países desenvolvidos, com poucas investigações com foco em tais questões nos países em vias de desenvolvimento.

Schneider (2003) atenta para o fato de que, até por volta de 1985, os cientistas sociais utilizavam os termos *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) quase como sinônimos. A única diferença aceita na época era de que o termo *part-time farming* era utilizado pelos analistas de língua inglesa, e *pluriactivité* pela tradição francesa. Porém, a principal controvérsia em relação aos referidos termos é que o primeiro está relacionado à utilização do tempo de trabalho na propriedade familiar, enquanto que o segundo se refere à combinação de uma ou mais formas de renda ou mesmo à inserção profissional pelos membros familiar. Esse autor ainda destaca que cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular.

Em ambos os casos, há que se estabelecer, necessariamente, um contraponto. No primeiro, a noção de *full-time farming* (agricultura em tempo-integral), utilizando e, como critério de diferenciação, um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. No segundo, a noção de *monoactivité* (monoatividade), que se refere à forma de desempenho de uma atividade, o que, exatamente por ser “mono”, traz implícita a idéia de que o indivíduo ou a família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade. Cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular. Em essência, a agricultura “monoativa” ou em “tempo integral” são semelhantes e

¹⁸ As diferenças dos vocábulos entre “*part-time farming*” e “*pluriactivité*” estão relacionadas às posições, antes da metade da década de 1970, em que se aceitava a ideia de uma agricultura “*part-time*” ou de uma pluriatividade no setor agrícola. Para pesquisadores, técnicos estatais, políticos e representantes dos agricultores, ser agricultor em tempo parcial ou desenvolvendo atividades não agrícolas em outro tempo era considerado um entrave à modernização da propriedade, sob o argumento de que as rendas obtidas pelas outras atividades atenderiam os interesses do agricultor e trocaria a atividade agrícola pelo emprego extra-agrícola, tornando essa a principal fonte de renda (SCHNEIDER, 1994).

encerram o mesmo conteúdo, mas seus opostos diferem substancialmente (SCHNEIDER, 2003, p. 102).

Os autores têm evidenciado que os temas supramencionados são importantes e que, além de estimar a magnitude do emprego rural não agrário, tipificam e mostram a necessidade de seu fortalecimento pela forma de ocupar a mão de obra familiar e como mecanismo utilizado para aumentar a renda dos grupos familiares. Sobretudo, em um momento em que a capacidade de absorção de mão de obra na agricultura é reduzida, é crescente a importância de outras atividades rurais, especialmente aquelas não agrárias (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Na década de 1970, os cientistas passaram a entender a agricultura em tempo parcial a partir da ideia de desenvolvimento rural, como uma forma de trabalho alternativo que contribui para a fixação dos sujeitos no meio rural, contribuindo para a redução da migração rural-urbana e absorção dos impactos da modernização do campo (SCHNEIDER, 1994). A agricultura de tempo integral está ligada à incorporação parcial de amplos setores do campesinato e do setor de indústria e serviços, com base em trabalhos de forma alternada nas pequenas propriedades ou como assalariados em fábricas próximas (SACCO DO ANJOS, 2003).

Os maiores estudos desse tema surgiram no final da década de 1970 e de 1980, coincidindo com o movimento que dava como certo o desaparecimento dos camponeses na agricultura contemporânea. Ao final da década de 1980, a agricultura em tempo parcial era vista como um entrave à agricultura capitalista, e sua percepção negativa adentrou o mundo sindical e político em países da Europa, como, por exemplo, França e Alemanha (SACCO DOS ANJOS, 2003). Sobre a questão, Schneider (1994) atenta que a *part-time farming* se dá com mais frequência nos países desenvolvidos, nas pequenas propriedades que estão em áreas marginais ou desfavorecidas.

O termo pluriatividade remonta à década de 1970, na Europa, e depois no Brasil, na década de 1990. Estando diretamente ligado à agricultura familiar, a pluriatividade se refere a uma série de atividades desenvolvidas no espaço agrário – agrícolas ou não agrícolas. Para Sacco dos Anjos (2003), na década de 1980, identifica-se um movimento similar ao da agricultura de tempo parcial, considerado de pluriatividade, que refletia certas mudanças na perspectiva dos debates sobre o desenvolvimento agrário e o papel da agricultura familiar, que também reproduzia a mudança drástica de atitude do mundo acadêmico e político em relação a esse tema. Assim, tem sua importância para o equilíbrio do território, além de dinamizar as zonas rurais e preservar os recursos, em um momento em que, sobretudo, na Europa, se

produzia uma mudança de paradigma da modernização produtivista para o paradigma da multifuncionalidade (SACCO DOS ANJOS, 2003).

[...] crescente abandono de amplas zonas rurais e a deterioração ambiental produzida pelos modelos intensivos e hiperespecializados de agricultura, produzir-se-á uma profunda revisão no tratamento até então concedido à agricultura em tempo parcial, refletindo o novo termo – a pluriatividade [...] não só se reconhecerá como um fato irrefutável da agricultura contemporânea essa combinação de atividades e rendas [...] por parte dos agricultores, como também se passará a admitir tal fenômeno como um fator positivo para o desenvolvimento e viabilização de muitas zonas rurais (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 16-17).

Somente a partir da segunda metade da década de 1990 se tem a incorporação posterior da pluriatividade à literatura brasileira – momento também do surgimento de novos trabalhos que exploram dimensões que vão além de sua relação com os processos de industrialização regional, e que não ocorrem somente com famílias camponesas possuidoras de explorações não competitivas técnicas e economicamente, mas também nas unidades familiares modernizadas e altamente integradas aos mercados. No Brasil, os principais estudos em relação à agricultura de tempo integral e pluriatividade têm como foco de estudo a região Sul (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Schneider (1994, p. 6) considera que, apesar de ter afastado o risco de escassez alimentar, o processo de modernização agropecuária nos países de capitalismo avançado provocou novos problemas agrícolas relacionados às questões ambientais, “a mudança dos padrões produtivistas e as novas relações de trabalho e de organização da agricultura familiar, em geral, identificadas com a *part-time farming*, *pluriativitè* ou *multiple job holding*”. A característica comum destas práticas é a dissociação de membros da família do processo de produção agrícola. O autor considera que:

A “*part time farming*” e a “*pluriativitè*” tem se constituído no centro irradiador a partir do qual se discutem as novas formas de trabalho e a condição social dos trabalhadores envolvidos na agricultura. A rigor, não há uma diferença substancial quanto a natureza empírica a qual ambas noções buscam caracterizar (SCHNEIDER, 1994, p. 8).

A multifuncionalidade das zonas rurais e a presença da pluriatividade nas propriedades rurais têm feito com que o meio rural deixe de ser sinônimo de agricultura, mesmo com as atividades agrícolas ainda sendo o setor de maior importância para as zonas rurais (MARIOT, 2002). Ali se tem alguns tipos de atividades que antes eram atividades urbanas, causando fortes impactos sobre o mundo do trabalho no espaço rural, surgindo o agricultor pluriativo,

que combina as atividades agrícolas com as atividades não agrícolas, como forma de ocupação da família no campo e complementação da renda familiar (MATTEI, 1998).

Para Schneider (2009, p. 3), a pluriatividade pressupõe “a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura”.

[...] exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

Silva e Marafon (2007) afirmam que a pluriatividade se refere a uma unidade produtiva multidimensional, em que são praticadas outras atividades além da agrícola, e por essas são recebidas diferentes tipos de remuneração e receitas, quer sejam rendimentos, rendas em espécie e/ou transferência. Sobre a questão, Baumel e Basso (2004) asseveram que, além de garantir a ampliação da fonte de renda familiar, a pluriatividade contribui na reprodução dos agricultores familiares.

Sacco dos Anjos (2003) destaca que vários estudos têm evidenciado a crescente importância do emprego não agrícola no conjunto da população rural, onde as famílias buscam ocupar a mão de obra, aumentar a renda total e diversificar o uso dos recursos naturais e produtivos disponíveis (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Para Schneider (1994), o trabalho extra-agrícola não é buscado apenas pelos agricultores pequenos, marginalizados ou desfavorecidos, mas também por membros de famílias de agricultores sucedidos e tecnicamente modernizados, que, para satisfazer interesses pessoais, procuram empregos extra-agrícolas, visando ampliar a renda ou manter a paridade com os ganhos dos trabalhadores urbanos – o que é criticado por alguns autores e apontado por outros como uma solução a vários problemas do campo.

Como estratégia de reprodução social, além de não ser um fenômeno marginal ou transitório, a pluriatividade não apresenta um processo de generalizações em todas as áreas rurais, aparecendo, sobretudo, como uma estratégia de reprodução dos agricultores familiares nas regiões onde a articulação com os mercados se dá por meio de atividades não agrícola (SCHNEIDER, 2005, p. 4).

Para Sacco dos Anjos (2003), o censo agropecuário ainda não permite captar a natureza e dimensão dos rendimentos não agrícolas, tampouco caracterizar as ocupações e atividades que são desenvolvidas pelos membros das famílias, dentro e fora da própria

unidade familiar. O alcance e a incidência da pluriatividade no meio rural podem ser avaliados a partir de estudos realizados em nível local ou por meio das estatísticas demográficas e de ocupação da força de trabalho.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O papel do Estado, por meio de Políticas Públicas, é crescente nos últimos anos, expandindo-se desde meados da década de 1990, com enfoque diversificado em termos de apoio aos assentamentos de Reforma Agrária, ao crédito para agricultura familiar, às políticas de segurança alimentar, à comercialização institucional, ao combate às formas precárias de trabalho, à regularização fundiária, ao apoio às comunidades tradicionais e às ações de desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2010).

As principais políticas públicas beneficiaram a produção patronal em detrimento da produção nas unidades produtivas familiares. Exemplo disso é que, em 2006, apenas 0,9% dos estabelecimentos com área total igual ou superior a 1.000 ha obtiveram financiamentos, representando 43,8% dos recursos de financiamento destinados aos estabelecimentos rurais, enquanto que 88,5% do total dos estabelecimentos que obtiveram financiamento tinham até 100 ha de área total, representando apenas 30,4% do total dos financiamentos disponibilizados, mesmo esses sendo a maioria absoluta dos estabelecimentos, em 2006, captando 30,4%. Já os estabelecimentos médios, de área total entre 100 a 1.000 ha, representam 7,7% daqueles que obtiveram financiamento e captaram 25,7% desses recursos (IBGE, 2012).

Porém, a agricultura familiar, por sua vez, tem conquistado lugar importante em termos de políticas públicas nos últimos anos, o que tem fortalecido suas multifunções em termos de geração de renda, geração de empregos, produção de alimentos e permanência dos agricultores na terra.

No ano de 2014, o Brasil foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (2014) como uma nação livre da fome – uma conquista decorrente da decisão política de promover o crescimento econômico com distribuição de renda e o desenvolvimento de diversas políticas públicas com grande impacto nas famílias em situação de vulnerabilidade social (FAO, 2016). Nesse sentido, é preciso salientar que, entre os anos de 2003 e 2013, o número de indivíduos subalimentados caiu 82% (FAO, 2014).

De acordo com Almino (2016), no Brasil, a erradicação da fome e a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais têm rendido ao País vasto reconhecimento internacional,

principalmente pelo sucesso das políticas públicas brasileiras de segurança alimentar e nutricional, como, por exemplo, o Programa Fome Zero, o Programa Bolsa Família e o PRONAF.

Porém, mesmo com todo o avanço identificado, o Censo Demográfico de 2010 evidenciou que 16,2 milhões de pessoas ainda viviam em condições de extrema pobreza no Brasil. Essas se encontram, principalmente, nas áreas rurais (BRASIL, 2011a). De acordo com dados do PNAD/IBGE (2009), de uma população rural de 30,7 milhões de pessoas, 16,5 naquele ano foram classificadas como pobres, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, o que representa 54% da população rural. Ainda dessas, 8,1% foram classificadas como extremamente pobres, ou seja, sobrevivendo com renda familiar *per capita* de até um quarto do salário mínimo (BIANCHINI, 2011).

As políticas públicas que têm como foco os agricultores familiares são resultado de reivindicações e pressões das organizações e representações de classe e de lutas sociais (GEHLEN, 2004). Algumas das reivindicações dos movimentos sociais passam a ser legitimadas por meio de ações inéditas no meio rural, primeiro pelo Governo Itamar Franco¹⁹ e, posteriormente, por Fernando Henrique Cardoso. Entre os principais programas instituídos para as barreiras impostas pela grande produção capitalista, estão: o PRONAF, o PAA e o PNAE. Até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de Política Pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento dos agricultores familiares, os quais eram caracterizados de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira (MATTEI, 2014).

De acordo com Schneider, Silva e Marques (2004), até a década de 1990, vários fatores foram fundamentais para que tais ações ocorressem no âmbito governamental. As reivindicações dos trabalhadores rurais, com voz desde a CF de 1988, intensificaram-se por meio dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais ligados à CONTAG e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), adquirindo mais destaque a partir das Jornadas Nacionais de Luta que, a partir de 1995, passaram a ser denominadas de Grito da Terra Brasil.

Entre as ações voltadas à agricultura familiar, estão: o assentamento de famílias; a criação da Secretaria Especial Extraordinária de Assuntos Fundiários, que depois se transformou no MDA, em 1998; a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR-

¹⁹ No Governo Itamar Franco, foi formada a Secretaria Especial para o Desenvolvimento Rural, que fazia parte do Ministério da Agricultura, em que se deu o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP), embrião do atual PRONAF, que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004).

MAPA), depois também transferida para o MDA; e, por último, a criação do PRONAF, em 1996, que se transformou na principal política pública destinada à agricultura familiar brasileira (SCHNEIDER, 2010).

2.4.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Criado em respostas às pressões dos movimentos agrários desde o final da década de 1980, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004), é uma das grandes conquistas para a agricultura familiar no Brasil. Foi criado, em 1996, com o objetivo de atender às reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais, que buscavam a formulação e implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (MATTEI, 2014. p. 72).

A criação do PRONAF “representou a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola” (MATTEI, 2014. p. 72). Além de sofrer várias alterações, o volume de recursos do PRONAF aumentou desde 1997, representando uma possibilidade concreta de maior número de agricultores com acesso a crédito, com uma melhor distribuição dos recursos financeiros entre os distintos níveis de renda dos agricultores familiares, bem como entre as diferentes regiões brasileiras, transformando-se em uma política pública nacional (SCHNEIDER; SILVA; MARQUES, 2004).

A importância do PRONAF destaca-se quando da análise dos números²⁰ de estabelecimentos rurais que receberam financiamentos até o ano de 2006. Segundo o IBGE (2012), entre os estabelecimentos que receberam financiamentos por meio dos programas governamentais de financiamento, quase 80% receberam recursos do PRONAF – programa responsável por 32,07% dos recursos de financiamento. Sobre a questão, Schneider (2003, p. 10) atenta para o fato de que “a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar” o Programa em questão.

²⁰ Desde sua criação, o PRONAF tem crescido vertiginosamente em termos de recursos e de contratos, principalmente a partir de 2004 – momento em que superou um milhão e meio de contratos financiados e R\$ 9 bilhões de orçamento na safra 2007-2008 (SCHNEIDER, 2010).

O PRONAF contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil e provocou debates sobre o desenvolvimento rural a partir de novas estratégias desses agricultores na luta para permanecer na terra e viver da terra. Ao longo dos anos, cumpre sua função principalmente quando disponibiliza recursos financeiros a uma categoria social que sempre esteve às margens das políticas públicas brasileiras.

O PRONAF é destinado a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Seus beneficiários são os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural, desde que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, que deve ser emitida por agentes credenciados pelo MDA, observando-se os seguintes aspectos:

- a) é exigida para a concessão de financiamento no âmbito do PRONAF;
- b) deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra;
- c) pode ser diferenciada para atender às características específicas dos beneficiários do PRONAF (BRASIL, 2015a).

2.4.2 Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

A orientação técnica por meio das políticas de ATER é de fundamental importância para o sucesso das unidades produtivas familiares. Historicamente, a assistência técnica e extensão rural no Brasil sempre foram deixadas em segundo plano pelos governos, fazendo com que grande parte dos estabelecimentos rurais familiares ficasse de fora destas políticas. Como avanço dessas políticas nos últimos anos, os desafios continuam no sentido de criar estratégias para que os agricultores familiares sejam incluídos no processo.

Uma das principais conquistas institucionais da agricultura familiar no Brasil foi a criação do MDA, em 1999 – órgão da administração pública federal direta, que adquiriu competências legais, sobretudo para pensar a políticas de Reforma Agrária no Brasil e consolidar o conjunto da agricultura familiar, com base na promoção do desenvolvimento local sustentável, por meio da valorização humana e da negociação política, a partir de sua

Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Para coordenar as ações e políticas de ATER, o SAF/MDA criou o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER).

A partir do Governo Lula, em 2003, as ações do SAF/DATER foram intensificadas no campo, sobretudo com a destinação de um volume maior de recursos para a agricultura familiar por meio dos programas e políticas públicas para o setor, como, por exemplo, a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada.

Entretanto, mesmo com os avanços nos últimos anos, com o aumento das Políticas Públicas de ATER, uma boa parte dos pequenos agricultores ainda continua sem acesso às referidas políticas. De acordo com o IBGE (2012), ainda é limitada a orientação técnica nos estabelecimentos rurais, a qual é praticada em apenas 22% dos estabelecimentos, os quais, entretanto, ocupam 49% das terras. Porém, grande parte dos estabelecimentos rurais assistidos está em uma área média de 144 ha. Já a área média dos estabelecimentos não assistidos é de 42 ha, ou seja, os pequenos produtores.

Quando da análise dos dados do último censo demográfico (IBGE, 2012), é possível perceber a importância da ATER pública e gratuita para os agricultores familiares. A orientação técnica de origem governamental chega a 43% dos estabelecimentos assistidos, voltada para os estabelecimentos com área média de 64 há, enquanto os estabelecimentos que possuem orientação técnica particular ou do próprio produtor detêm 376 ha de área média.

A escolarização do agricultor é outro elemento fundamental nas propriedades familiares no Brasil em relação à própria ATER, tendo, segundo o IBGE (2012), uma forte relação com o recebimento de orientação técnica. Apenas 19,6% do total de produtores agropecuários tinham o ensino fundamental completo ou mais instrução em 2006. Desses, 31,7% receberam assistência técnica. Já entre os produtores com escolarização igual ou inferior ao ensino médio, o percentual é de apenas 16,8%. Já para os agricultores com nível superior (exceto aqueles com formação em Ciências Agrárias e Medicina Veterinária), a assistência técnica alcança 44,7% dos estabelecimentos rurais.

A assistência técnica, além de ser uma questão socioproductiva, é uma questão também de saúde, principalmente quando dados do próprio Censo Agropecuário de 2006 evidenciam que 56,2% dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos não recebeu orientação técnica, e que apenas 21,1% dos agricultores dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos receberam orientação regularmente. Isso mostra que, além da falta de ATER, a

pouca instrução²¹ dos proprietários pode aumentar o risco de intoxicação, considerando que as orientações de uso de agrotóxicos que acompanham esses agroquímicos são de difícil entendimento.

2.4.3 Programas de Comercialização Institucional

Entre os principais desafios do desenvolvimento da agricultura familiar, estão a sua inserção nos mercados e a remoção dos gargalos no escoamento da produção, culminando em estudos e pesquisas sobre os mercados de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Para minimizar os dilemas vivenciados pelos camponeses, alguns programas foram criados pelos setores que apoiam a Reforma Agrária, mas grande parte não conseguiu resolver as dificuldades enfrentadas pelos camponeses na comercialização dos seus produtos (SILVA; ALMEIDA, 2012). O PNAE e o PAA são programas de comercialização institucional que favorecem a agricultura familiar em um ponto crucial: a comercialização. Esses contribuem sobremaneira para a inserção da unidade produtiva familiar no processo de comercialização.

Os mercados institucionais são vias importantes dos agricultores familiares comercializarem suas produções. O PAA²², instituído pela Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas, a saber: a) promover o acesso à alimentação; e b) incentivar a agricultura familiar. O Programa possui dois públicos beneficiários, a saber: a) os fornecedores; e b) os consumidores de alimentos.

O primeiro é o grupo que atende aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006: agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. O segundo é o grupo dos consumidores em situação de insegurança alimentar e nutricional, e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2010a).

²¹ Em 77,6% dos estabelecimentos onde houve aplicação de agrotóxicos, o responsável pela direção dos trabalhos declarou possuir apenas o ensino fundamental incompleto ou nível de instrução menor.

²² É executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com Estados, Municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003²³, como uma política pública voltada diretamente para a articulação entre a produção, a comercialização e o consumo dos produtos oriundos da agricultura familiar, garantindo um canal específico de comercialização para os agricultores familiares. O PAA promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela CONAB (BRASIL, 2010a).

O Programa opera atualmente por meio das seguintes formas de compra para o alcance de todos os objetivos a que se propõe: doação simultânea; compra direta; formação de estoques; PAA Leite; compra institucional; e aquisição de sementes. Os dois primeiros são operacionalizados pelo MDS (por meio de convênios com Prefeituras e Estados), e os demais, executados pela CONAB.

Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) foi concebido pelo Ministério da Educação (MEC) e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O PNAE tem por norte a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos no decorrer do período escolar. Considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, e o único com atendimento universalizado, sua criação é antiga – data da década de 1950²⁴. Desde então, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e a melhoria no rendimento escolar dos alunos, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Nos últimos anos, a abrangência do atendimento do PNAE aumentou substancialmente: de pouco mais de 33 milhões, em 1995, para mais de 42 milhões de alunos atendidos em 2014. Com isso, aumentou o volume de recursos repassados pelo FNDE aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, chegando a 3,693 bilhões de reais no ano de 2014 (BRASIL, 2008a; 2014a).

²³ O Programa foi atualizado pela Lei n. 12.512 de 14 de outubro de 2011, regulamentado pelo Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012, alterado pelo Decreto n. 8.293, de 12 de agosto de 2014.

²⁴ Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto n. 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação (MEC). Em 1956, com a edição do Decreto n. 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional.

A introdução do PNAE, no âmbito da agricultura familiar, se deu com a Lei n. 11.947/2009, que além de estender o Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos²⁵, deu a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE, destinados à alimentação escolar, sejam investidos na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, com prioridade para os assentamentos de Reforma Agrária, às comunidades tradicionais indígenas e às comunidades quilombolas (BRASIL, 2014a).

Ao inserir os alimentos oriundos da agricultura familiar na merenda dos alunos, uma série de benefícios é observada, como o aumento da renda dos agricultores familiares, criando possibilidade de comercialização direta sem a presença de atravessadores; e inserção de produtos orgânicos e agroecológicos na alimentação escolar, que reflete diretamente na qualidade das refeições, considerando que antes da instituição do PNAE, a alimentação escolar era realizada com alimentos industrializados (AZEVEDO, 2014).

Ribeiro e Dias (2013) destacam que o Programa em questão tem um papel maior do que a inserção das famílias em um mercado mais equitativo. Para aquelas autoras, ele passa a fazer parte do cotidiano dessas famílias, pois, a partir do momento em que elas são inseridas no Programa, passam a direcionar sua produção para esse fim, absorvendo parte do tempo, do trabalho, da terra, dos recursos e dos aprendizados, o que pode mudar seu modo de vida.

A sua descentralização foi essencial na sua expansão, pois os municípios passaram a ser responsáveis pela aquisição dos produtos para alimentação escolar, contribuindo para o desenvolvimento local a partir do momento que as compras passaram a ser realizadas em comércio do próprio município (AZEVEDO, 2014). Diante do exposto, os Programas supramencionados contribuem para a autonomia dos agricultores familiares e provocam uma maior produção familiar nas unidades produtivas, em prol da segurança alimentar dos indivíduos.

Os recursos advindos dos programas sociais do governo federal, desde que empregados adequadamente, trazem benefícios sociais, mostram-se essenciais na melhoria da qualidade de vida da população do campo e propiciam benefícios econômicos e ambientais (AZEVEDO, 2014).

²⁵ Em 2013, foi estendido para os alunos que frequentam o atendimento educacional especializado (AEE), para os alunos da educação de jovens e adultos (EJA), semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral (BRASIL, 2015b).

3. MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A TERRITORIALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A PEQUENA PRODUÇÃO NO BRASIL

Para Campos (2004, p. 9), a revolução ocorrida na agricultura no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, conhecida como Revolução Verde, intensificou a parceria entre a agricultura e a engenharia genética, proporcionando aos sistemas agrícolas de inúmeros países rentabilidades nunca vistas, fazendo com que a produção agrícola alcançasse recordes após recordes de safras nos países industrializados e nos países em desenvolvimento.

Após a década de 1970, empresas produtoras de insumos químicos instalaram-se nos países em desenvolvimento, onde, em geral, as leis ambientais eram mais flexíveis (CAMPOS, 2004). Nesse período, o Estado muito investiu em pesquisa agropecuária. Arelada ao movimento da Revolução Agrícola, deu-se a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973, empresa pública, atualmente vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e que muito contribuiu para o crescimento agrícola no País.

Porto Gonçalves (2004) observa que, com a Revolução Verde, tentou-se desarticular o sentido social e político das lutas contra a miséria e a fome, buscando atribuir-lhe apenas um caráter técnico, pela afirmação de que somente seriam resolvidos com o desenvolvimento técnico e científico. No contexto da Revolução Verde, é dado um poder maior às indústrias de alta tecnologia, desenvolvidoras de sementes híbridas e transgênicas (PORTO GONÇALVES, 2004), fazendo com que os agricultores se tornem reféns de poucas empresas que detêm a tecnologia (GREENPEACE, 2016), provocando, gradativamente, a substituição das sementes produzidas pelos camponeses, causando uma desarticulação em suas práticas agrícolas (CALAÇA, 2014).

Os ditames da Revolução Verde provocaram a intensificação da modernização agrícola, fazendo com que, nas últimas décadas, o espaço agrário brasileiro passasse por intensas transformações – resultado de vários processos socioterritoriais. As elites agrárias, aliadas ao governo e financiadas pelo capital industrial, promoveram a modernização agropecuária, mantendo grandes extensões territoriais como base fundiária, com impactos significativos nos âmbitos social, econômico, político e social.

No bojo dessas transformações, dá-se a constituição dos complexos agroindustriais no Brasil. A partir da década de 1960, as mudanças ocorridas no processo produtivo agrário quanto à modernização e reestruturação agropecuária estiveram relacionadas com os CAIs. A partir da década de 1970, as relações entre a agricultura e a indústria se estreitaram, fazendo com que um dependesse cada vez mais do outro. Os CAIs são formados a partir de uma maior relação entre a indústria e a agricultura (TEIXEIRA, 2005). Os CAIs se consolidam a partir de meados da década de 1970, à medida que se intensifica a interdependência entre a agricultura e a indústria. Como consequência da consolidação dos referidos complexos, tem-se o aumento da dependência da agricultura em relação à indústria.

Ao discutir os CAIs, Graziano da Silva (1996), afirma que sua constituição, juntamente com a industrialização da agricultura, é um fator decisivo na dinâmica da agropecuária, tirando a autonomia da produção agrícola, fazendo com que o desenvolvimento agrícola dependa da dinâmica da indústria. Para esse autor, a partir de então não se pode mais falar na agricultura como um grande setor da economia, pois ela se agregou fortemente à matriz de relações interindustriais.

Os complexos em questão são nada mais do que os frutos do processo de integração ou subordinação das áreas agrícolas às industriais, concretizadas pela internacionalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Sobre a questão, Guimarães (1979) salienta que, à medida que a agricultura se industrializa, perde progressivamente a sua autonomia, passando de um nível inferior a um nível superior de desempenho e de sua aptidão de decisão.

A agricultura se torna altamente dependente dos insumos industriais. Sobre a questão, Kageyama et al. (1997) destacam que a industrialização da agricultura, considerada uma reunificação da agricultura-indústria, iniciada na década de 1960, é o resultado da transformação da base técnica, concebendo a subordinação da natureza ao capital, desvinculando a agricultura de sua base natural, tornando a agricultura cada vez mais dependente da indústria. A agricultura passa a comprar insumos da indústria e, ao mesmo tempo, vender a matéria-prima para outros setores desse segmento.

Para Oliveira (2010, p. 19), a agricultura está subordinada à indústria por duas vias: “[...] de um lado, como consumidora potencial de produtos de origem industrial, mediada pelo Estado, e de outro, subordinada aos proprietários de terras que têm cobrado também o seu tributo para permitir a produção”.

Martins (2006) assevera que, nas Ciências Sociais, passou-se a utilizar o termo “industrialização da agricultura” para designar as transformações de ordem técnicas ocorridas a partir de meados do século passado, que tinham como objetivo diminuir os impactos dos processos naturais na produção agrícola. Pela sua polêmica, tal termo possibilitou o aparecimento de inúmeras análises, reforçando ou contestando a questão.

A industrialização da agricultura seria o resultado da modernização agrícola, ou seja, do processo de transformação da base técnica agrícola – processo que a sujeita à natureza ao capital, que aos poucos libera o processo de produção agropecuária das condições naturais, fazendo com que a produção seja fabricada quando necessária (KAGEYAMA et al., 1997).

Antonello (2011, p. 56), constata que a territorialização do capital no campo brasileiro foi marcada pela modernização agrícola por meio da tecnificação da base produtiva mediante a importação dos equipamentos de produção, sobretudo de máquinas agrícolas, com base na dispersão do modelo de desenvolvimento econômico fordista, originário dos Estados Unidos da América (EUA), no qual se estruturou a industrialização do Brasil. Nesse sentido, para aquela autora,

A materialização desse modelo de desenvolvimento econômico reflete-se no padrão de modernização do agro nacional, o qual submeteu a agricultura a uma “modernização conservadora”. Esta é marcada pela união entre o capital industrial e os grandes proprietários de terra, sob o amparo do Estado (ANTONELLO, 2011, p. 60).

Santos (2001) considera o referido processo como uma agricultura científica, globalizada, responsável por profundas modificações na produção agrícola e nas relações sociais de trabalho. O autor entende tal processo como o resultado do avanço da civilização que impôs ao homem, por meio do aprofundamento das técnicas e de sua difusão, uma capacidade crescente de alterar os dados naturais quando possível. Os últimos séculos configuraram, por meio da humanização e mecanização do espaço, uma grande mudança de qualidade, chegando ao meio técnico-científico-informacional, não apenas na cidade, mas também no campo, nos países avançados e nos países pobres.

A partir dos referidos processos, o homem deixa de ser mero observador da natureza e se transforma em agente com grande capacidade de interferir nela, construindo uma natureza em que os fixos artificiais são cada vez mais numerosos – uma natureza artificializada (ELIAS; PEQUENO, 2006). As inovações tecnológicas cada vez mais instigam a produção agrícola para que se torne menos dependente da natureza, pois, com o uso da técnica,

subordina a natureza ao capital, reproduzindo, de forma artificial, as condições necessárias para a obtenção de uma verdadeira produção agrícola (MATOS; PESSOA, 2009).

Para Graziano Neto (1982, p. 27), a modernização agrícola é “o processo de transformação capitalista da agricultura que corre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”. Mendonça (2002) destaca que a modernização conservadora da agricultura²⁶ – excludente e concentradora – faz parte de um processo de mudança na lógica de produção e reprodução capitalista, e carrega consigo as contradições inerentes ao modo de produção.

Mendonça considera que modernização agrícola

[...] nada mais é do que a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante em busca de autoexpansão. Certamente, o novo conteúdo propiciado alterou de forma contundente a lógica da produção. No caso brasileiro a modernização capitalista da agricultura no campo resultou em bruscas mudanças, mediante a implementação de políticas públicas voltadas às necessidades de reprodução do capital, além de apresentar diferenciações significativas no tempo e no espaço (2002, p. 4).

No Brasil, a modernização agrícola tem início na região Sul, na década de 1950, expandindo-se, posteriormente, pelas outras regiões brasileiras. Naquela região, a introdução do cultivo da soja provocou uma diminuição considerável das propriedades familiares, deslocando pequenos produtores de cultivos de alimentos básicos (CANUTO, 2004), fazendo com que o produtor familiar, em muitos casos, ocupasse lugares marginais da produção agropecuária. Para Hespanhol (2008), ela se processou de forma rápida no território brasileiro, principalmente nas regiões Sul e Sudeste – locais onde as alterações na base técnica e econômica na agropecuária se deram de modo bem acentuado a partir da década de 1960.

Uma das formas mais marcantes no Brasil foi a incorporação de apenas uma parcela dos agricultores à lógica agroindustrial, excluindo a maior parte desses e provocando um elevado nível de pobreza no campo. Porém, isso não levou ao desaparecimento do pequeno produtor. Para Martine (1991), o discurso de que existe uma tendência ao desaparecimento da pequena produção em razão do avanço do capitalismo no campo e das grandes escalas de produção não procede, considerando que vários autores apontam a persistência e crescimento da produção familiar em países de capitalismo avançado.

O crédito agrícola subsidiado foi o principal instrumento para promover a industrialização do campo. A distribuição dos incentivos provocou uma divisão crescente de

²⁶ Denominada dolorosa por Graziano da Silva (1982) e, por manter a estrutura fundiária inalterada e concentrada, foi considerada conservadora por autores como por Martine (1991), Becker e Egler (1992), Coy e Neuburger (2009).

trabalho, em que as propriedades maiores, em solos melhores, tiveram acesso aos créditos, aos subsídios, à assistência técnica, à pesquisa e à tecnologia, produzindo para exportação ou para a agroindústria. As terras menos férteis eram direcionadas aos pequenos produtores, descapitalizados, que exploravam a terra com práticas tradicionais, a partir da mão de obra familiar, para o autoconsumo ou pequenos excedentes para os mercados urbanos vendidos por baixos valores (MARTINE, 1991).

Nesse sentido, Martine (1991) destaca que a estrutura e o perfil da produção agrícola brasileira já sentiam a reflexão dos diversos eventos que a modificava.

[...] a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando a “modernização conservadora”, a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como “milagre brasileiro”, a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas etc. (MARTINE, 1991, p. 9).

Martine (1991) assevera que, até meados da década de 1960, um número muito pequeno de estabelecimentos dispunha de máquinas modernas, sobretudo concentradas nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. É a partir meados da década de 1960 que, de fato, tem início a modernização agrícola no Brasil por meio da modernização das técnicas de produção. Contudo, tal ação representou muito mais do que a mecanização e a utilização de insumos. Junto ao progresso técnico do campo, muda-se a organização da produção e das tradicionais pelas técnicas modernas, com destaque para as relações sociais de trabalho (GRAZIANO NETO, 1982).

Conforme observam Silva e Mendonça (2011), esse processo de modernização agrícola promoveu importantes alterações nas formas comuns do trabalho. Passamos a ver “um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, com tudo o que isso acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas ocupacionais, rapidamente instaladas” (SANTOS, 1993, p. 40).

3.2 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO CERRADO

No Cerrado, a modernização agrícola foi progressiva e pontual, ocorrendo principalmente nos territórios onde as atividades agrícolas se reorganizam sob os imperativos do mercado global, principalmente pelas viabilidades do meio técnico-científico-informacional, incorporando uma racionalidade capitalista nas relações de produção. Antes

deste período de transformações, plantavam-se onde e em períodos que a terra permitia, mas com a modernização agrícola pautada na ciência, tecnologia e informação, plantam-se onde e quando convém, respeitando infimamente as leis da natureza, criando, assim, um novo uso do território (MATOS; PESSOA, 2009).

Sendo o ecossistema que cobre um quarto do território brasileiro, o Cerrado é o bioma mais ameaçado com o avanço do agronegócio (CANUTO, 2004). A principal área de Cerrado no Brasil encontra-se na região Centro-Oeste, que possui “características naturais em termos de relevo, temperatura, precipitações e exposição ao sol muito favoráveis ao desenvolvimento do agronegócio” (GUANZIROLI, 2006, p. 37).

Mas sem a implementação de políticas específicas que permitam preparar a região para a modernização agrícola, tais características não são suficientes para garantir o desenvolvimento espontâneo da agricultura na região. Assim, é preciso constituir solos aptos à soja, substituindo-os por solos com níveis de acidez aceitáveis, além de adaptar os cultivares de soja às condições tropicais e gerar uma estrutura fundiária capaz de abrigar o novo modelo de produção.

O Cerrado, antes caracterizado pelo sistema de uso múltiplos dos recursos naturais e de uma riqueza biológica, já habitado por uma população diversa camponesa (indígenas, afrodescendentes, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros e retireiros), foi homogeneizado com a chegada da monocultura. A rica diversidade cultural e biológica ali existente tem se transformado em área de expansão da grande propriedade e grande lavoura “pelas enormes vantagens que oferece, seja pela riqueza hídrica que abriga [...] pela topografia plana de suas chapadas e de seus chapadões” (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 20).

“De fato o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações” (RAFFESTIN, 1993, p. 15). O estado sempre esteve presente nestes territórios, sobretudo através das políticas públicas, direcionando as vias de desenvolvimento e de sua ocupação.

A abertura e expansão da fronteira agrícola nas áreas de Cerrado iniciaram ainda na década de 1940, com a marcha para o oeste, que tinha o objetivo de fazer de suas terras altamente produtivas, transformando, assim, o vazio demográfico e produtivo em áreas habitadas e produtivas, a fim de atender em produção de matéria-prima a crescente industrialização da região Sudoeste do Brasil. A Marcha para o Oeste era um novo projeto regional, fruto da política de integração do governo Getúlio Vargas, que buscava a ocupação da região Centro-Oeste (SILVA; MENDONÇA, 2011).

Até 1950, no Cerrado predominava uma agricultura camponesa e a pecuária extensiva, sobretudo nas áreas de chapadões. A agricultura camponesa, mesmo em áreas de chapadões, construía suas residências nas áreas mais baixas (encostas e fundo de vale, por exemplo) por serem locais onde teriam menos dispêndio para a aquisição de água. Porém, tanto a pecuária extensiva como a agricultura de subsistência praticada nessas áreas eram atividades consideradas aos olhos do capital como pouco lucrativas.

Até então, a região supramencionada era considerada como vazia demográfica e economicamente. As transformações ali ocorridas, além de visar ao preenchimento dos espaços, buscavam também “ampliar as possibilidades de reprodução das condições objetivas de acumulação capitalista via interiorização e industrialização, pela lógica do mercado de consumo global e do capital transnacional” (SILVA; MENDONÇA, 2011, p. 2). Porém, o discurso oficial, ao considerar essa região como vazio demográfico e econômico, terra desabitada, desconsiderava a ocupação ancestral desses espaços, omitindo e não reconhecendo a presença dos sujeitos cerradeiros, ignorando a presença das comunidades tradicionais, indígenas e posseiros, suas formas de organização e a exploração pecuária em sua forma extensiva na região.

Assim, esse discurso de espaço vazio, tanto do Estado como da academia, por outro lado serviu também para ocultar os conflitos que persistiram na ocupação desse território pela grande produção agropecuária, ao enfatizar a necessidade de ocupar essas áreas desabitadas e improdutivas, segundo os ditames da modernização agrícola.

Nos projetos de integração do Cerrado ao território nacional, tem-se a construção das cidades de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e Brasília, a nova capital nacional, que provocou uma onda de adensamento populacional, que provocou um grande impacto no fluxo populacional, atraindo migrantes, inclusive do próprio entorno de Goiás e de Minas Gerais.

A construção de Brasília e a implantação de rodovias interligando a nova capital federal a diferentes pontos do País nas décadas de 1950 e 1960 propiciaram uma melhor articulação entre a região e o interior da nação (HESPANHOL, 2000), promovendo a integração econômica com outras porções do território “através da implementação de uma rede de estradas que visavam ligar a nova capital a outras regiões, além do adensamento populacional incipiente, que contou com o desenvolvimento de outros centros urbanos, como a nova capital de Goiás, Goiânia” (GOULART, 2012, p. 109). A posição geográfica do Distrito Federal foi fundamental na interiorização de investimentos em telecomunicações, eletrificação, estradas etc. (VIEIRA JÚNIOR et al., 2006).

No processo de ocupação da região Centro-Oeste, o Plano de Metas foi fundamental, definindo a incorporação da área ali existente ao mercado nacional como atividade agrícola intensiva em capital e às frentes especulativas. A posição do Distrito Federal foi decisiva para justificar a interiorização de investimentos em telecomunicações, eletrificação e estradas, o que até por volta de 1955 era um entrave para o desenvolvimento estadual (VIEIRA JÚNIOR et al., 2006).

Vieira Júnior et al. lembram que

O que se inaugura com o Plano de Metas é a articulação dessas infraestruturas com um novo padrão de industrialização, elevadas taxas de crescimento econômico e unificação do mercado nacional. As dimensões assumidas resultaram do reforço substancial recebido, a partir de meados da década de 60, através de programas e políticas gerais e específicas, com forte repercussão sobre a economia do Centro-Oeste (2006, p. 6).

Assim, nesse ínterim, além das obras de infraestrutura que contribuía com a dinâmica da ocupação do espaço da região Centro-Oeste (VIEIRA JÚNIOR et al., 2006), tem-se a articulação da infraestrutura com o novo padrão de industrialização e economia. A nova centralidade dessa área se transforma a partir da década de 1960, com a entrada da produção de grãos, acompanhada de sua agroindustrialização, que se expande pelas áreas de Cerrado.

Nas décadas de 1960 e 1970, intensifica-se a ocupação acelerada do Cerrado, a partir da política de modernização tecnificada do campo em concordância com os interesses do capital, com a ideia de que o solo daquele bioma era fraco e improdutivo. A partir daí, tem-se

[...] uma implementação de incrementos técnicos científicos (correção de solo, sementes selecionadas, pivôs etc.) que as transformaram em “alvos” do agronegócio, apoiado pelos subsídios e as facilidades ofertadas pelos governos estadual e federal, através de linhas de créditos específicas, incentivos fiscais, infraestruturas, dentre outros (SILVA; MENDONÇA, 2011, p. 2).

Do mesmo modo, Lopes e Guilherme (1992) ressaltam que a caracterização das áreas de Cerrado apresenta fatores limitantes à produção, evidenciando a necessidade de utilização de uma tecnologia de manejo adequada, visando aumentar a probabilidade de sucesso no processo de incorporação desses solos ao processo de produção de alimentos, sobretudo em condições de agricultura não irrigada. Entretanto, as mudanças ocorridas nas bases técnicas no Cerrado brasileiro diminuíram a importância dos limites naturais e foram fundamentais para a agricultura de base técnica e moderna, acompanhada pelo processo de agroindustrialização. Assim, algumas características desse território, até então consideradas entraves para a

produção em escala, a partir do emprego da alta tecnologia e de capital, fez com que esse se tornasse um local propício para a ampliação e reprodução da agricultura moderna.

A influência da globalização no espaço agrário do Cerrado pode ser observada a partir do complexo da soja, considerando que, em poucos anos, o Brasil consolidou sua importância no mercado mundial desta *commoditie*. Enquanto que, nas décadas de 1960 e 1970, a soja expandiu pela região Sul, nas décadas subsequentes, ela se territorializou pelo espaço agrário da Região Centro-Oeste, que depois se tornou a principal produtora deste cultivo (COY; NEUBURGER, 2009).

Na década de 1980, a soja teve sua expansão dominando a porção sul da região Centro-Oeste, sobretudo os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, ingressando, nas décadas seguintes, na porção que vai do estado do Mato Grosso até o oeste baiano, instalando-se em outras regiões de Tocantins, da Bahia, além do sul do Maranhão e Piauí (COY; NEUBURGER, 2009).

Na concepção de Silva e Mendonça (2011, p. 3), a década de 1980 vivenciou uma “aceleração da territorialização do capital no Cerrado via agronegócio nas áreas de chapadas em Goiás, as quais são propícias à mecanização foram capturadas pela lógica da produção do capital”. Fernandes (2004, p. 1) entende que o “agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista”. “O agronegócio é marcado pela intensificação da produtividade e da incorporação de tecnologia aplicada à produção” (SILVA; MENDONÇA, 2012, p. 7). Cavalcanti e Fernandes (2008, p. 23) entendem o agronegócio como:

um vigoroso circuito capitalista de produção que se territorializa no campo, é uma das faces da reestruturação produtiva promovida pelo capitalismo. Ele produz e reproduz a lógica territorial das empresas transnacionais implantando novas racionalidades que reconfiguram toda a dinâmica socioespacial.

A produção mecanizada tirou da agricultura o antigo poder de transformar socialmente o espaço na medida em que não empregava mais tanta mão de obra. A atividade pecuária, “também incorporando a alta tecnologia em sua produção, aliando-se à indústria numa cadeia e competindo por localização com a agricultura, consegue transformar a paisagem quase como a esta” (SILVA et al., 2013, p. 120).

O investimento em tecnologia, ao mesmo tempo que levou ao aumento da produtividade, provocou um significativo aumento do preço da terra. Sobre a questão, Mendonça (2004, p. 6) atenta para o fato de que as pesquisas “possibilitaram o surgimento de um aparato técnico e científico cada vez mais eficiente, além das inovações tecnológicas

específicas para a agropecuária, com destaque para as áreas de fronteira, no caso, o Centro-Oeste brasileiro”.

Assim, a tecnologia passa a auxiliar o ritmo da produção agropecuária, que passa a ser cada vez mais moderna, com pivôs de irrigações; máquinas agrícolas utilizadas no preparo do solo, no plantio, nas pulverizações; galpões de armazenamentos; caminhões graneleiros e bitrens levando insumos a propriedades e produtos agrícolas às indústrias; e escritórios de acompanhamento em tempo real do preço dos produtos agropecuários no mercado internacional através das principais bolsas. Tudo em um processo contínuo, onde a instalação dos fixos passa a ter uma estratégia fundamental nos ganhos comerciais.

Dall’Agnol (2008) enumera as causas para que a região central do Brasil se transformasse no principal centro produtor de soja do País, quais sejam: a construção da nova capital – Brasília, o que provocou uma série de melhorias na infraestrutura regional de transporte, comunicações e urbanização; os incentivos fiscais para o aumento da área de produção agrícola, aquisição de máquinas, construção de silos e armazéns, bem como para o estabelecimento de agroindústrias produtoras e processadoras de grãos e de carnes; o baixo valor das terras; o desenvolvimento de tecnologias para a produção de soja em zonas tropicais; os solos planos, favoráveis à mecanização; as boas condições físicas dos solos da região, favorecendo o uso de maquinário agrícola; as melhorias no sistema de transporte regional composto por rodovias, ferrovias e hidrovias; o bom nível econômico e tecnológico dos produtores de soja da região, oriundos, em sua maioria, da Região Sul; o regime pluviométrico favorável aos cultivos de verão; e a integração lavoura-pecuária.

Em poucos anos, a região Centro-Oeste, antes periféricas para a produção em escala, transformou-se em líder nacional de produção de soja, com estruturas fundiárias que se caracterizam pela predominância dos grandes estabelecimentos altamente tecnificados e absorção de mão de obra muito baixa (COY; NEUBURGER, 2009).

A integração econômica das fronteiras agrícolas ao modelo econômico dominante, além de provocar conflitos agrários, desarticulou as relações de posse tradicionais nestas regiões (WANDERLEY, 2014). As casas dos camponeses, inicialmente localizadas nos fundos de vales ou encostas (onde estão as nascentes) (PORTO GONÇALVES, 2004), agora ali estão por ser a única alternativa e que lhes sobraram com a apropriação das chapadas pela grande produção.

Tais espaços onde, até então, a vida era comandada pelo tempo camponês passavam a sofrer as transformações da expansão do capital no campo, refletidas na cidade que, por sua

vez, também se transformava. O ritmo citadino ali muda drasticamente com as transformações em curso e com a chegada de novos grupos capitalistas, já adaptados ao tempo do capital. Sobre a questão, para Mendonça (2002), no Cerrado, as novas formas de padrões urbanos foram impostos às populações nativas, que viviam da exploração agropecuária de subsistência e com produção limitada de excedente comercializado regionalmente.

Porto Gonçalves (2004) destaca que, naquele bioma, uma parte considerável de agricultores ficou fora, sem acesso aos pacotes tecnológicos.

Os camponeses dos cerrados se veem, hoje, desapropriados por um modelo que, por sua própria lógica, não democratiza seus benefícios, seja pela elevada magnitude de capital que exige para aceder a todo o pacote tecnológico, seja pelas enormes extensões de terras, seja, ainda, pela diminuição de preços agrícolas que provoca, impedindo que cheguem ao mercado aqueles que estão abaixo do nível de produtividade médio, sempre rebaixado pelas grandes empresas do agronegócio (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 20).

Nas transformações nas áreas de Cerrado, o Estado teve fundamental importância. Vários programas governamentais contribuíram para que ocorresse a introdução de novas culturas, como, por exemplo, a soja, o milho, o sorgo, o algodão, além da valorização do preço das terras, decorrentes da modernização do território, com base na moderna infraestrutura implantada na região. Contudo, tais benefícios foram reduzidos a uma pequena parcela da população, tendo em vista que esses atenderam, principalmente, as grandes propriedades, conforme preconiza Pessoa (1982, p. 7).

Assim, após a influência do Estado pelos programas especiais, é possível observar a entrada do capital nacional e internacional privado, que assume a iniciativa com a presença, por exemplo, de empresas multinacionais do ramo agrícola na produção de sementes e na biotecnologia. Tal ação contribui para a melhoria na infraestrutura de comunicação (telefonia, *internet*, satélites etc.) (COY; NEUBURGER, 2009).

3.3 A EXPANSÃO DA MODERNIZAÇÃO AGROPECUÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS

A modernização agrícola modificou a estrutura fundiária goiana por meio da intensificação da produção de culturas produzidas em larga escala e técnicas sofisticadas de produção. Juntamente com esse processo, ocorreu uma nova configuração social econômica no Estado, pautada nas novas tramas do capital, nas desigualdades sociais, na concentração de renda e terra e na exclusão dos pequenos agricultores (MATOS; PESSOA, 2010).

O processo de ocupação do estado de Goiás foi longo e heterogêneo, desde o período da mineração de núcleos antigos e pela incorporação de terras ao processo produtivo, contínuo no decorrer do século XX, no sentido sul-norte, ocorrendo, primeiramente, a ocupação das áreas próximas aos centros dinâmicos, fazendo com que as áreas situadas na porção norte fossem ocupadas plenamente somente nas décadas de 1980 e 1990 (MIZIARA, 2009).

Calaça e Dias (2010) entendem que o processo de povoamento do estado de Goiás deu-se com as entradas e bandeiras pelo interior do Brasil à procura de pedras preciosas, sem obedecer a um roteiro prévio e com informações fornecidas por índios. Os municípios de Goiás têm origens diferentes. A ocupação de grande parte daquela UF deu-se de forma direta e indireta pela exploração de ouro no século XVIII. “De forma direta nas áreas onde a presença do ouro dinamizava a economia, e indiretamente, nas áreas que se constituíam em rota de passagem e pouso das comitivas” (CALAÇA; DIAS, 2010, p. 314). Assim, enquanto alguns municípios goianos se constituíram a partir dos povoados do ouro (Cidade de Goiás, Pirenópolis, Traíras, Pilar e Crixás, por exemplo), outros surgiram a partir do desenvolvimento da pecuária, com a decadência das jazidas de ouro, o que contribuiu para a composição de novos municípios.

Dessa feita, a economia daquele Estado, desde o final do ciclo do ouro no século XIX, tinha por base a agropecuária tradicional, pautada na agricultura de subsistência e pecuária extensiva que, sobretudo, demandava mão de obra familiar e uso extensivo de terras (PIRES, 2009).

Em geral, o Brasil Central foi povoado por migrantes, representados pelos bandeirantes paulistas e viajantes nordestinos. Com a decadência da mineração, houve o estabelecimento de fazendas de pecuária extensiva. Segundo Pires (2009), a instituição da Lei de Terras de 1850 – Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, e o ordenamento jurídico e normativo que restringiu economicamente o uso de posse da terra apenas às relações de compra e venda, impedindo o acesso à terra por outro caminho fora das relações mercantis, em Goiás, não foi suficiente para impedir o acesso a terra pela posse, o que ocorreu, muitas vezes, ainda fora do ordenamento jurídico e normativo do ditame supramencionado.

No início do século XX, a pecuária extensiva se tornou a principal fonte de renda no estado de Goiás (SILVA; BOAVENTURA; FIORAVANTI, 2012), o qual foi alvo da fronteira agrícola que, a partir de 1960, implicou no avanço das atividades agropecuárias e vários processos migratórios de outras regiões do País. Para Miziara (2009), o processo de

expansão da fronteira agrícola, com base na transformação da base técnica da agropecuária, teve início com a chegada de agricultores de outras regiões do País, que já haviam obtido experiência com o novo padrão tecnológico. Esses passaram a comprar áreas de chapadões, principalmente por serem agricultores que trabalham com o diferencial de preços das terras.

Segundo Pires (2009, p. 82), no estado de Goiás, uma forte característica na estrutura econômica foi o enraizamento da modernização “em uma estrutura fundiária cujo traço preponderante, desde o período colonial, à forte concentração de vastas áreas do território de Goiás nas mãos de poucos proprietários rurais”. Conforme o autor, naquela UF, o uso e a posse da terra significavam riqueza, poder econômico e habilitavam os proprietários rurais ao acesso aos centros de decisão política municipal ou estadual. Em 1930, com a revolução burguesa, as oligarquias, representadas pelos coronéis que assumiram cargos políticos no período da República Velha, perderam o poder político em detrimento de uma nova oligarquia, representada por Pedro Ludovico Teixeira. Essa seria responsável pelo processo de modernização agrícola no estado ao abrir a economia ao processo de modernização. A elite goiana dominante não alterou a estrutura agrária e avançou no processo de modernização agrícola.

Progredir rumo à modernização agrícola, mantendo a estrutura fundiária intocada, foi o caminho escolhido pela elite dominante em Goiás (PIRES, 2008). Com o desenvolvimento tecnológico nas médias e grandes propriedades agropecuárias, mais terras foram disponibilizadas pelo capital, aumentando, assim, o tamanho das terras agricultáveis e, conseqüentemente, o das áreas para a produção em escala, contribuindo para a expansão da fronteira agrícola goiana, promovendo mudanças nas relações de produção e mantendo a estrutura fundiária concentrada.

A soja é o primeiro cultivo que chega a Goiás sob os ditames da modernização agrícola. Todavia, de acordo com Rodrigues e Miziara (2009), a pecuária goiana também sentiu os efeitos do processo de modernização agrícola. A bovinocultura de Goiás passou por transformações em seu processo produtivo, com o reordenamento de seu espaço e a intensificação de suas áreas de produção. Juntamente com a exploração intensiva do solo, e sob um novo padrão tecnológico, a bovinocultura goiana intensificou suas atividades, na busca de aumento de produtividade.

A introdução da soja no Estado de Goiás se deu, primeiramente, pela porção Sul, substituindo as áreas de cultivos anuais tradicionais e de subsistência, e seu cultivo se deveu, principalmente, à campanha oficial de aumento da produtividade e diversificação de cultivos

de 1970, do Ministério da Agricultura e da ACAR-GO, que teve como objetivo principal diminuir a instabilidade econômica advinda do apoio exclusivo da economia agrícola estadual na produção de arroz. Para Vieira (2002), a expansão da soja no Estado de Goiás teve o interesse crescente da indústria de óleo e da demanda no mercado internacional.

De acordo com Pires (2008), em 1960, entre as áreas colhidas com grãos e cana-de-açúcar, as culturas de maiores destaques foram o arroz e o milho que juntos responderam por 84,5% da área colhida no estado de Goiás. Na primeira metade da década de 1970, mesmo com considerável declínio, a participação da área colhida de arroz foi significativa, sendo a principal cultura ali cultivada. Em meados de 1970 – período da intensificação da modernização agrícola –, a área cultivada da soja apresentou relativo aumento em relação às áreas de arroz, que continuou com o total de área descendente.

A soja, gradativamente, expandiu-se pelo Estado em razão do esgotamento das fronteiras agrícolas no Sul do País (VIEIRA, 2002). O processo de substituição dos principais produtos agrícolas goianos tornou-se mais forte a partir da década de 1980, com o deslocamento de produtores de outros Estados para as propriedades agropecuárias da UF em questão.

No início da década de 1980, a área colhida de milho e arroz representou 82,4% da área total colhida no estado de Goiás, já apresentando uma tendência de substituição de culturas nas terras goianas, principalmente com o declínio da área de cultivo do arroz, que em 1980 foi de 49,1% da área colhida, enquanto que a cultura da soja, em ocupação de área crescente, apresentou no início da década de 1980 mais de 10% da área colhida – número considerável quando comparado ao do ano de 1969, em que a área para produção de soja era insignificante (PIRES, 2008).

Acompanhando o crescimento da produção de milho da região Centro-Oeste, o estado de Goiás, que antes era um exportador líquido de milho, aumentou sua demanda significativamente nos últimos anos, preocupando-se com o abastecimento local, impulsionado pela expansão da produção de carne, principalmente de aves e suínos e o gado confinado de corte, mostrando-se competitivo em razão da sua produtividade acima da média nacional (PINAZZA, 2007).

O histórico de ocupação do território goiano evidencia uma sobreposição de vários processos de expansão, a saber: a pecuária simples e a agricultura, que, por sua vez, não eliminou a pecuária, mas sim, modernizou-a, sendo que a “estrutura foi a estrutura de mercado que exigiu uma constante transformação ou readequação das fronteiras agrícolas em

Goiás, além de sua expansão para os Estados vizinhos, em áreas de Cerrado e Pantanal” (SILVA; MIZIARA, 2011, p. 400).

O início da expansão da produção alcooleira no estado de Goiás deu-se nos anos de 1980, sendo, de fato, algo notável na década de 1990 e se intensificando no início dos anos 2000, “em razão da grande necessidade de diversificação na matriz energética, motivada pelos impactos ambientais decorrentes do modelo adotado anteriormente, baseado em combustíveis fósseis” (ABDALA; CASTRO, 2010, p. 173). Com a nova expansão do setor sucroalcooleiro, o estado de Goiás acabou se transformando em uma nova área de fronteira para a cana-de-açúcar, com a ocupação das áreas de cerrado, até então não privilegiadas para essa atividade (MIZIARA, 2009).

Em 2007, a cana-de-açúcar já era a terceira cultura temporária em termos de ocupação de área, estando atrás apenas da área destinada à soja e ao milho, conforme expresso na Tabela 5, a seguir. E, de acordo com a NOVACANA (2008), tal fato se deu, em particular, devido à excelente eficiência de conversão fotossintética da cana-de-açúcar, que permite uma produtividade excepcional, em torno de 75 t/ha em média.

Tabela 5 – Principais culturas temporárias em 2007

Cultura	Área colhida (10 ha)	Produção (10 t)	% Área colhida ²⁷	Produtividade
Soja	20,58	57,95	35,6	2,82
Milho	13,82	51,83	23,9	3,75
Cana-de-açúcar	6,69	515,83	11,6	77,10
Feijão	3,83	3,25	6,6	0,85
Arroz	2,90	11,05	5,0	3,81
Café	2,22	2,17	3,8	0,97
Mandioca	1,91	26,92	3,3	14,09
Trigo	1,85	4,09	3,2	2,21
Algodão herbáceo	1,12	4,09	1,9	3,65
Laranja	0,80	18,50	1,4	23,13
Outros	2,06	7,22	3,6	3,50
Total	57,78*	não avaliado	100,0	—

Fonte: NOVACANA, IBGE.

A direção da expansão da cana-de-açúcar pelo bioma do Cerrado e pela região Centro-Oeste do Brasil deve-se à disponibilidade de terras, de recursos públicos, ao Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE) (SAUER; PIETRAFESA, 2012) e às condições naturais existentes - solos, clima e relevo agregado ao acesso mais fácil às terras (SILVA, 2011). Nesse ínterim, o estado de Goiás é um das UFs-alvo dos investimentos do setor sucroalcooleiro em razão da rápida expansão do cultivo da cana-de-açúcar ocorrida nas

²⁷ O valor refere-se ao conjunto formado pelas 19 maiores culturas agrícolas do Brasil em termos da área colhida no ano de 2007 (IBGE, 2008).

últimas décadas, que motivou empresários na busca de terras para o cultivo desse produto (CARVALHO; CARRIJO, 2007).

Na referida UF, a presença estatal também é fundamental para a expansão do setor sucroalcooleiro, uma vez que este recebe substancial aporte de investimentos com recursos públicos do FCO e do BNDES, além da aprovação de projetos diversos (PIETRAFESA; SAUER; SANTOS, 2011). Assim, aquela UF passou a se reconhecer como um importante produtor de cana-de-açúcar no País e, segundo a CONAB (2016), ocupa o segundo lugar na produção de cana-de-açúcar, com 10,4% do total em uma área de 885,8 mil hectares, atrás somente do estado de São Paulo, maior produtor, com 52% em uma área de 4.498,3 mil hectares.

Com base no monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite CANASAT (2016), dos 246 municípios do estado de Goiás, a cana-de-açúcar foi cultivada em 98 municípios, em uma área total cultivada com cana-de-açúcar de 968.090 hectares, representando quase 40% das localidades.

O estado de Goiás priorizou a cultura da cana-de-açúcar em detrimento das culturas alimentares (CARVALHO; CARRIJO, 2007). Nesse sentido, é possível observar ali, nos últimos anos, um aumento significativo no número de novas usinas instaladas e em fase de instalação (MIZIARRA, 2009). Sobre a questão, Silva e Miziara (2011) destacam que na referida UF tem-se uma relação direta entre o aumento da área plantada com o aumento do número de usinas para produção de álcool e açúcar, estando o processo de expansão agrícola fortemente relacionado com as características físicas e de infraestrutura do espaço a ser ocupado.

O crescente número de projetos naquele Estado, além de objetivar a instalação de novas usinas, busca também a ampliação daquelas já existentes, deparando-se com várias potencialidades que podem tornar o Estado um mercado competitivo na atividade canavieira (CARRIJO; MIZIARRA, 2009). Em 2007, funcionavam no estado de Goiás 15 usinas de açúcar e álcool, e havia a aprovação, pelos mandatários locais, de 51 novos projetos para receber incentivos fiscais, nos próximos três anos, com previsão de que nos próximos 10 anos seriam instaladas na região cerca 150 usinas (CARVALHO; CARRIJO, 2007).

Em 2008, aquela UF teve 60 projetos de instalações e 18 usinas de cana-de-açúcar implantadas, com a aprovação pelo governo estadual de R\$ 3.248.739.966,98 de créditos – medida que abriu vagas para um total de 21.360 trabalhadores (CARRIJO; MIZIARRA,

2009). Em 2011, tinha-se, então, 33 usinas de álcool e açúcar em operação nas cinco mesorregiões de Goiás (MARQUES et al., 2012).

3.4 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O homem, modificador da paisagem pela sua simples presença, com a intencionalidade de transformar o espaço, intensifica essas modificações provocando inúmeros impactos na superfície terrestre, provocando o desequilíbrio no meio natural ou humanizado. Para Sinhorini e Saquet (2005), a modernização da agricultura foi vista como o único caminho para o desenvolvimento, sem mesmo ter noção da amplitude dos seus impactos territoriais.

Nesse processo, a produção de grãos está atrelada a uma série de problemas de ordem socioambiental e econômica. Exemplo disso é mostrado por Guanzioli (2006, p. 48), ao afirmar que, “além da expansão territorial, a soja comprime as áreas de floresta dos estados onde já era plantada, limitando-as a sua mínima expressão, acontecendo frequentemente o plantio até nas margens dos rios que assim são ameaçados de assoreamento”. Ao se expandir para área próxima à região amazônica, acirram-se os questionamentos sobre o risco de agravamento do desmatamento já em curso da floresta amazônica. Se desenvolvida de forma persistente sobre o território, a monocultura aumenta a resistência das pragas aos praguicidas existentes, desenvolvendo novas pragas para as quais não existem venenos suficientemente poderosos (GUANZIOLI, 2006).

Para além dos problemas ambientais provocados por qualquer tipo de monocultura, a cana-de-açúcar ainda tem seus agravantes neste processo, merecendo destaque a quantidade de resíduos gerados do processo de transformação e o processo de queimada da palha da cana. Mesmo considerada energia limpa, a produção sucroenergética produz sérios impactos ambientais.

Piacente (2005) enumera os impactos ambientais dos processos produtivos sucroalcooleiros em duas categorias: os gerados na fase agrícola e os da fase industrial. Os impactos gerados na fase agrícola são: a redução da biodiversidade causada pelo desmatamento e pela implantação da monocultura canavieira; a contaminação das águas superficiais e do solo por intermédio da prática excessiva de adubos, corretivos minerais e aplicação de herbicidas; a compactação do solo por meio do tráfego de maquinaria pesada durante o plantio, os tratos culturais e a colheita; o assoreamento de corpos-d'água devido à

erosão do solo em áreas de renovação de lavoura; e a eliminação de fuligem e gases de efeito estufa na queima durante o período de colheita. Enquanto que na fase industrial são: a geração de resíduos potencialmente poluidores como a vinhaça e a torta de filtro; a utilização intensiva de água para o processamento industrial da cana-de-açúcar; e o forte odor gerado na fase de fermentação e destilação do caldo para a produção de álcool.

Resgatando sucintamente a trajetória histórica das relações de trabalho com a tecnificação do campo, verificam-se intensos impactos das transformações tecnológicas e sociais nos processos de trabalho em áreas rurais. Nas duas últimas décadas, houve no Brasil uma crescente expansão do agronegócio sucroalcooleiro e esse, por sua vez, intensificou os impactos socioambientais e territoriais no espaço rural e urbano brasileiro. Sobre essa expansão e seus impactos socioterritoriais em Goiás, Queiroz, Meirelles Filho e Barbosa (2015, p. 4) afirmam que esse processo ocorre por meio da combinação entre incentivos públicos e privado, via incentivos fiscais.

Sobre a questão, Martine (1991) entende que a concentração da terra foi acentuada pela mudança na escala de produção trazida pelos pacotes tecnológicos e pela tendência especulativa provocada pela modernização agropecuária, afetando as relações de produção no campo. Além do aumento do êxodo rural, a mecanização também provocou a diminuição da terra pelos arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores, que tiveram suas áreas reduzidas em função da territorialização do capital.

A mecanização, ao dispensar trabalhadores, liberou os proprietários de pagamentos de encargos sociais e, ao mesmo tempo, aumentou o número de trabalhadores temporários. Ainda nessa mesma linha, Paulino afirma que

Na prática, esse padrão de modernização libertou os proprietários de qualquer ônus trabalhista que pudesse recair si, restando aos trabalhadores conhecidos como “boias-frias” ocupações e rendimentos incertos, como se a satisfação de necessidades vitais pudessem esperar o tempo das colheitas, momento em que são chamados a vender seu trabalho (2006, p. 7).

Isso se deu muito porque os grandes proprietários passaram a não ver a necessidade de manter dentro das suas terras a mão de obra durante todo o ano ou ciclo produtivo. Assim, com a preparação do solo via mecanização, além do intenso uso de insumos, tinha-se, então, um período em que não era necessária tanta mão de obra, enquanto as fases de colheita eram mantidas como atividade manual e altamente dependente da força de trabalho (WANDERLEY, 2014).

Tal ação fez com que a grande propriedade monocultura instalada nos moldes da modernização agrícola expulsasse um grande número de trabalhadores residentes de seu interior, que perderam os recursos da sua produção de subsistência e passaram a viver nas periferias das cidades. Os grandes proprietários monocultores contratavam-nos apenas nos momentos de maior necessidade de trabalho e conforme o ciclo produtivo. Aqueles trabalhadores, agora sem vínculo, passavam, então, a vender sua força de trabalho nos períodos de colheitas (WANDERLEY, 2014) nas grandes propriedades, que, além de retirarem o agricultor, extraíam também o máximo de vegetação das áreas, substituindo-as pela grande lavoura.

Assim, a modernização agrícola trouxe sérias consequências ao emprego agrícola. As grandes propriedades, que, agora modernas, fazem uso de mão de obra em quantidade reduzida ao longo do ano, mas que no período de safras ainda é altamente requerente de força de trabalho, agora volantes e residentes das áreas marginais das cidades, deslocando-se diariamente à grande lavoura, agenciados por gatos – agenciador de mão de obra agrária volante – e em precárias condições de trabalho.

A intensificação da migração campo-cidade é parte da contradição do processo de expansão do agronegócio e da produção agropecuária comercial. Assim, não somente a base técnica se transforma, mas também as relações sociais de produção. As relações sociais de trabalho se modificam; ocorre praticamente o surgimento do trabalho assalariado no campo em detrimento do trabalho individual, aumentando o uso do trabalho dos boias-frias.

Campeão et al. (2009, p. 7) afirma que a migração a partir do trabalho de colheita manual é uma estratégia de diminuição de custos e realizado impacta também a cultura local.

Esta opção de mão-de-obra é uma estratégia para baixar os custos de produção do setor sucroalcooleiro, pois grande parte da admissão desta mão de obra migrante é realizada sem registro trabalhista ou por intermédio de contratantes ilegais denominados “gatos”. Esses trabalhadores acabam ficando longe dos familiares e sem acesso às redes locais de proteção, uma vez que são alojados em casas dentro dos canaviais ou nas periferias das cidades das regiões canavieiras [...].

A possibilidade de reduzir a poluição a partir da produção e utilização do etanol faz com que ele seja considerado um combustível limpo, título negado por Oliveira (2007), quando argumenta que esse título é um mito. Discutindo a fortuna dos usineiros a partir da apropriação da mão de obra dos trabalhadores da cana, o autor destaca que a riqueza concentrada no setor sucroalcooleiro historicamente se deu a partir dos altos faturamentos, adquirida a partir das relações de trabalho baseada na superexploração, no trabalho escravo e

no trabalho degradante, ou seja, relações que submetem os trabalhadores a condições desumanas de trabalho.

Grande parte dessas riquezas advêm de condições de privilégio e exploração a partir de doações de terras, força de trabalho escravo, políticas protecionistas, incentivos fiscais e doações de terras. Barros (2014) atesta que nem sempre as condições dos trabalhadores canavieiros são as boas, pois são constantemente submetidos a sérias violações trabalhistas, incluindo casos de trabalho escravo. Desde 1960, a média de extração de cana-de-açúcar por cortador deu um sobressalto assustador. Enquanto que na década de 1960 um cortador de cana-de-açúcar colhia duas toneladas/dia, no ano de 2014, colhia 12 toneladas/dia. Além disso, em um dia os cortadores de cana-de-açúcar caminham em média 8,8 km, desfere 133.332 golpes de facão, faz 36.630 flexões e giros de corpo e perde oito litros de água.

O ritmo imposto aos trabalhadores canavieiros é de competição com as máquinas. Por exemplo, uma colheitadeira realiza o trabalho de 80 a 100 pessoas. O excesso de horas-extras dos trabalhadores é um dos problemas mais comuns nas lavouras de cana-de-açúcar do país.

Para Oliveira (2007, s/p), “a origem do trabalho na cana [...] foi baseada na escravidão, e tudo indica que ela não acabou. Aliás, há ainda hoje a presença do trabalho escravo em usinas e destilarias”, fato constatado a partir do instante em que várias usinas e destilarias estiveram na lista suja do Ministério do Trabalho.

Os preços das terras de lavouras e de arrendamentos, além de serem importantes indicadores financeiros do setor agrícola brasileiros, refletem o potencial de investimento na terra. O crescimento da agricultura brasileira nas últimas décadas elevou os preços das terras agrícolas e provocou um aumento nos negócios com terra e as opções de investimento para a produção agropecuária tanto para compradores brasileiros como para estrangeiros. As previsões é que a aquisição de terras por estrangeiras continuem aumentando no Brasil pelo fato de o País permanecer entre os poucos que ainda têm potencial de aumentar de forma significativa a área agrícola e a produtividade (GASQUES, BASTOS e VALDES, 2008).

Para Oliveira (2007, p. 68-69), a terra é transformada em mercadoria a partir do desenvolvimento capitalista de produção e a afirmação do regime da propriedade privada da terra e da produção de mercadoria na agricultura. Para esse autor, quando se afirma que uma terra é melhor que outra, está afirmando que uma produz mais renda da terra do que a outra. Dessa forma, a terra gera renda e não lucro, como faz o capital, e, com isso, no modo de produção capitalista, “o preço da terra é, portanto, renda capitalizada da terra e não capital [...]

quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em renda capitalizada da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 63).

A modernização agrícola ocorrida no Brasil levou a uma supervalorização do preço da terra. De acordo com a *Revista Agroanalysis* (2014)²⁸, entre os anos de 2003 a 2013, houve um aumento em um ritmo acelerado no preço médios das terras agrícolas brasileiras bem acima da inflação e com rendimentos superiores às de outras aplicações, como ouro, ações e dólar, e contribuem na continuidade do movimento de alta podendo ainda ser superior à taxa de inflação. O preço médio por hectare de terras em exploração agrícola no país em 2002 era de R\$ 5.750,11, e o preço médio de terras de pastagem era de R\$ 1.541,98 por hectare. Em 2013, esses preços mostraram significativo aumento: as terras agrícolas aumentaram em 244,98% e as terras de exploração pecuárias em 342,94%.

Tais informações comprovam que, com o aumento do preço da terra pela compra e também pelo arrendamento, o pequeno produtor de fato é o que mais sente os impactos nessa relação desigual, pois, com poder de compra menor do que os demais produtores e principalmente menor do que a própria agroindústria, “são expulsos da terra e se retiram para as áreas urbanas em um processo de maior precarização da vida e das relações sociais” (MENDONÇA; SILVA, 2011, p. 3). Ademais, vão ocupar espaços marginais de produção, onde conseguem se reproduz, mas acompanhado de uma precarização do seu modo de vida, conforme observado com os sujeitos desta pesquisa.

3.5 TERRITORIALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para se chegar à compreensão da construção da territorialidade camponesa, é necessário compreender os conceitos de território que se configuram a partir das relações social construídas por estes grupos. O território na ciência geográfica tem inúmeras variações, considerando as várias dimensões, origens e enfoques, que são evidenciados por diversos autores.

Sem reduzir a complexidade do conceito de território neste trabalho, parte-se de uma abordagem territorial para entender o que se processa na região estudada, entendendo que nessa microrregião as relações de poder que vão compor o território se processam e se realizam por intermédio das relações sociais de dominação e sujeição, considerando que, para

²⁸ Disponível em: <<http://agroanalysis.com.br/index.php/12/2014/mercado-negocios/investimentos-fundiarios-a-valorizacao-das-terras-no-brasil>>. Acesso em: 02 de jan. de 2015.

Raffestin (1993, p. 53), a relação de poder é inevitável no território, “sendo toda relação um lugar de poder [...] significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação”. Buscamos, então, uma abordagem do território a partir da multidimensionalidade, partindo da compreensão social, mas buscando a sua construção política, econômica e cultura.

Santos (2007) entende o território como o lugar onde a história do homem se realiza a partir da manifestação de sua existência. “O território é condição essencial para todos os tipos de organização” (FERNANDES, 2008a, p. 78). Santos (2007) entende que o território como um lugar onde convergem todas as ações, paixões, forças, fraquezas, poderes. O território é um “espaço simultaneamente dominado e apropriado” (HAESBAERT, 2002, p. 121); assim, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN 1993, p. 143).

É construído socialmente, constantemente reestruturado, dominado, modificado e por isso ele não está acabado, mas em constante transformação. Assim, Raffestin (1993, p. 7-8) assegura que “o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço”. Para o autor, é o espaço que precede ao território, e esse, por sua vez, é formado do espaço, sendo “o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Para Fernandes (2008), as relações sociais produzem os territórios e são, ao mesmo tempo, produzidas por esses (FERNANDES, 2008a, p. 17).

Saquet (2005, p. 38) destaca que o espaço é elemento constituinte do território, não é apenas palco e receptor de ações e obras, como também produto da processualidade social e força produtiva. Haesbaert (2005, p. 87) considera que “o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço”. A organização e transformação do território é um processo complexo, que remete ao desenvolvimento das forças produtivas e intensificações do desenvolvimento das relações capitalistas.

Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Para Fernandes (2008a), existem os territórios materiais e imateriais. Os primeiros são formados no espaço físico e os segundos são formados no espaço social a partir das relações sociais que incluem os pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Porém, esses dois tipos

de territórios são indissociáveis, não existindo um sem a existência do outro, vinculados pela intencionalidade.

A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. Em nossa análise, consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedade privadas não capitalistas; o terceiro território formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território (FERNANDES, 2008a, p. 8).

Existe uma contínua disputa entre o território camponês e o território do agronegócio. Mesmo disputando uma mesma parcela do espaço, a maneira de se apropriar, produzir e reproduzir no território se dá de forma distinta. A disputa territorial entre a agricultura camponesa e o agronegócio não é somente por terra, mas abrange outras dimensões do território, como “a educação, a cultura, a agroecologia, a produção de alimentos, a produção de energia, o controle da produção, distribuição, circulação e consumo da produção alimentar e energética” (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 26). Assim é uma disputa por modelos distintos de sociedade e campo.

Produzem territórios diferentes, com paisagens diferentes. E, vão engendrar paradigmas distintos de interpretação da realidade e vice-versa. Por isso, na produção de agrocombustíveis e de alimentos existe uma disputa entre o campesinato e o agronegócio por modelos distintos, a partir de lógicas/racionalidades antagônicas (CAMACHO, CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 26).

Fernandes (2008a) destaca que nas abordagens territoriais prevalecem análises das dimensões econômica e social em uma definição de território como uma unidade geográfica geralmente determinada como espaço de governança. Para ele, “a definição de ‘território’ por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no ‘território’ de um determinado projeto de desenvolvimento territorial” (FERNANDES, 2008b, p. 4).

Quando se ignora de forma intencional os diferentes territórios, Fernandes (2008b) considera que se perde a multiescalaridade, pois esses territórios são organizados desde a escala local até a internacional. Aí o conceito de território passa a ser utilizado a atender aos interesses de instituições passa a expressar as relações de poder, sua mais cara propriedade. Assim, o autor considera que a multidimensionalidade é completamente desprezada. Mesmo estando presente na definição do conceito de território em muitos artigos e documentos, ela

não se concretiza, pois implicaria na socialização das tomadas de decisão e significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais. É nessa conjuntura que o território é usado como instrumento de controle social de subordinação de comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento do agronegócio.

Fernandes (2008b) entende que a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades é determinada por políticas de desenvolvimento. Dessa forma, a organização do território é definida por quem determina a política. As comunidades camponesas terão pouco poder de decisão na política, pois essas têm menor poder político, mesmo que o discurso dos órgãos defenda o empoderamento dessas comunidades. Fabrini (2007, p. 30) entende que a dimensão territorial tem importante sentido, para “reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista”.

Para Fabrini

O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção. Neste sentido, o camponês [...] numa prática de relações sociais “geografada” localmente, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência e, conseqüentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social (FABRINI, 2007, p. 30).

Através da Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), é construído e modificado o território (RAFFESTIN, 1993). O camponês, ao construir seu território, cria uma identidade a partir dele. Os pequenos produtores, em um intenso processo de deslocamento e migração, desenraizando-se, desterritorializam das áreas-alvo do agronegócio e vão se reterritorializar em outras áreas marginais, que, *a priori*, não são as áreas nobres do agronegócio brasileiro (FABRINI, 2007).

Para Fabrini (2007, p. 24), “o território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas”. “Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato” (FERNANDES, 2008, p. 76). São nos processos de apropriação e expansão do território que acontecem as territorializações, em suas perdas e destruição que acontecem as desterritorializações e em seu enraizamento e recriações que acontecem as reterritorializações em um processo dinâmico e interligado e, assim, lhe são atribuídas novas funções. Dessa forma, o enfrentamento entre o território camponês e o território do capital intensifica-se com o fechamento da fronteira agrícola (FERNANDES, 2008a), já que passa a haver uma disputa mais intensa pelo domínio da terra.

Como afirmando por Elias (2011), a expansão do agronegócio se dá sobre espaços ocupados, inviabilizando a atividade agropecuária de milhares de pequenos agricultores expropriados ou expulsos, que vivem do sustento ou da produção simples de mercadorias, gerando muitos conflitos sociais. De acordo com Haesbaert (2002, p. 132), “a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra”. Desse modo, agricultores expropriados na cidade e no campo passam a se apropriar de espaços marginais de produção agropecuária, como a faixa de domínio da União às margens das rodovias, entendendo esses espaços não como um lócus da ampliação de lucros ou exploração da força de trabalho, e a reconhecer essas faixas como um espaço de vida, de moradia, de trabalho e de luta para sobreviver na terra e da terra.

3.6 AS FAIXAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO: DEFINIÇÕES

As faixas de domínio são superfícies lindeiras às vias rurais, delimitadas por ditame específico e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via (Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro) (BRASIL, 2008c). O termo faixa de domínio é conceituado conforme o Glossário de Termos Técnicos Rodoviários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (1997, p. 1) como:

[...] a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras de arte²⁹, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.

As faixas de domínio (Figura 3) compreendem o corpo da rodovia e áreas adjacentes até o limite das propriedades. Sua ocupação (uso longitudinal, transversal ou pontual das faixas de domínio por qualquer meio) e das áreas adjacentes às estradas e rodovias deve obedecer às condições de segurança de trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, de acordo com o art. 50 do Código de Trânsito Brasileiro.

Figura 3 – Faixa de domínio da União

²⁹ Estrutura, como ponte, viaduto ou túnel que, pelas suas proporções e características peculiares, requer um projeto específico.



Fonte: Empresa Gaúcha de Rodovias.

Ao lado das faixas de domínio da União, têm-se as áreas *non aedificandi*. Tais faixas possuem uma largura de no mínimo 15 metros de cada lado da rodovia, a partir da linha que define a faixa de domínio³⁰, onde não se pode construir, conforme a Lei n. 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Enquanto as faixas de domínio são patrimônio público, as áreas não edificáveis são terras particulares onde não pode haver nada que gere impactos (como, por exemplo, construções).

Marafon e Varejão (2009) destacam que as faixas de domínio integram o espaço viário e que, entre as funções da área de domínio das rodovias federais, estão: a implementação da segurança viária, o aumento da capacidade com a ampliação física da rodovia e a construção de instalações de apoio às atividades rodoviárias.

Não se trata aí de área devoluta ou de uma servidão que possa ser aproveitada para atividades comerciais e outras ocupações não correspondentes com as atividades do transporte rodoviário. Para Marafon e Varejão (2009), a segurança da rodovia está relacionada à sua faixa de domínio, que deve ter uma área marginal de escape, sem a presença de obstáculos físicos e irregularidades do terreno lateral. Nesse sentido, tais áreas devem estar preparadas para a invasão de veículos sem controle, por necessidade de uma manobra brusca, falha mecânica ou pelo motorista usuário da via.

A presença de ocupações na faixa de domínio, quando irregularmente instaladas, a torna uma zona de riscos críticos e catastróficos. Árvores de porte, posicionadas a uma distância não segura do bordo do acostamento, via de regra são obstáculos que podem ser altamente letais em ocorrências de acidentes de trânsito. O mesmo se diz de postes, estruturas de drenagem salientes, painéis de propaganda e blocos de

³⁰ Estabelecida pelo art. 4, inc. II da Lei n. 6.766/1979, com ratificação da Lei n. 10.932/2004, delimita que, ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.

fundações, irregularidades do terreno não aplainado, desníveis dos aterros e dos valetões, construções clandestinas, depósitos de materiais diversos, entre outros (MARAFON; VAREJÃO, 2009, p. 6).

O uso ou ocupação da faixa de domínio de forma temporária ou permanente, por instalações de serviços públicos ou particulares, pode ser:

- a) pontual, que representa qualquer instalação em um ponto localizado da faixa de domínio;
- b) longitudinal, que representa qualquer instalação em sentido paralelo ao eixo da rodovia, de um lado ou ambos, podendo ser subterrânea, aérea ou superficial; e
- c) transversal ou travessia, sendo qualquer instalação em sentido perpendicular ou oblíquo ao eixo da rodovia, podendo ser aérea ou subterrânea (DER/PR, 2016).

Nas faixas de domínio das rodovias federais, são permitidas as seguintes instalações: tubulação de petróleo e seus derivados; tubulação de gás; transmissão de dados (telefonia, fibra óptica, TV a cabo, infovia e armários outdoor); energia elétrica (alta tensão, baixa tensão, captadores/coletores, energia solar, subestações e transformadores); água e esgoto, tubulação de água bruta, tubulação de água tratada, tubulação de esgoto sanitário e tubulação de esgoto industrial; acessos (comercial, particular e público); e outras a critério do DNIT (postos de fiscalização, postos de vigilância, abrigos de passageiros e pontos de parada de ônibus, telefones públicos, correias transportadoras, painéis e placas destinadas à publicidade etc.). No caso de ocupações com equipamentos e instalações e obras nas faixas de domínio das rodovias federais, essas devem, sempre que se julgar necessário, serem regulamentadas pelo DNIT (BRASIL, 2008c).

O uso legal da ocupação das áreas de domínio das rodovias federais se dá por intermédio do Contrato de Permissão Especial de Uso (CPEU), firmado entre o DNIT e a Permissionária, nas condições estabelecidas pelo Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso das faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob Jurisdição do referido Departamento, sendo de forma não discriminatória e equitativa (BRASIL, 2008c).

Mesmo no caso de uso regular das faixas de domínios, o item 4.2 do Manual supramencionado define que o uso contratado das faixas de domínio não induz a nenhum direito de posse ou servidão, podendo o CPEU ser cancelado a qualquer tempo sem que caiba à Permissionária qualquer indenização, reembolso, compensação ou outra verba ou valor, seja de que natureza for. Já no item 4.8, aquele Manual destaca que o DNIT poderá suspender, a qualquer tempo, os serviços ou obras que estejam ameaçando a segurança dos usuários da via

de transportes e áreas lindeiras, sem prévio aviso (item 4.8.1). Quaisquer benfeitorias realizadas nas faixas de domínio somente podem ser realizadas com a aprovação prévia por escrito do Permissor, e posteriormente incorporadas (item 4.13).

Pelo disposto no item 10.5, a regulamentação para o uso das faixas de domínio de rodovias federais é composta do Manual de Procedimentos para permissão especial de uso das faixas de domínio de rodovias federais e outros bens públicos sob jurisdição do DNIT; da Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT para implantação de cabos de telecomunicações; da Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT para implantação de linhas de transmissão ou redes de distribuição de energia elétrica; e Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT por adutoras, tubulação de gás, oleodutos, esgotos e similares para fins de implantação de linha de recalque (BRASIL, 2008c).

De acordo com o Manual de Embargo e Notificação de Ocupação de Faixa de Domínio, quando se tratar de operação de remoção, o agente deverá estar acompanhado por outro servidor e com o apoio da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Civil (PC), Polícia Federal (PF) ou Polícia Militar (PM). Esses órgãos deverão ser relacionados como testemunhas. Na ausência do apoio, o Agente poderá solicitar dos presentes as informações e incluí-los como testemunhas do embargo; na recusa desses pela assinatura, será necessária a presença de testemunhas.

Em se tratando de uma ocupação já instalada (quiosque, trailer, pontos de vendas, publicidade e demais casos fora das especificações das normas), o prazo para remoção irregular é no mínimo de três dias e no máximo de 15. Já no caso do início ou obra em andamento sem a autorização, e fora das especificações das normas, o prazo é imediato.

A Instrução de Serviços DG/DNIT n. 03/2006 determina à coordenação de Unidades de Infraestrutura Terrestre (UNITs) o redobramento da vigilância e diligência em relação à manutenção das faixas de domínio das rodovias sob sua administração, a fim de garantir que essas sejam desimpedidas e livres de qualquer utilização por parte de particulares mediante sua ocupação em caráter transitório ou duradouro³¹, ressalvadas as exceções legais regulamentares; e que as Notificações e os Embargos, realizados pelas unidades de campo, de construções localizadas a menos de 15 metros dos limites da faixa de domínio da rodovia, deverão ser notificadas imediatamente à Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias, à

³¹ Também presente na ordem de serviço 01/09 do DENIT (ver anexo A).

Procuradoria Especializada das UNITS, à PC, à PRF, à PF no Estado e à Prefeitura competente (BRASIL, 2006).

4. METODOLOGIA PARA O ESTUDO COM PEQUENOS AGRICULTORES

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA, DELIMITAÇÃO DO TEMA E OBJETO DE ESTUDO

A metodologia aqui efetivada indica as etapas, os métodos, as técnicas e as ferramentas utilizadas pelo pesquisador na investigação das questões-problema. Desse modo, quando bem definidas e descritas, as etapas contribuem para que o pesquisador cumpra os objetivos da investigação, bem como para a geração de conhecimento.

Ventura (2007) observa que é a partir da definição dos sujeitos da pesquisa que se tem o processo de investigação, delimitando o universo que será estudado. Nesse sentido, a presente pesquisa tem seu objeto de estudo centrado nos agricultores familiares que fazem uso da área da União às margens das rodovias federais para plantio e moradia. Evidentemente, sem esgotar as inúmeras possibilidades analíticas que se abrem com as informações coletadas, nas linhas que se seguem foram selecionadas algumas variáveis importantes para entender os processos que moldaram esses sujeitos, fazendo deles agricultores familiares que precisam criar estratégias de resistência para se reproduzirem enquanto agricultores familiares camponeses.

O estudo deu-se na microrregião sudoeste do estado de Goiás, evidenciando os processos sociais, históricos e econômicos ali em curso desde a década de 1960. Além da caracterização da área supramencionada, nas orientações da pesquisa foram selecionados temas fundamentais que demandam aprofundamento e contribuem para elucidar e entender a problemática da investigação, resultando na fragmentação de áreas e segregação de pequenos agricultores.

A presente investigação, de caráter teórico e empírico, conforme Gil (2002), caracteriza-se como um estudo de caso com base nas seguintes fases:

- a) formulação do problema: é a etapa inicial da pesquisa, em que se tem um longo processo de reflexão e imersão em fontes bibliográficas adequadas. Aqui, é preciso garantir que o problema formulado seja verificado por meio desse tipo de delineamento, sendo importante em estudos exploratórios e descritivos, bem como para o fornecimento de respostas referentes às causas de determinados fenômenos, uma vez que proporciona maior profundidade;

- b) definição da unidade-caso: essa etapa não constitui uma tarefa simples por ser difícil traçar os limites de um objeto, pois não existem limites concretos na definição de um objeto. Inicialmente formulado para ser aplicado a um indivíduo em um contexto definido, o conceito se ampliou e passou a ser estendido, por exemplo, a qualquer outro grupo social, podendo ser definido também de modo espacial ou temporal. Os critérios de seleção variam de acordo com o objetivo da pesquisa, podendo ser intrínseco, instrumental ou coletivo. Esse último tem o propósito de estudar as características de uma população. No caso da presente pesquisa, os agricultores familiares que fazem uso das faixas de domínio da União para moradia e trabalho. Segundo Gil (2002, p. 139), aqui os casos “são selecionados porque se acredita que, por meio deles, torna-se possível aprimorar o conhecimento acerca do universo a que pertencem”;
- c) determinação do número de casos: o presente estudo pode ser constituído tanto de um único caso quanto de vários casos – esse último quando se considera que a utilização de múltiplos casos proporciona evidências inseridas em diferentes contextos, colaborando para uma pesquisa de melhor qualidade. Porém, a utilização de múltiplos casos requer uma metodologia mais definida e um tempo estendido na fase de coleta e análise de dados, uma vez que será preciso reaplicar as mesmas questões em todos os casos e a determinação do número de casos não pode ser feita *a priori*;
- d) elaboração do protocolo: é a ação de constituição do documento que contém os instrumentos de coleta de dados e define a conduta que será adotada para a sua aplicação, sendo um dos melhores *modus operandi* de confiabilidade do estudo de caso. A elaboração torna-se mais importante nas pesquisas que envolvem múltiplos casos, constituindo a visão global do projeto, os procedimentos de campo, a determinação das questões e o guia para a elaboração dessas;
- e) coleta de dados: o processo de coleta de dados do estudo de caso se dá de modo otimizado em relação às outras modalidades de pesquisa, uma vez que, enquanto nas outras pesquisas se faz uso de técnica básica para a obtenção de dados com possíveis técnicas complementares, no estudo de caso se tem a utilização de mais de uma técnica. Isso ocorre porque, nos estudos de casos, para garantir a qualidade dos resultados obtidos, é necessária a obtenção de dados mediante procedimentos diversos, ou seja, “provenientes da convergência ou da divergência das observações

obtidas de diferentes procedimentos” de pesquisa, tornando “possível conferir a viabilidade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador” (GIL, 2002, p. 140). Os dados podem ser obtidos por meio de análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos;

- f) análise e interpretação dos dados: sendo sua natureza predominantemente qualitativa, essa etapa pode envolver também diferentes modelos de análise e é a que mais apresenta carência de sistematização. Porém, o mais importante na análise e interpretação dos dados obtidos é a manutenção da totalidade da unidade social. É aconselhável que o pesquisador desenvolva no início da pesquisa um quadro de referencial teórico com objetivo de evitar especulações no momento da análise e um dos maiores problemas na interpretação dos dados do estudo de caso: a falsa sensação de certeza que o pesquisador pode ter sobre suas conclusões (GIL, 2002);
- g) preparação do relatório: verifica-se a tendência de apresentar relatório de estudo de caso de maneira próxima às demais pesquisas, envolvendo a apresentação do problema e a metodologia empregada aos resultados obtidos e conclusões (GIL, 2002).

Um estudo de caso não é uma tarefa fácil, pois seu uso pode ser concretizado nos mais variados modos, com abordagens qualitativas e quantitativas, com aplicação em muitos campos do conhecimento. Entre as principais vantagens de se trabalhar com o estudo de caso, tem-se que esse permite analisar com mais profundidade os processos e as relações entre eles e estimula “novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatiza a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo” (VENTURA, 2007, p. 386).

Tal método de pesquisa deve partir do desejo de entender um fenômeno social que seja complexo. Seu uso se dá quando o tipo das questões de pesquisa se refere à forma ‘como’ e ‘por que’, “quando o controle que o pesquisador tem sobre os eventos é reduzido; ou quando o foco temporal está em fenômenos contemporâneos dentro do contexto da vida real” (YIN, 2001, p. 35). Na presente pesquisa, é preciso estabelecer o como e o porquê da complexa situação vivida pelos agricultores familiares que estão ocupando as margens das rodovias brasileiras em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse sentido, as linhas que se seguem podem ser classificadas como uma pesquisa explicativa, que, de acordo com Gil (2002), busca identificar fatores que contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno, explicando a razão dos acontecimentos.

Os estudos de casos mais comuns são aqueles que focalizam apenas uma unidade, a saber: indivíduo, pequeno grupo, instituição, programa ou evento. Mas há também estudos de casos múltiplos, em que vários estudos são conduzidos simultaneamente: vários indivíduos, várias instituições etc. (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

Partindo dos três tipos de estudo de caso definidos por Stake (2000), a partir de suas finalidades: intrínseco, instrumental e coletivo, Alves-Mazzotti (2006, p. 642) afirma que o pesquisador em um estudo de caso coletivo estuda de forma conjunta alguns casos para investigar um dado fenômeno, “podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos”. Os casos individuais que compõem o conjunto de casos estudado podem ou não ser escolhidos por manifestar alguma característica comum. Esses são escolhidos pelo fato de o pesquisador acreditar que seu estudo contribui na compreensão e teorização do conjunto de casos. Para esses autores,

No estudo de caso coletivo o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. Os casos individuais que se incluem no conjunto estudado podem ou não ser selecionados por manifestar alguma característica comum. Eles são escolhidos porque se acredita que seu estudo permitirá melhor compreensão, ou mesmo melhor teorização, sobre um conjunto ainda maior de casos (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 642).

Segundo Alves-Mazzotti (2006, p. 641), enquanto os estudos de casos instrumentais, coletivos ou não, pretendem favorecer ou contestar generalizações, os estudos intrínsecos, a princípio, buscam “melhor compreensão de um caso apenas pelo interesse despertado por aquele caso particular”.

O presente estudo perfaz-se em um estudo de caso, pautado no uso de uma abordagem qualitativa, aplicado quando a finalidade é explicar ou descrever um evento ou uma situação (FREITAS; JABBOUR, 2011). Aqui se fez uso de levantamento bibliográfico; na fase empírica da pesquisa, de aplicação de entrevistas semiestruturadas – com a utilização do questionário (Apêndice A) – com os sujeitos da pesquisa: os camponeses produtores nas áreas de domínio da União que margeiam as rodovias federais; e observações do espaço estudado.

Porém, mesmo não configurando uma pesquisa quantitativa, tem-se o uso de alguns dados quantitativos nesta pesquisa, sobretudo na obtenção e análise dos dados primários e

secundários, em partes pontuais do trabalho, no que tange à produção agrícola, à caracterização agrícola da região sudoeste de Goiás e aos sujeitos de pesquisa.

4.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E FERRAMENTAS DE COLETA DE DADOS: LIMITES E DIFICULDADES DA PESQUISA

Segundo Castro (2006), as ferramentas mais importantes de uma pesquisa qualitativa são: os documentos, a observação passiva, as entrevistas, os grupos de discussão (grupos focais) e a observação participante. No presente estudo, as principais técnicas utilizadas na coleta de dados primários e secundários foram: a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, a observação, as entrevistas e o registro etnográfico e registro fotográfico.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a investigação teve por característica a pesquisa com coleta de dados primários em vários trabalhos de campo realizados ao longo dos anos, por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, observação passiva, história de vida tópica, além da coleta de dados secundários por meio da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

O referencial teórico – que compõe a parte bibliográfica da presente pesquisa – trouxe em seu bojo questões ligadas à discussão clássica e contemporânea sobre os agricultores familiares no Brasil e ao território estudado, quais sejam: luta pela terra, luta pela reforma agrária, modernização agrícola e tecnificação do campo, entre outras.

Na abordagem teórico-conceitual, partimos da concepção da existência e permanência do campesinato no Brasil, considerando sua trajetória histórica, estratégias de reprodução e resistência ao longo dos anos para se fortalecer como sujeito social. Para isso, utilizamos importantes autores brasileiros que discutem a reprodução camponesa, a exemplo de Teodor Shanin, Bernardo Mançano Fernandes, Eliane Tomiasi Paulino, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez Marques e José Vicente Tavares dos Santos.

O recorte espacial é o afunilamento das discussões em termos de Brasil, especificamente da região Centro-Oeste – com destaque para as áreas de Cerrado –, estado de Goiás, sobretudo sua microrregião Sudoeste, considerando os debates sobre a agricultura familiar e camponesa, a questão agrária, a modernização agrícola, a industrialização da agricultura e a constituição dos complexos agroindustriais (CAIs), a partir da produção de grãos, carne e cana-de-açúcar e seus impactos com base nas considerações teóricas,

principalmente de autores que debateram esses temas nas últimas décadas e trouxeram importantes contribuições para o entendimento das principais questões.

A pesquisa bibliográfica foi confeccionada a partir de pesquisas em plataformas nacionais e internacionais, fazendo o uso de literatura, revistas especializadas, dissertações, teses, relatórios de pesquisa, artigos e periódicos impressos e eletrônicos. No decorrer do processo da pesquisa bibliográfica, foi notada a quantidade restrita de pesquisas específicas sobre estes sujeitos que ocupam as faixas de domínio da União, tanto nas ciências geográficas como em outras ciências, além de um número limitado de estudos sobre o processo de espacialização desses agricultores.

Principalmente na região sudoeste de Goiás, a grande parte dos estudos mais expressivos sobre a questão agrária e a luta pela terra notadamente têm por norte os estudos específicos dos assentamentos rurais, compreendendo a luta existente após o acesso à terra, abarcando as estratégias dos agricultores para se manter na terra e identificando a realidade dos agricultores.

A fase de coleta de dados primários deu-se por meio da pesquisa de campo, que percorreu toda a extensão da BR-364 nos Municípios de Jataí e Mineiros. Além das entrevistas, a leitura da realidade permitiu uma minuciosa observação do espaço estudado, entendendo que a compreensão do objeto de estudo somente seria possível após a utilização de mais de uma técnica metodológica.

Sobre a questão, Castro (2006) enumera pelo menos três tipos de vantagens na coleta de dados primários, a saber:

- a) por ser um levantamento sob medida, é possível a coleta de todas as variáveis necessárias, definidas e medidas exatamente da maneira mais interessante para a pesquisa, incluindo os questionamentos que algum censo especializado não contemplaria;
- b) a possibilidade de medir a mesma coisa de vários modos em razão de haver variáveis que são difíceis de ser quantificadas ou de que se espera relutância, reticência ou má-fé nas respostas; e
- c) o contato direto e pessoal com o objeto de investigação, principalmente quando se conhece imperfeitamente a natureza do fenômeno observado.

O trabalho de campo se mostrou como uma ferramenta essencial para cumprir os objetivos da pesquisa pela sua originalidade investigativa. Sua dificuldade partiu de uma de suas principais peculiaridades: o caráter itinerante da agricultura praticada nas faixas de

domínio da União, acarretando no surgimento e desaparecimento de novos agricultores a cada ano ou a cada ciclo produtivo. Para Minayo (2001), o trabalho de campo compreende a fase de entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc. Essa autora sustenta que o trabalho de campo

[...] consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Essa etapa [...] realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipótese e construção de teorias (MINAYIO, 2011, p. 26).

Ainda sobre a questão do trabalho de campo, Cruz Neto também observa que esse,

[...] em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. E o pesquisador, ao se empenhar em gerar conhecimentos, não pode reduzir a pesquisa à denúncia, nem substituir os grupos estudados em suas tarefas político-sociais (2001, p. 64).

Assim, o trabalho de campo mostra-se como uma possibilidade de aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, além de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo. “Deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado [...] permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento” (CRUZ NETO, 2001, p. 52).

Ao longo da pesquisa de campo, técnicas foram modificadas e metodologias foram adaptadas, a fim de buscar o caminho que melhor compreendesse os sujeitos deste estudo. Destarte, Cruz Neto (2001) destaca que uma pesquisa não pode se restringir apenas à utilização de instrumentos aprimorados de coleta de informações para se chegar aos objetivos. Para esse autor, a ida a campo permite reformular os caminhos da investigação pelas novas descobertas, em que o pesquisador configura-se como um agente mediador entre a análise e produção de informações – elos fundamentais da pesquisa científica, ou seja: “essa mediação pode reduzir um possível desencontro entre as bases teóricas e a apresentação do material de pesquisa” (CRUZ NETO, 2001, p. 62).

As visitas de campo se estenderam por vários meses, com seu início via visitas exploratórias e de reconhecimento da área nos anos de 2013 e 2014, e, posteriormente, visitas simples de observação nos espaços de moradia e produção, além de visitas para a aplicação das entrevistas nos anos de 2015 e 2016, sempre privilegiando os vários momentos dos ciclos

produtivos. Essas visitas foram realizadas em diferentes épocas do ciclo produtivo, em diferentes horários e dias, inclusive aos domingos e feriados.

As visitas exploratórias ocorreram em cerca de 40 Unidades Produtivas Familiares (UPFs), das quais 14 foram selecionadas para aplicação das entrevistas, excluindo aquelas famílias que ocupam áreas de domínio da União nos perímetros urbanos da BR-364 apenas para moradia. Em muitas UPFs, aqueles sujeitos entrevistados não eram os mesmos que estavam quando ocorreram as primeiras visitas simples de observação do espaço, caracterizando um espaço de ocupação sazonal e, portanto, itinerante.

Nas visitas exploratórias, foram mostrados aos sujeitos da pesquisa quais eram os objetivos da investigação. Sobre tal questão, Cruz Neto (2001, p. 55) destaca que “os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo”. E, ainda, esse autor assevera que, em geral, “as entrevistas podem ser estruturadas e não estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas”, possibilitando o uso de entrevista não estruturada, em que o pesquisado aborda livremente o tema sugerido, e estruturada, que implica em questões formuladas antecipadamente (CRUZ NETO, 2001, p. 58).

Na utilização da observação passiva como ferramenta da pesquisa qualitativa, tem-se uma preocupação em não alterar o comportamento dos indivíduos observados, buscando preservar a espontaneidade do objeto de estudo, além de não permitir que essa seja maculada pelo pesquisador, considerando o Princípio da Interferência de Eisenberg, no qual, em um processo de pesquisa, o que se faz ou que se diz ao pesquisador é influenciado pela sua presença no espaço de pesquisa (CASTRO, 2006).

A observação realizada nas visitas exploratórias permitiu a constatação de elementos difíceis de serem apreendidos por meio de entrevistas, além de contribuir na interpretação dos espaços e forma de ocupação dos agricultores.

As entrevistas tiveram a finalidade de atender aos objetivos propostos, desvendando quem são e quais as origens desses sujeitos, suas trajetórias e a forma como eles ocupam essas faixas; identificar seus sistemas produtivos, a produção, as formas de organização e os canais de comercialização que eles acessam; discriminar as técnicas utilizadas nos sistemas de produção; descrever as relações existentes entre os agricultores na beira da rodovia e a grande produção e suas formas de subordinação; e identificar as regras sociais de ocupação desses espaços. Para Castro (2006), na pesquisa qualitativa, conversar com o pesquisado é o método

mais claro e óbvio de pesquisa, com base nos vários modos de interação existentes com o sujeito pesquisado.

Nessa investigação, utilizou-se a entrevista semiestruturada, que, segundo Castro (2006), impede que os interlocutores da pesquisa andem em muitas direções e evitem fugir do tema principal da pesquisa. Nesse sentido, na presente pesquisa, em grande parte dos casos, essas foram realizadas com apenas um membro da família, com início dentro das residências e, na maioria das vezes, concluídas fora delas, nas imediações, pois os agricultores, no decorrer das perguntas e respostas, saíam sempre para mostrar algo da UPF, evidenciando ali suas desibinições e abertura para responder à pesquisa.

Cruz Neto (2001) destaca que é por meio da entrevista que o pesquisador obtém informes contidos na fala dos atores sociais. Para o autor, a entrevista não significa uma conversa desprentensiosa e neutra,

[...] uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada [...] através desse procedimento, podemos obter dados objetivos e subjetivos. Os primeiros podem ser também obtidos através de fontes secundárias, tais como censos, estatísticas e outras formas de registros. Em contrapartida, o segundo tipo de dados se relaciona aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados (CRUZ NETO, 2001, p. 57).

É necessária uma articulação entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos na pesquisa, pois, mesmo partindo de planos desiguais, ambas as partes buscam uma compreensão recíproca. O pesquisador busca, então, ser aceito na convivência, e os “entrevistados não são ingênuos espectadores, nem subjetividades ao acaso ou atores não-críticos” (CRUZ NETO, 2011, p. 62). Esse autor entende que

Esse interagir entre pesquisador e pesquisados, que não se limita às entrevistas e conversas informais, aponta para a compreensão da fala dos sujeitos em sua ação. Por meio dessa compreensão somos capazes de entender melhor os aspectos rotineiros, as relevâncias, os conflitos, os rituais, bem como a delimitação dos espaços público e privado (CRUZ NETO, 2011, p. 62).

Tanto nas visitas exploratórias de observação e nas entrevistas foram feitos registros fotográficos, que, segundo Cruz Neto (2001, p. 63), proporcionam “documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado”, ampliando o espaço observado. Para Boni e Moreschi (2007), a fotografia é uma maneira de obter registros que servem como fonte documental. A fotografia foi utilizada como instrumento de pesquisa nesta investigação, a fim de ilustrar, documentar e auxiliar na análise dos dados da pesquisa. Assim, juntamente com a

entrevista e a observação, puderam fornecer dados essenciais à análise e interpretação da realidade do espaço estudado.

Porém, em razão da dificuldade de encontrar os agricultores nas UPFs às margens da rodovia analisada, devido à característica sazonal desses agricultores e também do tempo que eles empregam na agricultura, a seleção dos sujeitos entrevistados deu-se pela sua presença na UPF no momento da visita e também de sua disponibilidade de tempo para as entrevistas, privilegiando as famílias que estavam dispostas e bem à vontade para participar da pesquisa. Aos finais de semana, muitas famílias se deslocam para a cidade, fato observado no trabalho de campo, quando foi necessário retornar por muitas vezes às UPFs em razão do deslocamento para as cidades.

É preciso considerar que se tem ali um grande receio dos agricultores por estar em uma área irregular, sobressaindo, portanto, o medo da participação em pesquisas. Mesmo assim, foi identificada uma distribuição significativa pelo território estudado.

No desenvolvimento da pesquisa, sobretudo na fase da pesquisa exploratória, foi possível se deparar com situações sub-humanas nessas áreas, com a presença de sujeitos que não tinham com o que se alimentar. Enquanto pesquisadores, não conseguimos ficar imunes a essas situações, pois, antes de assim sermos, somos humanos e é comum o sentimento de compaixão ao nos depararmos com situações degradantes da vida humana. O envolvimento com a pesquisa não nos deixa imunes a esses sentimentos e a essas situações. Grupos de agricultores que, mesmo buscando alternativas para dilatação da renda familiar, vivem no limite da sobrevivência. Esses agricultores precisam encontrar, criar e recriar alternativas para assegurar, minimamente, sua sobrevivência.

Por outro lado, deparamo-nos com agricultores que expressavam sentimentos de felicidades e satisfação frente à produção, pequena, mas que era fruto do seu trabalho. A fé é um sentimento que de fato move grande parte desses agricultores. Fé que a produção vai aumentar. Fé que, no próximo ciclo produtivo, vão poder ser auferidos maiores rendimentos aos seus produtos e que, a partir de então, poderão acessar melhorias para a sua Unidade de Produção e, conseqüentemente, para a família.

As visitas exploratórias de observação e para entrevistas só foram possíveis em algumas UPFs devido ao grau de confiabilidade obtida junto a esses agricultores. Aos poucos, estabeleceu-se maior segurança e confiabilidade entre pesquisador e pesquisados e maior proximidade com a realidade dos sujeitos da pesquisa.

Porém, mesmo assim alguns dados eram imprecisos em razão da própria lógica desses agricultores, que se diferenciam em muito da grande produção, mas também se distinguem até mesmo de outros agricultores familiares que têm a posse de alguma área. A venda por excedente de produção faz com que se venda o que não é consumido pela família e, assim, não se sabe o que será excedente sem uma determinada periodicidade. Mas, em geral, o subaproveitamento desses espaços agrários é caracterizado por uma baixa produção e produtividade em relação aos outros espaços, isso pela falta de recursos, tecnologias e maquinários.

Quanto à coleta de dados secundários, foram consideradas, sobretudo, as unidades espaciais (escala geográfica) nacional e regional, sendo obtidos em periódicos – principalmente nas áreas de Geografia e Ciências Agrárias – alocados em sítios virtuais. Em contribuição à questão, Castro (2006) assevera que somente os recursos e as economias de escala de órgãos especializados em coletas de dados logram dados com cobertura nacional ou regional, além de amostras com milhares de observações. Assim, esses órgãos servem como um instrumento de fundamental importância para o pesquisador na coleta de dados secundários.

O autor ainda observa que “os textos são matéria-prima mais acessível e ubíqua para a pesquisa qualitativa”, podendo ser jornais, livros, revistas e até *blogs* (CASTRO, 2006, p. 112). Ou seja, os dados secundários são de acesso imediato e, em sua maioria, não oneram as pesquisas por estarem disponíveis a baixo ou nulo custo.

Foram utilizadas as obras de Lorenzi e Matos (2002) e Souza e Lorenzi (2005) para identificação das espécies encontradas nos quintais e roçados citadas pelos agricultores, já que, em muitos lotes, os quintais das residências, muitas vezes, pelo restrito tamanho da área, misturam-se com os roçados.

A pesquisa documental pautou-se nos relatórios institucionais, documentos e sítios oficiais de instituições governamentais. Porém, pelo fato de esses camponeses não terem costume de anotar suas despesas, não foi possível consultar documentos dos camponeses e cadernos.

Para uma compreensão do processo de luta pela terra nas áreas analisadas, foi fundamental a pesquisa documental, a partir de relatórios e/ou documentos de cobertura nacional, regional e municipal, produzidos e obtidos nos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Núcleo de Estudos Agrários e

Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN-GO); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Mauro Borges (IMB); União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (ÚNICA), além de publicações, documentos e dados estatísticos levantados pelos movimentos sociais e organizações civis, tais como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e matérias jornalísticas e outros documentos.

Nos bancos de dados dos *sites* pesquisados, foram levantados dados secundários com informações essenciais a esta pesquisa, a saber: ocupação de terras em Goiás e nos municípios estudados; produção, área e produtividades das principais culturas da região; volume da produção no Brasil e em Goiás; estrutura e concentração fundiária; dados populacionais, socioeconômicos etc.

Muitos dos dados secundários que compõem a presente pesquisa foram adquiridos no banco de dados do IMB, por intermédio do sistema de Estatísticas Municipais (Séries Históricas), que permite a recuperação de dados e indicadores dos municípios goianos, os quais contêm séries históricas de variáveis reunidas e grandes temas, que podem ser pesquisadas por municípios (todos) e regiões (regiões de planejamento, microrregiões e mesorregiões) do estado de Goiás, com atualização constante e sistemática. Foram utilizados também os dados do *ranking* dos municípios goianos apresentado pelo IMB, que investigam sete dimensões, a saber: dinamismo; riqueza e infraestrutura econômica; localização estratégica e logística; qualidade de vida; mão de obra; infraestrutura tecnológica; e política de incentivos financeiros e tributários.

No CANASAT – sistema de Monitoramento da Cana-de-açúcar via imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) –, foram coletados dados quanto à área total destinadas à produção de cana-de-açúcar no Brasil, nas regiões centro-sul e no estado de Goiás. O CANASAT utiliza como metodologia para o mapeamento anual as imagens obtidas pelos satélites Landsat, CBERS e Resourcesat-I, e processadas no *software* SPRING – Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas.

No site do IBGE, foram utilizados dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Cidades@ e da Produção Agrícola Municipal, que fornecem informações estatísticas sobre quantidade produzida, área plantada e colhida, rendimento

médio e valor da produção agrícola, referentes a produtos de cultura temporária e permanente, tendo como unidade de coleta os municípios, além de informações mensais sobre a previsão e o acompanhamento de safras agrícolas, com estimativas de produção, rendimento médio e áreas plantadas e colhidas, tendo como unidade de coleta os municípios, pelo levantamento sistemático da produção agrícola. O Cidades@ é uma ferramenta que serve para a obtenção de informações completas dos perfis municipais, tais como: gráficos, tabelas, históricos e mapas. Os dados utilizados da ÚNICA se deram a partir de informações do IBGE.

No *site* da CONAB, foram coletados os dados sobre a área plantada, a produtividade e a produção de cana-de-açúcar, milho, soja e sorgo, a partir das séries históricas. Outro instrumento de coleta de dados secundários foi o Censo Agropecuário de 2006, que deu maior visibilidade à produção agropecuária familiar e, segundo França, Grossi e Marques (2009), provocou um debate público sobre a atual situação da agricultura no Brasil, e subsidiou a análise das políticas de desenvolvimento rural, principalmente da política de reforma agrária, das políticas agrícolas e, em particular, das políticas diferenciadas para a agricultura familiar.

4.3 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE TABULAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os principais instrumentos utilizados na presente pesquisa foram: aparelho de *Global Positioning System* (GPS), para o mapeamento e a localização das UPFs instaladas às margens da BR-364, nas visitas a campo realizadas; câmera fotográfica, para registro etnográfico das famílias nas UPFs, a fim de auxiliar no processo de observação e captura do real e compor a ilustração do trabalho; e caderneta de campo, para registro das entrevistas e elementos observados no espaço.

A caderneta de campo foi utilizada, sobretudo, para anotação das observações e informações obtidas junto às conversas informais realizadas na UPF nas conversas informais com agricultores pela codificação. Sobre a questão, Cruz Neto (2001, p. 63) destaca a importância do diário de campo, pois “nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas”.

Para Manzato e Santos (2008), a codificação é a transformação dos dados em símbolos e facilita sobremaneira a tabulação dos dados obtidos. Portanto, consiste em classificar os dados, agrupando-os em categorias.

Foi utilizado um microcomputador, com o uso dos *softwares* Microsoft Excel, Corel Draw e ArcGis, para a tabulação dos dados, confecção dos mapas de uso e cobertura da terra da região do sudoeste de Goiás, localização das UPFs etc., além da análise dos dados. E, ainda, um veículo automotor, que serviu de grande auxílio na pesquisa de campo nas UPFs. Manzato e Santos (2008) destacam que a tabulação versa na disposição dos dados em tabelas, para maior facilidade de representação e verificação das relações entre eles. Na presente pesquisa, fez-se uso da tabulação eletrônica e manual.

Os procedimentos quanto à análise dos dados envolveram a ferramenta de geoprocessamento ArcGis 10.3, principalmente no cruzamento de informações e geração de mapas, além do editor gráfico Microsoft Excel, para a confecção de gráficos e tabelas.

As entrevistas foram transcritas observando a norma culta da língua portuguesa e inventariadas, destacando o nome do entrevistado, o quilômetro de localização e as coordenadas da UPF e a data da entrevista. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização de Uso de Imagem, de acordo com o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Brasília (CEP/UnB), conforme ANEXO B. A orientação de que a pesquisa era de cunho científico contribuiu para a boa receptividade dos entrevistados e pelas famílias nos diversos momentos da pesquisa. A identidade de cada entrevistado foi preservada e, mesmo com autorização de uso de som e imagem, optou-se por não utilizar no trabalho aquelas que identificassem os agricultores.

Após as entrevistas com os sujeitos, os depoimentos foram tratados e submetidos a uma análise de conteúdo, a fim de evidenciar as principais variáveis do trabalho, discutidas nos capítulos 6 e 7. “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1995, p. 9). Os elementos observados nas UPFs, os dados coletados, as conversas informais e as entrevistas permitiram uma análise qualitativa da pesquisa.

Nas localidades analisadas, a fim de entender os agricultores familiares ali instalados, partiu-se para a caracterização das famílias, as trajetórias de vida, a unidade familiar agrícola, a produção, a composição da renda familiar, a área utilizada, o uso de insumos, a estrutura da unidade familiar de produção agrícola, as técnicas agrícolas utilizadas, o tempo empregado na agricultura e a mão de obra empregada, a fim de identificar os hábitos alimentares familiares e os alimentos que vêm da unidade familiar de produção agrícola e aqueles que advêm do

mercado para consumo das famílias, a inserção da unidade familiar de produção agrícola nos mercados locais, o abastecimento dos mercados, a caracterização dos produtos e a disponibilidade de alimentos.

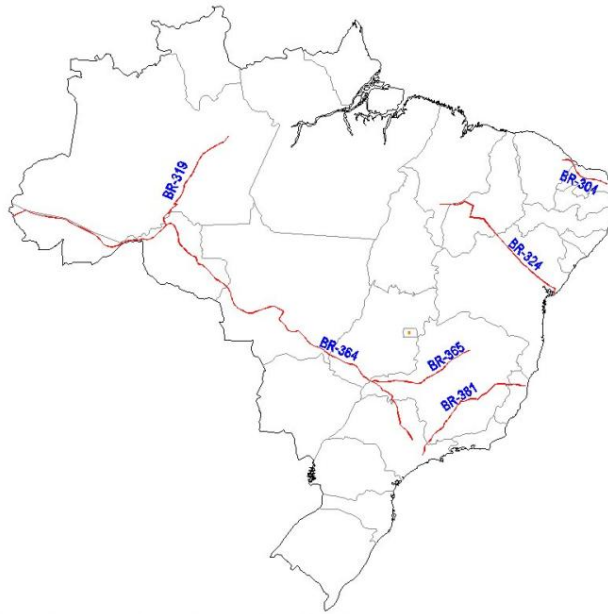
5. DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

5.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A fase empírica da pesquisa deu-se com famílias de pequenos agricultores que utilizam a faixa de domínio da União para plantio. A localização do recorte espacial em estudo é o trecho da rodovia BR-364, situado entre os Municípios de Jataí e Mineiros, na microrregião sudoeste de Goiás. Esses dois municípios somam uma população total de 156.462 habitantes, em uma área de 16.798.895 km² (IBGE, 2015).

A BR-364 é uma rodovia diagonal (Figura 4), uma das mais importantes rotas federais brasileiras, sendo uma das cinco maiores rodovias federais do País, com 4.141,50 quilômetros de extensão. Como rodovia diagonal nacional, essa tem seu início na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, sendo seu trecho final localizado na cidade de Rodrigues Alves, Estado do Acre, passando pelos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia.

Figura 4 – Rodovias federais diagonais do Brasil



Fonte: DNIT.

Sua importância se dá pelo escoamento da produção das regiões Norte e Centro-Oeste para outros mercados consumidores, além da contribuição no povoamento de parte da região Norte. Os principais municípios existentes às margens da rodovia são: Limeira e Matão (São Paulo); Frutal e Campina Verde (Minas Gerais); São Simão e Jataí (Goiás); Rondonópolis e Cuiabá (Mato Grosso); Vilhena e Porto Velho (Rondônia); e Rio Branco, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima (Acre)

A BR-364 existe – no papel – desde 1946, no Governo de Getúlio Vargas, contudo foi inaugurada somente em 1960, como BR-029, e depois, mudada para BR-364, foi concretizada pela iniciativa do então Governador de Rondônia Paulo Nunes Leal e construída no governo do presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, projetando no solo brasileiro a imagem do Cruzeiro do Sul (Anexo C), com a nova rodovia Brasília-Acre, considerando a rodovia Brasília a Belém (BR-010) e a Porto Alegre e sua intercessão com a rodovia Brasília-Fortaleza (BR-020) (FIORI, 2012; LEAL, 1984).

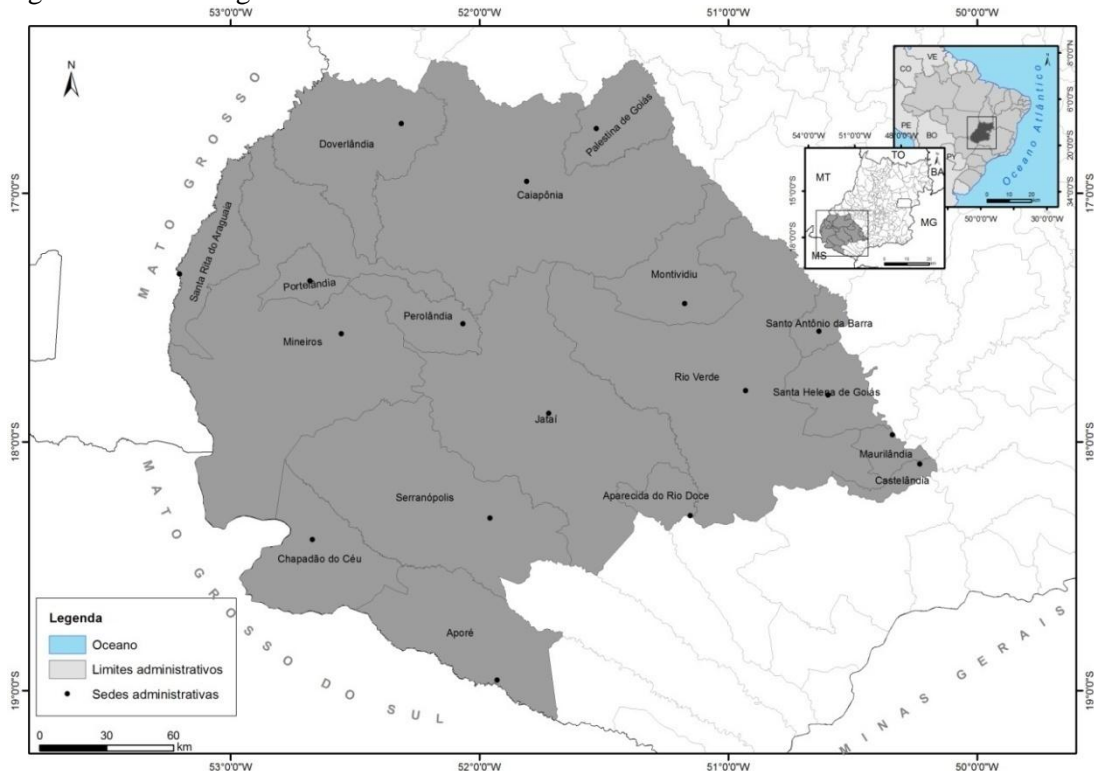
Procurou quebrar o isolamento, ao se decidir pela construção da BR-364, tornando-se o principal elo entre a Amazônia Ocidental e o resto do Brasil e também os países andinos (FIORI, 2012). Com a pavimentação das vias de transportes e a implantação das novas vias de comunicação, houve uma integração da microrregião com outras porções do país. A BR-364 foi fundamental nessa integração territorial, contribuindo para as novas dinâmicas entre produção e consumo. Dessas vias passaram a se intensificar as relações entre a industrialização e agricultura, pois por elas chegaram os insumos produzidos em outras

regiões do país e por elas também escoavam a produção de matéria-prima e produtos agroindustrializados para os mercados consumidores e processadores.

O trecho aqui pesquisado da rodovia tem início no quilômetro 149, na divisa dos Municípios de Aparecida do Rio Doce e Jataí, e se estende até o quilômetro 372, na divisa dos Municípios de Mineiros e Santa Rita do Araguaia, perfazendo um total de 223 quilômetros de rodovia. Ali se tem uma quantidade considerável de indivíduos ocupando sua área de domínio em diferentes pontos. A escolha dos municípios supramencionados deu-se com base em estudo exploratório, visando ao conhecimento mais detalhado das localidades de investigação, tendo-se comprovado a presença das unidades familiares de produção agropecuária.

A região sudoeste do estado de Goiás é uma das 18 microrregiões de planejamento ali existentes, pertencente à região de planejamento do sudoeste goiano e à mesorregião sul goiano. É formada pelos seguintes municípios: Doverlândia, Santa Rita do Araguaia, Portelândia, Mineiros, Caiapônia, Palestina de Goiás, Montividiu, Santo Antônio da Barra, Perolândia, Jataí, Rio Verde, Serranópolis, Chapadão do Céu, Aporé, Aparecida do Rio Doce, Castelândia, Maurilândia e Santa Helena de Goiás (Figura 5).

Figura 5 – Microrregião sudoeste do estado de Goiás



Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), 2014. (ORG. QUEIROZ JÚNIOR, V. S. 2014)

Os 18 municípios que fazem parte da referida microrregião compreendem uma área de 56.111,85 km², com uma população estimada de 511.944 habitantes (ANEXO D), representando 6,7% da população total do estado de Goiás e uma densidade demográfica de 6,89 hab/km², considerada baixa se comparada à densidade demográfica de Goiás, que em 2016 era de 19,69 hab/km². Essa microrregião, em 2010, apresentava uma taxa de 10,3% de sua população residindo no espaço rural. O índice de Gini dessa região em 2010 era em média de 0,478 (ANEXO E).

A região faz divisa com os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e com os seguintes municípios goianos: Itajá, Itarumã, Caçú, Cachoeira Alta, Quirinópolis, Tuverlândia, Acreúna, Bom Jesus de Goiás, Goiatuba, Vicentinópolis, Porteirão, Paraúna, São João da Paraúna, Baliza, Piranhas, Arenópolis e Ivolândia. De acordo com a estimativa do IBGE (2015), Rio Verde é o município mais populoso daquela região, acompanhado pelas cidades de Jataí e Mineiros, que se destacam entre os municípios mais promissores do estado de Goiás.

A região sudoeste daquela Unidade da Federação (UF) apresenta os melhores índices de desenvolvimento econômico e social da UF. Nesse sentido, a Tabela 6, a seguir, apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)³² de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 6 – População (2015) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do sudoeste do estado de Goiás (1991-2010)

MUNICÍPIO	População Estimada - 2015	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDH-M 2010
Aparecida do Rio Doce	2.510	0,373	0,565	0,693
Aporé	4.077	0,372	0,574	0,693
Caiapônia	18.148	0,442	0,562	0,693
Castelândia	3.642	0,374	0,546	0,701
Chapadão do Céu	8.589	0,425	0,618	0,742
Doverlândia	7.842	0,331	0,504	0,668
Jataí	95.998	0,497	0,627	0,757
Maurilândia	12.956	0,448	0,546	0,677
Mineiros	60.464	0,479	0,59	0,718
Montividiu	12.101	0,379	0,578	0,733
Palestina de Goiás	3.499	0,355	0,525	0,713
Perolândia	3.105	0,373	0,551	0,676
Portelândia	4.015	0,369	0,553	0,654
Rio Verde	207.296	0,488	0,633	0,754
Santa Helena de Goiás	38.378	0,477	0,582	0,724
Santa Rita do Araguaia	7.916	0,475	0,596	0,714
Santo Antônio da Barra	4.714	0,375	0,54	0,691
Serranópolis	8.147	0,423	0,563	0,681
Total	503.397			

Fonte: IMB, 2015

³² Classificação segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): muito alto (acima de 0,800), alto (de 0,700 a 0,799), médio (de 0,600 a 0,699), baixo (de 0,500 a 0,599) e muito baixo (de 0 a 0,500).

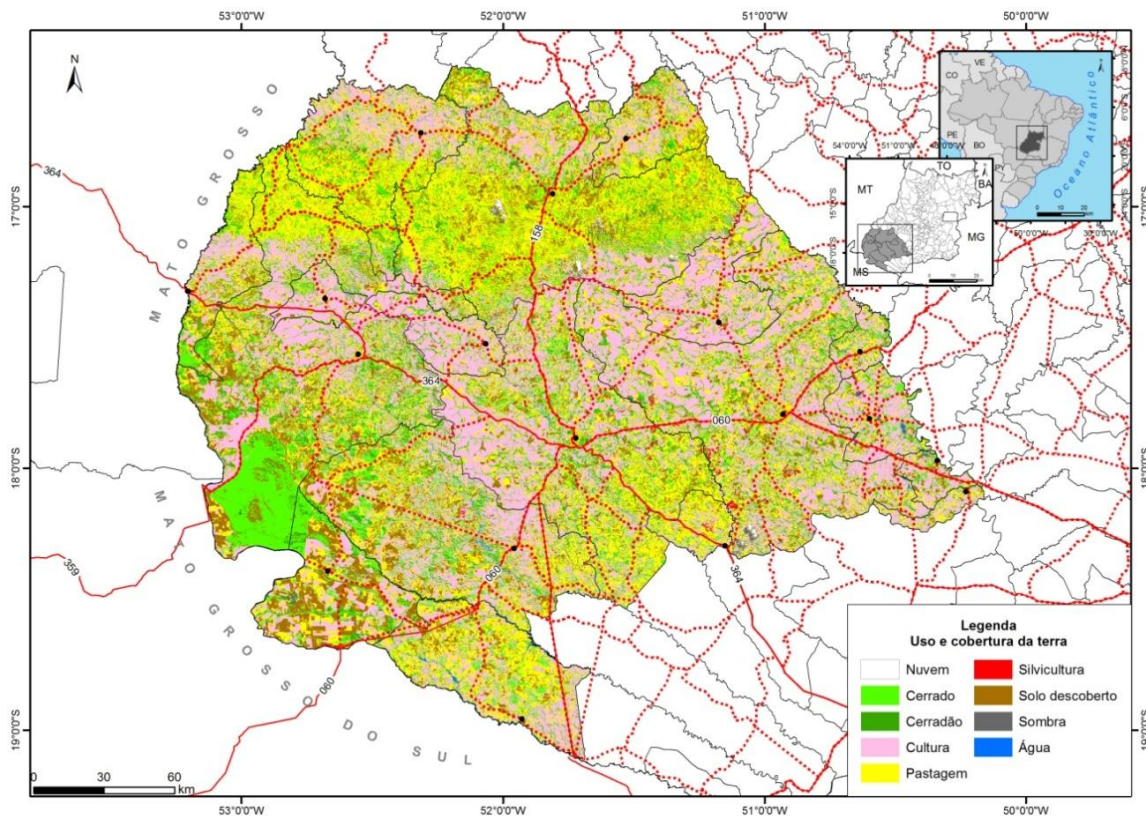
Diante do exposto, é possível observar que todos os municípios do sudoeste do estado de Goiás detêm considerável aumento no IDH-M na análise dos dados dos períodos analisados. Porém, tal índice tem relação com os aspectos de longevidade, escolaridade e renda – aspectos analisados por média, que podem mascarar a desigualdade e distribuição, sendo possível encobrir as contradições e desigualdades existentes na produção do território, não refletindo a total realidade da região. Exemplo disso é que, considerando apenas a escolaridade – uma das variáveis medidas pelo IDH municipal –, a melhoria no referido índice reflete a chegada de novos profissionais atraídos pelas grandes agroindústrias, que, ao atrair profissionais mais qualificados para os municípios, contribui para o aumento desse indicador, não representando, de fato, investimentos e melhorias na educação e acesso à escolarização da população local. Isso fica comprovado, por exemplo, com a pesquisa de campo com os agricultores sujeitos desta pesquisa.

Em 2010, apresentaram uma renda *per capita*³³ de R\$ 570,21, com uma taxa de 2,29% de população extremamente pobre e 61,28% vulneráveis a pobreza³⁴ (ANEXO F), e índice de Gini em média de 0,47. O mapa de uso das terras da microrregião do sudoeste do estado de Goiás apresentado na Figura 6, a seguir, evidencia a existência de uma predominância de áreas destinadas ao cultivo de pastagens e culturas temporárias.

Figura 6 – Uso e cobertura da terra na microrregião do sudoeste do estado de Goiás

³³ Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos (ATLAS BRASIL, 2016).

³⁴ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes (ATLAS BRASIL, 2016).



Organização: QUEIROZ JÚNIOR, V. S. 2014.

Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), 2014. Imagem Landsat8 6R5G4B, sensor OLI de 2013.

A região apresenta um clima tropical com temperaturas elevadas e altos índices pluviométricos no verão, e poucas chuvas e temperaturas baixas no inverno, principalmente nos meses de junho e julho (SILVA, 2010). Para Scopel et al. (2005, p. 41), “o clima é um fator determinante nas atividades desenvolvidas na região, sendo os fatores térmicos e hídricos decisivos para a viabilidade e distribuição geográfica da agropecuária na área de estudo”.

Localizada na borda setentrional da Bacia do Paraná (SCOPEL et al., 2005), o sudoeste de Goiás tem um relevo basicamente composto por chapadões, com a ocorrência de serras com encostas escarpadas (CARMO; GUIMARÃES; AZEVEDO, 2002). Predominam os Latossolos Vermelhos e, apesar da baixa fertilidade, o relevo, as baixas declividades e a grande espessura desse solo favorecem a agricultura mecanizada (SEGPLAN, 2011), fazendo com que a microrregião aqui analisada ocupe uma posição de destaque no cenário estadual e nacional, considerada um verdadeiro celeiro da produção agropecuária, contribuindo com importante parcela da produção de grãos do estado de Goiás (SEPLAN, 2003).

A vegetação natural da microrregião do sudoeste do estado de Goiás é o Cerrado, porém grande parte dessa foi substituída por pastagens e, nas últimas décadas, com a chegada e o desenvolvimento de culturas de grande escala (soja e milho, por exemplo), houve uma

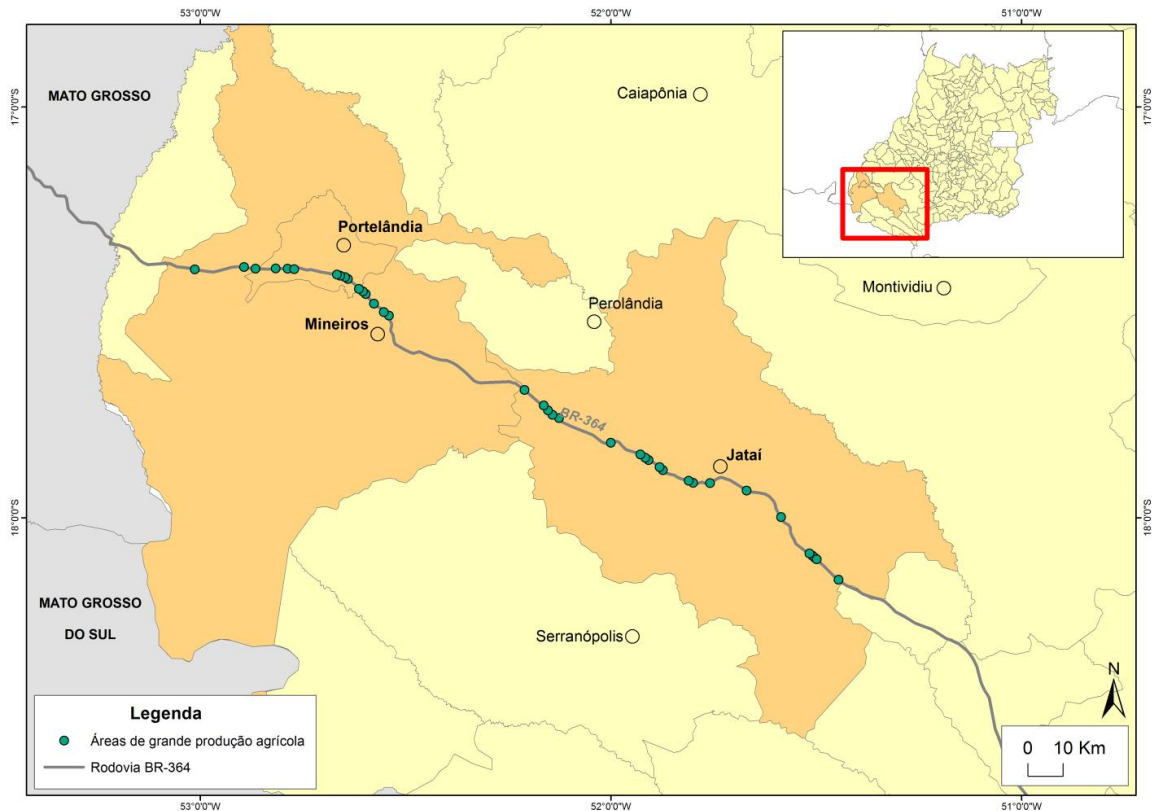
retirada em massa da vegetação original. A forma de extensas áreas no sudoeste daquela UF para a agricultura comercial tem causado o empobrecimento do bioma Cerrado – um problema que se agrava em razão do caráter predatório do modelo agropecuário inserido no bioma, tornando-se, assim, o problema central da ocupação territorial (SILVA, 2010).

5.2 MÚLTIPLAS FORMAS DE OCUPAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA UNIÃO

Ao longo da rodovia BR-364, na região sudoeste do Estado de Goiás, existem múltiplas formas de utilizações da faixa de domínio da União. Nesse sentido, foi possível identificar, na rodovia aqui analisada, a utilização das faixas para plantio da pequena e da grande produção. Tais áreas são ocupadas tanto para a exploração pecuária quanto para a exploração agrícola. Além disso, essas faixas de terras se dividem entre as áreas que já foram desmatadas ou em processo de desmatamento – por fogo ou destoca – para desobstruir a área de pastagem ou de produção agrícola, áreas com residências (pequena produção) ou sem residências, e áreas que estão ocupadas por acampamentos de Reforma Agrária.

Em vários pontos da rodovia BR-364, nos municípios de Jataí e Mineiros, além da ocupação da pequena produção por meio de agricultores familiares, é possível encontrar áreas ocupadas também pela grande produção agropecuária. A Figura 7, a seguir, evidencia uma ocupação quase que contínua das faixas de domínio da União pela grande produção agropecuária, em vários trechos da rodovia analisada. Essas faixas são utilizadas como extensão das grandes propriedades rurais. A exceção são as áreas com maior declividade, em que é mais difícil a mecanização, sendo essas áreas, em muitos casos, ocupadas pelos pequenos agricultores.

Figura 7 – Ocupação da grande produção nas faixas de domínio da União na rodovia BR-364



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

No sudoeste de Goiás, os territórios em disputa também se fazem presentes, entre as grandes propriedades estabelecidas nos trâmites do agronegócio, em disputas com territórios camponeses, de agricultores familiares, quilombolas, etc.

Silva e Almeida (2012) destacam que a aliança existente entre os grandes proprietários de terras e os empresários do agronegócio tem resultado na expansão das monoculturas no campo brasileiro que modifica o modo de uso e ocupação da terra, tornando as terras antes improdutivas em terras produtivas pelo plantio de soja, cana-de-açúcar e outras monoculturas. Essa relação repete-se também nessas faixas. Cada vez mais, a grande produção ocupa esses espaços improdutivos, tornando-os produtivos.

Nesse sentido, até mesmo as áreas marginais de produção, quando ocupadas pela grande produção, são utilizadas para a produção de monoculturas, responsáveis pela diminuição dos índices de segurança alimentar, considerando que, para Fregolente (2010), a expansão desordenada da fronteira agrícola associada à monocultura, além de violar o direito humano a alimentação adequada, é uma das principais causas da insegurança alimentar e nutricional. Na produção de monoculturas, os recursos disponíveis em terra, capital ou trabalho são alocados mais eficazmente nos produtos para o mercado e produzir para

subsistência significa deslocar esses recursos das atividades responsáveis pelo ingresso monetário anual na unidade de produção.

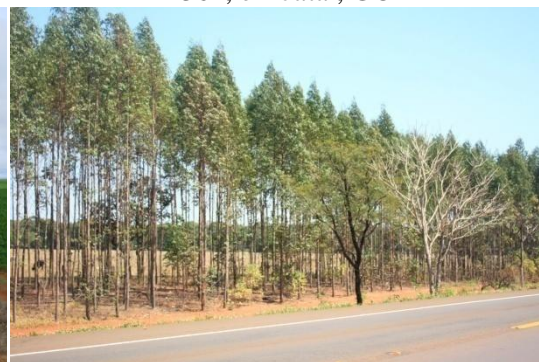
As grandes propriedades incorporaram as áreas em questão, explorando-as principalmente com milho, soja e eucalipto (Figuras 8 e 9). Assim, é muito comum o grande produtor agrícola retirar a cerca da propriedade que a divide com a área da União e fazê-la extensão da sua propriedade, plantando até a divisa com o asfalto e, conseqüentemente, aumentando sua área plantada e, evidentemente, a sua produção.

Figura 8 – Formas de ocupação das Margens da BR-364, em Mineiros, GO



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

Figura 9 – Formas de ocupação das Margens da BR-364, em Jataí, GO



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

Em vários momentos da coleta de dados, foram constatadas áreas em que a vegetação havia sido recém-queimada, e em outras visitas, essas já haviam sido ocupadas para exploração agropecuária (Figuras 10 e 11). Sobre a questão, em geral, o grande proprietário faz a limpeza desse tipo de área com maquinários, enquanto o pequeno produtor faz uso de trabalho manual e do fogo para a destoca³⁵ e limpeza da área.

Figura 10 – Abertura de áreas – BR-364, em Jataí-GO

Figura 11 – Abertura de áreas – BR-364, em Jataí-GO

³⁵ Eliminação dos tocos remanescentes de uma área, após a derrubada. Envolve, a retirada da parte aérea do toco e de suas raízes até uma profundidade desejada, com o intuito de não prejudicar as operações subsequentes de preparo do terreno. É o maior problema do preparo inicial do solo para o cultivo, uma vez que os tocos apresentam reduzida superfície de apoio (ARF; BOLONHEZI, 2012, p. 11).



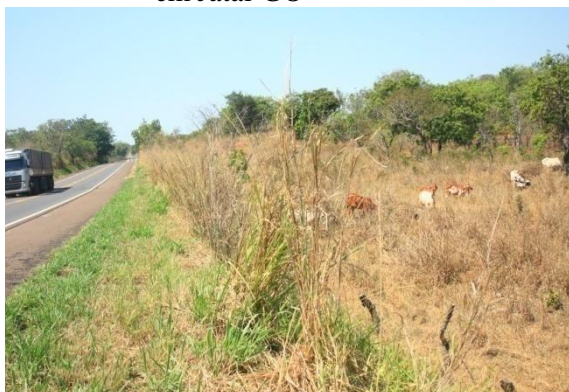
Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

As áreas utilizadas para pecuária, em sua maioria, são de grandes proprietários ou pequenos sítiantes que, além de suas propriedades, fazem uso das áreas de domínios da União para pastagem animal, conforme Figuras 12 e 13.

Figura 12 – Ocupação pecuária – BR-364, em Jataí-GO



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

Figura 13 – Ocupação pecuária – BR-364, em Jataí-GO



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

Têm-se ali também indivíduos que residem em locais próximos, que fazem uso da área para plantio, tendo outro trabalho como atividade principal. Assim, esses obtêm uma renda acima da média dos agricultores e, por isso, utilizam técnicas modernas e maquinários, sobretudo, no processo de plantio, conforme as Figuras 14 e 15, apresentadas a seguir. Mesmo esses agricultores não sendo alvo da fase de entrevista, apesar de importantes na fase exploratória da pesquisa, contribuem para a produção alimentar e diminuição dos índices de fome

Figura 14 – Produção de quiabo – BR-364



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

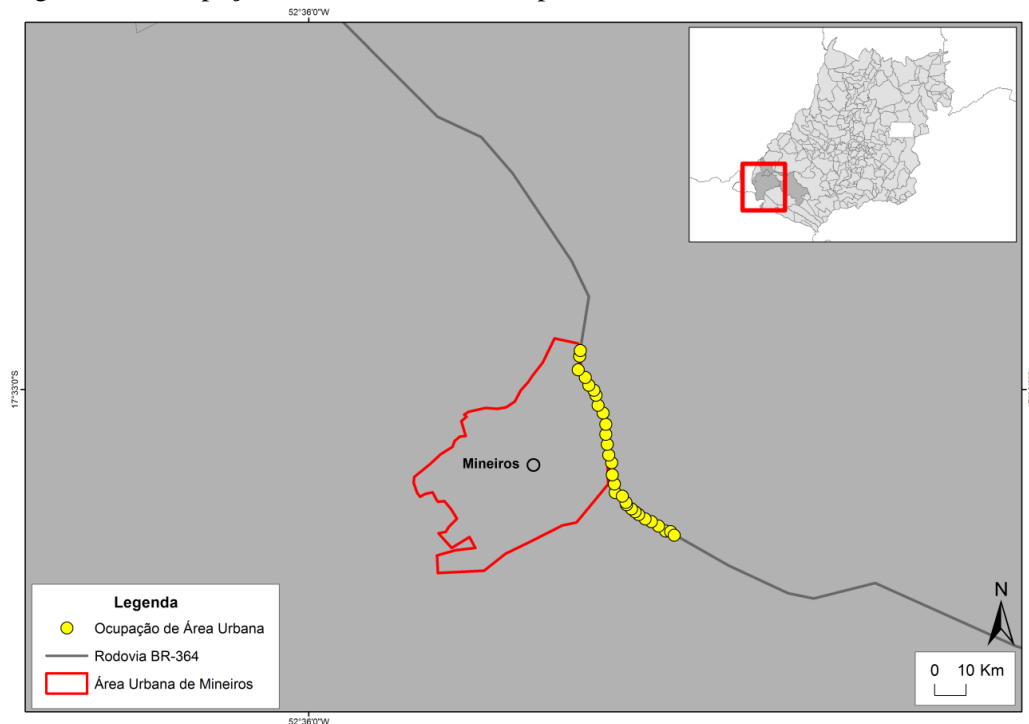
Figura 15 – Produção de abóbora – BR-364



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

Vale destacar a grande quantidade de indivíduos ocupando a área de domínio da União na área urbana do Município de Mineiros (Figura 16). Contudo, apesar de toda a área aqui destacada fazer parte da fase de observação da presente pesquisa – área que engloba a zona urbana, zona de expansão urbana e áreas próximas –, essa não foi utilizada na aplicação das entrevistas, por entender que os agricultores em questão se caracterizam muito mais como meros trabalhadores assalariados urbanos que utilizam as áreas para moradia do que agricultores familiares, que utilizam as faixas de terras para trabalho. Assim, quanto mais distante da cidade, mais frequente é a condição de terra para trabalho e moradia. À medida que se aproxima dos principais núcleos urbanos, sua característica se aproxima mais de terras somente para moradia.

Figura 16 – Ocupação na área urbana e de expansão urbana de Mineiros – GO



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

Não existe metragem padronizada das áreas ocupadas, mas verifica-se que na faixa de domínio nos trechos analisados da rodovia em questão tem uma média de cerca de 70 metros, somando ambos os lados entre a rodovia e a propriedade rural. Porém, esses retalhos de terras fazem parte da segregação socioterritorial produzida pela modernização conservadora do território. Ocupações de agricultores marginalizados vão se formando ao longo das faixas de domínio da União, em áreas não privilegiadas, por vezes ausentes de solo adequado, em detrimento da ocupação das chamadas áreas nobres pela grande produção agropecuária, que necessita de terras férteis e planas.

Para entender esse processo de segregação socioterritorial, é necessário entender o próprio desenvolvimento socioeconômico da microrregião em que se localiza essa área de estudo. Já que os pequenos produtores, em um intenso processo de deslocamento e migração, desterritorializam-se das áreas-alvo do agronegócio e vão se reterritorializar em outras áreas marginais que, *a priori*, não são as áreas nobres do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, Haesbaert (2002, p. 132) observa que “a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra”.

5.3 A ocupação e a tecnificação do campo no sudoeste de Goiás

O sudoeste de Goiás tem uma ocupação bastante antiga, concentrando a maior parte da produção agropecuária do estado, e se destacando como um polo de atração de projetos agroindustriais que demandam grande quantidade de matéria-prima (grãos, aves e suínos, por exemplo). Tal aspecto tem levado a um uso mais intenso das terras dos municípios que compõem aquela região (CARMO; GUIMARÃES; AZEVEDO, 2002).

Gonçales (2003) afirma que, na formação econômica, a região sudoeste do estado de Goiás apresentou diferenciadas etapas: a primeira vai da ocupação até o fim do século XX, caracterizada pela exploração da pecuária extensiva. Em seguida, o destaque deu-se pela produção de arroz, milho e feijão. E, nas últimas décadas, caracterizou-se pela incorporação de tecnologias avançada no campo.

A ocupação da região sudoeste do estado de Goiás deu-se por volta do século XIX, com a economia pautada na pecuária, pois a região não fazia parte do ciclo mineratório e, aos poucos, consolidou-se como o novo eixo central da produção goiana. Eram predominantes a

produção pecuária e produção de arroz em Rio Verde, bem como em quase todo o estado, até os anos 1960 (PEDROSO; PEDROSO DA SILVA, 2005).

Mesmo com uma ocupação, sobretudo, de baixa densidade demográfica, a região sudoeste do estado de Goiás era considerada uma região de terras improdutivas, o que, conforme Guimarães (2010), tornava as terras daquela UF sem valor comercial. Como bem notou Borges (2012), o preço baixo da terra e os incentivos/investimentos favoreceram a migração de produtores das regiões Sul e Sudeste do Brasil para a região sudoeste do estado de Goiás, que compraram extensas áreas com a venda das terras valorizadas nas suas regiões de origem.

Após experimentar uma considerável expansão entre o final da década de 1950 e meados da década de 1960, a região sudoeste do estado de Goiás passou por algumas oscilações em termos de crescimento da produção agropecuária. A dependência dos preços vinculados à política de fomento à industrialização do Governo Federal fez com que a região experimentasse momentos de expansão e retração. As respostas em relação à referida oscilação se deram de forma diferente pelo conjunto de municípios da microrregião analisada, evidenciando alguns mais vulneráveis a essas dificuldades, enquanto outros avançam com maior facilidade. Assim, “as transformações no setor agropecuário nessa região, em particular, são desencadeadas no bojo das mudanças na economia nacional, que atingiram de forma diferenciada a agricultura e a pecuária” (LEAL, 2006, p. 54).

Na região sudoeste do estado de Goiás, a produção em escala chega representada pela soja, via município de Rio Verde na década de 1960. Seu pioneirismo é atribuído, sobretudo, a alguns produtores a partir da contribuição de técnicos da extinta Associação de Crédito e da Assistência Rural de Goiás (ACAR-GO) (BARRETO, 2007), que em 1999 é transformada em Agência Rural. Essa produção agrícola é pioneira na transformação e modernização ali ocorridas.

Segundo Leal (2006), a proximidade dos centros comerciais fez com que o município de Rio Verde se caracterizasse como o principal polo econômico da região sudoeste do estado de Goiás. Na década de 1970, a inserção da soja provocou transformações na produção agrícola regional, articulada ao processo de agrodustrialização. A lavoura dessa leguminosa deu-se com o uso intensivo de máquinas agrícolas e implementos tecnológicos, que não estão ao alcance da pequena produção e dos agricultores tradicionais.

Com o desenvolvimento da pesquisa, os solos da região, antes considerados improdutivos, tornaram-se terras muito férteis, com a Revolução Verde e a chegada de

agricultores capacitados com tecnologias (GUIMARÃES, 2010). Em tal período, o sudoeste do Estado integrou-se à economia nacional, transformando-se em área de grande interesse agrícola comercial, o que contribuiu para a ocorrência de um forte fluxo migratório para a microrregião em questão.

As consequências da Revolução Verde e da modernização agrícola atingiram as estruturas produtivas que davam sustentação aos pequenos agricultores, fazendo com que esses fossem empurrados para espaços marginais, que não são visados pela estrutura produtiva monocultora. Possivelmente, tem-se aqui a origem da ocupação das faixas de domínios, como resultado das transformações impostas pelo novo modelo de produção agrícola.

Nesse sentido, Pires afirma que houve uma ruptura entre a exploração agropecuária de subsistência e a modernização agrícola, conforme se segue:

[...] as transformações decorrentes do processo de modernização conservadora que aconteceram na forma e nos métodos de produção das unidades de exploração agrícola em Goiás determinaram uma ruptura com a estrutura e as atividades agropecuárias enraizadas em uma agropecuária de subsistência e no uso da mão de obra familiar. Com a constituição do novo padrão agrícola, parte da agropecuária goiana incrementou suas relações mercantis e financeiras com o setor urbano e industrial nacional e tornou-se parte integrante dos elos dos complexos agroindustriais (2008, p. 89).

Foi em um contexto de busca e disputa pela melhor localização geográfica possível e de solo que se deu a territorialização da monocultura da soja, do milho e do sorgo na região sudoeste do estado de Goiás, acarretando, assim, um rearranjo territorial do espaço agrário nessa porção do território goiano. A territorialização da produção de grãos em larga escala na referida região provocou uma monopolização desta porção do espaço geográfico, por meio do controle da terra, dos recursos naturais, da força de trabalho e do acesso a políticas públicas.

Os pequenos proprietários foram aos poucos expropriados e excluídos das políticas públicas. Segundo Pires (2008, p. 54), quando os proprietários dos minifúndios não tinham a titulação da terra, esses eram expulsos até mesmo com uso de violência.

É no bojo dessa expansão que grandes proprietários rurais deslocavam aqueles agricultores de subsistência de suas unidades de exploração agrícola. Além disso, como na maioria das vezes não havia uma titulação das terras, as práticas de expropriação por meio da violência eram usadas pelos grandes proprietários rurais para retirar o pequeno produtor de sua terra. A implantação dos projetos de colonização em outras regiões nacionais era, portanto, a via para reduzir a tensão no campo, determinada pela expansão da grande exploração agrícola, a qual não encontrava mais poros, nas regiões de fronteira consolidada, para expandir o produto do trabalho agrícola.

Fockink (2007) destaca que a dimensão da propriedade era requisito básico para o acesso às políticas para o campo brasileiro. Assim, o pequeno produtor agrícola foi obrigado a vender ou arrendar suas terras, migrando para a cidade, empregando-se nos serviços urbanos ou mantendo-se em subempregos temporários nas grandes propriedades rurais, ou seja, trabalho sazonal nos períodos de plantio e colheita.

O processo de modernização agropecuária provocou grandes transformações nas relações de produção no espaço utilizado dos municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros, que apresentou altas taxas de crescimento populacional e de produção desde a década de 1970. Partícipes de tal processo foram os muitos interesses globais interligados com empresas multinacionais e o Estado, que atuou na estruturação e modernização dos fixos, além de contribuir para a territorialização do capital por meio da agricultura moderna e/ou científica.

Tais transformações somente se deram em função dos subsídios e incentivos fiscais fornecidos pelos governos federal e estadual, que visavam à abertura de novas áreas produtivas, infraestrutura adequada, processamento, comercialização e transporte dos produtos agrícolas produzidos nos municípios. Transformações impostas ao espaço podem ser observadas na intensificação da reestruturação da produção agropecuária na região sudoeste do estado de Goiás, bem como na redefinição das relações de produção e de trabalho.

Na década de 1980, a microrregião analisada recebeu o maior incremento populacional do estado, superando o crescimento de 10% de Goiás. Quando comparadas às décadas de 1970 e 1980, tem-se um crescimento da população urbana do Município de Jataí de 60,78%, e do município de Rio Verde de 105,90%, enquanto que a população rural apresentou um decréscimo de 28,60% em Jataí, e 33,66% em Rio Verde. Ao considerar os índices populacionais urbanos entre as décadas de 1970 e 2000, é possível observar um crescimento populacional de 157,88% em Jataí, e 292,26% em Rio Verde, enquanto que o índice populacional rural diminuiu, apresentando queda de 54,82% em Jataí, e 63,45% em Rio Verde (LEAL, 2006).

Destarte, existem profundas diferenças nos municípios que compõem a região aqui analisada, pois, pela seletividade da aplicação de capitais, alguns desfrutam de excelente infraestrutura pública e privada, enquanto outros estão sempre na espera, mostrando uma diferenciação interna que é constantemente recriada (SILVEIRA; BARREIRA, 2012). Desse modo, a modernização do território ocorrida nos municípios em questão não é suficiente para fornecer infraestrutura aos trabalhadores em termos de moradia, segurança, saneamento básico etc., ocorrendo a modernização apenas no âmbito das bases produtivas.

O Censo Demográfico de 2010 mostra que as localidades de Rio Verde, Jataí e Mineiros estão entre os 20 municípios mais populosos entre os 246 municípios goianos. Na classificação dos municípios goianos empregada por Chaveiro (2010), na região sudoeste do estado de Goiás têm-se os municípios deprimidos e os municípios indomáveis, ou seja, enquanto os deprimidos não dão oportunidades para que os indivíduos desenvolvam a produção de sua existência, favorecendo a migração, “há lugares indomáveis em que as suas condições sociais e econômicas os transformam em centros de afluxos da população, levando-os a uma taxa de crescimento vertiginoso, implicando, também, na sua instabilidade” (CHAVEIRO, 2010, p. 1).

E ainda, enquanto as cidades maiores se tornam espaços indomáveis, atraindo mais população e aumentando as desigualdades, passam a sofrer os problemas advindos desse crescimento, que vão desde problemas ambientais a estruturais (desemprego, falta de moradia, transporte etc.) e existenciais (medo e violência urbana, por exemplo). A seleção “dessas cidades pelas políticas públicas e pela intervenção do Estado para serem lugares do desenvolvimento econômico ocorre mediante a sua posição diante das regiões hegemônicas do país”, especialmente em relação ao sudeste (CHAVEIRO, 2010, p. 29). Conforme Tabela 7, verificam-se municípios com crescimento populacional geométrico acima de 3%, enquanto outros apresentam crescimento abaixo de 1% ou até mesmo crescimento negativo.

Tabela 7 – População, densidade demográfica e taxa de crescimento

Município	População Estimada - 2015	Densidade Demográfica - 2010.	Taxa de Crescimento Geométrico - 2015 (%)
Aparecida do Rio Doce	2.510	4,03	0,67
Aporé	4.077	1,31	1,4
Caiapônia	18.148	1,94	1,61
Castelândia	3.642	12,23	0,02
Chapadão do Céu	8.589	3,2	4,17
Doverlândia	7.842	2,45	-0,13
Jataí	95.998	12,27	1,75
Maurilândia	12.956	29,56	2,38
Mineiros	60.464	5,84	2,7
Montividiu	12.101	5,64	2,74
Palestina de Goiás	3.499	2,55	0,75
Perolândia	3.105	2,87	1,03
Portelândia	4.015	6,9	0,9
Rio Verde	207.296	21,05	3,28
Santa Helena de Goiás	38.378	31,95	1,03
Santa Rita do Araguaia	7.916	5,08	2,71
Santo Antônio da Barra	4.714	9,79	1,28
Serranópolis	8.147	1,35	1,72
Total	503.397	Média 8,88	Média 1,662

Fonte: IBGE (2010; 2015).

Já as pequenas cidades perdem população, transformando-se em forças de retração, tornando-se em espaços deprimidos ao perderem a vitalidade socioeconômica por meio do balanço migratório negativo (CHAVEIRO, 2010). Elias (2005) afirma que o modelo de crescimento agropecuário em questão privilegiou áreas, produtos e segmentos sociais, provocando profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que, por sua vez, culminaram na intensificação da concentração fundiária, na oligopolização do setor, em mudanças das relações sociais de produção, na fragmentação do espaço agrícola e na urbanização do campo.

Dessa forma, os programas governamentais provocaram profundas transformações que levaram ao aumento da produção, da produtividade e de área cultivada na região sudoeste do estado de Goiás. Tais transformações somente se deram em função dos subsídios e incentivos fiscais fornecidos pelos governos federal e estadual, que visavam à abertura de novas áreas produtivas, infraestrutura adequada, processamento, comercialização e transporte dos produtos agrícolas produzidos nos municípios. Todavia, assim como nas outras regiões do estado, na microrregião sudoeste, os pequenos produtores, com suas pequenas extensões de terras, não desfrutaram das políticas públicas.

5.3.1 O estado como fomentador da modernização agropecuária na região sudoeste do estado de Goiás

O fomento do Estado para a grande produção possibilitou a substituição de forma gradativa de métodos tradicionais de produção agropecuária por métodos de produção em grande escala, com a intensificação de insumos industriais químicos e biológicos e o intenso uso de maquinários, além de novas formas de trabalho. Ao direcionar as políticas públicas, o estado direcionou também a ocupação das áreas produtivas do estado de Goiás. Tal direcionamento certifica a afirmação de Vinhas (1980, p. 67): “[...] a prática agrícola pode ser orientada na direção em que o Estado projetar”.

As políticas estatais de modernização do território impulsionaram a modernização agrícola na microrregião sudoeste do estado de Goiás, condicionando o território a uma nova dinâmica econômica de configuração socioespacial, pautado em uma mecanização das atividades agrícolas e na concentração fundiária, o que corrobora com Matos e Pessoa (2010), ao afirmarem que a consolidação da modernização agrícola somente se deu porque foi articulada por e com políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento agropecuário do

País, com base na implantação de infraestrutura, de programas e do desenvolvimento de pesquisas.

A presença do Estado por meio de mecanismos de créditos, incentivos fiscais e outras políticas promoveu a modernização agrícola enquanto processo concentrador e excludente na região sudoeste do estado de Goiás. Sinhorini e Saquet (2005, p. 7) esclarecem que os investimentos estatais na mecanização e linhas de créditos a juros negativos atenderam e ainda atendem apenas uma pequena parte dos agricultores, enquanto excluem a maioria desses.

Em meados da década de 1960, foi instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) – uma linha de crédito direcionada à produção agropecuária, que contribuiu para o desenvolvimento agropecuário goiano, detendo entre os seus objetivos o estímulo aos investimentos no campo com ações de armazenamento, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos agropecuários (GUERRA, 2012).

Segundo Goulart (2012), na região sudoeste do estado de Goiás a modernização agropecuária foi beneficiada pelas políticas públicas de desenvolvimento para a região Centro-Oeste no âmbito dos programas federais I e II PND. A partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), em 1967, teve início a formulação de alguns programas, tais como: o Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste (PRODOESTE), o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO) e o Programa para o Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO). E, ainda, vale destacar a criação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), em 1989. Para esse autor, esses programas tinham como objetivos:

[...] a implantação de infraestrutura de transporte para escoamento da produção agropecuária da região, elevar a participação do PIB e da população regional no total do país, incentivar a pesquisa e a adaptação de espécies de oleaginosas para as características do solo da região, instrumentalizar a concessão de crédito agrícola subsidiado aos produtores rurais, incrementar a estrutura de suporte armazenador, promover a industrialização da produção agropecuária, entre outros (GOULART, 2012, p. 124).

A participação do Estado por meio da viabilização dos incentivos fiscais na modernização brasileira deu-se na região sudoeste do estado de Goiás, principalmente por meio dos programas POLOCENTRO e Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Esse último instituído em 1975 buscou incorporar aproximadamente 3,7 milhões de hectares de cerrados na produção agropecuária em quatro anos. O estado de Goiás foi aquele que mais se beneficiou do programa, sobretudo sua microrregião sudoeste.

Cerca de dois milhões de hectares foram incorporados, dos quais 42% era território do sudoeste daquela UF (GUIMARÃES, 2010).

A região sudoeste do estado de Goiás foi uma das 12 áreas de Cerrado beneficiadas pelo POLOCENTRO³⁶, que teve como principal objetivo o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias na região Centro-Oeste e no oeste do estado de Minas Gerais. Aquele Programa foi criado dentro do II Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND), uma das causas da povoação e inserção da região Centro-Oeste no mercado nacional. Fazia parte do Programa toda infraestrutura adequada visando ao desenvolvimento do capital, ou seja, transformar a área do Cerrado, substituindo as técnicas até então existentes, por novas técnicas e novos mercados econômicos. Porém, o Programa acentuou a concentração fundiária, beneficiando a produção em larga escala, por meio de créditos e de assistência técnica, enquanto as pequenas propriedades praticamente ficaram sem recursos e benefícios.

De acordo com Borges (2006), os investimentos em infraestrutura, a especulação e as políticas de créditos excludentes, elementos da modernização agrícola, provocam a venda das terras dos pequenos produtores, fazendo com que esses sejam seduzidos pelas vantagens da vida nos centros urbanos, crescendo, assim, o número de médios e grandes produtores a partir da compra de terras dos pequenos e contribuindo para a concentração fundiária.

Dados do IBGE apresentados por Borges (2006) mostram que, após anúncio e efetivação dos investimentos do POLOCENTRO, no sudoeste de Goiás ocorreu uma forte concentração de terras. O preço da terra subiu em cerca de 170% em alguns locais em 1970. Já em 1980, um percentual de 68,6% da área agrícola da microrregião estava concentrado em estabelecimentos rurais com área superior a 1.000 hA e 2,61% ocupada por pequenos estabelecimentos.

O padrão de financiamento público da agricultura de créditos negativos esgotou-se no início da década de 1980 em razão da intensificação da crise fiscal do Estado brasileiro. A partir do ano de 1984, as taxas de juros que incidiram sobre o crédito rural oficial se tornaram positivas, uma vez que, em 1980 e início da década de 1990, identificou-se uma instabilidade macroeconômica no País (HESPANHOL, 2008).

O crédito subsidiado foi utilizado como instrumento de exclusão dos pequenos agricultores. Era facilitado aos grupos com mais recursos e capitalizados, e, portanto, a esses

³⁶ Instituído pelo Decreto n. 75.320, de 29 de janeiro de 1975. Segundo estimativas, entre os anos de 1975 e 1980, ele foi responsável pela incorporação direta de cerca de 2,4 milhões de hectares à agricultura (GUANZIROLI, 2006).

era privilegiado, ao mesmo tempo que excluía, pela dificuldade de acesso, pequenos agricultores e descapitalizados, provocando uma divisão de trabalho crescente, onde as grandes propriedades, de terras melhores, acessavam “os créditos, subsídios, tecnologia, pesquisa e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria” (MARTINE, 1991, p. 10).

As políticas de crédito fundiário atraíram um grande número de produtores para a região Centro-Oeste, consolidando, assim, as culturas de soja e milho, que mais tarde se tornaram a base para o complexo industrial de grãos/carnes (CARMO; GUIMARÃES; AZEVEDO, 2002). Em Rio Verde, Jataí e Mineiros, as políticas agrícolas também foram direcionadas ao abastecimento do mercado externo.

Criado pela Lei n. 9.489 de 1984, o Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), centrado na isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), atraiu, apenas na primeira metade do ano de 1997, investimentos da ordem de R\$ 952,5 milhões, com a aprovação de 357 projetos e distribuição de créditos fiscais no valor de R\$ 9,04 bilhões, beneficiando 212 empresas. Tal programa financiava 70% do ICMS, com juros de 2,4% ao ano, sem correção monetária e prazos de até 25 anos (PEDROSO; PEDROSO DA SILVA, 2004). Em 2000, foi substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR), pela Lei n. 13.591.

No período 1991-1999 várias empresas instaladas nos municípios de Jataí, Mineiros e Rio Verde foram beneficiadas pelo FOMENTAR (ANEXO G). A maioria dessas empresas atua diretamente no setor agropecuário ou presta serviços para agroindústrias. O Programa PRODUZIR, entre os anos de 2001 e 2012, aprovou 1.399 projetos. Desses, 650 foram contratados, contemplando 81 municípios em 17 das 18 microrregiões do estado de Goiás. Porém, a microrregião do sudoeste goiano recebeu os maiores investimentos, representando 23,29% do total, sobretudo ao setor sucroalcooleiro (ROMANATTO, ARRIEL; LIMA, 2012).

A partir daí, a estrutura produtiva regional de grãos se constitui um verdadeiro cenário paisagístico de áreas planas e cultivos quase que homogêneos de produção agrícola especializada, em escala e para exportação. Tais espaços se repetem por várias extensões de terras e escondem relações conflituosas e excludentes; e revelam espaços heterogêneos de lutas históricas, sociais, econômicas e conflitos ambientais, com a presença de agentes ativos de produção e reprodução espacial no território. Contudo, além do estado, na microrregião aqui em análise, os agricultores – sulistas detentores de conhecimento das novas técnicas e

tecnologias de produção agropecuária – constituíram outro instrumento poderoso de transformação do espaço, que é ocupado gradativamente pela grande produção agropecuária.

5.3.2 O sulista como agente da modernização agrícola

A chegada dos sulistas – conhecidos na região por gaúcho, independente do seu estado originário no Sul – na referida região ocorreu de modo contínuo nas décadas de 1970 a 1980 – período de intensa ocupação de novas áreas de produção agrícola e momento de implementação das principais políticas de financiamentos agropecuários na microrregião. A territorialização dessa população nos domínios de chapadões planos, de fato, foi fundamental para a consolidação da região sudoeste da UF em questão, enquanto *locus* crescente da produção agrícola moderna exportadora.

A presença do sulista nas terras do sudoeste goiano faz parte de um intenso movimento migratório da região Sul do Brasil, sobretudo de gaúchos para as terras de fronteira agrícola. É possível identificar a chegada dos sulistas na região sudoeste do estado de Goiás mediante dois grupos.

O primeiro era composto de um grupo de agricultores capitalizados, que adquiriram grandes extensões de terras e se inseriram na agricultura capitalista, juntamente com outros agricultores capitalistas locais; ou que já chegavam à região oriundos de outras regiões brasileiras; e os migrantes camponeses, que chegavam descapitalizados. Esse grupo de agricultores inicialmente fazia parte dos colonos, modelo discutido por Santos (1978), que foi alvo do Estado para a difusão do modelo agropecuário com base na agricultura moderna. O Estado o via como o agricultor modelo para o País; era a figura do moderno que representava e conduzia a expansão da agricultura em larga escala na abertura de novas áreas. Para tanto, esse grupo de agricultores não poderia ter forte enraizamento camponês, pois deveriam ter uma maior ligação com o mercado, com a grande produção e com a modernização do território.

Assim, a construção dessa imagem foi importante para a implantação da agricultura moderna em larga escala para exportação na região. Esse agricultor, de fato, transmitiu a ideia do moderno no campo, sob os parâmetros das novas técnicas agrícolas, sejam as máquinas e instrumentos, sejam os insumos.

Tais agricultores, além da experiência com a atividade agrícola em sua região de origem, se beneficiaram das políticas de incentivos na região de chegada, detendo grandes

extensões de áreas para a produção em escala, a partir da agricultura tecnificada, que substituiu as áreas de pecuária e agricultura tradicional.

O processo migratório ocorrido com a intensificação da modernização agrícola fez com que tal fato ainda tenha reflexos na própria ocupação do território rural das grandes propriedades que, em grande parte, são ocupadas por sulistas. Tais produtores, em geral, comandam a produção agrícola na microrregião por terem acesso a considerável tecnologia na produção agropecuária, sendo beneficiados por inúmeras políticas e incentivos do Estado e possuidores de um poder aquisitivo superior à média dos outros produtores e das demais camadas da população.

Já o segundo grupo chegou descapitalizado, com a venda da pequena propriedade na região Sul do Brasil; e, não logrando grandes extensões de terras, adquiriam uma pequena propriedade por meio da compra ou entravam na luta pela Reforma Agrária, juntamente com outros pequenos agricultores camponeses locais, e até mesmo ocupam as faixas da União como espaço de produção e moradia. Esses camponeses locais e imigrantes, com características camponesas, expulsos do campo pela modernização agrícola, vão se instalar em áreas mais periféricas e pobres do território, lutar pela terra ou contribuir para o aumento do número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais nos centros urbanos da região.

Conforme Santos (1978), esses camponeses – pequenos agricultores, descapitalizados – não interessavam, pois não detinham nem capital para compra de grandes extensões de terra, maquinários, implementos, insumos e fertilizantes sintéticos, e tampouco conhecimento de tecnologias novas da tecnificação do campo, ao mesmo tempo que os pequenos agricultores, sem recursos e muitas vezes sem-terra, não acessavam os financiamentos e créditos agrários. Nesse sentido, é possível encontrar nos assentamentos de Reforma Agrária mais tradicionais desses municípios a presença da população do Sul do Brasil que seguiu por esse caminho.

Em geral, a ocupação da região sudoeste do estado de Goiás pelos sulistas foi acompanhada de novas técnicas de produção agropecuária e altos investimentos de capital na produção agropecuária, bem como pela presença de festas de tradição gaúcha, comidas e músicas típicas. Esses fundaram nas principais cidades da referida região os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) – um espaço de preservação e divulgação da cultura gaúcha em terras goianas; espaço que impede o rompimento definitivo dos agricultores com a tradição gaúcha.

Porém, consideradas as proporções, a migração sulista, é um fluxo que segue a fronteira agrícola a partir da venda de terra de alguns agricultores sulistas e seus descendentes, em parte endividada, vendem sua propriedade por um alto preço na região, e se deslocam para as áreas de fronteira agrícola. Para muitos sulistas, a migração para a região sudoeste do Estado de Goiás não foi a primeira; e também, para muitos, não foi a última, considerando as diversas regiões dentro do próprio Sul do País, bem como o ciclo migratório que foi seguido por muitos acompanhando a fronteira agrícola, como, por exemplo, na busca da ampliação da propriedade rural a região de MATOPIBA, acrônimo criado com as iniciais dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

5.4 AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO GOIANO A PARTIR DA TECNIFICAÇÃO DO CAMPO

Os processos de modernização agropecuária, que provocaram as recentes transformações no território, fazendo-o se integrar aos circuitos globais, fizeram com que as principais cidades do sudoeste de Goiás se transformassem nas cidades do agronegócio. Sobre a questão, Elias considera as cidades do agronegócio um novo tipo de tipologia de cidade.

[...] cidades em regiões agrárias que vêm enriquecendo [...] polariza amplo espaço agrário dinâmico, é um centro urbano que organiza esse espaço. [...] a cidade do agronegócio está inserida em Regiões Produtivas Agrícolas na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos, e configura um lugar central de uma Região Produtiva Agrícola, parte integrante das redes agroindustriais, reflexo, meio e condição para o funcionamento dessas (2011, p. 162).

Para Elias (2012), essas áreas são compostas por espaços agrícolas modernos, extremamente racionalizados, e por espaços urbanos não metropolitanos. Esses espaços estão em conexão com os centros de poder e consumo em escala mundial e as escalas locais e regionais em permanente articulação com as escalas nacionais e internacionais, fazendo com que a organização do território se dê a partir da imposição do mercado, controlado pelas empresas nacionais e multinacionais.

Elias (2012) entende esses territórios produtivos do agronegócio como novos arranjos territoriais resultados dos profundos impactos sobre a (re)organização do território a partir das transformações ocorridas na agropecuária brasileira. Para a autora, esses territórios produtivos globalizados são compostos

tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária, ou seja, são áreas de difusão de vários ramos do agronegócio, palco de circuitos superiores do agronegócio globalizado (ELIAS, 2012, p. 3).

Os municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros foram beneficiados por programas financiados pelos Governos Federal e Estadual, que possuíam como objetivo principal a incorporação de terras com preços relativamente baixos, com base na intensificação do uso de capital, da correção da acidez dos solos característicos das áreas de Cerrado e da mecanização da produção agrícola, possibilitada pelo fornecimento de créditos e pela implantação de infraestrutura básica.

Logo, tais localidades se tornaram grandes potenciais para a expansão da agricultura devido aos seguintes aspectos: localização, solo, clima e relevo propícios à mecanização, além de consequente introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde, em um período de grande expansão desse modal pelos países subdesenvolvidos.

Nesse processo, esses municípios se tornam em grande parte em território do agronegócio, que, segundo Cavalcanti e Fernandes (2008, p. 23), “se fundamenta na integração corporativa dos produtores liderada pelas empresas, que reconfiguram o espaço em função da lógica produtiva”. Essas empresas na defesa dos seus interesses se unem junto ao Estado e inserem seus interesses no orçamento público, realizando um uso competitivo e integrado do território, implantando infraestruturas e concebendo estratégias de ampliação do controle do mercado.

Com uma área territorial de 8.379,66 km² e uma população estimada de 212.237 habitantes (IBGE, 2016), o município de Rio Verde tem uma produção que alcança todos os setores: da pecuária à agricultura, da indústria ao comércio e aos serviços (IMB, 2009). Aquela localidade está aproximadamente a 220 km da capital do Estado, Goiânia. A localidade em questão é servida de duas importantes rodovias federais: a BR-060, que liga a capital federal ao município goiano de Jataí; e a BR-452, que liga Rio Verde A Itumbiara.

O município de Jataí, conta com uma área territorial de 7.174 km² e uma população estimada em 95.998 habitantes (IBGE, 2015). A área urbana dista 323 km da capital. Aquela localidade tem seu território cortado por três importantes rodovias federais: BR-364, BR-060 e BR-158. Trata-se da única cidade do País servida por três rodovias.

Já o município de Mineiros dista 433 km da capital do Estado, possuindo uma população estimada de 60.464 habitantes (IBGE, 2015) e uma área de 8.896 km² de terras

planas e agriculturáveis em uma altitude com variação de 700 a 1100m, na Serra dos Caiapós, na zona do Alto Araguaia (SILVA, 2006). Tem seu território cortado pela BR-364.

Conforme Tabela 8, mais de 70% da população da região sudoeste do estado de Goiás estão concentrados nos municípios de Jataí, Mineiros e Rio Verde. Dos 511.944 habitantes da microrregião do sudoeste de Goiás, 370,937 viviam nesses três municípios, com 7,7% de sua população residindo no espaço rural em 2010.

Tabela 8 – Dados demográficos de Jataí, Mineiros e Rio Verde – GO

Município	Área (em Km ²)	2000			2010			2016*
		População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)
Jataí	7.174.23	75.417	68.785	6.632	88.006	81.010	6.996	97.077
Mineiros	9.060.09	38.881	34.523	4.358	52.935	48.286	4.649	61.623
Rio Verde	8.379.66	116.559	106.109	10.450	176.424	163.540	12.884	212.237
Total	24.613.98	230.857	209.417	21.440	317.365	292.836	24.529	370937

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000); IBGE. Censo Demográfico (2010).

*estimativa

Contudo, a partir da instalação do agronegócio, não necessariamente a região e os municípios de desenvolvem. É possível se assistir um crescimento desordenado, evidenciando o lado excludente e desigual da urbanização nas cidades do agronegócio, influenciada pela dinâmica desta área mercadológica. Nesse sentido, para Elias e Pequeno (2007), a chegada de imigrantes oriundos de regiões vizinhas e de outros estados contribui para o crescimento urbano desordenado, ao passo que ocorre um crescimento urbano excludente de onde emanam questões associadas à forma desigual do capital, como, por exemplo, o acesso aos benefícios proporcionados pela urbanização e aos conflitos pelo uso e ocupação do território.

Para Chaveiro (2010, p. 30), “o grau complexo e os variados problemas que originam da urbanização desafiam, igualmente, a ação dos gestores e dos planejadores” desses municípios. Elias e Pequeno (2007, p. 31) destacam que nas cidades do agronegócio observa-se a reprodução dos problemas urbanos comuns nas cidades maiores, como, por exemplo:

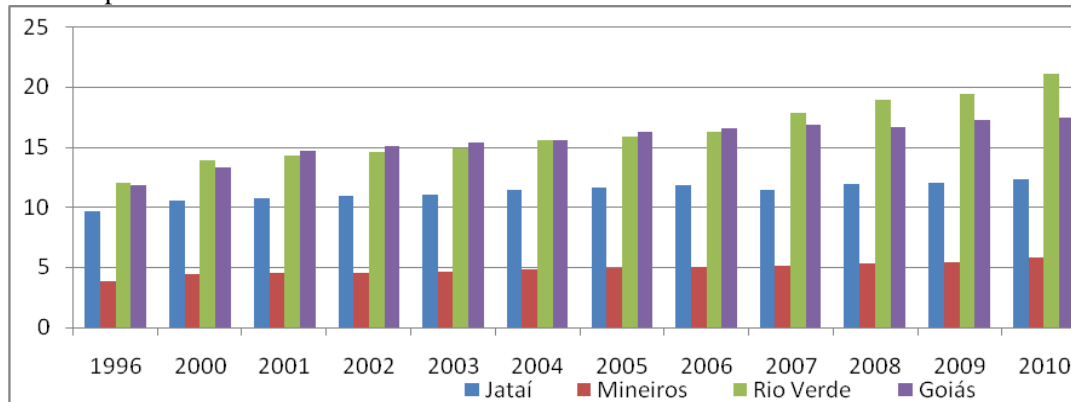
[...] ausência ou insuficiência de infraestrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de

infraestrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros.

Assim, essas cidades ainda escondem uma pobreza instalada na periferia ali existente e crescente, cada vez mais ocupadas por trabalhadores – urbanos e rurais – em suas mais diversas formas, oriundos das mais diversas categorias sociais do campo (posseiro, meeiro etc.), que, sem a terra, têm como único caminho para a sobrevivência: o acesso ao emprego urbano e a ocupação das áreas periféricas.

A figura 17, a seguir, ilustra o crescimento da densidade demográfica no período 1996-2010. Os três municípios aqui analisados apresentam aumento de suas densidades demográficas. Em 1995, Jataí, Mineiros e Rio Verde apresentavam densidades demográficas de 9,64 ha/km², 3,79 ha/km² e 11,99 ha/km², respectivamente; em 2010, passaram a apresentar 12,27 ha/km², 5,84 ha/km² e 21,05 ha/km², respectivamente. Porém, nesse mesmo período, o estado de Goiás saiu de uma média de 11,82ha/km² em 1996 para os atuais 17,43ha/km².

Figura 17 – Densidade demográfica do Estado de Goiás e dos Municípios de Jatai, Mineiros e Rio Verde – período 1996-2010



Fonte: IBGE-IMB, 2015.

Destarte, mesmo a cidade de Rio Verde apresentando, a partir de 2007, uma densidade demográfica superior à média estadual, a média dos três municípios aqui analisados, no período supramencionado, fica abaixo da média estadual. Tal fato pode ser provocado por duas questões, a saber:

- a) a região metropolitana de Goiânia, por ser altamente concentrada quanto à população urbana, contribui para elevar as taxas de densidade demográfica do Estado; e

b) a atividade agrícola, que dá base aos três principais complexos agroindustriais da região sudoeste do Estado de Goiás, apresenta baixa de ocupação no campo – fato que pode ser comprovado quando da análise das percentagens de população rural e urbana no período aqui analisado. Assim, o Município de Jataí, em 1996, tinha 90% de sua população concentrada nos centros urbanos, e apenas 10% no meio rural. Em 2007, houve um aumento da população urbana, passando para 92% da população residindo na cidade, enquanto apenas 8% da população se encontravam no campo.

Rio Verde, Mineiros e Jataí contam com um contínuo crescimento econômico, sustentado principalmente pelo desenvolvimento de sua agricultura e pela agregação de valor aos produtos agropecuários (IMB, 2015). A economia desses municípios fundamenta-se principalmente na agricultura, pecuária e agroindústria. Na agricultura, destaca-se a produção de milho, soja, sorgo e cana-de-açúcar. Na pecuária, tem-se a criação de bovinos, suínos, aves e a produção de leite.

A territorialização do agronegócio nas áreas do sudoeste de Goiás em muito é explicada pela constituição dos Complexos Agroindustriais. A melhoria nos índices econômicos se deu, sobretudo, a partir da criação de parques industriais, da instalação da empresa BRF Brasil – uma das maiores companhias de alimentos do mundo, com mais de 30 marcas em seu portfólio, entre elas, Sadia, Perdigão, Qualy, Paty, Dánica, Bocatti e Confidence – e da chegada de várias outras empresas e grandes empresas de capital nacional e internacional ligada aos complexos de grãos, carne e cana-de-açúcar.

5.5 O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DE GRÃOS E A COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO (COMIGO)

O CAI de grãos se estabelece no sudoeste de Goiás atrelado à produção de soja, que, após ser ali inserida, se expande pelas grandes extensões de terras planas da microrregião, tornando-se, assim, um produto agropecuário de destaque frente às outras atividades econômicas goianas, atrelado aos altos investimentos e incentivos estatais.

Na região sudoeste do estado de Goiás, a produção de grãos destaca-se em razão de ter sofrido, desde a década de 1960, “uma forte e acelerada mudança em sua base produtiva, com o importante apoio do Estado, como provedor das políticas públicas e dos fundos necessários para essa execução” (PEDROSO, 2005, p. 1).

A constituição do CAI de grãos na região sudoeste do Estado de Goiás deu-se por meio da produção da soja na microrregião e o aumento na produção de milho. Para Borges (2012), a soja difere de outras produções de grãos, como, por exemplo, milho, arroz e feijão, em razão de 3 características específicas, a saber:

- a) volta-se em sua totalidade para o mercado industrial externo, introduzido no Brasil para atendê-los;
- b) no seu processo de produção, requer uso intensivo de maquinário, tecnologias e insumos que são produzidos por organizações internacionais; e
- c) foge ao alcance da pequena propriedade e dos produtores tradicionais, tornando estes vulneráveis em relação ao processo massificador e excludente.

Antes da constituição do CAI de grão na região sudoeste do estado de Goiás, a produção de arroz e milho eram ali as mais significativas. Para Santos (1998), em relação à produção de milho, a partir de 1988, aquela UF apresentou crescimento vertiginoso, ficando, a partir de então, entre os cinco maiores produtores de milho no Brasil. Além dos regimes de chuva, outros atores fizeram a produção de milho no estado de Goiás apresentar um crescimento vertiginoso, a saber: maquinário, mão de obra adequada, insumos, crédito, infraestrutura para escoamento da produção nas épocas certas e pesquisa agropecuária, em especial, o desenvolvimento de uma série de sementes para vários locais no País pela EMBRAPA.

No processo de constituição dos CAIs no Brasil, as cooperativas agropecuárias contribuíram substancialmente tanto no fornecimento de insumos básicos para a produção agropecuária, como no armazenamento e beneficiamento dos produtos. Para Goulart (2012), na região sudoeste do estado de Goiás, o crescimento da produção e produtividade agropecuária teve como marco histórico a constituição e emergência da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), contribuindo para a evolução da organização política e econômica do produtor rural local (GOULART, 2012).

Essa Cooperativa caracteriza-se na referida microrregião como um dos agentes ativos atuantes na organização do espaço regional ali existente no processo de produção agropecuária. Com característica forte de especialização da atividade agroindustrial, a COMIGO vem, nas últimas décadas, organizando-se espacialmente e contribuindo para a dinâmica territorial do capital, a partir da lógica da expansão capitalista na região analisada.

A COMIGO tem sua sede no município de Rio Verde e foi gerada a partir de um processo de inserção na modernização agrícola. Seu surgimento foi fomentado por iniciativa e

necessidades dos produtores locais, aliada ao interesse nacional. Ela é hoje um signo regional, responsável pela transformação tecnológica e das relações agricultura-indústria e socioespaciais na microrregião analisada (BORGES, 2012).

É a principal agroindústria do ramo do estado de Goiás e, atualmente, atua em um conjunto de atividades econômicas voltadas à diversificação da cadeia agropecuária, principalmente de grãos, destacando a recepção, o armazenamento, o beneficiamento e a comercialização da produção agropecuária de seus cooperados. Com o passar do tempo, a COMIGO aderiu às inovações tecnológicas, principalmente ao pacote tecnológico da soja e do milho, passando a atuar como centro propagador da modernização agrícola nos municípios da região sudoeste do estado de Goiás.

A criação da COMIGO é resultado do processo migratório de grandes e médios produtores da região Sul para a região Centro-Oeste do País, que trouxeram experiências associativas (VALARIE et al., 2008). Sua fundação, em 1975, deu-se na tentativa de superar as barreiras existentes da colheita do milho e comercialização do arroz, que eram os principais produtos praticados pelos agricultores da região sudoeste do estado de Goiás, além de criar mecanismos de defesa dos produtores rurais, no fornecimento de insumos de qualidade a preços justos, prestação de serviços de comercialização, armazenagem e assistência técnica (COMIGO, 2016).

A falta de infraestrutura, que contribuía para o precário atendimento dos agricultores e a ausência de alternativas que garantissem a produção da atividade agrícola foram elementos que colaboraram para o desenvolvimento da COMIGO, fazendo com que os produtores encontrassem na cooperativa a possibilidade de estimular a criação de uma infraestrutura pública fundamental ao crescimento da região, além de eliminar os entraves do processo produtivo (GORGA NETO, 2006).

Em 1996, a COMIGO mobilizou os produtores rurais para reuniões com a BRF Brasil, para incentivar e atrair a instalação da empresa em 2000, que resultou no investimento na ordem de R\$ 40 milhões feito pela empresa em questão no projeto Buritis no município de Rio Verde. Com a instalação da BRF Brasil no município, a Dalland – COMIGO passa a fornecer parte das fêmeas e dos machos (suínos) para BRF Brasil em Rio Verde, enquanto os produtores associados à COMIGO participavam de contratos de fornecimentos com a BRF Brasil (CANABARRO et al., 2005).

A cooperativa organiza anualmente a TecnoShow COMIGO, uma das feiras agropecuárias mais importantes do País, cuja comercialização em 2016 atingiu um volume de

negócio na ordem de R\$ 1,3 bilhão, com o envolvimento de máquinas, implementos, agroquímicos, sementes e outros insumos agropecuários. Na ocasião, 98 mil pessoas visitaram o local (COMIGO, 2016).

O processo de expansão da COMIGO está ligado aos altos investimentos, à modernização do território e às atividades para atrair novos cooperados, visando um maior acúmulo de capital, condição *sine qua non* para que ocorra a incorporação de novos territórios agrícolas. De acordo com o Censo Cooperativismo Goiano (2015), a COMIGO contava, em 2014, com 6.454 cooperados, 2.290 funcionários e patrimônio líquido de R\$ 1.196.969.613,70. Segundo Canabarro et al. (2005), o perfil dos agricultores associados é 25,07% em área até 50ha, 18,63% em área de 50 a 100 ha e 56,29% com área de mais de 100 ha.

No processo da expansão dos CAIs, a COMIGO, juntamente com as políticas de créditos agrícolas proporcionado pelo estado, contribuiu para a intensificação das mudanças na forma de produzir e de ocupação do uso do solo na região sudoeste do estado de Goiás, colaborando com a territorialização do capitalismo no campo, principalmente por meio do cooperativismo empresarial.

Além do Centro Tecnológico (CTC), atualmente a infraestrutura da COMIGO está dividida em Complexo Agroindustrial, com o envase de óleo de soja, fábrica de fertilizantes, fábrica de rações, indústria de laticínios, armazéns para secagem e estocagem da produção, indústria de esmagamento de soja, fábrica de rações, saboaria, laboratórios, moageira de soja, refinaria de óleo de soja, suplemento mineral e unidade de beneficiamento de sementes; lojas agropecuárias em várias cidades do Sudoeste Goiano; Comigo Florestal; máquinas e implementos etc. Participa de pesquisas na região, a partir de convênios e atua como agente do capital financeiro, por meio de duas cooperativas de crédito, quais sejam:

- a) a Cooperativa de Crédito Rural (Credi-Rural COMIGO); e
- b) a Cooperativa de Crédito (Credi-COMIGO).

A versatilidade da COMIGO em seu processo de expansão pelo território da região sudoeste do estado de Goiás decorre de sua importância na ordem econômica, mas também política e social, comportando-se como um dos agentes de transformação do espaço urbano e rural e que contribuiu para a promoção da integração deste território com outras microrregiões da UF em questão, bem como com outras regiões brasileiras.

5.6 O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA CARNE E A TERRITORIALIZAÇÃO DA BRF BRASIL NA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DE GOIÁS

Após a instalação e consolidação do CAI dos grãos na região sudoeste do estado de Goiás, teve início a instalação do CAI da carne, principalmente centralizado na agroindustrialização, a partir da instalação do complexo agroindustrial da BRF Brasil na cidade de Rio Verde e, posteriormente, em Jataí e Mineiros. Para Pires (2008), na década de 1990, a região em questão assistiu a um maciço crescimento a partir da introdução da agroindústria, com a melhoria da eficiência do transporte de cargas, favorecendo uma aproximação da matéria-prima dos processos de transformação e beneficiamento exigidos pela agroindústria (PIRES, 2008).

Para Borges (2012), enquanto que o CAI da soja foi responsável pela transformação do espaço regional caracterizado pela pecuária extensiva e por vazios produtivos para um dos polos mais dinâmicos do País na produção de grãos, o CAI de carnes foi responsável pelo fortalecimento da imagem da microrregião aqui analisada como cinturão ou uma fronteira agroindustrializante. Todavia, mesmo estando espalhados pelo mesmo território, os CAIs em questão não se conflitam, mas sim se complementam no uso do território e nos interesses mercadológicos, suscitando a produção de um espaço produtivo e ampliando as desigualdades regionais no território goiano.

Em 1998, foi instalado o maior complexo agroindustrial da América Latina, pela empresa BRF Brasil, que contribuiu para a transformação do perfil socioeconômico da microrregião sudoeste do estado de Goiás. A instalação se deu, inicialmente, no município de Rio Verde e envolveu cerca de R\$ 550 milhões³⁷, dos quais R\$ 400 milhões da BRF Brasil – o maior investimento já realizado pela companhia e um dos maiores bancados nos últimos anos por uma empresa privada no Brasil, com uma previsão de faturamento entre R\$ 700 milhões e R\$ 800 milhões anuais.

Posteriormente, a empresa expandiu seu complexo industrial por Jataí e Mineiros. Segundo Borges (2012, p. 8), “o fator decisivo para a escolha do sudoeste de Goiás para a materialização do Projeto Buriti parece ter sido, [...], os fortes incentivos fiscais e as oportunidades de financiamento oferecidas pelos governos estadual, municipal e federal”. Além disso, pesaram no processo de decisão: a disponibilidade de grãos a partir da cadeia de produção agropecuária instalada na microrregião, a abundância de mão de obra, o clima

³⁷ **Revista Perdígão Hoje**, n. 18, fev./mar. 2000

altamente favorável e a segurança sanitária, a logística, a concessão de financiamentos e incentivos fiscais – principalmente por meio dos Fundos de Financiamento FOMENTAR e FCO, a infraestrutura existente, a proximidade com mercados consumidores, a proximidade com produtores de matéria-prima, a doação de áreas e melhoria/manutenção do sistema viário etc.

A BRF Brasil tem capacidade para movimentar toda a cadeia produtiva, tendo em vista que sua atuação vai desde o plantio do milho e soja até o processo de produção de ração para os animais, sua criação, abate, industrialização e venda, atuando tanto no campo quanto na cidade (SILVEIRA; BARREIRA, 2012), por intermédio do modelo de integrados, que surge a partir de contratos firmados entre os produtores e a agroindústria, onde prevalecem as necessidades da empresa, que adota critérios para os produtores (QUEIROZ; CALAÇA, 2005).

A instalação do CAI da BRF Brasil em Rio Verde provocou um grande aumento no número de criadores de aves e suínos naquela região. Até o ano de sua instalação, o município tinha um rebanho avícola de 424 mil cabeças, enquanto a produção de suínos era de 104 mil cabeças. Em 2008, o rebanho avícola já era de 12,110 milhões de cabeça, o que representava 25,4% do rebanho avícola goiano, enquanto a produção de suínos saltou em 2008, representando 25,4% do rebanho daquela UF no mesmo período (IMB, 2015).

Além da BRF Brasil Agroindustrial e sua rede de produtores integrados, houve a instalação de várias outras empresas de vários ramos, a saber: Siol e Kowalski; fábrica de embalagens Orsa e da Videplast; Cervejaria Malta e Rinco, do ramo de bebidas; Frigorífico Margem de base exportadora, Brasilata, Pioneer, John Deere, Monsanto, Case, entre outras, além de companhias locais que têm apresentado dinamismo nos investimentos (COMIGO, Transportadora Brasil Central, entre outras) (IMB, 2015).

Em dezembro de 2005, a BRF Brasil adquiriu, no município de Jataí, o Incubatório Paraíso, juntamente com uma granja de matrizes, antes pertencentes ao grupo agropecuário Victor Priori, fechando um contrato de prestação de serviços referente à atividade de abate de frangos com a Gale Agroindustrial, assumindo, assim, contratos com 71 produtores integrados. As operações sediadas em Jataí³⁸ e as aquisições que ali se fizeram representaram um investimento de R\$ 34 milhões – recurso que era parte do programa de expansão da empresa e de seus parceiros, que previa um investimento de R\$ 400 milhões até o ano de 2012. O acordo com o abatedouro teve duração de cerca de dois anos, com opção de compra

³⁸ Em junho de 2016, as atividades da BRF Unidade de Jataí foram suspensas, sem previsão de retorno.

pela BRF Brasil (PERDIGÃO, 2006). Após tal período, a BRF Brasil exerceu sua prioridade de compra do abatedouro, e a Gale Agroindustrial foi completamente adquirida pela BRF Brasil no ano de 2006, totalizando recursos na ordem de R\$ 28,5 milhões.

No ano de 2007, a agroindústria BRF Brasil inaugurou o CAI do município de Mineiros, com uma unidade com capacidade para processar 81 mil toneladas anuais de produtos à base de carne de aves pesadas – o equivalente a 24 mil cabeças de peru e 140 mil cabeças de frango e ave Chester por dia, sendo, pelo menos, 80% desse volume destinado ao mercado externo. Além de se destacar pela alta tecnologia, o CAI em questão recebeu investimentos R\$ 510 milhões, sendo R\$ 240 milhões por parte da BRF Brasil, com financiamento parcial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e R\$ 270 milhões aplicados pelos produtores integrados, na construção de 200 módulos de produção pelo financiamento do FCO, por intermédio do Banco do Brasil (PERDIGÃO, 2007).

Com o projeto de expansão pela região do sudoeste do estado de Goiás, a BRF Brasil consolidou seu domínio por meio dos seus principais polos de produção, comercialização e exportação de produtos alimentícios a partir do CAI da carne. Em âmbito regional, Queiroz e Calaça (2005) afirmam que a instalação da BRF Brasil leva a uma transformação na reorganização do espaço, que é composto por uma elevada produção de grãos, bem como pela industrialização de carne. No âmbito econômico, aumenta a competitividade entre a exportação de grãos e carne. E, no âmbito ambiental, evidencia uma dificuldade no manejo dos resíduos, odor e poluição da água e do solo, causando danos à natureza.

A instalação do complexo da BRF na região do sudoeste do estado de Goiás acarretou em impactos que desencadearam transformações nos espaços local e regional, conforme enumeradas por Borges (2012), com efeitos no espaço urbano (criação de novos bairros, criação de novos distritos industriais, crescimento populacional, instalação de novas indústrias), na economia urbana local (incremento do comércio e dos serviços locais, mudanças na movimentação dos bancos, geração de postos de trabalho), no campo (aumento no rebanho de aves e suínos, implantação do sistema de produção integrada de aves e suínos e o surgimento de um novo modelo deste tipo de produção) e no espaço regional (consolidação do CAI de carnes e implantação de outras unidades da BRF). Para o autor, o processo de agroindustrialização na região supramencionada acarretou no fortalecimento da cultura do trabalho industrial, da formação das associações de produtores integrados e das influências e parcerias com as instituições de ensino locais.

5.7 A CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO NA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DE GOIÁS

Em nova etapa da tecnificação do campo e dos CAIs, instalou-se na microrregião aqui analisada o setor sucroenergético, que contribui para o fortalecimento do agronegócio. Segundo os dados de produção da cana-de-açúcar, é possível perceber que a produção dessa segue o eixo da agricultura moderna nas terras do estado de Goiás, instalando-se em municípios com grande expressividade produtiva de grãos (soja, milho e sorgo). O processo de territorialização do capital sucroalcooleiro na região resulta nos expressivos números em termos de área, produção e produtividade da cana-de-açúcar ali cultivada, representado também pelo aumento expressivo das usinas de álcool e açúcar ali instalados.

No sudoeste de Goiás, as agroindústria de grande porte do setor sucroalcooleiro se instalaram a partir da segunda metade da primeira década do século XXI. Apesar de essa microrregião ter sido alvo de investimentos do Proálcool, a expressividade do setor sucroalcooleiro somente se apresentou a partir do ano de 2005. Na última década, a região passou por um novo reordenamento territorial, acarretando na disputa entre a cana-de-açúcar e a produção de soja, milho e sorgo.

A recente expansão do capital agroindustrial sucroalcooleiro na região sudoeste do estado de Goiás está ligada aos investimentos ali empreendidos a partir do ano 2000, e intensificados a partir do ano de 2005. Esses, materializados na instalação das agroindústrias e nas plantações de lavouras de cana-de-açúcar, provocaram mudanças expressivas no espaço agrário local. A instalação do cultivo da cana-de-açúcar na região notadamente provocou uma nova configuração territorial em uma área que antes era quase que de uso exclusivo para a produção de grãos e carne.

Na região aqui analisada, tem-se a concentração dos novos projetos das usinas sucoalcooleiras de Goiás, muito em razão de uma topografia plana, criando uma problemática, já que a região é grande produtora de grãos e ali estão instaladas as sedes de grandes agroindústrias de processamento de aves e suínos. Essas agroindústrias receiam que a expansão do setor sucroalcooleiro possa causar um deslocamento das culturas de grãos, como, por exemplo, a soja e o milho – fundamentais na fabricação de ração, acarretando aumento dos custos de produção (CARVALHO; CARRIJO, 2007).

Nessa microrregião, desde a década de 1990, os municípios de Maurilândia, Santa Helena de Goiás, Serranópolis e Castelândia já tinham histórico de produção industrial de cana-de-açúcar, e, em 2011, 10 municípios já possuíam instalações industriais processadoras de cana-de-açúcar, quais sejam: Aporé, Chapadão do Céu, Jataí, Mineiros, Maurilândia, Montividiu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra e Serranópolis (FRANCO; ASSUNÇÃO, 2011).

Atualmente, das 40 unidades produtoras de etanol e açúcar do Estado de Goiás, associadas ao Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (SIFAEG) e ao Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (SIFAÇÚCAR), 11 estão instaladas na microrregião sudoeste do Estado de Goiás, em nove municípios, conforme Figura 18.

Figura 18 – Unidades produtoras de etanol e açúcar na região sudoeste de Goiás nas safras 2003/2004 a 2013/2014

Usina	Município
Brenco – Usina Morro Vermelho - Odebrecht Agroindustrial	Mineiros-GO
Brenco – Usina Perolândia- Odebrecht Agroindustrial	Perolândia-GO
Açúcar e Álcool Ltda	Santa Helena de Goiás-GO
Cerradinho Bioenergia S/A	Chapadão do Céu-GO
Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	Jataí-GO
Energética Serranópolis Ltda	Serranópolis-GO
Floresta S/A Açúcar e Álcool	Santo Antônio da Barra-GO
Nardini Agroindustrial Ltda	Aporé-GO
Rio Verde Indústria De Álcool e Açúcar Ltda	Rio Verde-GO
Usina Rio Verde Ltda (Decal)	Rio Verde-GO
Usina Santa Helena De Açúcar e Álcool S/A	Santa Helena de Goiás-GO

Fonte: SIFAEG/SIFAÇÚCAR, 2016.

O crescente número de usinas instaladas na região sudoeste do estado de Goiás reflete-se no volume de produção que cresce a cada ano. Ao considerar o cultivo na safra 2013/14 em relação à 2003/2004, o crescimento da área de cultivo total na microrregião aqui em análise foi de 670%, saindo de 32.959ha em 2003/2004, para 253.824ha em 2013/2014. A produção ficou concentrada nos municípios de Mineiros (51.587 hectares), Santa Helena de Goiás (37.879 hectares), Rio Verde (31.794 hectares), Chapadão do Céu (27.578 mil hectares) e Jataí (25.195 hectares), uma participação de 12,44% sobre a área total de produção do estado de Goiás.

Essa microrregião tornou-se cada vez mais atrativa para agroindústria em razão da infraestrutura tanto em relação às estradas que por ali cortam seu território (rodovias federais, estaduais e municipais) como em relação à expectativa da implantação do projeto do alcoolduto, previsto para 2017, com proposta final de permitir o transporte da produção de

álcool do interior do estado de Goiás, ligando os municípios de Jataí até Paulínia, São Paulo, onde tem início o trabalho de distribuição do produto aos centros consumidores. O alcoolduto viabilizará economicamente a exportação do álcool interligando aquela UF a dois grandes Estados produtores (CARVALHO; CARRIJO, 2007). Esse projeto tem investimento total em torno de R\$ 7 bilhões e, inicialmente, será capaz de transportar dois milhões de litros de etanol por ano, com planejamento de ampliação, conforme a demanda das usinas.

Em relação ao imposto sobre as operações relativas ao ICMS, houve aumento significativo na arrecadação municipal. A arrecadação de ICMS nos municípios da região sudoeste do estado de Goiás evidencia que, entre o início da década passada – momento em que nessa microrregião estava se instalando grandes agroindústrias de carne e cana-de-açúcar – e o ano de 2015, houve aumento significativo na arrecadação (Anexo F), com destaque para os municípios de Rio Verde (de quase R\$ 48 milhões para mais de R\$ 254 milhões), Jataí (de R\$ 20 milhões para R\$ 91 milhões), Chapadão do Céu (de menos de R\$4 milhões para mais de R\$35 milhões) e Mineiros (crescendo de R\$ 7 milhões para quase R\$34 milhões).

Para Silva (2011), a arrecadação de tributos para o município é um aspecto dentro do processo de territorialização do setor sucroenergético, especialmente firmado entre os interesses dos seus atores. Em razão de ser um setor que se caracteriza pela realização de todo o ciclo produtivo no local, e por incidirem tributos na atividade agrícola, e na atividade industrial, a expansão das atividades do setor pode potencializar a arrecadação pública municipal.

Ao mesmo tempo que os complexos industriais favoreceram um crescimento econômico para essa região, causaram também o aumento da ocupação das áreas inadequadas, provocando empobrecimento do solo e contaminação da água, além de inúmeros outros problemas ambientais que se agravaram nos últimos anos com o aumento da produção.

5.7 OS PROBLEMAS AMBIENTAIS ADVINDOS DO MODELO AGRÁRIO/AGRÍCOLA BRASILEIRO

Segundo Ribeiro (2003), a agricultura contemporânea desenvolvida no sudoeste de Goiás pode ser identificada e analisada a partir de dois matizes: um que considera a importância e justifica esse modelo de agricultura e exploração visando ao bônus econômico que é gerado; e outro que considera os problemas e prejuízos ambientais decorrentes dessa exploração agrícola. É preciso considerar que essa forma de agricultura moderna provocou um elevado crescimento econômico, que não foi suficiente para que a população obtivesse o

mesmo desenvolvimento na área social, proporcionando melhoras nas condições de vida das pessoas. Assim, foram muitos os malefícios provocados, como a intensificação do latifúndio, o êxodo rural, exclusão social e problemas ambientais.

Esses impactos são enumerados por Castro (2007) como de diversa ordem:

- a) no uso dos recursos materiais, sobretudo de energia e materiais;
- b) no meio ambiente, atingindo a qualidade do ar; clima global; suprimento de água, ocupação do solo e da biodiversidade; uso de defensivos e fertilizantes;
- c) na sustentabilidade da base de produção agrícola, principalmente por meio do aumento da resistência a praga e doenças;
- d) nas áreas comerciais, em relação à competitividade e subsídios.

Porto Gonçalves (2004, p. 33) atesta que “a questão ambiental exprime melhor do que qualquer outra essa imbricação das contradições do capitalismo na sua relação com a natureza”. Para Ribeiro e Binsztok (2008), no sudoeste de Goiás, são comuns os problemas de degradação que atingem os solos, a água e a biodiversidade, chamados de problemas de degradação que levarão aos problemas de segunda geração.

Segundo Ribeiro e Binsztok,

Estes são os chamados “problemas de primeira geração”, diretamente causados pela prática agrícola em si, como o uso intenso de agrotóxicos, a redução da diversidade biológica e os desequilíbrios ecológicos. Existem, também, os “problemas de segunda geração”, que surgem como desdobramento dos primeiros ou em consequência da tentativa de solucioná-los. A ocorrência da segunda geração de problemas traduz a gravidade dos impactos gerados, que se manifestam não apenas local e momentaneamente e dão a real dimensão do comprometimento ambiental gerado por práticas de exploração inadequadas (2008, p. 1).

A degradação ambiental de área do sudoeste de Goiás configura-se como uma característica do processo de expansão do agronegócio brasileiro. Os problemas ambientais, cada vez mais, suscitam discussões ecológicas acerca da forma com que a estrutura produtiva em escala consome os recursos naturais causando a intensificação da destruição das paisagens naturais. Essas transformações no espaço agrário derivadas de ações antrópicas de ordem econômica são repercutidas diretamente na dinâmica dos sistemas naturais e, principalmente, atuando nas características morfológicas das paisagens.

No sudoeste de Goiás, os efeitos das ações e pressões humanas sobre o meio físico biótico e abiótico alteram as condições naturais dos ecossistemas, provocando em geral, o desequilíbrio ambiental. Balsan (2006, p. 142) enfatiza que o solo é um dos maiores problemas ambientais pela atual forma de se fazer agricultura.

Resultados dessas transformações podem ser vistos, por exemplo, a partir dos impactos das atividades agrícolas e agroindustriais no espaço rural como a degradação do solo pelas erosões, conforme a figura 19, que ilustra uma das maiores erosões de solo da região, a voçoroca Chitolina no município de Mineiros em uma área antes de pastagem e posteriormente soja.

Figura 19 – Voçoroca Chitolina



Fonte: René Boulet.

Essa área se localiza próxima à nascente do Rio Araguaia na divisa dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Trabalhos nessa região mostram que, com o incremento da agropecuária a partir da década de 1970, as erosões lineares, sobretudo de grande porte, têm aumentado consideravelmente, não sendo possível encontrar soluções duradouras e de baixo custo para a estabilização dessas voçorocas, considerando que os processos de gênese e evolução delas ainda são pouco conhecidos (GOMES; FILIZOLA; BOULET, 2015). Resultados do emprego de técnicas de mecanização, sobretudo de revolvimento do solo, propícias a solos de climas temperados e em solos de regiões de climas tropicais agravam os processos erosivos, deixando os solos expostos a altas temperaturas que destroem a matéria orgânica e a vida microbiana.

Os sedimentos retirados dessas erosões são transportados pelas chuvas e depositados nos cursos-d'água e com a inexistência das matas de galerias ocorrem o assoreamento desses recursos hídricos e até mesmo o soterramento de nascentes. Verifica-se a diminuição considerável do volume de água em alguns cursos-d'água no período seco e até mesmo que muitas nascentes têm secado (SCOPEL, et al, 2005).

A ocupação do território da região pela agricultura moderna provocou a destruição das áreas de veredas, importante ecossistema do Cerrado, que passaram a ser drenadas para possibilitar o cultivo de grãos e até mesmo represadas para abastecer os pivôs centrais. Essa

técnica de irrigação provocou o aumento do consumo de água, comprometendo o equilíbrio dessas áreas (SILVA; SOUZA, 2012).

O desequilíbrio hídrico é um sério problema iniciado após a instauração dos latifúndios produtivos do agronegócio, a partir do processo de captação de água profundas trazidas a superfície para utilização na irrigação. Os pivôs centrais utilizados são de baixíssima eficiência, fazendo com que as perdas de água pela evaporação direta cheguem a 70%. Desse modo, em algumas regiões “no fundo dos vales, a água já não jorra o ano todo, as fontes e córregos secam, rios se tornam intermitentes” (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 19). Assim, “a riqueza hídrica aqui implicada é enorme e todo o seu regime vem sendo alterado pela simplificação extrema provocada pelo modelo agrário-agrícola” (Ibidem, p. 32).

Os processo de ocupação agropecuária no sudoeste de Goiás têm provocado a formação de areais, que, segundo Scopel et al. (2005), é “o processo de rarefação da vegetação em áreas arenosas, associado às ações antrópicas, formando manchas de areia sem cobertura vegetal”. Isso provoca à inviabilidade da utilização de extensas áreas, já que estudo realizado na área por Scopel et al. (2005), mostrou que existe um total de 1.306 ha de manchas de solos arenosos expostos somente em Serranópolis, no sudoeste de Goiás, conforme Figura 20.

Figura 20 – Formação de areais no sudoeste de Goiás

Figura 21 – Desmatamento no sudoeste de Goiás



Fonte: SCOPEL et al., 2005.



Fonte: SCOPEL et al., 2005.

No sudoeste de Goiás, vem ocorrendo em muitas áreas o raleio ou desaparecimento completo da vegetação em áreas vinculadas à ocorrência de Neossolos Quartzarênicos. O trânsito de animais conduzido do Mato Grosso ou de Goiás para diversos locais percorria caminhos nas cabeceiras do Rio Araguaia de formação arenosa, dando origem a diversos processos erosivos descontrolados. A intensificação da ocupação dessas áreas, o desmatamento para implantação de pastagem e, recentemente, a agricultura intensiva agravaram o problema. Existem áreas de pastagens que, em razão ao manejo inadequado, não mais suportam o rebanho, chegando a forte estágio de degradação (Figura 21) SCOPEL, et al, 2005).

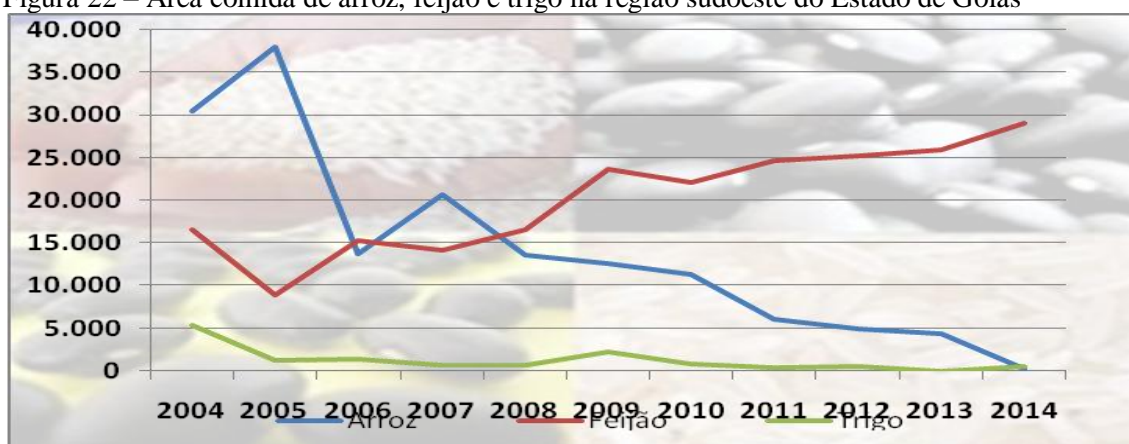
Esse processo de desertificação dessas áreas está relacionado à aridez climática ou às alterações climáticas promovidas por atividades antrópicas, descartando a hipótese de causa natural na formação dos areais, desencadeado a partir do manejo inadequado do solo numa área de forte fragilidade potencial. “A exposição do solo, com a retirada da vegetação, relacionada ao sistema de manejo, intensifica a atuação dos fatores climáticos [...] que aceleram a degradação e/ou dificultam a recuperação” (SCOPEL, 2010, p. 10).

5.9 AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E TRABALHO

A modernização agrícola em Goiás desarticula a produção camponesa, desarticulando, assim, a produção de alimentos, ao mesmo tempo que contraditoriamente, provoca o aumento da produção de grãos, da importação de alimentos e a expulsão do homem do campo.

Dessa forma, um fator que deve ser levado em consideração é a queda na área colhida com outros produtos alimentícios. A Figura 22, a seguir, evidencia que, na região analisada, em relação à produção de arroz, feijão e trigo, somente o feijão apresentou expansão de área nos últimos anos. Já o arroz reduziu de 19.963 ha, em 2003, para 300 ha, em 2014 – uma queda acentuada de 98%. O trigo saiu de uma área de 4.700 ha, em 2003, para uma área de 530 ha, em 2014, representando 88,7%. Os períodos de maiores quedas se referem principalmente aos anos de intensificação da expansão do setor sucroalcooleiro sobre as terras em questão.

Figura 22 – Área colhida de arroz, feijão e trigo na região sudoeste do Estado de Goiás



Fonte: IMB, IBGE, 2015.

O processo de migração rural-urbano foi intensificado pela saída de produtores que estavam empregados nas grandes propriedades e que, a partir do Estatuto da Terra, provocaram metamorfoses nas relações de trabalho no campo, ocorridas em razão dos processos modernizantes do espaço agrário brasileiro, provocando a dispensa de mão de obra pelos grandes proprietários de terras. Esse processo causou uma mudança sobre a forma de emprego agropecuário. A partir de então, passaram a empregar em suas propriedades um tipo novo de trabalhador a partir de novas relações sociais de trabalho: os boias-frias. Coy e Neuburger (2009) destacam que as camadas rurais inferiores deslocaram-se para as cidades contribuindo para a formação dos boias-frias.

Neste período, trabalhadores permanentes foram substituídos por trabalhadores temporários, pois a presença da mão de obra dentro das propriedades rurais passou a ser justificada apenas em épocas de plantio e colheita, visto que a dispensa desses trabalhadores significava diminuição de custo de força de trabalho com salários e encargos sociais. O trabalho temporário na forma de boia-fria é precário, pois, além de receberem quantias

irrisórias e serem excluídas das garantias trabalhistas, são muitas vezes transformados quase que em trabalhadores escravos.

Assim, inúmeros trabalhadores do campo, ao se tornarem moradores da cidade, mantiveram seu trabalho na zona rural com ocupações temporárias, intensificando as relações campo-cidade, já que os centros urbanos, agora, além de representarem lugar de moradias desses, representam também lugar de lutas e reivindicações, mas não de trabalho. Santos (1993) aponta que a dinâmica imposta pela modernização do campo faz com que cada vez mais os trabalhadores da agricultura capitalizada vivam nas cidades, pois o campo brasileiro moderno repele os pobres.

Nesse processo de trabalho temporário e diário no campo, a cidade cumpre um papel fundamental, sobretudo em relação a essa migração pendular que ocorre no estabelecimento das novas relações de trabalho, configurando-se como um *locus* da mão de obra. Para Oliveira (2010, p. 21), “o trabalhador temporário é aquilo que Marx chamou de trabalhador nu, desprovido dos instrumentos da produção, que apenas dispõe da sua força de trabalho para vendê-la no mercado, resultando, dessa venda, a garantia (ou não) da sua reprodução”. Segundo Fernandes (2008b, p. 8), esses trabalhadores “estão em movimento decadente por causa do desemprego estrutural, gerado pela mecanização da agricultura e a informatização da indústria e do comércio”.

O desenvolvimento da atividade canavieira provoca efeitos socioambientais negativos como expulsão dos trabalhadores do campo, migrações, exploração do trabalhador com violações de direitos, concentração fundiária, problemas ambientais (CARVALHO; CLEPS, 2009) e também a intensificação das disputas territoriais entre as áreas para produção de cana-de-açúcar e as áreas da produção agroalimentar. Assim, esse avanço nas terras do sudoeste de Goiás reforça a concentração de terras e reordena a sua distribuição – a partir do momento que quem arrenda é quem pode pagar mais – e a força de trabalho, considerando que grande parte da mão de obra dessas usinas é constituída por trabalhadores nordestinos que, principalmente nos períodos de safras, se dirigem aos canaviais da microrregião.

Em Rio Verde, grande parte dos trabalhadores empregados na produção de cana-de-açúcar é constituída por paulistas e nordestinos, especialmente pernambucanos (VALARIE et al., 2008). Pessoas que trabalham no plantio e colheita da cana-de-açúcar que se configura como uma das maiores espoliações dos trabalhadores na atualidade. Evidencia a superexploração da força de trabalho, que visa uma produtividade maior e, conseqüentemente, uma maior rentabilidade deste setor.

Para Santos e Souza (2012), os trabalhadores nordestinos são preferidos pelas usinas do Centro-Oeste, principalmente por esses apresentarem mais resistência física e maior submissão às condições impostas e não apenas pela falta mão de obra local. Contudo, aos poucos a mecanização substitui o trabalho humano.

Os números apresentados no âmbito do setor canavieiro mostram o avanço das agroindústrias e das plantações sobre novas áreas que antes não eram ocupadas pela produção da cana-de-açúcar. Esses elementos pressupõem novas territorialidades no sudoeste de Goiás a partir de novas investidas do capital agroindustrial canavieiro. Esse processo abarca os trabalhadores de campo, que trabalham diretamente no plantio, manejo e colheita dessa cultura, como a população das cidades envolvidas nesse processo.

5.10 AUMENTO DO PREÇO DAS TERRAS E DISPUTAS TERRITORIAIS DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS CAIS NO SUDOESTE DE GOIÁS

Para as novas unidades industriais do setor sucroalcooleiro, além de infraestrutura adequada para o escoamento da produção, é preciso matéria-prima disponível para o processamento (SILVA; MIZIARA, 2011, p. 400). Ao passo que os canaviais adentram as terras do sudoeste de Goiás, aumentam-se as preocupações com relação aos impactos que provocados por este setor sobre a produção de grãos, milho e produção de carne e outros tipos de produtos alimentares. A disputa das terras para produção de grãos, pecuária e produção de cana-de-açúcar provocada pela expansão do setor sucroalcooleiro no sudoeste de Goiás levou a uma supervalorização de terras se comparadas aos preços praticados na microrregião e em Goiás.

Os municípios produtores de grãos no sudoeste de Goiás buscam resguardar as terras já cultivadas com grãos (FRANCO; ASSUNÇÃO, 2011), criando estratégias a fim de evitar a expansão do setor sucroalcooleiro sobre as áreas tradicionais de produção de grãos e configurando-se em disputas territoriais que se intensificam, pois, além de a região ser a principal produtora de grãos do estado, ali estão localizados os principais complexos agroindustriais de grão e de carne do estado, este último é o maior empregador e consumidor de soja, milho e sorgo em Goiás.

Conforme colocado por Silva (2011, p. 124), a expansão do cultivo de cana-de-açúcar nas áreas dos municípios provoca o conflito de interesses com os setores já territorializados nesses locais, visto que a estrutura econômica nesses espaços foi formada a partir da participação e dos interesses dos setores de grãos e de carnes, “que atuam e usam esse espaço

para a realização de sua produção”. A possibilidade de utilização dos espaços que já foram apropriados pela produção de grãos e carne, pelo processo de expansão canavieira, é vista como uma ameaça à manutenção de suas atividades pelos atores locais.

No ano de 2006, o município de Rio Verde-Go sancionou uma lei restringindo em 10% a área do município destinada à cultura da cana (CARVALHO; CARRIJO, 2007), ou seja, apenas 50 mil hectares. Aprovada em Rio Verde, os municípios de Mineiros, Santa Helena e Quirinópolis, também no sudoeste Goiano, mostraram-se abertos a discutir a lei que visava à preservação ambiental, ordenamento da diversidade agrícola e garantia da saúde econômica do município, ou seja, buscando manter a diversificação de itens plantados e evitar a concentração de renda (CRYSTHIAN; LOPES, 2006), sob a alegação de que a expansão do setor de sucroalcooleiro colocava em “risco os investimentos já realizados e futuros vinculados às cadeias produtivas da soja e do milho” representadas pelas agroindústrias de óleo e farelo, frigoríficos, armazéns, criação de aves e suínos principalmente (CASTILHO, 2007, p. 38).

Porém, a lei foi cassada e cancelada posteriormente (FRANCO; ASSUNÇÃO, 2011). Esse caso mostra a vulnerabilidade de regiões funcionais atreladas aos mercados internacionais que estão sempre sujeitas aos fatores externos que não podem prever ou controlar (CASTILHO, 2007, p. 38).

Em 2010, o município de Jataí aprovou o Projeto de Lei nº 082/2010, que regulamenta o Plano Diretor Agrícola, delimitando o plantio da área de cana-de-açúcar no município em 50 mil hectares. Caso o produtor queira ampliar a área de cultivo de cana, terá de pedir autorização, por meio da Certidão do Uso do Solo Rural, ao Conselho Socioeconômico de Desenvolvimento Rural do Município de Jataí – CODERJ. Esse conselho é formado por representantes da prefeitura, vereadores, indústria e dos próprios agricultores. Dessa maneira, pela força legal, o município busca resguardar as terras já cultivadas com grãos (FRANCO; ASSUNÇÃO, 2011).

Em razão do efeito negativo provocados na produção de suínos pela fuligem liberada a partir da queima da cana-de-açúcar, a BRF Brasil tem feito pressão junto ao governo municipal para que haja a expansão da colheita mecanizada no processo de produção sucroalcooleiro, o que ameniza os impactos sobre outra produção e os problemas ambientais negativos, mas causa outros impactos sociais negativos, como a redução do número de empregos no campo. A BRF Brasil/Pedigão, que se instalou em Rio Verde muito em função

da diminuição dos custos de produção, uma vez que o município oferecia grãos em abundância, já compra grãos de outros estados (VALARIE et al., 2008).

Considerando que grande parte das usinas de cana-de-açúcar está instalada nos principais municípios produtores de grãos do sudoeste de Goiás, a disputa territorial por áreas de produção poderá se intensificar mais próximas das usinas, visto que, de acordo com Chohfi e Cortez (2006), o raio de distância entre a usina e o ponto de colheita da cana não influencia os custos de colheita e carregamento, mas influencia diretamente nos custos de transporte, chegando a representar entre 15 a 20% do preço de produção de cana, se ela estiver, respectivamente, até 50 ou 100 quilômetros de distância da usina. No sudoeste de Goiás, a produção sucroalcooleira se beneficia da infraestrutura consolidada para o escoamento de grãos. As estradas federais e estaduais em sua totalidade pavimentada e o relevo plano diminuem as distâncias entre as lavouras de cana-de-açúcar e as usinas ao diminuir o tempo de deslocamento.

Em Goiás, a valorização de terras se deu puxada pela evolução dos preços em municípios da microrregião do sudoeste de Goiás, com destaque para os municípios de Mineiros, Jataí, Palmeiras de Goiás e Rio Verde (O POPULAR, 2014)³⁹. Enquanto em 2002 o estado de Goiás tinha o preço médio por hectare de terras em exploração agropecuária de R\$2.790,98, em 2013 já estava em R\$11.823,43, representando um aumento de 323,6%, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Preços médios de terras destinadas à exploração agrícola e pecuária – GO (R\$/ha)

Município	Ano 2002	Ano 2003	Varição (%)
a) Mineiros	4.350,00	30.000,00	589,66
b) Jataí	5.350,00	30.000,00	460,75
c) Palmeiras de Goiás	3.000,00	16.528,00	450,93
d) Rio Verde	5.500,00	30.000,00	445,45
- Goiás	2.790,98	11.823,43	323,6

Fonte: Banco do Brasil/O Popular.

³⁹ Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/economia/pre%C3%A7os-de-terras-em-goi%C3%A1s-subiram-323-em-12-anos-1.667475>>. Acesso em: 02 de jan. de 2015.

Os preços foram inflacionados pela valorização das *commodities* no mercado internacional, o que estimulou a produção e a demanda por terras, além do crescimento das exportações de soja, fazendo os produtores investir mais na produção, bem como o fato de que produtores investiram em tecnologia para melhorar a qualidade da terra, o processo produtivo e a produtividade (O POPULAR, 2014), e ainda a infraestrutura e disputas territoriais de espaços para produção.

Para Souza (2010, p. 21), “nas últimas quatro décadas, a produção do setor sucroalcooleiro apresentou uma tendência de concentração espacial sob áreas produtivas, o que sugere uma expulsão das culturas menos rentáveis de suas antigas territorialidades”. Para esse autor, a principal explicação para isso é que a cana, assim como qualquer outra atividade econômica, busca sua territorialização nas porções do espaço geográfico onde existe uma combinação convergente de uma série de atributos que potencializem um auferimento da maior renda fundiária possível, independente se essas já estejam ocupadas por outras culturas.

A operação de agroindústrias sucroalcooleiras é acompanhada de novos padrões produtivos a partir da adoção de técnicas produtivas avançadas e da mudança de estratégia para exercer o controle fundiário: o arrendamento (SILVA, 2011, p. 16). Sendo o arrendamento da terra a principal forma de acesso a terra pelo capital agroindustrial canavieiro no sudoeste de Goiás, que busca obstinadamente resolver sua crise de reprodução transferindo para si renda fundiária (XAVIER, 2010).

Em Rio Verde, a expansão do setor sucroalcooleiro também impulsionou o valor do arrendamento da terra em razão da demanda por terras de cultivo de cana. Esse aumento maior se dá principalmente quando a área está localizada próxima às usinas e onde se utiliza também a vinhaça das destilarias para adubação das lavouras. De acordo com reportagem do Globo Rural⁴⁰ (2011), essa disputa elevou o valor de 10 sacas para 15 sacas de soja por hectare, considerando quem a soja é a moeda de troca utilizada para calcular o valor do arrendamento.

Carrijo (2008) mostra que a instalação de uma usina no município de Mineiros consolida-se em áreas produtoras de grãos, que paga pelo arrendamento da terra um valor acima do que é praticado no mercado, promovendo uma concorrência desleal com o produtor que arrenda para produzir grãos. Assim, os proprietários do solo, com destaque para os próximos a agroindústria, têm interesse em arrendar para a usina em detrimento da produção de soja, uma vez que a usina paga um valor bem mais alto. Enquanto que a usina no município de Mineiros pagava R\$ 570 por há (15 toneladas por hectare, e o valor da tonelada

⁴⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/05/cana-eleva-valor-de-arrendamento-em-rio-verde-go.html>>. Acesso em: 02 de jan. de 2015.

é R\$ 38,00), o produtor de grãos pagava em média entre R\$144,00 e R\$ 216,00 por ha – geralmente paga o valor entre seis a nove sacas de soja, em uma média de R\$ 24 cada saca.

Se considerarmos que, no Brasil, o número de estabelecimento sob a forma de arrendamento é considerável, representando 1% do total de estabelecimentos (OLIVEIRA, 2010), ele pode intensificar os problemas de disputas territoriais. Souza (2010) afirma que as frequentes disputas territoriais pelas áreas capazes de garantir uma renda fundiária maior ao capitalista do setor sucroalcooleiro, com as áreas produtoras de alimentos que se encontram no raio de expansão do setor sucroalcooleiro, provocariam uma desterritorialização das culturas menos rentáveis, provocando uma reterritorialização dessas culturas que foram perdendo espaço com a expansão da cana-de-açúcar em áreas periféricas, localizadas na fronteira agrícola em expansão.

Assim, os diversos impactos provocados pela instalação dos CAIs no sudoeste de Goiás impactam especialmente a produção dos produtores rurais que não têm recurso suficiente para absorvê-los: os pequenos proprietários, que, cada vez mais excluídos, se tornam um grupo marginalizado sem acesso às novas tecnologias de produção agropecuária que se adapta aos seus sistemas de produção.

5.11 RECONFIGURAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE DE GOIÁS

A modernização das atividades agropecuárias provocou o desenvolvimento de um conjunto de novas relações campo-cidade, produzidas pela integração da produção agropecuária ao circuito da economia urbana (ELIAS; PEQUENO, 2007). Os espaços rurais e urbanos passam a conviver com elementos novos e antigos, representando a face da desigualdade existente. Sobre a questão, Antonello (2011, p. 63) afirma que “a territorialização desigual do capital no espaço rural forja o novo e recria o velho, presentes nas novas funções que o espaço rural assume”. Um bom exemplo são os fluxos de veículos nas cidades, onde se encontram os carros antigos, velhos, de baixo custo, disputando espaços nas avenidas com os últimos modelos de caminhonetas, símbolos de *status*, adquiridos pela elite agrária daquelas localidades.

Os espaços agrários, sobretudo, nas proximidades dessas cidades, são um misto de áreas planas com as produções homogêneas, refletidas nas paisagens, juntamente com a grande quantidade de agroindústrias, silos e armazéns que estocam a volumosa produção em escala. Nesse sentido, Elias e Pequeno (2007, p. 27) observam que ali “processa-se [...] um

crescimento de áreas urbanizadas também no campo [...] nas áreas que se modernizam, uma vez que [...] a gestão do agronegócio globalizado necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos”. Esses autores entendem que “o agronegócio globalizado tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas”.

Entre as principais culturas temporárias na região sudoeste do estado de Goiás, destacam-se a soja, o milho e a cana-de-açúcar – em processo de expansão acelerada –, onde juntos representaram uma área de 2.247.630 ha. Em 2014, tais culturas ocupavam as maiores áreas da região nos Municípios de Rio Verde (550.000 ha), Jataí (513.000 há), Montividiu (513.000 ha) e Mineiros (211.500 ha). Na pecuária, tem-se a criação de bovinos, aves e a produção de leite, entre outros produtos.

A instalação de agroindústrias no sudoeste de Goiás fez aumentar a demanda por matéria-prima nos últimos anos, fazendo com que os agricultores expandissem as áreas de produção de grãos nessa microrregião, intensificando, por exemplo, a segunda safra do milho, conhecida como milho safrinha, implantada logo após a colheita da soja. O milho safrinha, desde 2011, produz mais do que a produção do milho de verão (SILVA; FRANCISCHINI, 2013).

Em 2014, dos três municípios que apresentaram o maior valor de produção agrícola em Goiás, dois se localizam em sua microrregião sudoeste, a saber: Jataí – com R\$ 1,4 bilhões – e Rio Verde – com R\$ 1,3 bilhões de valor de produção agrícola, ficando atrás somente de Cristalina, que alcançou R\$ 1,6 bilhões de valor de produção agrícola.

Jataí e Rio Verde em 2014 foram os municípios goianos que mais produziram soja e milho, ficando Jataí com a primeira posição, e Rio Verde, em segundo lugar (Tabela 10). Tal aspecto faz com que esses municípios se destaquem como os dois principais produtores de grãos do Estado de Goiás, estando Jataí ocupando o segundo lugar na produção nacional de milho.

Tabela 10 – Municípios goianos: *ranking* de produção dos principais produtos agrícolas – 2014

Produtos	Principais Municípios	Produção (t)	Posição da Produção no Ranking Estadual
Sorgo (em grão)	Cristalina	278.000	1º
Tomate	Cristalina	333.000	1º
Algodão herbáceo (em caroço)	Chapadão do Céu	68.952	1º
Feijão (em grão)	Cristalina	63.000	1º
Milho (em grão)	Jataí	1.476.000	1º
	Rio Verde	1.234.500	2º
Cana-de-açúcar	Quirinópolis	6.771.809	1º
	Itumbiara	3.552.300	2º
	Goiatuba	3.440.140	3º
Soja (em grão)	Jataí	767.280	1º
	Rio Verde	750.000	2º
Produção de grãos	Jataí	2.283.890	1º
	Rio Verde	2.086.045	2º

Fonte: IBGE, IBGE. Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2015.

Quanto ao PIB desses municípios, Rio Verde apresentou no ano de 2013 um PIB de R\$ 2.715.868, dos quais R\$1.058.687 foi gerado pelo setor agropecuário. Nesse mesmo ano, aquele município apresentou um PIB *per capita* na ordem de R\$ 36.539,06 (IBGE, 2015) – o segundo do Brasil –, ficando atrás apenas do município de São Desidério, Bahia. O PIB de Jataí, no ano de 2013, foi de R\$ 1.192.436 mil, e, desse total, R\$ 915.498 foi gerado pelo setor agropecuário, ficando em 5º lugar no *ranking* nacional. O PIB *per capita* daquela localidade foi de R\$ 34.880,04 (IBGE, 2015). Já em Mineiros, a expansão do setor agroindustrial em Mineiros também contribuiu para o aumento do PIB do município de Mineiros, que, em 2013, foi de R\$1.058.687 mil, PIB *per capita* de R\$ 30.143,76 mil (IBGE, 2015).

Em várias áreas rurais, a urbanização ocorreu diretamente à consecução do agronegócio globalizado. A urbanização é acelerada pela reestruturação das atividades agrícolas, que também acelera o processo de produção de espaços urbanos não metropolitanos, onde as conexões fundamentais devem-se às constantes inter-relações entre o campo e a cidade. O desenvolvimento das cidades se dá atrelado às atividades agrícolas, ao mesmo tempo que delas depende em diversos graus. Sobre a questão, Elias (2012, p. 8) considera que “o agronegócio globalizado exerce papel fundamental para a expansão da urbanização e para a reestruturação urbana e regional”.

Tais processos fazem com que ocorra um reordenamento no modo de produzir e organizar a produção agropecuária e nas relações sociais no campo, bem como na cidade.

Para Elias e Pequeno (2007, p. 26), as cidades do agronegócio “tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas [...] aumentando a economia urbana”.

Os espaços urbanos próximos ao espaço agrícola vão se adaptando para atender às demandas da produção agropecuária e agroindustrial (ELIAS, 2011). Nos centros urbanos, surgiram novos estabelecimentos comerciais agropecuários com a finalidade de atender aos agricultores, principalmente àqueles que produzem em escala, para servir de base ao processo de produção, sobretudo de grãos, com vendas de insumos, tais como: máquinas, implementos, equipamentos, complementos, corretivos de solos, fertilizantes, agroquímicos e sementes.

Nos centros urbanos, sem dúvida, existe um reordenamento do espaço a partir das atividades econômicas. Além da instalação das agroindústrias nas cidades e no campo, tem-se ainda uma nova configuração do comércio, especializado em atender à produção agropecuária, a partir dos interesses dos grupos econômicos, do Estado e do capital agroindustrial. Uma nova configuração nos centros urbanos desses municípios pode ser observada a partir do momento em que passam a se estruturar para atender às exigências do campo modernizado.

Assim, as atividades urbanas são dispostas e organizadas para atender às necessidades das atividades agropecuárias, ou seja, tem-se uma especialização das cidades para o atendimento das necessidades do campo. Sobre a questão, Elias (2012) afirma que, nas áreas de difusão do agronegócio, têm-se muitas demandas a partir da reestruturação produtiva. Essas provocam um aumento de várias atividades comerciais e de serviços especializados. Logo, a difusão do agronegócio amplia e reorganiza a produção material, tanto agropecuária quanto industrial, e determina a expansão quantitativa e qualitativa do comércio e dos serviços, sobretudo nos ramos ligados ao circuito superior da economia agrária. O setor terciário tem seu crescimento atribuído “ao crescimento da população e à revolução do consumo, este último erigido sob os auspícios do consumo de massa associado à existência individual e das famílias” (ELIAS, 2012, p. 7).

Na região, tanto os governos federal e estadual investiram em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), principalmente pela EMBRAPA, sobretudo a partir do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), além da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), objetivando o desenvolvimento de sementes e espécies de grãos adequadas aos solos da região (GOULART, 2012).

Além da ação estatal, diversos agentes locais, regionais e nacionais, contribuem para o desenvolvimento tecnológico dos municípios supramencionados, com base em projetos de

investimentos científicos e tecnológicos em diversos produtos agrícolas, tais como: soja, milho, sorgo, algodão e arroz, por meio de instituições públicas e privadas prestadoras de serviços agropecuários ou não compuseram a nova configuração espacial urbana, a saber: a EMGOPA; a Universidade Federal de Goiás (UFG); a Universidade Estadual de Goiás (UEG); a Universidade de Rio Verde (UniRv); o Centro Universitário de Mineiros (FIMES); os Institutos Federais (IFs) (escolas agrícolas) – atual Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e o Instituto Federal de Goiás (IFG), com cursos e pesquisas voltadas para a área agropecuária; e empresas de venda de insumos que prestam serviços de assistência técnica ao agropecuarista; laboratórios para fornecer análises laboratoriais, principalmente de solos, água, folhas, adubos e corretivos agrícolas etc.

Nas últimas décadas, a territorialização do capital tem se intensificado ainda mais com a instalação de empresas multinacionais do ramo agroindustrial, atraídas pelos incentivos do Estado e pela modernização constante, favorecendo o acúmulo do capital. Sobre a questão, Elias (2012, p. 10) destaca que o que distingue uma cidade do agronegócio de outro espaço urbano é “justamente uma hegemonia das funções inerentes às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas”.

Assim, grandes agroindústrias de armazenamento, processamento e comercialização de grãos, cana-de-açúcar e carnes multinacionais e brasileiras (*Louis Dreyfus*, NESTLÉ, COMIGO, BRF Brasil Agroindustrial, Gradual, Granol, COMIVA, Cargil Agrícola S/A, Caramuru, Granol, Comiva ADM, Bunge, Marfrig, Frigoestrela, Raízen, Eco Diesel, ETH Bioenergia e BRF Brasil) mantêm ativos instalados na região sudoeste do estado de Goiás. Essas empresas se territorializaram no sudoeste de Goiás, dada a quantidade da produção de *commodities* agrícolas em alguns municípios que compõem essa microrregião.

Para Oliveira (2008), ADM, Cargill, Bunge e Louis Dreyfus são as quatro maiores empresas controladoras de grãos em nível mundial e fazem parte do conjunto das principais empresas mundiais voltadas para a produção de alimentos. Essas empresas são resultados da criação dos monopólios mundiais de alimentos, frutos da mundialização do capital, uma vez que deixaram se der apenas empresas internacionais para se transformarem em multinacionais, não importando sua origem, se nacional ou estrangeira.

Fernandes (2008b, p. 22), afirma que a apropriação territorial para a formação das cadeias produtivas é uma tendência globalizada das empresas, podendo ser de forma completa ou incompleta. Ela não ocorre tão somente no espaço rural, como também no urbano, pois, do ponto de vista institucional, as cadeias produtivas completas abarcam “a apropriação parcial

ou total do fornecimento de insumos, da produção, do processamento, do comércio atacadista e do comércio varejista”. No Brasil, a apropriação completa de uma cadeia produtiva por uma determinada empresa é rara.

Para Castilho (2007, p. 39), essas empresas do agronegócio atuam antes, durante e depois da produção agropecuária e dominam cada vez mais o beneficiamento; a assistência técnica; o processamento agroindustrial; o mercado de fertilizantes e sementes; o armazenamento; o financiamento; a comercialização; e a exportação, detendo indústrias processadoras, armazéns e silos, empresas de comercialização de produtos, transporte, portos, centros de distribuição, escritórios exportadores, postos de compras etc.

A tecnificação do campo requereu um número maior de profissionais especializados, como, por exemplo, pilotos de aviões agrícolas, mecânicos especializados em modernas máquinas, e profissionais especialistas em cultivo de soja, milho, sorgo e cana-de-açúcar. Tal fato contribui para a chegada de novos cursos voltados para a área de Ciências Agrárias, tanto no município de Rio Verde como nos municípios de Jataí e Mineiros, o que, para Elias (2011), é uma migração descendente, ou seja, das cidades maiores para as cidades menores, resultado da necessidade de profissionais especializados para o agronegócio.

Após a consolidação da região sudoeste do estado de Goiás enquanto região produtora em escala, as distâncias foram diminuídas com a construção de infraestrutura de transporte e comunicação, fazendo com que aquela região fosse integrada ao circuito global de produção e consumo. Sob o viés da questão, Elias e Pequeno (2007, p. 26) destacam que, “cada vez que o território é reelaborado para atender à produção globalizada, superpõem-se novos fixos artificiais, aumentando a complexidade dos seus sistemas técnicos e de suas rugosidades”.

Novas redes de transporte e comunicação foram construídas e estabelecidas na região sudoeste do estado de Goiás, ligando a região a lugares antes distantes e imprimindo novas relações entre os espaços. Pires (2008) afirma que aquela região tem seu desenvolvimento relacionado pelo desenvolvimento das vias rodoviárias, que conectou essa porção do território goiano à economia do Triângulo Mineiro e à economia paulista.

Como resultado, sobretudo, dos investimentos do Estado, a microrregião do sudoeste de Goiás é servida por eixos rodoviários fundamentais para o escoamento de grãos e das mercadorias para outras regiões do País. Entre as principais rodovias que compõe o eixo rodoviário da região, estão: a BR-060, que liga o sudoeste goiano a capital federal – Brasília, construída durante o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek; a BR-158, que liga a região ao Estado de Mato Grosso; a BR-364, que liga a região às regiões Norte, Sudeste e

Sul do País; e a BR-452 que liga a região ao município de Itumbiara, Goiás. As principais obras de infraestrutura realizadas na região foram construídas a partir de programas específicos para a região Centro-Oeste, desenvolvidos durante a execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (CARMO; GUIMARÃES; AZEVEDO, 2002).

Porém, a partir de 2007, os recursos advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴¹, contribuíram com a melhoria da infraestrutura dessa microrregião, sobretudo com grandes investimentos em logística⁴² do agronegócio, como o etanolduto, ferrovia norte-sul, máquina e equipamentos para estradas vicinais além da expansão na geração de energia, etc. Considerando que a logística é um dos principais elementos da cadeia do agronegócio brasileiro e requer uma logística diferenciada a fim de promover uma maior competitividade de seus produtos, foi um dos setores mais beneficiados com estes investimentos em infraestrutura logística que contribuiu para evitar gargalos significativos do agronegócio.

Nas rodovias federais, estaduais e municipais da microrregião analisada, tem-se um intenso fluxo de caminhões graneleiros transportando grãos, óleo vegetal, biocombustível, leite resfriado, cana-de-açúcar, entre outros produtos, fazendo com que as rodovias de pista simples apresentem alguns trechos irregulares, resultando intenso fluxo de escoamento da produção agropecuária e que nem sempre recebem manutenção adequada. A BR-364 é responsável pelo escoamento da produção da região aos principais portos brasileiros, pois interliga Jataí ao porto goiano da Hidrovia Tietê-Paraná, em São Simão.

A hidrovia no Rio Paranaíba, na cidade de São Simão, Goiás, faz parte da Hidrovia Tietê-Paraná e exerce um importante papel como corredor de escoamento dos produtos agrícolas goianos, com destaque para os grãos. Uma parte considerável dos grãos produzidos na região sudoeste do estado de Goiás é via Hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê. O sistema hidroviário Paranaíba-Tietê-Paraná possui 2.400 quilômetros de vias navegáveis, com 1.642 km de vias principais e 758 km de vias secundárias.

⁴¹ Promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Foi pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, e contribuiu para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais (BRASIL, 2016).

⁴² Em 2006 o governo federal lançou o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) que propôs a agregar conhecimentos voltados à contribuição do apoio estratégico ao transporte nacional. Seu principal objetivo era proporcionar desenvolvimento, agilidade, praticidade na ampliação e progresso do transporte nacional (BRASIL, 2007). Em 2012, o Governo Federal lançou o Programa de Investimento em Logística (PIL) com o objetivo de ampliar a escala dos investimentos em infraestrutura rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária e aeroportuária no Brasil (BRASIL, 2016b).

A Ferrovia Norte Sul (FNS), também faz parte da infraestrutura da região sudoeste do estado de Goiás. Sua projeção vai do Município de Barcarena, estado do Pará, até o município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, com 4.787 km de extensão, em bitola larga. A FNS foi projetada visando promover a integração nacional, minimizar custos de transporte e interligar as regiões brasileiras por meio das suas conexões com novas ferrovias e trechos já existentes. Sua expansão é a principal obra ferroviária do PAC.

Em território goiano, a FNS terá 991 km passando pelas regiões norte, central e sudoeste, nos municípios de Rio Verde e Santa Helena de Goiás. De acordo com a VALEC (2016), os principais objetivos da FNS são: estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga para o mercado consumidor; induzir a ocupação econômica do Cerrado brasileiro; favorecer a multimodalidade; conectar a malha ferroviária brasileira; promover uma logística exportadora competitiva, de modo a possibilitar o acesso a portos de grande capacidade; incentivar investimentos, que incrementarão a produção; induzir processos produtivos modernos; e promover a industrialização.

A estrutura criada pelo agronegócio é complexa, compreendo a integração entre agricultura, indústria, conhecimentos e comercialização direta da produção, especialmente para a exportação (ROOS, 2012). Segundo Calaça (2010), as estratégias do agronegócio compreendem também o monopólio da produção, distribuição e comercialização das sementes, dos insumos agrícolas e da genética animal.

5.12 AGRICULTURA FAMILIAR E OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO SUDOESTE DE GOIÁS

Enquanto novos sujeitos do processo de ocupação do sudoeste de Goiás se territorializaram a partir de novos cultivos pautado no modelo modernizante agropecuário, provocando novas territorialidades, grande parte dos agricultores se desterritorializou, assim como desterritorializou também seus modos de vida, métodos de cultivos, hábitos culturais camponeses, suas relações sociais e se reterritorializou nos centros urbanos, que tiveram grande crescimento e salvo alguns casos, em minifúndios.

Ao referirem-se a tal assunto, Matos e Pessoa afirmam que

A territorialização das inovações técnico-científicas propiciadas pelo capital promove a desterritorialização de modos de vida (culturas), infraestruturas e pessoas. Esses desterritorializados, em busca de novas alternativas, sejam por lutas para conseguir terras, sejam por lutas para sobreviver no espaço urbano, estão reterritorializando-se (2009, p. 8).

Reconhecida por um passado importante, sobretudo pelo abastecimento interno da população, a agricultura camponesa e a pequena produção é capturada e desarticulada pelo agronegócio, passando a resistir nas franjas das áreas planas e nos fundos de vales (MENDONÇA; SILVA, 2011).

As pequenas propriedades, muitas vezes mesmo desterritorializadas, ainda resistem e estão presentes em grande parte do território da microrregião do sudoeste de Goiás, que, em razão da presença das grandes propriedades rurais nesta região, intensifica os embates políticos de luta pela terra e intensifica as lutas pela permanência da pequena produção. Conforme Tabela 11, em 2006, o estado de Goiás apresentou 133.579 estabelecimentos rurais, dos quais 84.084 eram estabelecimentos familiares e 39.495 não familiares.

Tabela 11 – Goiás: Número de área dos estabelecimentos

Estratos	Número de estabelecimentos				
	1975	1980	1985	1996	2006
Menos de 10 há	16.728	13.825	25.361	12.526	21.842
10 a menos de 100 ha	52.401	52.136	58.944	55.073	72.242
100 a menos de 1000 ha	37.729	39.133	41.217	38.728	34.494
1000 ha e mais	5.031	5.502	5.811	5.437	5.001
Total	111.889	110.596	131.333	111.764	133.579

Fonte: IBGE, 2009.

Não diferente do restante do país, o estado de Goiás mostrou uma alta desigualdade em relação à área das propriedades rurais, desvendando a face da concentração fundiária goiana. Com mais de duas vezes, o número de estabelecimentos familiares, se comparado aos não familiares, ao se verificar a área ocupada por estes estabelecimentos (Tabela 12, a seguir), averigua que os estabelecimentos de até 100 ha ocupam 2.852.012 há, o que representa 10,9% da área, os estabelecimentos com 100 ha ou mais ocupam uma área de 23.184.049 ha, ou seja, 89,1% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais.

Tabela 12 – Goiás: Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total

Estratos	Área dos estabelecimentos (ha)				
	1975	1980	1985	1996	2006
Menos de 10 há	102.719	82.470	144.981	69.284	111.376
10 a menos de 100 ha	2.344.126	2.346.667	2.586.472	2.425.310	2.840.656
100 a menos de 1000 ha	11.368.581	11.941.312	12.622.853	12.011.556	10 701 273
1000 ha e mais	13.874.581	14.814.846	14.509.795	12.966.497	12.482.776
Total	27.690.007	29.185.295	29.864.101	27.472.647	26.136.081

Fonte: IBGE, 2009.

Enquanto que, no Brasil, 84% dos estabelecimentos rurais são considerados familiares, em Goiás esse número cai para 65%, com 35% de estabelecimentos classificados como não familiares de acordo com o Censo Agropecuário de 2006. Esse censo mostra que a maioria dos produtores rurais goiano são proprietários dos seus estabelecimentos agrícolas, ou seja, quanto à condição do produtor em relação à área, proprietários são 84%, assentados 7%, arrendatários 3%, ocupantes 3% e parceiros 1%.

A agricultura familiar em Goiás ocupa suas áreas principalmente com pastagens naturais e plantadas, que chegam a 67% da área ocupada. As áreas de matas e florestas são de 18,7%, seguidas da ocupação de lavouras permanentes e temporárias, que chegam a 9,5%, e as utilizações com estradas, açudes e outros, de 4,5%, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006.

De acordo com os dados do IBGE (2009), enquanto que no Brasil e no estado de Goiás há uma predominância de estabelecimentos familiares na composição do espaço agrário, nos municípios de Jataí e Mineiros existem uma predominância de estabelecimentos rurais não familiares. Entretanto, mesmo com a predominância dos estabelecimentos não familiares, os dados apresentam a face da concentração. Em Jataí, os estabelecimentos familiares representam 42,7%, mas ocupam apenas 14,2% da área, enquanto os não familiares representam 57,3% do total e ocupam 85,8% da área rural. Em Mineiros, 42,9% dos estabelecimentos são familiares, mas ocupam apenas 6,9% da área, enquanto os 57,3% de estabelecimentos que são considerados não familiares ocupam 91,1% da área rural, conforme Tabela 13.

Tabela 13 – Goiás: área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total

Região	Agricultura familiar Lei nº 11.326		Não familiar	
	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Goiás	88.436	3.329.630	47.247	22.353.918
Jataí-GO	676	77.690	907	470.094
Mineiros- GO	524	43.867	701	588.436
Rio Verde-GO	1.312			

Fonte: IBGE, 2009.

Em Goiás, diferentemente do Brasil, os maiores rendimentos auferidos aos agricultores familiares foram oriundos da produção pecuária. A receita obtida pelos agricultores familiares foi de R\$ 806 milhões, dos quais R\$ 468,3 milhões foram advindos da

produção animal e R\$ 275,4 milhões da produção vegetal. Desse valor, R\$ 184,6 milhões vieram da produção de arroz, feijão, mandioca, soja, milho e café em grão e R\$ 425 da produção pecuária de leite de vaca, leite de cabra, suínos e aves.

As políticas públicas para a agricultura familiar nessa região tem se mostrado fundamental na reprodução dos agricultores familiares, mesmo muito inferior em valores em relação às políticas públicas da grande produção agrícola. Os valores liberados para esses agricultores pelo PRONAF na safra 2013-2014 foram de R\$ 40.976.405,91. O PAA, com valor da proposta em R\$ 2.294.149,31, e o PNAE, com uma previsão de aquisições, em 2012, de R\$ 738.861,26, foram essenciais no fortalecimento deste grupo de agricultores (ANEXO H).

A falta ou dificuldade de acesso às políticas públicas ao longo dos anos fez com que muitos pequenos agricultores deixassem de produzir alimentos em detrimento da produção de monoculturas mecanizadas, fazendo com que vários membros da família se deslocassem para os centros urbanos, dificultando a manutenção do trabalho familiar dentro das propriedades. Esse é o caso de alguns assentamentos de reforma agrária na região, como exemplo, o caso de um do Projeto de Assentamento Íris Rezende Machado, conhecido como Assentamento Rio Paraíso⁴³, pioneiro do município de Jataí e um dos primeiros do sudoeste de Goiás.

Ao especializarem-se, os agricultores ficam dependentes de uma única fonte de renda, tornando-se totalmente vulneráveis às oscilações do mercado, o que contribui para a perda da sua autonomia produtiva e comercial. No sudoeste de Goiás, a agricultura familiar depara-se com enormes desafios, materializadas, sobretudo na concentração fundiária e de renda, assim como na falta de acesso às políticas públicas efetivas. Desta forma os agricultores familiares enfrentam vários problemas para acessar a terra e nela se manter.

Para Medeiros (2006), cada assentamento tem suas peculiaridades que decorrem da maneira de organizar ou reorganizar aquele espaço. Para aquela autora, ali é um lugar onde as famílias são procedentes de distintos lugares, demarcando seu pedaço de terra e, gradativamente, dando contornos próprios a este lugar, organizando um processo produtivo imediato pautado na produção para o consumo da família até a chegada de crédito para o plantio das culturas.

De acordo com o INCRA/GO (2015), no estado de Goiás existem 300 assentamentos de reforma agrária, criados entre 1986 e 2014. Nesses assentamentos, vivem mais de 13.218

⁴³ Ver KATZER, Rosália Teresinha. **Da labuta para a conquista da terra aos labirintos da sojicultura**: um olhar sobre o Assentamento Rio Paraíso, em Jataí (GO). 2005, 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO), 2005.

famílias em uma área de 706.477 hectares. Da maioria dos assentamentos criados pelo INCRA nos últimos 29 anos, 73% estão nas regiões norte, oeste e noroeste do estado. Somente nas regiões oeste e norte respondem por mais da metade das famílias assentadas e por 67,5% de todas as famílias assentadas em Goiás, enquanto a região sudeste do estado corresponde à que teve menos assentamentos implantados, representando apenas 2,7% do total, o que dá uma soma de apenas sete assentamentos.

Goiás possui 22 assentamentos, sendo o município do Estado que teve o maior número de assentamentos criados, seguido de Doverlândia com 16, e Montividiu do Norte, com 13. Os maiores assentamentos do estado são: Assentamento Oziel Alves Pereira, no município de Baliza, com 38.559 hectares e 526 famílias assentadas, e o Assentamento Santa Marta no município de Mundo Novo, com 458 famílias assentadas em 19.546 hectares. O assentamento mais antigo no estado de Goiás é o Assentamento Mosquito, criado em 1986, no município de Goiás, e o mais recente é o Assentamento Plínio de Arruda Sampaio, no município de Amaralina, criado em dezembro de 2015.

A microrregião do sudoeste de Goiás apresenta 5.386 estabelecimentos da agricultura familiar e mais de 11 mil pessoas ocupadas (ANEXO I). Grande parte da área ocupada pela agricultura familiar no sudoeste de Goiás está nos assentamentos rurais. A microrregião é composta por 57 assentamentos de reforma agrária, com 2.196 famílias assentadas em uma área de 102.347 ha, conforme ANEXO J. Doverlândia é o município no sudoeste de Goiás, com mais projetos de assentamentos, sendo 16 no total, seguido de Caiapônia com 12 (ANEXO K).

Conforme Tabela 14, nos municípios de Jataí, Mineiros e Rio Verde se concentram 36,8% dos assentamentos da microrregião do sudoeste de Goiás. Dos três municípios, Rio Verde é tem o maior número de assentamentos, com nove no total, com 376 famílias em uma área de 16.339 hectares. Jataí tem sete projetos de reforma agrária com 438 famílias em uma área de 13.906 hectares, seguido de Mineiros com quatro assentamentos com 68 famílias em uma área de 6.310 hectares.

Tabela 14 – Assentamentos de Reforma Agrária em Jataí, Mineiros e Rio Verde-GO

Município	Nome do P.A.	Número de Famílias Assentadas
Jataí	Terra e Liberdade	97
	Romulos Souza Pereira	61
	Nossa Senhora de Guadalupe	58
	Campo Belo	11
	Santa Rita	23
	Rio Paraíso	173
	Rio Claro	17
Mineiros	Serra das Araras	24

	Formiguinha	17
	Pouso Alegre	11
	Babilônia	17
	Três Pontes	43
	Aianópolis	36
	Pontal do Buriti	102
	Água Bonita	21
	Ponte de Pedra	113
Rio Verde	Rio Verdinho	27
	Vale do Cedro	23
	Vale do Sonho/Rio Preto	25
	Rio Doce	14
	Fortaleza II	16
	Total:	929

Fonte: INCRA, 2016.

O Assentamento Rio Paraíso em Jataí comporta o maior número de família. Nele, estão 172 famílias. Porém, o Assentamento Pontal do Buriti em Rio Verde é o maior assentamento da microrregião em extensão territorial ocupando uma área de 5977,7631 ha.

Além da restrição de área, a agricultura familiar nos assentamentos, comunidades quilombolas e propriedades tradicionais ainda enfrentam diversas outras dificuldades, como, por exemplo, a baixa rentabilidade, gerando desmotivação, sensação de exclusão e, ainda, problemas de segurança alimentar (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014). “A luta pela terra e pela Reforma Agrária forma o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional” (FERNANDES, 2008a, p. 17).

Ribeiro e Guimarães (2011) mostram a importância da organização dos Sindicatos Rurais na região, sobretudo em Jataí, que foi um dos condutores das primeiras ocupações regionais, agregando agricultores de vários municípios e regiões, dando origens a vários assentamentos nos municípios de Jataí, Rio Verde, Montividiu e Chapadão do Céu, dentre outros. Para as autoras, aí se dá a gênese da luta pela terra no sudoeste de Goiás. Contudo, apesar de atuar em outras cidades do sudoeste de Goiás, no caso específico de Jataí não há o envolvimento da CPT e pouca atuação do MST, conforme exposto por Ribeiro e Guimarães (2011).

Medeiros (2006) afirma que a produção do território dos assentamentos ocorre aos poucos, produzindo seus símbolos, identidades, criando significações da luta e do aspecto cultural de cada uma das famílias, multiplicando os significados e as estratégias existentes. Essa autora considera que

O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que passaram a viver neste espaço não por se identificarem com aquele ambiente, mas porque se engajaram em uma organização cuja identidade é ser Sem terra, é buscar a terra (MEDEIROS, 2006, p. 284).

Os assentamentos são formados de grupos heterogêneos de diversos lugares, com famílias e vivências distintas, mas com um objetivo em comum: “construir sua identidade com o novo espaço, com a nova realidade. Precisam juntas equacionar os problemas do cotidiano que não são mais os mesmos, é uma nova realidade na qual deverão reconstruir suas vidas” (MEDEIROS, 2006, p. 285).

Os últimos assentamentos realizados na região, porém, além de ter realizados com valor de mercado, são implantados em áreas que na maioria das vezes já enfrentam restrições de ordem ambientais. Após a distribuição dos lotes aos assentados, esses problemas passam a ser também de ordem socioeconômica, considerando que os problemas ambientais se tornam entraves e impedem que os agricultores, já sem recursos, possam se sustentar do trabalho na terra, uma vez que, na agricultura familiar, há uma dependência dos agricultores em relação às questões ambientais maiores, pois esses agricultores têm uma relação direta com a natureza. Entre esses problemas ambientais, estão a falta de água, com cursos-d'água secos, assoreados poluídos; solos degradados e com fortes erosões; e falta de vegetação. Esses fatores, muitas vezes, impossibilitam as atividades agropecuárias dentro dos lotes, mostrando que, na região, as áreas nobres de produção são ocupadas pela grande produção, enquanto que a pequena produção ocupa as áreas marginais.

6. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DO TRABALHO NA FAIXA DE DOMÍNIO DA UNIÃO

6.1 CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES

A territorialização da modernização agrícola no sudoeste de Goiás produziu novas divisões e desigualdades socioterritoriais com a valorização de algumas extensões de terras e a desvalorização de outras áreas, para onde foi empurrada a pequena produção. No geral, esses espaços desvalorizados se tornaram espaços marginais de produção em terras onde a agricultura mecanizada tem dificuldade de se territorializar, como os fundos de vales, beiras de encostas, em geral, áreas com grandes declividades e que a agricultura familiar, por suas diversas formas de adaptação, territorializa-se.

Quando se tem a ocupação pela pequena produção (Figuras 23 e 24), os termos agricultores de áreas lindeiras, campesinato espremido e produtores na faixa de domínio da União são utilizados como referência pela Academia, e sem-terra ou agricultores de beira de estrada, pela própria população. Contudo, os termos supramencionados apenas refletem o *status* a eles atribuído, tão presente nas formas da pequena produção no campo brasileiro, com a intensificação da questão agrária no Brasil, conhecidos ora por arrendatários, ora pequenos produtores, lavradores, foreiros, ou somente moradores, agregados, sitiantes, posseiros, invasores. Nesse sentido, para Marques (2008), são formas sociais em que são organizados os agricultores a partir do trabalho familiar, modo de vida e trabalho na terra.

Figura 23 – Ocupação pela pequena produção



Fonte: Trabalho de campo em abril de 2016.

Figura 24 – Ocupação pela pequena produção



Fonte: Trabalho de campo em abril de 2016.

Verificou-se, através da observação nessas áreas, que os pequenos agricultores familiares ocupam as áreas onde existe pouca vegetação, em que seja possível a limpeza por meio do trabalho manual ou que seja possível limpar com fogo ou com o pagamento de poucas horas do trabalho das máquinas (Figuras 25 e 26).

Figura 25 – Abertura de áreas às margens da BR-364, em Mineiros, GO



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

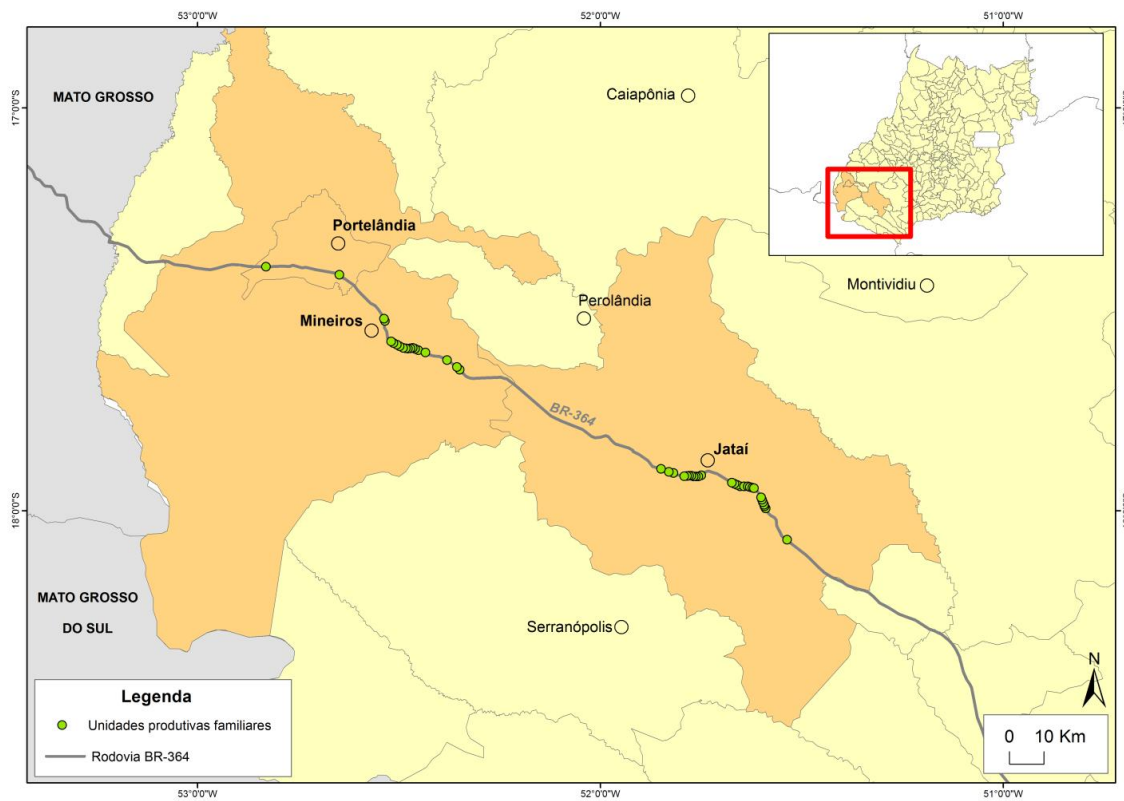
Figura 26 – Abertura de áreas às margens da BR-364, em Jataí, GO



Fonte: Trabalho de Campo em Setembro de 2016.

Ao longo dos 223 quilômetros da rodovia BR-364, nos municípios goianos de Jataí e Mineiros, foram identificadas 66 pequenas Unidades de Produção Familiares (UPFs), nas faixas de domínio da rodovia. Conforme evidenciado na Figura 27, a seguir, tem-se uma concentração de agricultores à medida que os centros urbanos estão mais próximos, ou seja, quanto mais próximo da cidade, maior é a presença desses agricultores, considerando que, quanto mais longe das cidades, maior é a dificuldade em comercializar a produção e maior é a dependência de atravessadores.

Figura 27 – Unidades Produtivas Familiares nas Faixas de Domínio em Municípios de Jataí e Mineiros – GO



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto, é preciso entender a presença desses sujeitos sociais para além da sua simples presença nesses locais. É necessário entendê-los a partir dos complexos processos de construção e reconstrução de novos territórios da pequena produção, mesmo que a construção dos territórios tenha ocorrido a partir da exclusão dos agricultores em um processo de desterritorialização e reterritorialização que se deu em vários momentos.

Existe uma heterogeneidade dentro das UPFs nas faixas de domínio da União ao se verificar a quantidade de terra disponível, a técnica e os equipamentos agrícolas, a renda e a composição familiar. Esses fragmentos de terras representam para esses agricultores muito mais do que um espaço de produção, constituindo-se também em um local de moradia. Fato comprovado pelos entrevistados que, em sua totalidade, afirmaram que, além de produzirem, residem⁴⁴ nesses locais.

Os agricultores que ocupam as faixas da União são recenseados e classificados como estabelecimento agropecuário sem receita e sem área. Sobre a questão, Schneider e Cassol (2013) destacam que os estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros que não se

⁴⁴ Trabalhar e morar na Unidade de Produção Familiar (UPF) foi um dos recortes da presente pesquisa.

enquadraram na tipologia construída por não possuírem receitas advindas da venda da produção agropecuária foram denominados estabelecimentos agropecuários familiares sem receita.

Quanto à escolarização, 92,9% dos agricultores entrevistados não concluíram o ensino fundamental, e apenas 7,1% concluíram o ensino médio. Para Gnoatto et al. (2006), a baixa escolarização e o alto índice de analfabetismo no meio rural são empecilhos para a melhoria das condições de vida dessa parcela da população brasileira. O baixo nível de escolaridade dos entrevistados na presente pesquisa evidencia uma situação que ainda é comum no meio rural brasileiro. Se o problema da falta de escolas é comum nas comunidades rurais em áreas regulares, tal fato tem sua proporção aumentada ainda mais nestas áreas marginais, o que reflete diretamente na busca dos jovens por um lugar de trabalho e educação no meio urbano.

A média de filhos dos entrevistados é de três filhos, o que influencia diretamente no número de membros das famílias. Um total de 71,4% das famílias entrevistadas que ocupam essas áreas é composto de um ou dois indivíduos, enquanto 28,6% são formadas por três ou quatro indivíduos, conforme exposto na Tabela 15, a seguir. Nesse sentido, tem-se que as famílias são compostas de um pequeno número de indivíduos. Vale apontar que em nenhuma das UPFs entrevistadas havia mais de quatro indivíduos.

Tabela 15 – Membros das famílias nas Unidades de Produção Familiares

Nº de Filhos	Frequência	%
De 1 a 2	10	71,4
De 3 a 4	4	28,6
TOTAL	14	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma das características do movimento rural-urbano é o rejuvenescimento do fluxo migratório, com os jovens cada vez mais deixando o campo. Esse número restrito de indivíduos que compõem a família se dá, sobretudo, pela falta de jovens nesses locais. Geralmente, ali coabitam pessoas com média de idade elevada, verificando-se um forte processo de envelhecimento dessa população, permanecendo nas UPFs, muitas vezes, apenas o casal de idosos. Tal fator não é favorável ao desempenho da prática agropecuária na agricultura familiar, mesmo considerando que esses produtores mostram maior experiência na exploração agropecuária, uma vez que a idade é um fator limitante em algumas atividades. Nesse sentido, as condições de trabalho, sobretudo as de trabalho manual, já não são tão favoráveis para aqueles indivíduos.

De fato, é perceptível a ausência de jovens nas UPFs em questão, tanto entre os entrevistados quanto na composição das famílias. Os pais acreditam na continuidade de estudos como melhoria de vida dos filhos que se deslocam para a cidade. Quando questionado sobre o motivo dos jovens não permanecerem na terra, foi possível a identificação de respostas variadas, mas pouco se percebe a vontade dos filhos de permanecerem agricultores, sobretudo pela dificuldade em acessar a terra de forma legal, considerando o medo de ocupar novas áreas em razão da iminente duplicação da rodovia BR-364, que desobstruirá a faixa de domínio da União.

As diversas dificuldades cotidianas em gerar uma renda regular e a falta de perspectiva em uma área irregular acarretam no crescimento da ida dos jovens para as cidades. Os próprios agricultores não incentivam os jovens a permanecerem nessas faixas, pois conhecem a labuta diária para se reproduzirem nesses locais.

Sobre a questão, Camarano e Abramovay (1999) apontam como crucial a relação entre o êxodo rural e o acesso aos serviços básicos da cidadania. Por exemplo, os indicadores de educação do espaço agrário brasileiro são bem mais precários que do urbano. Nesse caso, os jovens rurais ficam na cidade à procura de outras oportunidades no meio urbano. A ausência de jovens se deve a outros caminhos que passam a ser trilhados, geralmente relacionados à moradia na cidade para trabalho e estudo.

Assim, frente às adversidades enfrentadas pelos pais, os jovens tomam outros rumos, ficando nas cidades e visitando os pais nos finais de semana, ajudando em algum momento de necessidade de intensificação de mão de obra. Em suma, conforme Model e Denardin (2014), o esvaziamento do campo faz com que o êxodo rural cresça, sobretudo entre os jovens, ao encontrarem ocupações mais valorizadas e com remuneração superior à agrícola.

Esses agricultores, mesmo sem a posse e propriedade da terra, enquadram-se na categoria agricultores familiares, tendo em vista as três características da agricultura familiar assim destacadas pelo INCRA/FAO:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (1996, p. 4).

Porém, considerando a tipologia para categorizar a agricultura familiar proposta por Baiardi (1999), os agricultores em questão enquadram-se na categoria E⁴⁵, ou seja, a agricultura de base familiar totalmente desassistida. Esse tipo de agricultura familiar estabelece-se em áreas com menor aptidão para a produção vegetal e ausente de infraestrutura; configura-se com base em segmentos populacionais dispersos, com maior grau de autonomia e descrentes quanto à possibilidade de mudar as condições em que vivem. Aqui, os agricultores estão às margens dos processos por falta de crédito, de assistência técnica e de acesso à terra em condições adequadas.

Quanto à percepção dos sujeitos partícipes da pesquisa sobre as melhorias nas condições de vida, esses afirmam que tal questão somente se dará quando, de fato, ocorrer de modo concreto o acesso à terra pela posse em algum assentamento ou propriedade. Para eles, a terra é seu meio de produção, pelo tamanho e pela falta de posse legal, é percebida como insuficiente. Os agricultores veem a terra essencial para sua “reprodução”. Assim, para os assentados, um pedaço de terra, mesmo que pequeno e irregular, já é motivo de satisfação, que não impede de continuar na luta pelo acesso a melhores condições de vida e trabalho.

Na Unidade de Produção Familiar, como uma propriedade camponesa, a terra é um instrumento de trabalho e não de exploração (SANTOS, 1978). Para Fernandes (2008a, p. 78), “é da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência”. Mesmo pequena, a faixa de terra é fundamental para a reprodução dos agricultores em questão, conforme atenta Alves:

A terra é considerada a base material da existência da família, seja pela fixação desta no lugar, seja pela possibilidade de sua reprodução social advinda da comercialização de algum produto e pelo autoconsumo, pela liberdade de não ter patrão, de não ser assalariado (2004, p. 209).

De acordo com Fabrini (2007, p. 26), o caráter dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra é uma forma de resistência, uma vez que a terra não é vista, necessariamente, como mercadoria para acumular capital. Assim, “o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza”.

⁴⁵ O tipo A constitui-se em um sistema tecnificado e inserido no mercado, podendo cultivar áreas com extensão significativa. O tipo B seria a agricultura familiar integrada verticalmente às agroindústrias em regiões de colonização europeia. O tipo C seria a agricultura familiar tipicamente colonial, que ainda expressa valores dos imigrantes e com maior presença nas regiões serranas das Regiões Sul e Sudeste do Brasil. O tipo D seria a agricultura familiar semimercantil, que opera com área muito variável, mas em geral equivalentes ao tipo C (BAIARDI, 1999).

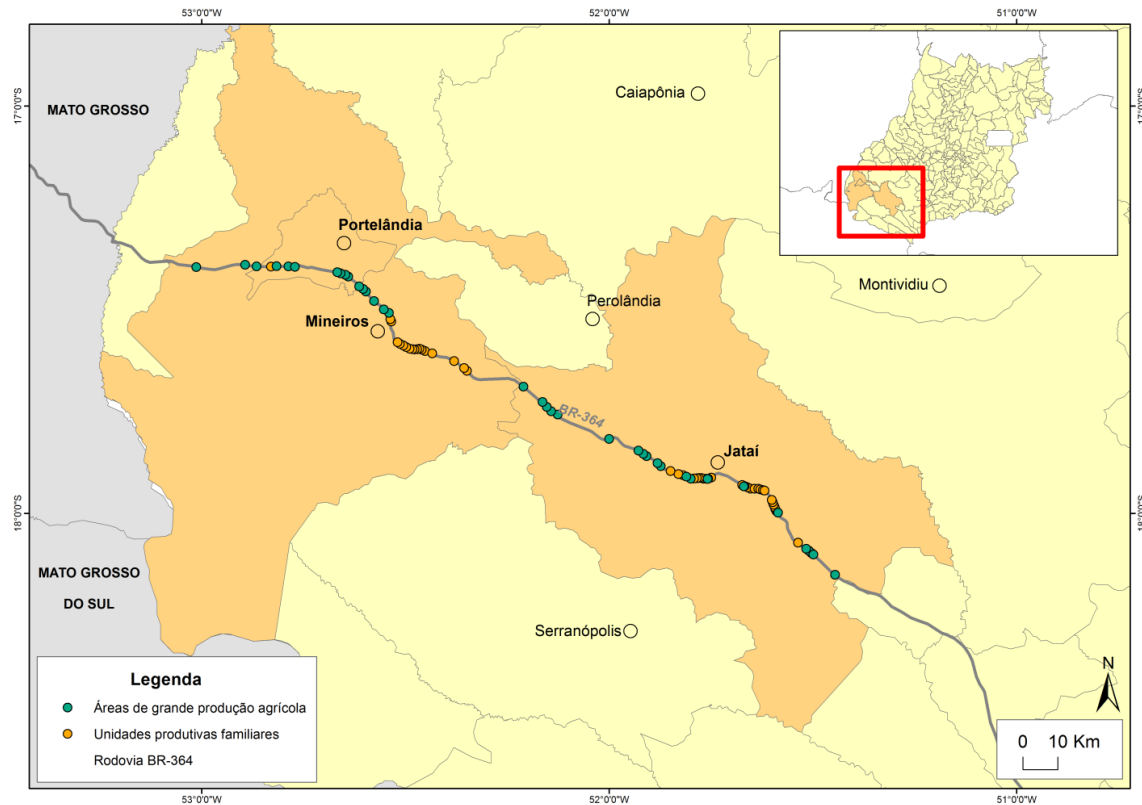
Em razão desse caráter marginal, esse tipo de ocupação ao longo do tempo encontra sérias dificuldades de implantação dos seus sistemas de produção. Em geral, as maiores dificuldades encontradas nessas faixas de terras são: a precariedade de infraestrutura, a dificuldade do acesso à água e a declividade do relevo, o tamanho da área e a baixa qualidade do solo.

Embora as características dos solos da região não sejam ruins, os melhores tipos de solos são ocupados pela grande produção. Verifica-se que a escassez de recursos hídricos, aliados às características ambientais, como o solo, por exemplo, faz com que determinadas faixas às margens das rodovias sejam naturalmente limitadas ao uso destes agricultores para exploração agropecuária. Nesse sentido, em um dos relatos, o entrevistado afirmou que, aos poucos, outros problemas vão surgindo ou se intensificando, como, por exemplo, a falta de água.

Este ano já foi meio complicado, este ano foi um período de seca mais forte. Então o lençol-d'água baixou muito (Agricultor 1, fevereiro de 2016).

A Figura 28 mostra a ocupação da pequena e da grande produção nas faixas de domínio da União ao longo da BR-364. A ocupação dessas áreas, sem dúvida, provoca um impacto na paisagem. Com relação à espacialização dos pequenos agricultores, sua ocupação se dá apenas onde a área não está ocupada pela grande produção. Não há ocupação pelos pequenos produtores das faixas onde não há cerca entre a propriedade e a faixa de terra da União. Não tendo cerca, deduzem que é um território ocupado pelo grande produtor e não ocupam a faixa para evitar conflito com os grandes proprietários.

Figura 28 – Ocupações às margens da rodovia BR-364 nos municípios de Jataí e Mineiros – GO

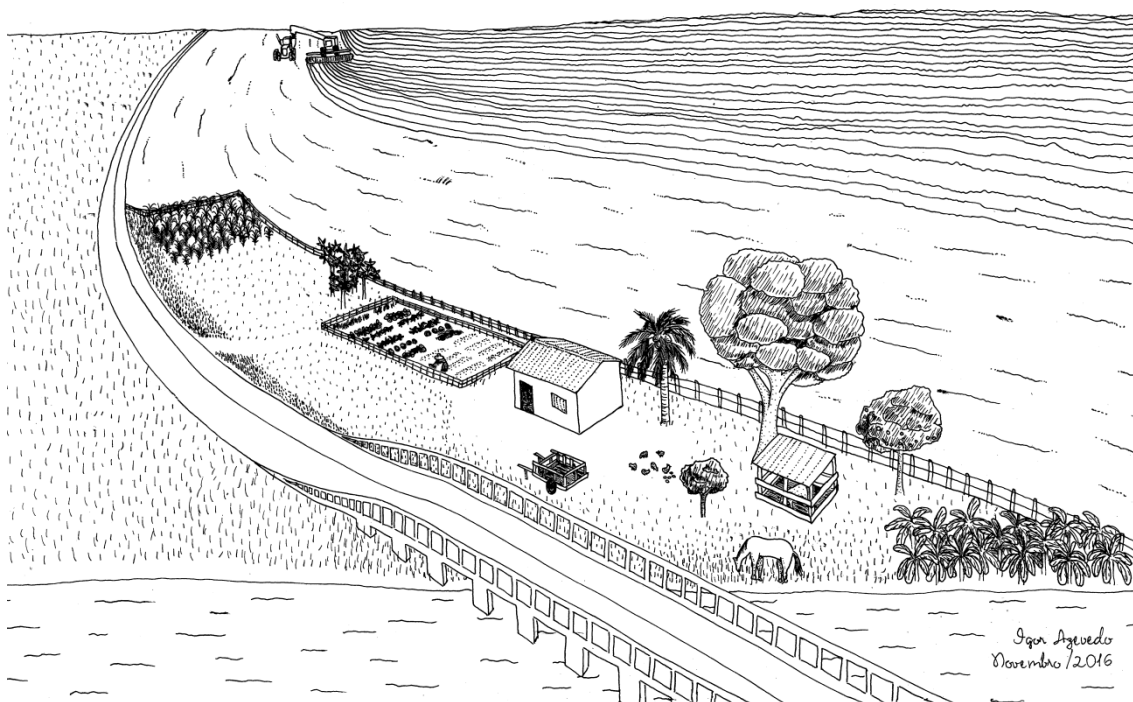


Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, é preciso que haja cerca entre a propriedade e a faixa de terra da União para que essa área seja ocupada pelos pequenos produtores. Entretanto, essa é uma norma que não é escrita, tampouco falada, mas que norteia as relações de ocupação destas áreas. Em sua ocupação, esses territórios vão tendo novas funcionalidades, diferentes daquelas explícitas em leis, uma vez que ali as normas sociais estabelecidas entre esses agricultores se chocam com as normas legais ou jurídicas de ocupação destas áreas.

Conforme Figura 29, em geral, as áreas ocupadas pela pequena produção são declives acentuados, uma vez que, na escolha da área, os agricultores se preocupam muito mais com a disponibilidade de água do que com a baixa declividade do terreno.

Figura 29 – Formas de ocupação da pequena e grande produção nas faixas de domínio da União



Fonte: Igor Azevedo.

Difícilmente as áreas planas são servidas de curso-d'água próximo (Figuras 30 e 31). As áreas planas sem água nas proximidades são ocupadas pelos grandes proprietários, que fazem uso dessas para o plantio de monoculturas.

Figura 30 – Ocupação de área pela pequena produção



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

Figura 31 – Disponibilidade de água à beira da rodovia



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

Os dados coletados em campo evidenciam que o tamanho do lote ocupado pelos agricultores na beira da rodovia é um fator fundamental para a sua existência. Além da difícil missão de medir as áreas ocupadas, seu tamanho é um elemento que nem sempre os pequenos agricultores sabem determinar, mesmo sua extensão sendo fundamental para a exploração agrícola.

Nesse sentido, nenhum dos agricultores entrevistados na presente pesquisa relatou saber exatamente a área que ocupam. Assim, 85,7% desses afirmaram deter conhecimento aproximado sobre a questão, e 14,3% não souberam responder à questão. A média da área dos que afirmaram saber aproximadamente ficou em 0,5 hectares, dando a entender uma predominância de áreas relativamente pequenas. Em suma, quando questionados, responderam com imprecisão.

É uma média de 5 alqueires e meio (Agricultor 1, fevereiro de 2016).

Enquanto na grande produção a ocupação supramencionada, às vezes, passa dos dez quilômetros de extensão ininterrupta de produção agrícola, nessas faixas, a pequena produção dificilmente ocupa um quilômetro inteiro de extensão. Em suas referências de áreas, os sujeitos partícipes da presente pesquisa apontam as áreas, algumas vezes, em medidas de extensão, geralmente em metros, e não em metros quadrados.

Se for mais ou menos, porque eu nunca medi. Eu sei que a largura é aproximadamente 50 metros. Mas eu posso subir mil metros aí que eu posso produzir, está desocupada (Agricultor 4, julho de 2015).

À medida que vão se afastando dos centros urbanos, as áreas aqui analisadas apresentam uma extensão maior, uma vez que, próximo às cidades, são ocupadas apenas para moradia, não apresentando diferença dos lotes urbanos. Nesse sentido, como há outros indivíduos ocupando as áreas próximas das cidades, evidentemente essas são áreas menores – situação diferente à medida que as cidades ficam mais distantes.

Geralmente, eles ocupam as faixas por grupos. Assim, eles se organizam em conjunto de agricultores em determinado trecho da rodovia, até mesmo por questão de segurança. Assim, as residências não ficam distantes umas das outras, o que favorece as relações de vizinhança.

Quanto às formas representativas de organização, nenhum agricultor declarou ser associado ou cooperado, mesmo reconhecendo a necessidade de se organizarem para, na busca de projetos, encontrar soluções e melhorias para a produção e comercialização dos produtos.

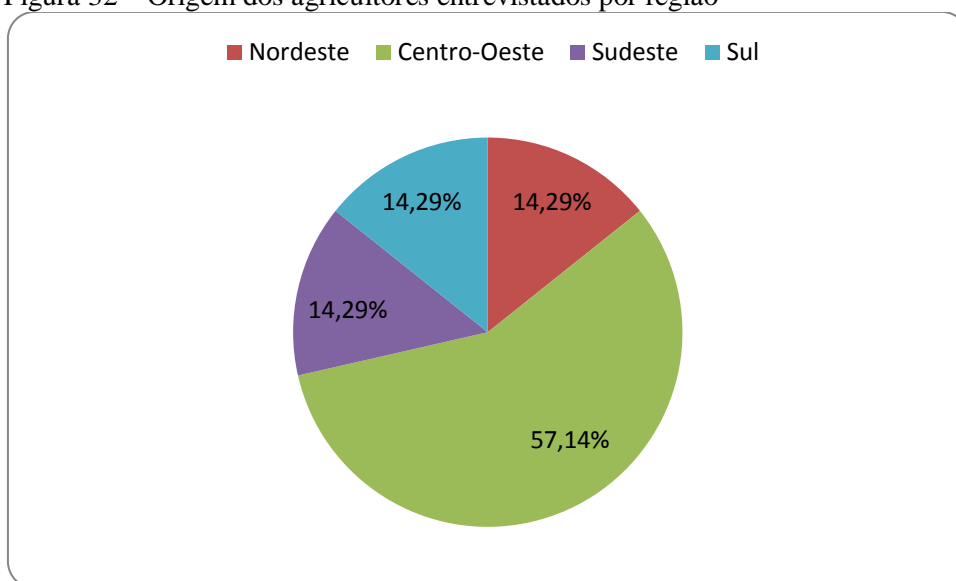
A falta de posse e propriedade da terra contribui para a falta de organização social e política, pois, estando em área irregular, lhes são negados o acesso às políticas públicas. Isso contribui para que eles vivenciem uma situação de isolamento, ilhados e cercados pela grande

produção, fato verificado pela ausência de participação em cooperativas ou associações. Ao declararem que não fazem parte de algum tipo de agremiação, evidencia-se esse isolamento.

6.2 ORIGEM DOS AGRICULTORES: PROCESSO CONTÍNUO DE MIGRAÇÃO CAMPONESA

A origem dos agricultores que ocupam as áreas à beira da rodovia BR-364 nessa faixa estudada é heterogênea. Conforme se verifica na Figura 32, são oriundos das regiões nordeste (Pernambuco e Bahia), sudeste (Minas Gerais e São Paulo), sul (Rio Grande do Sul) e, principalmente, centro-oeste (Goiás e Mato Grosso). Esses, com suas culturas peculiares, estão há mais de 35 anos na região e, devido às consequências dos processos socioterritoriais que provocaram a expulsão e exclusão do pequeno produtor e trabalhador rural, hoje engrossam a massa de indivíduos que estão na luta pela terra e pela Reforma Agrária na região.

Figura 32 – Origem dos agricultores entrevistados por região



Fonte: Dados de campo.

Isso mostra uma das faces do processo de territorialização do capital no estado de Goiás, que se deu pelas várias dimensões da expulsão dos pequenos agricultores que ocupavam as fazendas goianas, como agregados, caseiros, parceiros, expulsos a partir da implementação do Estatuto da Terra, em 1964. Além disso, com as transformações e relações de trabalhos impostas pelo agronegócio, muitos pequenos agricultores e suas famílias se transformaram em trabalhadores nas grandes explorações agropecuárias (CALAÇA, 2014).

Os processos socioterritoriais, com base na modernização agrícola que levou à tecnificação do campo, e a sujeição da agricultura à indústria influenciaram diretamente a precarização das condições de vida desses trabalhadores. Tal aspecto se deve à perda da terra por alguns, mas também às alterações nas relações sociais e de trabalho, que transformaram muitos dos agricultores em trabalhadores urbanos e rurais assalariados, quando se analisa a origem dos trabalhadores. Apesar de em algum momento de suas vidas terem ficado sem terras para o plantio, muitos agricultores aqui analisados sempre estiveram ligados à terra.

Para Marques (2008), inúmeros estudos têm sido realizados em diversas áreas do conhecimento (Geografia, Antropologia, Sociologia), o que tem evidenciado uma variedade de formas em que se averiguam a reprodução e recriação de grupos camponeses. Tal ação evidencia que os camponeses não têm um destino certo, pré-determinado, pois esse é produzido e definido ao longo de sua história, das escolhas e estratégias.

Wanderley afirma que

[...] os mecanismos de subordinação e de enquadramento dos agricultores familiares provaram, pelo seu sucesso em todos os países, que eles podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto mais efetivamente integrados aos mercados modernos (2013, p. 50).

Mesmo morando algum tempo nas cidades, e tendo a cultura tradicional alterada, esses agricultores não perderam completamente o modo de vida camponês, mantendo traços culturais camponeses através do seu modo de vida e relações de solidariedade que contribuem para a resistência camponesa. Ficando afastados da terra por um tempo, em um contínuo processo de migração no campo ou na cidade, isso não significa que esses perderam a sua campesinidade⁴⁶. Ao retornar à terra, mesmo que de forma precária, esses se inserem novamente no ciclo de reprodução camponesa.

[...] a campesinidade é recriada em novas condições [...] com base em novas experiências adquiridas por estes trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não-governamentais, etc. (MARQUES, 2008, p. 66).

⁴⁶ Woortmann (1990, p. 13) compreende “como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos”, que expressam valores éticos camponeses. Para o autor, “não encontramos, então, camponeses puros, mas uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade” (p. 14). “É possível imaginar um contínuo, que tanto pode ser pensado no tempo como no espaço, ao longo do qual se movem os pequenos produtores, desde um polo de máxima até outro de mínima campesinidade” (p. 13), segundo sua trajetória de vida.

Nisso, Marques (2008) destaca que o camponês brasileiro é também um migrante, e sua expropriação não representa uma ruptura total dos seus vínculos com a terra. A maioria dos camponeses, mesmo fora dela, mantém algum vínculo – distante ou próximo – com a terra, que pode ser pela relação direta de trabalho, família ou de origem.

O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2008, p. 65).

Assim, os outros sujeitos que compõem essas faixas de terras são testemunhas do resultado dos processos de intensificação capitalista no campo, a partir da modernização agrícola das áreas de cerrados, responsável pela geração de uma população despossuída dos meios de produção, mas que nunca se viu despossuída da vontade de retornar à terra. Esse movimento de ocupação dessas áreas marginais de produção representa em si essa luta.

Nesse íterim, dos sujeitos partícipes da presente pesquisa, 71,4% afirmaram que a maior parte da vida trabalharam na agricultura, enquanto 14,3% iniciaram há pouco mais de cinco anos e 14,3% há menos de um ano. Porém, quanto à origem, 86% afirmaram ter origem rural e 14% afirmaram ter origem urbana. Entre os que afirmaram ter origem rural, esses se dividem entre aqueles que já foram arrendatários, posseiros, proprietários e parceiros. Assim, alguns consideram que, mesmo não trabalhando a maior parte da vida na agricultura, têm origem rural.

Os dados supramencionados corroboram que, em sua maioria, aqueles agricultores são produtores originários do campo e que, em algum momento, foram excluídos do processo produtivo, vendo nas ocupações dessas áreas uma chance de se tornarem novamente agricultores. Alguns, antes de ocuparem essas faixas, eram trabalhadores rurais, e poucos eram assalariados.

O que se percebe comumente é que os trabalhadores da terra são expulsos da terra, e grande parte se retira em direção às cidades em um processo de precarização da vida e das relações sociais (MENDONÇA; SILVA, 2011). O alto índice de pobreza atualmente instalada no campo é resultante das políticas públicas que beneficiaram os proprietários de grandes extensões de terras, em detrimento da maioria dos agricultores – proprietários de pequenas extensões de terras –, intensificando, assim, a concentração fundiária.

Roos considera que

[...] a miséria, pobreza, violência, expulsão dos camponeses do campo, degradação ambiental e o fim da diversidade agrícola são consequências do agronegócio. É preciso destacar ainda que este modelo nega a gravidade da concentração da terra e ignora a manutenção do rentismo fundiário (2012, p. 4).

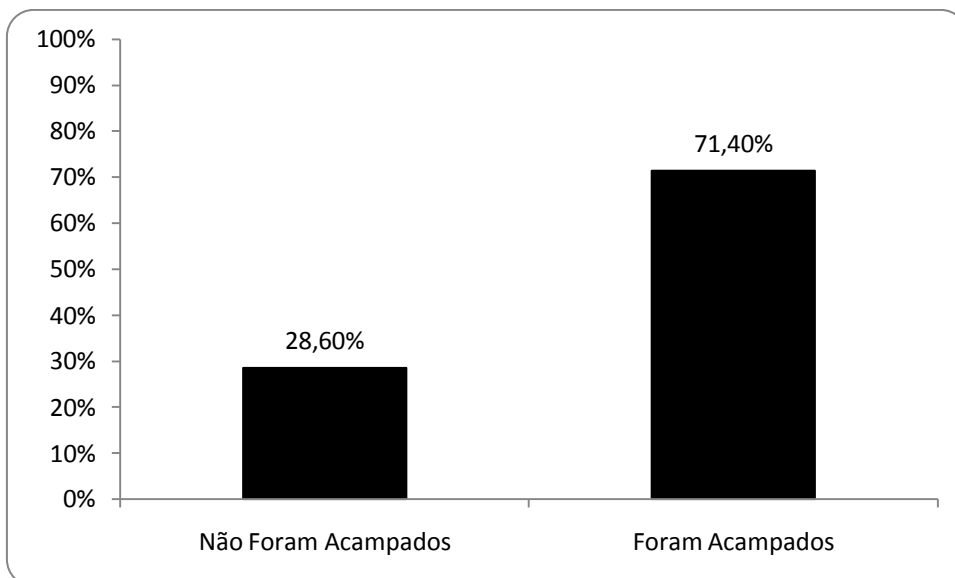
Em uma sociedade onde parte da população rural é condenada à submissão, dependência e privação, a luta pela autonomia, pela sobrevivência, pela dignidade e por uma vida melhor se torna fundamental para a condição camponesa, como uma ação continuada de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos (PLOEG, 2006).

Assim, esses agricultores foram desterritorializados através da pressão exercida pela modernização agrícola e foram reterritorializados nesses espaços marginais de produção agropecuária. Isso é comprovado por Medeiros (2006), quando afirma que o camponês ao perder sua condição de pequeno proprietário, ou a sua relação com a terra, passa por um processo de desterritorialização. Porém, a autora afirma que, ao passo que vai construindo o território, o camponês, mesmo se incluindo em um novo processo de organização, manifestará as suas experiências acumuladas ao longo da sua história de vida. Dentre os diversos espaços de produção marginais ocupados pelos agricultores familiares, estão as faixas de domínio da união, que se mostram importantes no processo de reprodução desses sujeitos.

Assim, algumas razões principais fizeram com que aqueles agricultores retornassem à terra pela ocupação das terras que compõem as faixas de domínio da União, quais sejam: por perderem o emprego, tendo dificuldade de se empregar novamente a partir do trabalho urbano ou mesmo nas grandes propriedades; por se aposentarem, vendo o rendimento da aposentadoria como uma segurança, em caso de insucesso na pequena produção nas áreas lindeiras; e a demora do acesso à terra via acampamento/assentamento rural, considerando que muitos desses agricultores fizeram parte dos acampamentos rurais ao longo da própria rodovia BR-364.

Dos sujeitos partícipes da presente pesquisa, 71,4% afirmaram que já ficaram acampados durante uma média de cinco anos nos acampamentos nos municípios goianos de Jataí, Mineiros, Caiapônia, Perolândia e Tuverlândia. Contudo, nenhum dos entrevistados declarou já ter sido assentado de Reforma Agrária, conforme Figura 33, a seguir.

Figura 33 – Famílias que já ficaram acampadas na região



Fonte: Dados da pesquisa.

Tal fato pode ser justificado pela quantidade de acampamentos de Reforma Agrária existentes na região, evidenciando que a luta pela terra se dá intensamente até mesmo onde a agricultura em larga escala predomina. Fernandes (2008b) assegura que, ao mesmo tempo em que a ocupação de terras afronta os princípios da sociedade capitalista, é um modo de desenvolvimento do capitalismo, uma vez que as áreas ocupadas, quando transformadas em assentamentos rurais, tornam-se propriedades familiares que produzirão renda, que, em grande parte, será apropriada pelos capitalistas.

Todavia, a imagem criada do agronegócio produtivo das áreas de Cerrado impede o acesso à terra, pois, diferentemente do território do latifúndio, o território do agronegócio produz; por isso, é intocável.

[...] aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (FERNANDES, 2008b, p. 38).

O capital forma seus territórios e se expande aumentando o controle de grandes extensões de terras em todas as regiões. Contudo, para Fernandes (2008a), o agronegócio foi uma forma adotada pelos latifundiários de utilizar suas terras para a expansão de monoculturas, arrendando ou produzindo. Assim, as terras dos latifúndios têm sido apropriadas pelo agronegócio e esse, por sua vez, quer manter um estoque de terras para expansão da cana-de-açúcar para a produção de agroenergia.

Conforme Fernandes (2008), qualquer que seja o nome utilizado – agricultura capitalista, agricultura patronal, agricultura empresarial ou agronegócio –, não é possível esconder a concentração e exploração que está na lógica de sua gênese, mesmo com a construção da imagem da grande produção. Para o autor,

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES, 2008b, p. 38).

A entrada da agricultura moderna no sudoeste de Goiás, sob o termo agronegócio, ao mesmo tempo que provocou o aumento da produção e da produtividade, modificou as relações sociais de produção no campo e a expropriação e exclusão de vários sujeitos, sejam trabalhadores ou produtores em pequenas áreas. Essa é uma das características do processo de expansão do capitalismo no campo.

Grande parte das terras agricultáveis é controlada pelo latifúndio e em grande parte são mantidas improdutivas. Sobre essas terras avança o agronegócio, através de sua lógica de produtividade de monoculturas (FERNANDES, 2008a). Para Almeida (2009, p. 2), o latifúndio, em um passado recente, era considerado uma espécie de *persona non grata*, elegida por movimentos sociais como um inimigo e símbolo de atraso social e econômico no campo. No embalo dos recordes de produção alcançados nas safras, a figura do latifundiário desaparece, sendo transformado em produtores rurais de *commodity*.

Desse modo, com a territorialização do agronegócio, essas grandes propriedades rurais, avaliadas até pouco tempo como improdutivas e atrasadas economicamente, passaram a receber grandes volumes de investimentos em infraestrutura para a produção de *commodities*. Assim, passaram a ser denominadas de empresas rurais, mecanizadas e produtivas, responsáveis pelo aumento da produção agrícola do país (ROOS, 2012).

Na concepção de Roos (2012), agronegócio é um modelo comandado pela agricultura capitalista e ao longo dos anos tem expulsado camponeses e territorializado grandes proprietários fundiários e empresas rurais que produzem monoculturas destinadas, sobretudo, à exportação em detrimento da produção de alimentos.

Os resultados das safras “são apresentados como sinônimo do desempenho extraordinário do agronegócio brasileiro, ignoram os estratos de área e a contribuição do campesinato” (ALMEIDA, 2009, p. 2), embora as pequenas propriedades produzam mais em volume da produção. Dessa maneira, os estratos de área e de produção das pequenas propriedades são ignorados, contabilizadas junto à produção do agronegócio nacional e fortalecendo o discurso de supervalorização do agronegócio e por isso por várias vezes são entendidos como segmentos que não estão em contraposição, mas complementares⁴⁷.

Em seu discurso, o agronegócio tenta cooptar os pequenos agricultores. Porém, segundo Fernandes,

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio (2013, p. 3).

Para entender o discurso do agronegócio, hoje, é fundamental entender as origens do processo de modernização do campo brasileiro. Não sendo algo novo, o agronegócio é fruto da Revolução Verde ou da Modernização da Agricultura (ALMEIDA, 2009). Outro fato a ser destacado é que os superávits agropecuários comemorados pelos setores agrícolas e pelo governo e destacados pela mídia e atribuídos ao sucesso do agronegócio ocultam intencionalmente as marcas da exploração do trabalho e dos recursos naturais e dos diversos conflitos que são causados.

Não raramente, a representação socialmente construída da agricultura brasileira a associa a grandes propriedades monocultoras, produzindo para os mercados internacionais, sobre a base de um moderno e sofisticado padrão tecnológico. O exemplo mais expressivo, nos dias de hoje, que é frequentemente veiculado nos meios de comunicação, é o das grandes plantações de soja nas antigas regiões de fronteira agrícola do País. Na monótona e monocolorida paisagem da planície, máquinas possantes vencem o tempo e o espaço e diluem da imagem qualquer presença humana (WANDERLEY, 2014, p. 26).

Para Fernandes, os camponeses se fortalecem

se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil (2013, p. 5).

⁴⁷ Entendemos que o Agronegócio e a agricultura familiar são incompatíveis. São dois modelos de organização da produção agrícola que utilizam lógicas diferentes de produção, de organização social, utilização da terra, dos recursos naturais, etc.

A luta dos pequenos produtores antes era contra o latifúndio e a ociosidade e a inatividade das terras. Na atualidade, o desafio é bem maior, pois foi produzido, a partir da terra-capital, um modelo agrário agrícola que dificulta a Reforma Agrária ao procurar fornecer contornos produtivos ao latifúndio. “O grande impasse do momento é o acirramento da aliança latifúndio e agronegócio, que visa, sobretudo, dificultar a Reforma Agrária plantando monocultivo” (ALMEIDA, 2009, p. 11).

O agronegócio se territorializa marcado por muitos conflitos apropriando-se de espaço e constituindo seu território, não sendo esse território composto apenas pela produção agropecuária propriamente dita, mas também pelo setor industrial e por serviços que lhe dão a base de sua reprodução. Para Canuto (2004, p. 4), “ao contrário do que apregoa, o agronegócio gera poucos empregos, além de promover a concentração da terra e de expulsar os trabalhadores do campo”, responsável também por grilagem de terras e pela alta quantidade dos mais variados tipos de agrotóxicos. “Os agrotóxicos, despejados por aviões e tratores, estão contaminando solos, águas, ar e as plantações camponesas, causando doenças e mortes” (CANUTO, 2004, p. 10).

Para Senhorini e Saquet (2005, p. 7), “a apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições da sociedade e na homogeneidade, pois os traços comuns e incomuns nos processos socioespaciais são concomitantes e coexistentes”. Assim,

o território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende da demanda a vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados, em função das atividades, da população e da herança espacial (SANTOS, 1985, p. 72).

O princípio do lucro, da concentração da produção, da terra e da riqueza, atividades que fundamentam o agronegócio, tem transformado o Cerrado brasileiro na principal área de produção de *commodities* do Brasil (CALAÇA, 2014). O agronegócio, a partir de sua apropriação por determinados espaços de seu interesse, busca ampliar seu território, expandindo por território de prevalência da agricultura familiar, condicionando a riqueza e distribuição da produção aos seus ditames. O agronegócio, em decorrência da sua apropriação por determinados espaços de seu interesse, busca ampliar seu território, expandindo por território de prevalência da agricultura familiar, condicionando a riqueza e distribuição da produção aos seus ditames.

Nesse processo,

O Cerrado ganha novas cores e novos sabores. Transformam-se as paisagens, implementam-se as ideias do “novo” como a única opção capaz de produzir riqueza e qualidade de vida, desqualifica-se o outro, como diferente, atrasado e inadequado à lógica mercadológica dominante. O saber e o poder são partes intrínsecas do mesmo processo (CALAÇA, 2014, p. 02).

Essa disputa territorial não é somente por terra, mas abrange outras dimensões do território, como “a educação, a cultura, a agroecologia, a produção de alimentos, a produção de energia, o controle da produção, distribuição, circulação e consumo da produção alimentar e energética” (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 26).

Tudo isso, envolve a disputa por modelos distintos de sociedade e campo. Produzem territórios diferentes, com paisagens diferentes. E, vão engendrar paradigmas distintos de interpretação da realidade e vice-versa. Por isso, na produção de agrocombustíveis e de alimentos existe uma disputa entre o campesinato e o agronegócio por modelos distintos, a partir de lógicas/racionalidades antagônicas p (CAMACHO; CUBAS; GONÇALVES, 2011, p. 26).

O agronegócio desencadeou diversas transformações socioespaciais, no território brasileiro e goiano, fazendo avançar a fronteira agrícola, flexibilizando as relações, redefinindo as formas, as funções, os arranjos espaciais e envolvendo a produção agrícola e industrial, sob a lógica capitalista (MENDONÇA; SILVA, 2011).

Segundo Leite e Ávila (2007, p. 798), o agronegócio tem provocado o aprofundamento das desigualdades de renda, de terra, de produção, “na medida em que seu vetor de crescimento é acompanhado por um forte processo de concentração (do crédito, da terra, do espaço etc.)”. Isso tudo atrelado a uma violenta ocupação de áreas de preservação e/ou de comunidades nativas de pequenos produtores, indígenas, extrativistas, dentre outros, por meio da expansão das monoculturas.

A partir de sua transformação, o espaço agrícola vertiginosamente se expandiu, reconfigurando com a produção de *commodities*, ora excluindo, ora eliminando os meios tradicionais de produção familiar na disputa de territórios. Porém, Mendonça e Silva destacam que

Tal processo é inerente às formas de apropriação do território pelo capital aqui representado pelo agronegócio, que propaga suas benesses, tais como a geração de empregos e divisas, a modernização do campo, as supersafras (2011, p. 3).

Para Fabrini (2007, p. 24), “o território se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas”. Conforme Fernandes (2008^a, p. 76), “um movimento camponês

não existe sem os territórios do campesinato”. Assim, esse camponês, ao construir seu território, cria uma identidade a partir dele.

Ainda quanto ao território, Mendonça afirma que

[...] não significa apenas o enraizamento, a tradição, a permanência de ações e valores que resistem às mudanças, mas também significa movimento, fluidez e possibilidades, na medida que se tem claramente a produção de singularidades, mediante as múltiplas formas de conexão com a totalidade e vice-versa (2004, p. 139).

Fernandes (2004, p. 2) afirma que uma “construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária”. Assim, nos informes das safras é creditada toda a produção ao agronegócio, que, de forma estratégica, se apropria de todo o resultado da produção agropecuária e, por muitas vezes, tenta comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Vende-se a ideia de que é a única via possível para o desenvolvimento agropecuário, e isso contribui para que ele seja privilegiado com a maior parte do crédito agrícola. Assim, os superávits agropecuários são comemorados pelos setores agrícolas e pelo governo, destacados pela mídia e atribuídos ao sucesso do agronegócio, ocultam intencionalmente as marcas da exploração do trabalho e dos recursos naturais e dos diversos conflitos que são causados.

Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Para Almeida (2009), essa blindagem não esconde a essência latifundista do agronegócio, sustentado na terra farta e no fundo público, que é diariamente desvencilhada por meio dos avanços sobre as áreas de produção camponesas, aprofundando a concentração fundiária.

No tocante à mídia, Martine (1991) afirma que os latifundiários e empresários rurais têm suas posturas veiculadas omitindo de forma proposital as referências aos conflitos de interesse entre os diversos grupos produtores. Conforme esse autor, ocorre a supervalorização do novo, moderno, do técnico, do empresarial e a ideia de que tudo que representa obstáculo a isso precisa ser rejeitado, atacado, desprezado. Desse modo, a mídia se cala em relação a outros movimentos ou grupos de interesse nas questões agrárias, salvo para criar o medo da desordem, da ilegalidade, da bagunça e ameaça representada por eles.

Tal fato é refletido no grande número de acampamentos de reforma agrária na região, bem como nas poucas ocupações de terras ou projetos de assentamentos rurais implantados

nos últimos anos. Na ocorrência de alguma ocupação, logo são mostrados pelos meios de comunicação os benefícios da grande produção local. Nesse sentido, conforme Fernandes,

[...] a mídia evita fazer relação entre o agronegócio e o conflito, entre o agronegócio e o trabalho escravo. A “invisibilidade” da conflitualidade gerada pela blindagem apologética feita para o agronegócio cria certo estranhamento quando se crítica este modelo (2008b, p. 39).

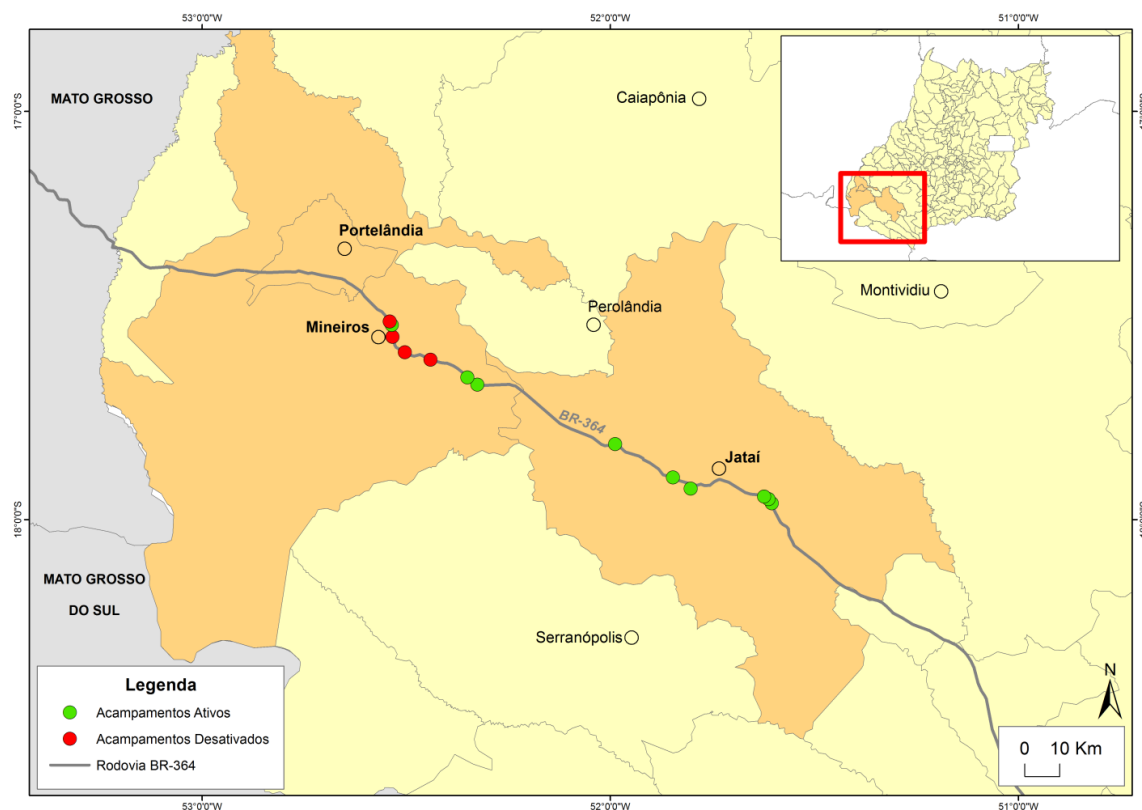
Nas imprensas locais e regionais, é possível observar as propagandas nos rádios ou TV sobre o agronegócio local, considerado como gerador de riqueza, mas que esconde a degradação provocada pelo agronegócio e a grande quantidade de pobres na periferia dos centros urbanos gerados a partir da contradição da agricultura moderna.

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando invisibilizar sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país (FERNANDES, 2008b, p. 38).

Conforme Silva e Mendonça (2011, p. 8), o desenvolvimento e riqueza gerados pelo agronegócio, que a *priori* podem ser observados num olhar apressado a partir das grandes lavouras, “são ilusórios, pois expressam as contradições quando postos ao lado da pobreza, exclusão, desterritorialização e problemas ambientais que esse tipo de exploração traz”. Riqueza visualizada no centro e nas consideradas áreas nobres dessas cidades, mas que exclui uma população que não tem acesso aos bens básicos de sobrevivência. A essa população é negado o direito à saúde, educação e moradia dignas.

A presente pesquisa identificou que, além de nove assentamentos atualmente ativos, têm-se mais quatro acampamentos de Reforma Agrária que foram recentemente desativados, conforme Figura 34, a seguir.

Figura 34 – Acampamentos ativos e desativados na rodovia BR-364 nos municípios de Jataí e Mineiros – GO



Fonte: Dados da Pesquisa

No cenário de territorialização do agronegócio na microrregião do sudoeste de Goiás, camponeses e trabalhadores da cidade e do campo levantam, no entorno das grandes propriedades, amplos acampamentos, mostrando ao lado da produção em escala, outra face da modernização. Nesse sentido, Sousa destaca que,

ao passo que o capital se territorializa, abarcando grandes áreas desterritorializa os camponeses, e, dessa forma, os conflitos gerados no confronto das classes passam a ser a negação de que o capital é soberano e que não é capaz de resolver os problemas constantemente criados pelo funcionamento de seu próprio modo de reprodução sociometabólica (2009, p. 13).

Fernandes (2008b) considera que as famílias acampadas demonstram que querem mudar suas realidades, o que dá visibilidade à luta, uma vez que, estando acampadas, reivindicam condições dignas de vida. Elas agora não podem ser mais ignoradas nem pelas estatísticas, nem pelos discursos políticos, tampouco pelas teorias. Mas, se não podem ser ignoradas, infelizmente podem ser reprimidas, repelidas, rechaçadas, despejadas, intensificando, assim, um dos mais antigos conflitos do Brasil.

Os acampamentos⁴⁸ (Figuras 35 e 36) nessas faixas de terra são coordenados pelos seguintes agentes: Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento Terra Livre (MTL), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SITRAF), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás (FETAEG).

Figura 35 – Acampamento na rodovia BR-364



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2016.

Figura 36 – Acampamento na rodovia BR-364



Fonte: Trabalho de campo em novembro de 2015.

De acordo com a Tabela 16, são mais de 480 famílias cadastradas nesses acampamentos, alguns com mais de 7 anos no mesmo local.

Tabela 16 – Acampamentos existentes nos municípios de Jataí e Mineiros – GO

Km	Movimentos	Quantidade de Famílias Cadastradas
175	Acampamento 1 – FETRAF	80
176	Acampamento 2 – Terra Livre	33
176	Acampamento 3 – FETRAF	28
205	Acampamento 4 – SITRAF	36
212	Acampamento 5 – Movimento Parque das Emas	91
228	Acampamento 6 – MTL	113
271	Acampamento 7 – FETRAF	35
275	Acampamento 8 – MST	30
311	Acampamento 9 – FETAEG	37
Total		483

Fonte: Dados da Pesquisa.

⁴⁸ Há no campo mais de 100 mil famílias acampadas no Brasil. Inscritas nos programas de reforma agrária estão mais de 800 mil. Portanto, há atualmente quase um milhão de famílias à espera do sonho da reforma agrária. Além dos acampados e inscritos, há, ainda, segundo os estudos sobre o potencial de famílias interessadas, entre 2,5 e 6,1 milhões de famílias (OLIVEIRA, 2009).

Todavia, mesmo com grande número de acampados ao longo dessas faixas de terras, na região, a luta pela terra é uma questão que tem sido abafada pelos setores ligados ao agronegócio, sobretudo nas esferas políticas e econômicas e com reflexo na esfera acadêmica (RIBEIRO; GUIMARÃES, 2011).

Os agricultores oriundos de acampamentos da região veem na ocupação dessas áreas não um acesso precário à terra, mas um modo de construir moradia e produzir alimentos, dada a demora do acesso a um pedaço melhor de terra. Continuam dando vida à luta na conquista dos direitos que lhes são negados. Muitas vezes, negam a condição de assalariados em busca de autonomia e de espaço de vida.

Em algumas faixas, a ocupação ocorreu após a saída do acampamento de Reforma Agrária, uma vez que os acampamentos, ao se deslocarem para outra região ou outra área, até mesmo para a ocupação de alguma propriedade, sempre deixam alguma benfeitoria, como, por exemplo, uma área limpa para produzir, chiqueiros, hortas, galinheiros etc. (Figuras 37 e 38). Essas benfeitorias não são desfeitas pelo DNIT. Desse modo, a área é ocupada por alguma família membro do acampamento que não se deslocou ou é ocupada por outra família que não tem nenhuma ligação com o acampamento deslocado. Assim, o processo de mudança para outra área abre brecha para a chegada de mais agricultores.

Figura 37 – Antigo acampamento de Reforma Agrária



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

Figura 38 – Antigo acampamento de Reforma Agrária



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

De fato, a trajetória dos agricultores aqui analisados é marcada pela luta pela terra, ora ocupando as faixas de terras às margens das rodovias, ora em acampamentos. A luta pela terra se inicia, em geral, dentro dos acampamentos. Porém, alguns desses moradores, mesmo fazendo parte de algum acampamento em anos anteriores, consideram que a vida nos acampamentos é difícil, sobretudo pelo tempo de espera e pelo tempo em que ficam sob as lonas das barracas.

Nesse sentido, Fernandes (2008, p. 47) ressalta que “as ocupações são rechaçadas, as famílias despejadas de modo que o conflito aumenta e as ocupações se repetem até que as famílias são assentadas ou desistem da luta”. Esse autor, ao tratar da questão agrária, afirma que a ocupação da terra se apresenta como uma saída para a ressocialização daqueles que foram excluídos da condição de trabalho, como os trabalhadores desempregados de origem urbana.

A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudiza as desigualdades e não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização (FERNANDES, 2013, p. 145).

Os agricultores que fazem uso das faixas de domínio da União ao longo da rodovia BR-364 nos municípios goianos de Jataí e Mineiros são, em sua maioria, sazonais; ocupam os retalhos de terras principalmente para plantio e moradia, deslocando-se por outras faixas de terras, não mantendo residências nos centros urbanos.

Eu quero a área pra ter um lugar, um espaço, que não é um terreno de cidade. É uma mini chácara. Que já está plantada da forma que eu achei que deveria estar. E as plantas aí crescendo. [...] meu canto. É aposentadoria, digamos assim. Minha velhice (Agricultor 4, julho de 2015).

A trajetória do campesinato brasileiro é marcada por uma expressiva mobilidade espacial e pelo predomínio da posse precária da terra a partir de uma instabilidade estrutural, que faz com que a busca constante pelo acesso à terra seja uma estratégia de se reproduzir socialmente (MARQUES, 2008). Os agricultores em questão migram de acampamentos e das faixas de domínios da União para outras áreas isoladas quando o tempo de espera pela terra é muito longo. Na maioria das vezes, a terra que esses detêm nos acampamentos não é suficiente para produzir.

Sobre a questão, Marques (2002) destaca que os camponeses migram, sobretudo, no fim dos ciclos produtivos, o que cria um entrave a partir do momento em que não têm um lugar para fixar suas raízes, mas, acima de tudo, vislumbram conseguir a posse da terra a partir da Reforma Agrária.

Sobre essa migração camponesa constante, Martins entende que

Mais do que trânsito de um lugar para o outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo

tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em lugar nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (1984, p. 45).

O fato de migrarem dos acampamentos para as áreas em questão não significa a desistência da luta pela terra, pois, mesmo ocupando uma área maior que aquela disponível nos acampamentos, esses agricultores anseiam, de fato, a conquista de uma terra cuja extensão seja suficiente para produzir. Frente aos problemas encontrados nesses locais, a maioria está sempre em busca de melhores terras, onde seja possível construir sua moradia e haja um pedaço de terra suficiente para fazer os roçados.

A ocupação dessas áreas não descaracteriza a luta pela terra desses agricultores. Ao contrário, essa se intensifica, pois, por um lado, eles ainda têm esperança e intenção de ocupar uma terra em definitivo, mantendo até mesmo a ligação com acampamentos da região. Assim, a ocupação dessas áreas se configura como um modo de driblar as dificuldades encontradas, enquanto aguardam a conquista de um projeto de assentamento rural.

Por outro lado, lutam diariamente para conseguirem se reproduzir socialmente na terra em que habitam.

Então, a gente não sabe se vai sair o ano que vem, se é daqui 5 anos, se sai amanhã. Então isso aí é assim, você tem que esperar. Se [a área] sair, tranquilo, se não sair eu estou dentro das minhas áreas. Continuo produzindo dentro das minhas áreas (Agricultor 3, em setembro de 2016).

Sobre a questão, Fernandes (2008) avalia que a formação do campesinato não se dá apenas na reprodução ampliada das contradições do sistema capitalista, mas também na luta pela terra, que é outra condição para a criação e recriação política do campesinato. Porém, existem também aqueles que já não mais têm esperanças de se tornarem assentados de Reforma Agrária – fruto da desilusão com o tempo de espera e com o avançar da idade. Estes, na maioria idosos sem terra e sem expectativa de tê-la.

Talvez eu não ganhe um pedaço de terra. Porque a minha idade. Se fosse um rapaz de trinta e sete anos que estivesse no meu lugar, ele tem idade. Então, eles [INCRA] vão dar prioridade a estas pessoas (Agricultor 4, julho de 2015).

Tais sujeitos, inseridos em uma dinâmica territorial de migrações, mesmo há décadas produzindo à margem das rodovias, continuam a se reproduzirem, ainda que com todas as dificuldades encontradas. Por outro lado, é a partir do retorno à terra, possibilitado pelo

intenso processo de luta pela terra, que se verifica um processo de recampesinação “marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que representa a difícil passagem do projeto de vida para as práticas” (MARQUES, 2008, p. 66).

Apesar das difíceis condições socioeconômicas encontradas e estando sempre em busca de melhores locais para ocupação, esses agricultores pretendem continuar no campo.

Às vezes, tem uma pessoa que sente muita dificuldade lá na rua [cidade] em termos de pagar aluguel, pagar água, luz. Então, se ele viesse, plantasse igual eu que estou aqui e muitos que está, que tem como tirar a sobrevivência daqui. Então, às vezes, ele poderia estar melhor do que se ele estivesse na rua. Na rua se torna melhor em termos de ficar doente, então o recurso está na hora ali. Mas aqui também não é diferente. Tá tudo perto. Tem vizinho. A deslocação [deslocamento] tá legal (Agricultor 1, fevereiro de 2016).

Mesmo com as dificuldades encontradas na ocupação das áreas aqui analisadas, uma parcela considerável desses agricultores não observa na migração para a cidade uma solução. Quando estão dispostos a migrar, a ocupação de outra faixa de terras aparece como primeira opção ou até mesmo o retorno a um acampamento de movimentos sociais que estão na luta pela Reforma Agrária à margem da rodovia, ou seja, alguns desses agricultores vieram da cidade antes de ocupar essa faixa e sabem que, excluídos na periferia, vendendo a mão de obra na agroindústria urbana, não provocarão uma melhora nas suas condições de vida. Mesmo cansados de lutar contra as privações, a miséria, a falta de terra e de perspectiva, não visualizam nas cidades a solução para os problemas que enfrentam diariamente. E, assim, tal forma de ocupação é recriada com a migração.

A migração rural-rural se dá rumo a locais onde o solo seja mais fértil e apresente menor declividade, onde haja disponibilidade de água, em uma busca por melhores condições de se reproduzirem socialmente. Nesse ínterim, as estações do ano e os ciclos produtivos determinam o tempo de migração ou de trabalho acessório desses agricultores. Nesse processo de migração, a área desocupada fica livre para uma nova ocupação.

Ainda sobre a migração camponesa, Martins assevera que

A necessidade da migração é resultado, de que, como camponês, vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em consequência do certo que o capital lhe impõe. A deterioração dos preços dos seus excedentes agrícolas lhe é particularmente fatal, pois reduz a sua capacidade de compra dos seus artigos que complementam a sua subsistência e que não pode produzir diretamente (1984, p. 52-53).

Para Oliveira (2007, p. 9), o camponês deve ser entendido “como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra” e que, mesmo expulso dela, com frequência tenta retornar, ainda que, para tanto, ele precise migrar.

Ao se instalarem em um novo lugar, os agricultores aqui analisados precisam novamente passar por um processo de adaptação, buscando recriar estratégias para tornar viável a sua reprodução nos espaços aqui em discussão. Eles trazem consigo valores, tradições e costumes que são materializados nos espaços onde estão instalados pelas mais diversas práticas culturais. Assim, hábitos regionais específicos dessa categoria social (alimentares e vestimentas até costumes e atitudes) são visíveis nas unidades de produção familiar, em uma representação da cultura material e imaterial dessa população. Suas condições socioeconômicas são escondidas pela genérica expressão agricultura familiar, que abrange uma diversidade de segmentos com marcantes traços particulares a esses produtores até então pouco estudados.

Quanto mais longo o tempo ocupando a mesma área, mais visível é a reprodução das suas práticas culturais no espaço ocupado, bem como suas relações espaciais e temporais com o lugar. Nesse processo, os movimentos de (des)territorializar e (re)territorializar são cíclicos, sazonais, de acordo com os ciclos produtivos. As lutas enfrentadas ora pelo acesso à terra, ora para se reproduzirem expressam a identidade, os valores, a organização produtiva, a capacidade produtiva familiar e os modos de vida daqueles sujeitos.

Ao saírem, os agricultores ou vendem a benfeitoria ali existente para uma nova família ou levam a benfeitoria material consigo, deixando apenas a terra limpa, em condição de uma nova ocupação – o que, em verdade, é um incentivo para uma nova ocupação. Tal ação assevera o comércio dessas terras, pois os agricultores estão sempre em busca de locais com melhores condições. As relações comerciais aqui nem sempre ocorrem pela troca monetária, mas por outras benfeitorias ou até mesmo pela troca direta de outras benfeitorias em outro local, onde o agricultor possa se instalar.

Na perspectiva desses sujeitos, a terra tem significado e valor diferente do valor monetário da terra de negócio. A terra, para eles, tem mais valor de uso do que de troca, uma vez que os valores pedidos pelos locais cobrem apenas as benfeitorias ali existentes. Desse modo, a importância e o valor da terra estão em sua importância para a sobrevivência e o sustento da família, enquanto meio de vida.

Na Figura 39, a seguir, tem-se o registro de uma placa de faixa de terra oferecida para venda. A ação supramencionada é resultante da busca por melhores locais de trabalho e

moradia, uma vez que a ocupação de uma faixa de terra da União não faz com que aqueles agricultores deixem de ser migrantes ou itinerantes. Assim, a busca por um pedaço de terra é sempre seu principal objetivo, visando à constituição de um espaço produtivo que, muitas vezes, é impedido por fatores físicos.

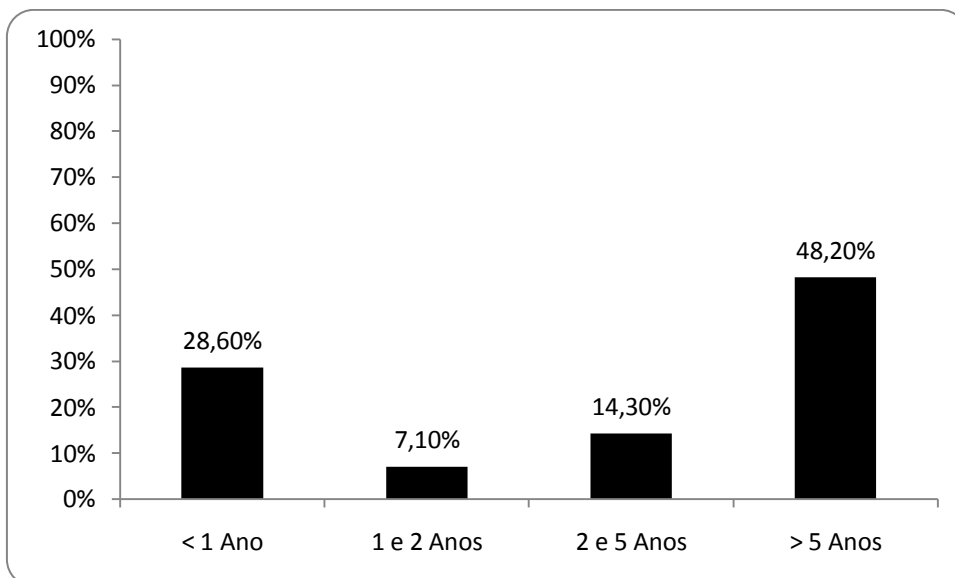
Figura 39 – Unidade Produção Familiar à venda às margens da BR-364



Fonte: Pesquisa de campo, outubro/2016.

A provisoriedade da terra se dá até eles encontrarem um local que seja viável para construir suas residências e seus roçados. Nesse sentido, a presente pesquisa constatou, conforme Figura 40, que 28,6% das famílias analisadas estão há menos de um ano ocupando uma determinada área; 7,1% entre um e dois anos; 14,3% entre dois e cinco anos; e, 48,2% há mais de cinco anos. E, ainda, foi possível identificar que um dos agricultores pesquisados vive e produz nas áreas da União há mais de 40 anos, demonstrando que a concentração fundiária produz resultados perversos há muitos anos e prova que, na região, a ocupação de beira de estrada não é recente.

Figura 40 – Tempo de ocupação das áreas pelas famílias



Fonte: Dados da pesquisa.

A região aqui analisada, de fato, atraiu e continua atraindo trabalhadores de diversas regiões do País pela visibilidade dada pelo agronegócio e pelos camponeses advindos de diversas regiões brasileiras. Esses se uniram no movimento de luta pela terra após longo período de deslocamentos, sobretudo ao perceberem que não eram priorizados no processo construtivo do modelo de desenvolvimento agropecuário regional. “Aí há o encontro entre centenas de camponeses até então desconhecidos entre si, mas com suas histórias e trajetórias repletas de convergências” (RIBEIRO; GUIMARÃES, 2011, p. 66).

Assim, os agricultores aqui analisados fazem parte do grupo de pequenos agricultores que foram desterritorializados pela pressão exercida pela modernização agrícola, reterritorializados nesses espaços marginais de produção agropecuária – fato comprovado por Medeiros (2006), quando afirma que, ao perder sua condição de pequeno proprietário, ou a sua relação com a terra, o agricultor passa por um processo de desterritorialização. Porém, a mesma autora afirma que, ao passo que se constrói o território, o camponês, mesmo se incluindo em um novo processo de organização, manifestará as suas experiências acumuladas ao longo da sua história de vida.

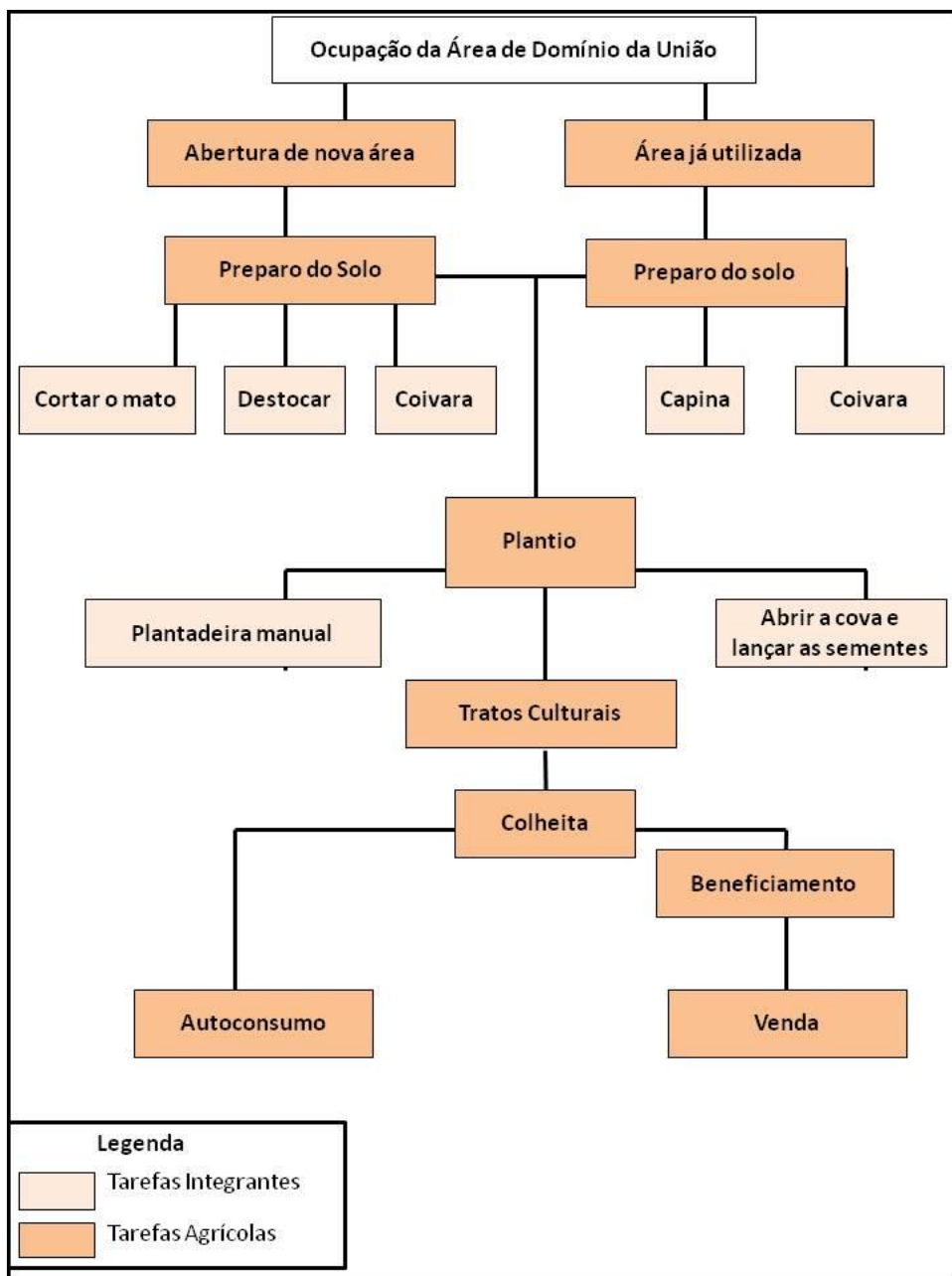
Os processos de reterritorialização requerem desses agricultores um esforço que perpassa sua condição de camponeses. E, assim, eles constroem uma nova territorialidade, uma vez que necessitam criar identidade em um espaço até então desconhecido, onde muitos desistem, e outros resistem, construindo um território no qual as marcas de sua história serão fixadas como marcos de sua identidade. Deparam-se com uma nova realidade, e é nela que se dará a construção de sua identidade (MEDEIROS, 2006).

O retorno à terra, mesmo que seja de forma irregular, reflete o desejo do agricultor camponês de retornar à terra para viver com sua família e se reproduzir enquanto camponês em um processo de resistência a partir da liberdade na organização do trabalho, do seu modo de vida e da realização de suas práticas e costumes.

6.3 PRÁTICAS E PROCESSO PRODUTIVO NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE VIDA E PRODUÇÃO

Sobre o processo produtivo, a Figura 41 exemplifica todo o processo, desde a limpeza da área até a comercialização ou autoconsumo dos produtos, com as tarefas agrícolas e as atividades integrantes, que são os meios de executar e praticar as tarefas.

Figura 41 – O processo produtivo nas Faixas da União pelos agricultores familiares



Fonte: Dados da pesquisa.

O processo produtivo nas áreas da união se dá com a escolha da área, delimitação do tamanho da área, derrubada da vegetação, queima, cavação e plantação, tratos culturais, colheita, beneficiamento e comercialização.

A abertura da área, em raros casos, se dá com o auxílio de máquina agrícola, mas, em geral, ocorre o uso dos instrumentos agrícolas básicos (foice, enxadas, enxada e machado, por exemplo) que, em regra geral, são de propriedade do agricultor. É comum deixar algumas árvores, geralmente as maiores e mais robustas, para sombrear o quintal incipiente, mas que futuramente passará a ser cultivado.

Nas áreas da União, quando não se ocupa área já aberta ou com benfeitoria, o trabalho do pequeno agricultor tem início com a derrubada da rala vegetação ali existente. É um trabalho braçal que requer emprego de esforço físico por parte do agricultor. Quando há algum outro agricultor ocupando áreas próximas, esse, não raras vezes, ajuda na abertura da área. É comum também a presença de outros membros da família na abertura dessas áreas.

Sem nenhum tipo de orientação técnica na área de produção vegetal e animal, as famílias se utilizam dos conhecimentos e experiência adquiridos ao longo do tempo em suas práticas agrícolas sobre as características e fertilidade dos solos, tipo de relevo, conservação do solo, capacidade de retenção de água, etc. Assim as experiências individual e coletiva são fundamentais no sucesso da produção agrícola.

O preparo do solo é uma atividade realizada pelos homens e geralmente inicia com a derrubada da vegetação, que costuma ocorrer no fim do período chuvoso, coincidindo com o período que ocorre as maiores queimadas às margens das rodovias. Isso se intensifica em agosto e vai até outubro, período mais crítico na maioria dos estados do Centro-Oeste em razão da baixa umidade do ar, ventos, aumento da temperatura e vegetação seca.

Em geral, ocorre sem a utilização de máquinas. Não existem tecnologias de melhoramento do solo acessadas pelos agricultores em questão. Não ocorre análises ou correção do solo, considerando o tamanho restrito da área e a limitação financeira dos agricultores. Os materiais utilizados no preparo do solo são: a enxada, o enxadao, a foice e a pá, evidenciando a teoria de Model e Denardin (2014), ao destacarem que a modernização agrícola não atingiu todo o espaço agrário, permanecendo situações de um ambiente tradicional.

Nas áreas que não foram cultivadas antes, é comum haver espécies arbustivas, o que dificulta a limpeza do terreno. A utilização do fogo, quando da destoca da área, é utilizada, sobretudo, em áreas com madeiras mais resistentes, uma vez que esse facilita o trabalho do agricultor.

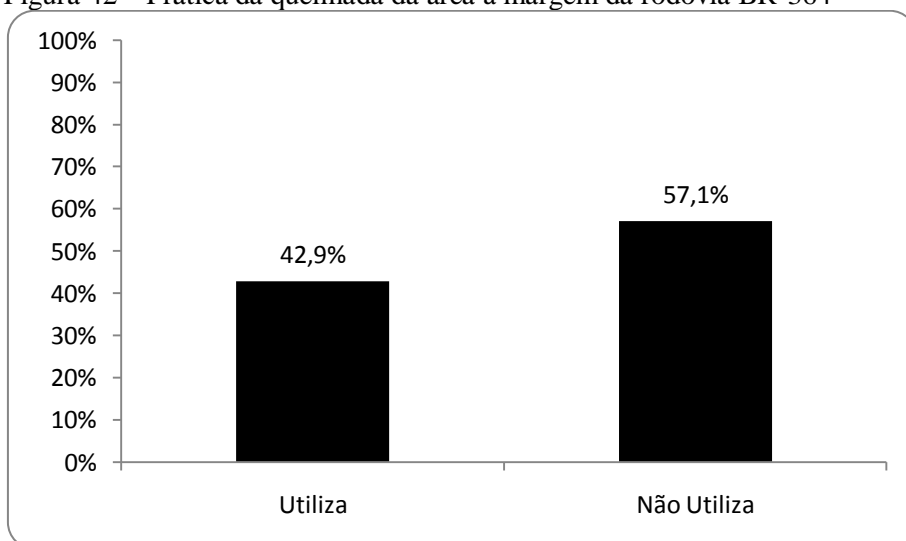
No Brasil, a agricultura itinerante pode receber várias denominações, como agricultura/roça de coivara, derrubada e queima, roça de toco ou agricultura de subsistência (ADAMS, 2000). Alguns agricultores acreditam que a coivara não prejudica o solo e nem o meio ambiente.

A queimada é uma prática utilizada por alguns agricultores, especialmente na limpeza do terreno antes de sua instalação ou depois da aplicação de herbicidas, a fim de deixar a área limpa para a construção de moradia e plantio.

As queimadas a gente não utiliza muito. Mas, às vezes, tem hora que utiliza um pouco também. Porque, às vezes, o capim cresce demais, aí você passa um veneno. Aí, tem hora que você põe algumas queimadinhas. Mas é só onde bate veneno, porque, às vezes você precisa plantar meio rápido. Então, devido o sistema da gente trabalhar que é manual. [...] Em um capim que a gente passou veneno e logo veio o trator com uma grade e revira tudo [...] não há necessidade de você queimar. Mas no caso da gente fazer um plantio ali. Aí não tem como você não queimar, você tem que queimar porque você tem que achar um olho de formiga, pra você estar matando, se não, não tem como você plantar. Aí você tem que queimar. Mas é muito difícil também (Agricultor 1, em 2016).

Apesar de entender que a queimada provoca prejuízos ambientais, ainda é uma prática comum nos roçados camponeses. Conforme evidenciado na Figura 42, a seguir, dos agricultores entrevistados na presente pesquisa, 42,9% afirmaram fazer uso da prática de queimadas, enquanto 57,1% afirmaram não utilizar tal método para a limpeza do terreno. Todavia, mesmo aqueles que afirmaram a utilização dessa prática disseram estar cientes de que ela prejudica, sobretudo, o solo.

Figura 42 – Prática da queimada da área à margem da rodovia BR-364



Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, é preciso considerar que seu uso como técnica para suprimir vegetação ainda é muito comum na agricultura de subsistência, já que é uma técnica de baixo custo e, por isso, em algumas regiões do Cerrado, é relativamente comum o seu uso, porém sua aplicação requer que seja rigorosamente controlado. O Código Florestal (Lei 12.651/12), em seu artigo 38, abre três exceções para o uso do fogo em vegetação, que resumidamente seriam em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, sob prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente; em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante

prévia aprovação do órgão gestor; e atividades de pesquisa científica vinculada a projeto de pesquisa devidamente aprovado pelos órgãos competentes e realizada por instituição de pesquisa reconhecida, sob prévia aprovação do órgão ambiental competente.

Apesar de que, para esses agricultores, exista um controle da utilização do fogo, essa prática não é precedida de controle rigoroso ou anuência prévia do órgão ambiental. Entretanto, do seu uso inadequado podem ocorrer o seu alastramento incontrolado às margens da rodovia e provocar forte fumaça que compromete a visibilidade dos motoristas.

Habitados à utilização dessas áreas, possivelmente um número maior respondeu que não faz uso do fogo por saber que provocar incêndio em mata ou floresta é um crime ambiental, definido na Lei de Crimes Ambientais em seu artigo 40, com previsão de pena de reclusão de dois a quatro anos, assim como, no caso dessas áreas, se o incêndio expuser a vida, integridade física ou patrimônio de outro em perigo, o infrator estará sujeito à reclusão de três a seis anos, de acordo com o Código Penal em seu artigo 250.

A coivara é uma prática comum no preparo do solo que consiste na derrubada e queima da vegetação, seguida de um período de repouso entre os ciclos produtivos, mas, no caso desses agricultores, não há período de pousio, e, após a capina, queimam-se os galhos e gravetos que estavam no terreno, deixando-o limpo para novo cultivo.

Após a queima e ficando algum toco de árvore no lote, esses são removidos na destoca e novamente queimados. Depois da abertura da área, é feita a moradia. Em geral, tem-se uma casa simples, de tamanho reduzido, suficiente apenas para abrigar os membros da família, sem muito conforto. As casas geralmente são feitas de madeira e possuem metragem não padronizada. Em muitos casos, são construídas com restos de madeira de alguma outra construção da cidade.

Eu vim pra cá... tem 12 anos que estou aqui. Quando eu instalei aqui, eu vim aqui não tinha barraco, não tinha nada. Cheguei, fiz só uma chochinha e já fiquei (Agricultor 3, em 2015).

Assim, as residências são construídas das mais diversas formas, conforme as Figuras 43, 44, 45 e 46. A lona, a madeira e a madeira de bambu são os materiais mais utilizados, embora haja aquelas residências construídas de alvenaria.

Figura 43 – Residências na Faixa da União

Figura 44 – Residências na Faixa da União



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

Figura 45 – Residências na Faixa da União

Figura 46 – Residências na Faixa da União



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

O fogão à lenha é muito utilizado nas residências, tanto pela preferência das mulheres como pela economia na utilização de lenha encontrada nas proximidades das UPFs. A maior parte das residências possui mobília simples. A energia elétrica é gerada pelo motor gerador. Porém, há energia em apenas duas unidades de produção. Desse modo, a convivência com a falta de energia elétrica é comum em grande parte dos lotes.

Quando a família ocupa uma área por compra, doação ou escambo, que já foi habitada ou cultivada, o processo de trabalho inicial é menos dispendioso, pois, nesse caso, não haverá vegetação arbustiva, preocupando-se somente com o processo de preparo do solo para o plantio, para deixar o terreno limpo e a terra preparada para o cultivo. Muitas vezes, tem-se o uso de métodos tradicionais (Figuras 47 e 48) e conhecimento popular para devolver ao solo a sua fertilidade, mesmo com a escassez de recursos, tornando o trabalho menos penoso.

Figura 47 – Agricultor lavrando a terra

Figura 48 – Agricultor lavrando a terra



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

As técnicas de cultivo utilizadas por esses agricultores são restritas e com pouco uso de instrumentos e mecanização. O plantio se dá de forma manual, fazendo uso da plantadeira manual, das sementes, ou abrindo as covas. É no plantio que aumenta a participação dos membros da família no trabalho. Todos – mulher, homem, crianças e agregados – se envolvem no trabalho. É comum que os filhos já adultos que residem na cidade se desloquem para essas áreas visando ajudar aos agricultores no plantio, principalmente quando a mão de obra familiar é reduzida. Quando o plantio ocorre através da abertura das covas, enquanto uns abrem os buracos, outros logo lançam as sementes ou as ramas – no caso da mandioca –, cobrindo com terra, geralmente com os pés. Quando plantam com a plantadeira manual – matracas –, seu manuseio geralmente é feito pelo homem.

Nos espaços aqui analisados, a fertilidade do solo é mantida, sobretudo com a utilização de esterco animal e pelos aportes de nutrientes provenientes da decomposição vegetal. Para alguns agricultores que não trabalham com queimadas, após a capina, esses utilizam os restos vegetais como adubo e proteção do solo.

O adubo orgânico tem-se constituído em uma importante fonte de nutrientes para o solo. Todos os agricultores entrevistados na presente pesquisa fazem uso de algum tipo de adubo orgânico. A adubação da área ocorre, sobretudo, na fase de plantio, sendo sobreposta ao solo. Além disso, é comum as folhas das plantas, ao caírem, cobrirem o solo, compondo a serrapilheira, junto com outros ramos, fazendo com que uma quantidade significativa de nutrientes retorne ao solo pela sua decomposição – essencial para a reativação da ciclagem de nutrientes entre a planta e o solo. Os agricultores entendem que a cobertura vegetal é essencial para a qualidade do solo e impedir a redução da produtividade.

A serrapilheira em sistemas produtivos protege o solo dos agentes erosivos, fornece matéria orgânica e nutrientes aos organismos do solo e para as plantas, levando à manutenção e/ou melhorias nas propriedades físicas, químicas e biológicas do solo e na produção vegetal (ANDRADE; TAVARES; COUTINHO, 2003). Além das serrapilheiras, os agricultores também fazem uso de resíduos de produção agropecuária, obtida pelos resíduos da lavoura (Figuras 49 e 50); e dejetos de animais, como aves ou bovinos e restos de frutas e legumes na produção de compostagem para adubar o solo. A alternativa de utilização de resíduos

agrícolas diminuí os gastos com insumos. O esterco bovino é o mais utilizado como insumo, sobretudo na produção de hortaliças⁴⁹, a fim de garantir o aumento da produção.

Figura 49 – Resíduos agropecuários



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2013.

Figura 50 – Resíduos agropecuários



Fonte: Trabalho de campo em outubro de 2016.

Parte dos agricultores utiliza algum tipo de adubo químico: “quando tem também. Quando não tem, vai sem adubo mesmo” (Agricultor 5, março de 2016). Alguns fazem uso de agrotóxico no combate a pragas e doenças das plantas; porém afirmaram utilizar somente em situações extremas.

Eu quase não uso não [agrotóxico]. Quando eu uso algum produto aí pra inseto, às vezes, é uma vez, duas vezes, quando começa soltar flores, aí você usa um produto mais fraco, mas, às vezes, usa. Mas, em muitas coisas, não usa, por exemplo, a alface mesmo aqui eu não uso, não passo nada. Alface, coentro, não tem veneno. A cebola também não usa. A couve é muito difícil você dar um combatezinho nela. Dá combate quando começa aparecer muita borboleta pra por ovo, aí você tem que dar um combatezinho (Agricultor 2, em 2015).

Diante do exposto, é possível observar uma preocupação explícita no relato dos agricultores com a questão da contaminação dos alimentos. A maioria dos agricultores não faz uso de agrotóxico na produção, não somente pela contaminação dos alimentos, mas por conveniência, e afirmam não ser necessária a utilização em razão do pequeno volume da produção e do custo. Porém, os dois agricultores que mais têm ligação com o mercado afirmaram utilizar biofertilizantes produzidos nas próprias UPFs.

Nas alfaces eu utilizo muito os inseticidas caseiros. Que você faz com pimenta, alho, pimenta do reino, é coisa natural (Agricultor 2, setembro de 2015).

⁴⁹ A palavra hortaliça refere-se ao grupo de plantas que apresentam, em sua maioria, as seguintes características: consistência tenra, não-lenhosa; ciclo biológico curto; tratos culturais intensivos; cultivos em áreas menores, em relação às grandes culturas; e utilização na alimentação humana, sem exigir preparo industrial (FILGUEIRA, 2000, p.15)

Alguns ainda utilizam herbicidas, a fim de diminuir o trabalho manual de limpeza dos roçados pela capina. Porém, a compra fica condicionada à disponibilidade de recursos financeiros.

Quando tem dinheiro pra comprar veneno eu compro e bato pra limpar. Quando não tenho, é na base da enxada (Agricultor 5, março de 2016).

A presença de consorciamento é uma prática muito comum entre os agricultores aqui analisados. As sementes são compradas no comércio local, mas existem aqueles que fazem uso de sementes crioulas de milho em seus cultivos, mantidas e selecionadas por várias décadas. A manutenção dessas sementes é uma forma de resistência camponesa frente à modernização agrícola que retira a autonomia do produtor ao lançar no mercado as sementes híbridas e transgênicas que impedem os agricultores de estocarem as suas próprias sementes.

Como o milho é produzido especialmente para o consumo da família e dos animais nas UPFs, e não para venda, ele não necessita ser produzido a partir de sementes melhoradas, adquiridas no mercado, diminuindo os gastos com a produção de milho. Para Fabrini (2007), ao contrário do que ocorre com as sementes híbridas e mais recentemente com as geneticamente modificadas, as sementes crioulas podem ser utilizadas de um ano para outro. Porém, quando não usam sementes crioulas, precisam recorrer à compra no mercado de sementes híbridas ou sementes melhoradas.

O controle das ervas daninhas nos roçados dos agricultores é realizado de forma manual, com a utilização da enxada. O controle de pragas e doenças em grande parte é feito com biofertilizantes fabricados pelos próprios agricultores, a partir de materiais fáceis de serem encontrados e prontos para o uso em um tempo relativamente curto. É comum também, nas plantações, a utilização de cinzas e de urina de vacas. Entretanto, alguns dos agricultores entrevistados utilizam o controle químico de pragas e doenças.

A falta de acesso a novas tecnologias não está ligada ao tamanho da área, mas à falta de recursos. A assistência técnica é um bom parâmetro para medir o acesso de determinados agricultores a tecnologias. O uso de tecnologias pode ser considerado baixo, considerando que poucos utilizam irrigação ou outra técnica de produção. Geralmente, os produtos irrigados nos canteiros são as hortaliças. Outros cultivos seguem as estações do ano e o regime de chuva da região. Dessa maneira, esses agricultores têm sua produção organizada de modo a utilizar o regime de chuvas ao seu favor, diminuindo, assim, gastos com a irrigação nos períodos de maiores índices de pluviosidade. Nesse sentido, Martine (1991) atenta para o fato de que existem tecnologias que não precisam de grandes extensões de terras para ser aplicadas.

Nas UPFs, a irrigação dos roçados é feita, sobretudo, por roda-d'água ou motor bomba. A irrigação da produção é realizada com regador manual e, sobretudo, nas áreas que mais produzem para comercialização, são utilizados os microaspersores, aspersores e o sistema de irrigação por gotejamento. A irrigação das hortaliças é realizada diariamente pela manhã e pela tarde, dependendo do período e considerando os índices pluviométricos. Todavia, por falta de análise da água, não se sabe a qualidade da água, apesar de os agricultores a considerarem de boa qualidade.

A captação de água se dá nas terras mais baixas, onde geralmente se tem um curso-d'água, e ela é levada para as residências. Em geral, as residências são estabelecidas próximas a fontes de água potável. A água de todas as residências visitadas na presente pesquisa é encanada, oriunda de poços e nascentes que chegam às residências por meio de rodas-d'água ou motor. Entretanto, algumas UPFs não têm água suficiente nem são adequadas à irrigação.

A presença de curso de água próximo é utilizada também pelos agricultores para os serviços domésticos, como a lavagem das roupas e para banho (Figura 51 e 52). Para minimizar o problema da falta de água, os agricultores constroem pequenas barragens pluviais próximas aos cursos-d'água com trabalho braçal utilizando apenas enxadas, onde geralmente instalam uma pequena roda-d'água para captação da água até as residências e para a irrigação nos pequenos roçados.

Figura 51 – Agricultor utilizando água do riacho



Figura 43 – Agricultor utilizando água do riacho
Fonte: Trabalho de campo em outubro de 2016.

Figura 52 – Agricultor utilizando água do riacho



Figura 44 – Agricultor utilizando água do riacho
Fonte: Trabalho de campo em outubro de 2016.

Mesmo de forma rudimentar, em várias UPFs foram encontrados sistemas agroflorestais, implantados sem ajuda de especialistas, mostrando que esses agricultores, apesar do desconhecimento científico sobre esse sistema, e, embora saibam que é uma técnica que preserva o meio, fazem muito mais pela necessidade de aperfeiçoar o pequeno espaço garantido para sua produção. Assim, em alguns espaços, foram encontradas frutíferas como

mangueiras, laranjeiras e mamoeiros em meio às plantações de mandiocas e abóboras e de outros legumes.

Tal fato evidencia a diversificação existente na agricultura familiar, pois, mesmo ocupando uma restrita faixa de terras, os agricultores conseguem diversificar a produção, tanto para atender às necessidades alimentares das famílias quanto para diversificar as fontes de renda, não ficando dependentes apenas de uma fonte de renda. Sobre a questão, Grisa, Gazolla e Schneider asseveram:

A agricultura familiar guarda todas as possibilidades de alimentar os membros do grupo doméstico com uma alimentação diversificada e que contenha todos os tipos de «alimentos funcionais», contemplando os proteicos, os carboidratos, os gordurosos ou lipídicos etc. (2010, p. 74).

Essa diversificação é uma das principais estratégias das famílias de agricultores, pois ela contribui para o enfrentamento das adversidades produtivas e de mercado para sobreviverem nesses espaços, não ficando reféns de poucos produtos e riscos econômicos. São produtos que principalmente contribuem para a alimentação das famílias.

Toda a produção é colhida manualmente tanto pelo homem como pela mulher, com exceção da mandioca, que, em solos mais compactados e de acordo com a profundidade da raiz, pode precisar de um dispêndio maior de força física. Além de seguir a declividade do solo, a produção segue a linearidade da pista. Mesmo a produção sendo, *a priori*, para garantir a alimentação da família, parte dessa é vendida, até porque esses agricultores não produzem toda a alimentação necessária à família.

Assim como os agricultores não souberam especificar o tamanho da área explorada, não souberam também especificar o tamanho da área que utilizam para a plantação de hortaliças. Mas, pelo tamanho da área, são pequenos espaços, próximos às residências. O volume de produtos cultivados e produzidos nas UPFs também é difícil de mensurar, sobretudo em razão desses produtos nem sempre serem comercializados – e, não comercializados, não são contabilizados – e por variarem de acordo com a produção semanal, dinheiro para investimento na produção, questões climáticas, novas áreas, tipo de solo etc. Quando são contabilizados, alguns são contados por caixas, pés, quilos, ou definidos por meio de transportes, como a carreta que é utilizada. Em geral, os agricultores têm dificuldades em descrever em números exatos o que foi colhido dentro da UPF, atestando a lógica peculiar de resistência em que eles se inserem.

6.4 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA ESFERA DOMÉSTICA E PRODUTIVA DE FAMÍLIAS AGRICULTORES ÀS MARGENS DA BR-364

Nessas Unidades de Produção Familiares, verifica-se uma pluralidade na organização do trabalho, que passa pelo arranjo do trabalho familiar, a ajuda mútua, o trabalho acessório, a combinação com o trabalho não agrícola. Essas diversas formas de trabalho é que contribuem para a recriação camponesa nestes locais e expressam a resistência frente ao assalariamento e ao modelo agrícola instalado na região.

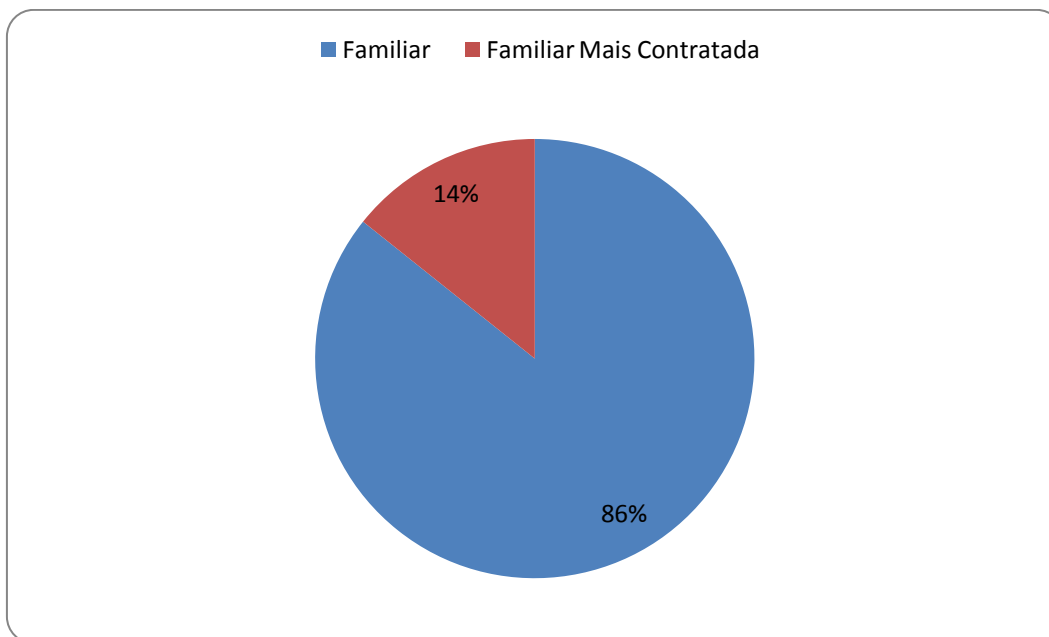
Nessa perspectiva, Shanin afirma que

A economia Familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (2008, p. 27).

Nas UPFs localizadas às margens da rodovia BR-364, não se tem a separação entre a gestão da unidade produtiva e a execução do trabalho, pois ambas as ações são de responsabilidade familiar. Esse agricultor vive na terra e da terra, em oposição à terra de negócio, voltada para a extração de mais-valia dos trabalhadores e objeto de extração da mais-valia social.

Há uma concordância de que a agricultura familiar tem como característica o trabalho familiar na exploração agropecuária (MARAFON, 2006). Através dos dados da pesquisa, cumpre ressaltar que, no referido segmento, o trabalho familiar é predominante em todas as unidades de produção, composto pela força de trabalho dos pais, filhos e, algumas vezes, por outro membro da família, garantindo a sobrevivência do grupo. Apenas em duas UPFs existe a contratação de mão de obra (Figura 53). A preservação do trabalho familiar, para Santos (1981), faz parte da resistência à individualização do trabalho.

Figura 53 – Mão de obra nas UPFs



Fonte: Dados da pesquisa.

Para Santos, existe uma relação entre o trabalho e o território, sendo que esse

[...] não é apenas um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (2007, p. 14).

A resistência à expropriação das condições de produção é uma expressão da manutenção e a busca da apropriação da terra para servir de espaço de produção de vida, sob o regime de propriedade familiar ou de posse. O trabalho tem uma centralidade na unidade camponesa, porém ali ele é relativamente abundante, enquanto que os objetos de trabalho, como, por exemplo, a terra, são relativamente escassos (PLOEG, 2006).

Utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas. Esta distinção das relações determina o uso do território. A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. Esta limitação determina a área de produção e, por conseguinte, todas as relações que lhe são resultantes, como por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida, além dos seguintes objetivos: acumulação sem limites ou reprodução da condição de ser camponês (WELCH; FERNANDES, 2008, p. 166).

As relações de parentesco, afinidades e de vizinhança contribuem para a capacidade de adaptação das famílias nestes locais, pois assim recorrem a outros agricultores próximos ou a algum parente para ajuda mútua na produção ou até mesmo na troca de conhecimento sobre a produção agropecuária. Fabrini (2007) aponta que, entre os camponeses, a relação de

vizinhança evidencia a dimensão local da vida camponesa, ao permitir uma sociabilidade traçada em um pequeno número de famílias que residem próximas em que os membros se identificam com o grupo. “Esta relação entre vizinhos também aponta para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola, por exemplo” (FABRINI, 2007, p. 28).

A ajuda mútua aqui identificada é uma relação comumente utilizada, mas não tão frequente, pelos agricultores em momentos em que precisam complementar a mão de obra e não têm dinheiro para pagar dias de trabalho a algum trabalhador⁵⁰. É uma prática que complementa o trabalho familiar em determinados períodos e contribui para suprir a mão de obra. Geralmente, ocorre no período de colheita, nas aberturas de novas áreas ou construção de residências, na forma de trocas de dias de trabalho. Para Woortmann (1990), tem-se aí uma relação de reciprocidade⁵¹, considerando que se caracteriza um trabalho por não obrigação.

Garcia Júnior entende que

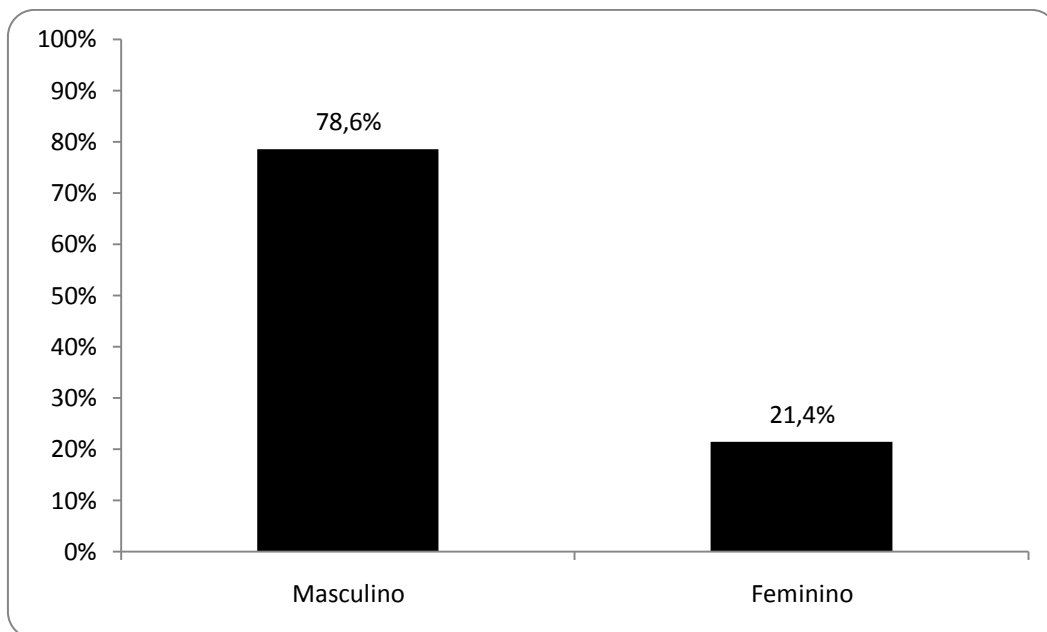
A troca de dia dá-se quando um membro de uma determinada unidade familiar (A) trabalha no roçado de uma outra unidade familiar (B), sob as ordens do chefe desta última (B). Não recebe por isto nenhuma contrapartida em dinheiro, mas assegura que membros desta outra unidade familiar (B) farão o mesmo quando for necessário (1975, p. 62).

Quanto ao sexo dos indivíduos entrevistados, a Figura 54, a seguir, evidencia que 78,6% são do sexo masculino, enquanto 21,4% são do sexo feminino. Porém, todas as UPFs apresentaram a figura masculina como chefe.

Figura 54 – Sexo dos entrevistados

⁵⁰ Essas atividades são também uma forma de escambo de trabalho entre os agricultores, já que um agricultor troca dias de trabalho com outro agricultor próximo, não se configurando uma transação monetária, mas em troca de trabalho pelo mesmo período, em geral, dias de trabalho.

⁵¹ Princípio moral em que a prática da troca de tempo responde à satisfação das necessidades de trabalho (FERREIRA, 2002).



Fonte: Dados da pesquisa.

A porcentagem ora apresentada destoa dos dados oficiais, tendo em vista que, em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 38,7% dos domicílios brasileiros já eram comandados por mulheres. A diferença então apontada, além de demonstrar a permanência de uma hierarquia de papéis, em que o homem ainda é visto como o responsável provedor da família, também evidencia a insegurança desses locais, considerando que todos estão a poucos metros da rodovia e as residências são frágeis em termos de segurança. Tal fato é verificado por haver a ocupação dessa área apenas por homens como chefes, com a ausência da mulher no comando. Todavia, a mulher cumpre um papel fundamental na produção agropecuária das UPFs, pois, além de ser a responsável pelos serviços domésticos, trabalha no cultivo, na colheita e na comercialização dos produtos, exercendo uma dupla jornada.

Quanto ao estado civil dos agricultores entrevistados, foi possível observar que 71,4% são casados, enquanto 28,6% são solteiros ou divorciados. Os entrevistados que se declararam solteiros ou divorciados são do sexo masculino, e não foi registrada presença da mulher nas UPFs analisadas, evidenciando a masculinização na ocupação daqueles espaços.

Nesse caso, essa masculinização não se dá apenas pela migração das filhas para a cidade, mas também pela migração da mulher, que, em caso de separação, não continua produzindo ou morando na área. Para Carneiro (2005), a masculinização do campo, em geral, está referendada na ausência de oportunidades de trabalho e renda, que são mais difíceis para as mulheres do que para os homens, e o trabalho da mulher visto como ajuda reforça a subordinação à figura masculina – pai ou marido.

Em relação à divisão do trabalho dentro das UPFs, em algumas ocorre de forma indefinida, mas, na maioria, existe uma divisão sexual do trabalho: enquanto o homem é responsável pelos roçados, as mulheres são responsáveis pela plantação no quintal das residências. A organização do trabalho familiar mostra certa hierarquia. No geral, o homem é o responsável pelos roçados e intermediador de todo o ciclo produtivo pela Unidade de Produção Familiar. Assim, o homem é responsável pelas tarefas mais pesadas, principalmente na abertura de novas áreas, preparação do solo, na capina e na colheita da mandioca e a manutenção de algumas criações animais, como a alimentação dos porcos, momentos em que o serviço requer mais dispêndio da força física na destoca e limpeza da área. Fato constatado em alguns momentos quando só foi possível a aplicação da entrevista com a presença do homem.

Das mulheres é a responsabilidade da execução dos trabalhos domésticos, como a limpeza da casa das roupas e da área ao redor, cuidado com as crianças – quando tem – e preparo da alimentação. Porém, nos momentos em que os roçados requerem grande força de trabalho, mesmo sendo de responsabilidade dos homens, estendem-se às mulheres.

Contudo, mesmo o homem sendo incumbido dos serviços mais pesados, para os entrevistados *quando precisa*, todos os serviços, *desde os mais fáceis aos mais pesados* são realizados pelas mulheres. Embora exista uma divisão social do trabalho entre casa e roçados, o trabalho das mulheres é tão necessário quanto a força de trabalho dos homens.

Mesmo com a participação crescente da mulher no mundo do trabalho, ainda permanece a ideologia da figura do pai como a principal representação da agricultura familiar, refletindo a cultura que prevalece ao longo dos séculos e que nomeou o masculino como responsável pelas atividades fora do espaço da casa, delimitando esses espaços internos como o lugar da mulher. Todavia, apesar da importância da participação da mulher nas atividades agrícolas familiares, em sua grande maioria ela não é remunerada. “A gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como hipótese a sua invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade, o não reconhecimento do seu trabalho nessa classificação de produtores agrícolas” (MELO, 2002, p. 5).

Segundo Melo (2002), na agricultura familiar o trabalho da mulher é gratuito e considerado como uma ajuda, pois, ao contrário do homem, ela trabalha eventualmente e poucas horas nas tarefas agrícolas, responsabilizada pelos afazeres domésticos. Devido a esse trabalho não ser reconhecido, sugere que ele não gera valor econômico e social, reafirmando a tradicional divisão sexual do trabalho. Por não ter o reconhecimento do seu trabalho, é

dificultada a participação da mulher nas atividades remuneradas que são atribuídas como se fossem de responsabilidade dos homens. Muitas vezes, nas mentes dos homens e também das próprias mulheres, está sedimentada a ideia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho na agricultura.

Verifica-se uma clara divisão e uma valorização do que é produzido nos roçados e, conseqüentemente, do trabalho dos homens que são responsáveis pela produção nesses espaços, em detrimento da desvalorização do trabalho da mulher, mesmo ela atuando grande parte do tempo nas atividades mais pesadas. O abastecimento da família só é possível pelo trabalho conjunto do homem e da mulher e por isso a força de trabalho do homem e da mulher se complementa, assim como se complementam o espaço dos roçados e da casa. Esses espaços complementares visam ao equilíbrio entre produção e consumo familiar.

Porém, segundo Melo,

Desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é deixá-lo invisível, é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola, e isto não é justo. É preciso dar visibilidade ao trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os campos de trabalho (2002, p. 13).

Mesmo sem estudos comparativos sobre a masculinização nos locais analisados e com os sujeitos em si, faz-se perceptível a existência de uma evasão maior por parte das mulheres, ou seja, ao se separar dos seus maridos, eles ficam na terra produzindo, enquanto elas se deslocam para a cidade. Tal situação foi presenciada nas duas UPFs onde não foi encontrada a presença feminina. Ou seja, a atitude em questão se dá não porque elas não se sentem preparadas para assumir a função, mas, sobretudo, porque a sua função é considerada como complementar dentro da propriedade, e, na divisão de bens, essas faixas de plantio não são consideradas.

Quanto à faixa etária dos chefes de famílias, foi possível notar que eles possuem uma média de idade de 58 anos, variando de 43 a 85 anos – média de idade que segue a tendência de aumento da população rural, uma vez que muitos estudos têm apontado que a idade média da população rural cresceu ao longo dos anos⁵².

Quanto à jornada de trabalho familiar, foi observado que, em razão de grande parte da produção não ser comercializada, inexistente uma rigidez de horário de trabalho diário. No geral, ela segue o fluxo do ciclo produtivo, sendo o trabalho realizado principalmente pela manhã

⁵² Cf. CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

em razão da exposição ao sol. Por outro lado, isso abre espaço para outras atividades não agrícolas no interior das residências.

A autonomia sobre o trabalho garante a esses agricultores o controle do próprio tempo e por isso deve-se organizar o trabalho familiar de acordo com as estações e os ciclos produtivos dos seus produtos agrícolas. Os agricultores familiares das áreas da União se recriam a partir das diversas formas de trabalho. Em razão do reduzido tamanho da terra e da falta de recursos, a maioria não contrata mão de obra externa.

Nessas UPFs, quando se emprega o trabalho temporário, esse é realizado na forma de pagamento de diária, empreitada ou moradia. Assim, a presença da mão de obra fora da propriedade é mínima. Quando encontrada, ela serve para o contratado muito mais como um lugar de moradia e também de trabalho do que um lugar para se tornar assalariado, pois o pagamento está ligado ao que consome, ao que produz e ao que vende, não tendo um salário ou rendimento pré-determinado. Isso foi característico em duas UPFs no município de Mineiros.

Mesmo nas UPFs que utilizam o trabalho temporário, a lógica é de vender o produto, obter uma quantia em dinheiro e depois comprar os produtos que não foram produzidos, a fim de satisfazer às necessidades da família agricultora, não ocorrendo a capitalização do dinheiro obtido na venda do produto excedente. Assim, ocorre um movimento de circulação simples de mercadoria, expressa, segundo Oliveira (2007), pela fórmula $M - D - M$, sendo relações de produção não capitalistas, tendo suas decisões não orientadas pela geração de lucro.

Por outro lado, a utilização do trabalho assalariado dentro de algumas UPFs não significa uma relação capitalista entre patrão e empregado, pois, em alguns casos, essa relação se configura muito mais como a chegada de um agregado para trabalhar na UPF em troca de moradia. Essa se configura em uma relação não capitalista de produção, baseada na renda em produto e não na renda em dinheiro. Sua presença é justificada em virtude da dificuldade em se empregar na cidade.

7. PRÁTICAS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA NA FAIXA DE DOMÍNIO DA UNIÃO

7.1 A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES

A agricultura praticada pelos agricultores aqui analisados muito se aproxima da agricultura urbana e periurbana. Porém, quanto à localização, tamanho da área e reprodução social, perdem-se tais características à medida que esses vão se distanciando das cidades, considerando que, de acordo com Roese (2003), a agricultura urbana é praticada em áreas restritas dentro da cidade ou no seu entorno (agricultura periurbana).

Destarte, outras características da agricultura urbana e periurbana são mantidas, como outras destacadas por Roese (2003) quando diferencia a agricultura urbana da rural: a produção dali existente é destinada para consumo próprio ou para venda do pequeno excedente em mercados locais, há escassez de conhecimentos técnicos por parte dos produtores diretamente envolvidos, repetidamente não há possibilidade de o agricultor se dedicar à agricultura em tempo integral, é praticada a partir da diversificação de cultivos, e a finalidade da prática desse tipo de agricultura é distinta, considerando que normalmente não visa à obtenção de lucro. Em geral, a agricultura urbana é praticada com mais intensidade nos municípios que têm tradição agrícola no espaço rural.

A produção familiar se configura como a principal propulsora da unidade produtiva camponesa. Conforme Ploeg, o processo de produção camponês é estruturado sobre uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida:

Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores de uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (2006, p. 25).

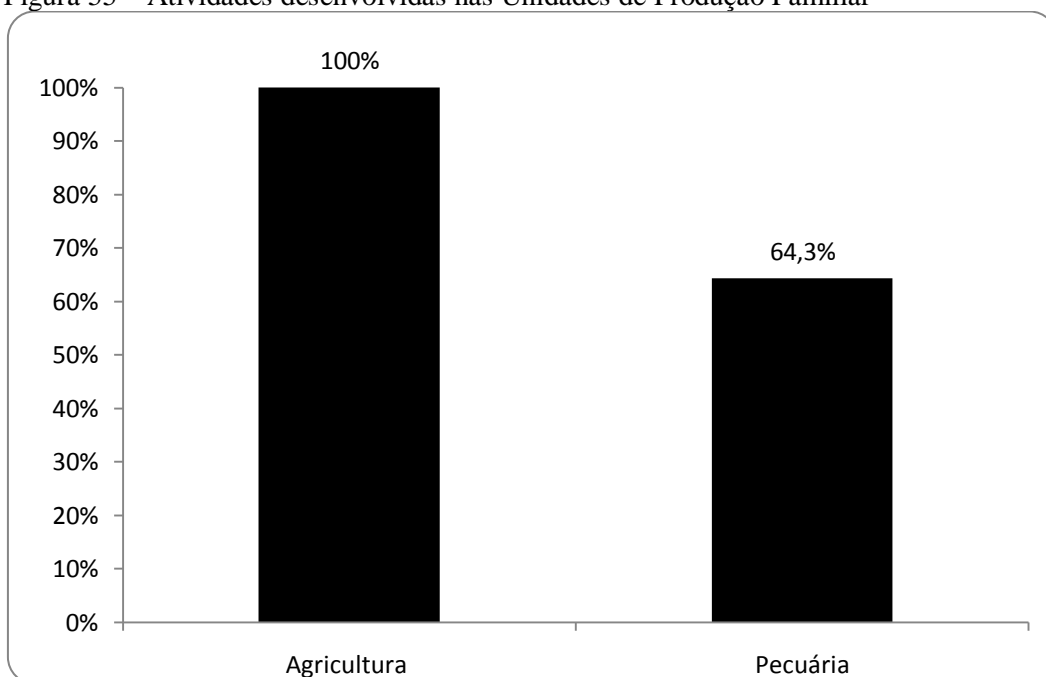
Fabrini (2007, p. 26) compreende que há “entre os camponeses uma produção de resistência de base territorial e localmente organizada”. Esses têm buscado praticar uma agricultura “defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais”. Uma agricultura que utiliza técnicas, conhecimentos, ferramentas e instrumentos elaborados pelos próprios camponeses,

diminuindo sua dependência das técnicas elaboradas para a produção de mercadoria no domínio das relações capitalistas.

Existe certa autonomia no processo produtivo desenvolvido por esses agricultores e na organização da produção, que se refere ao controle do próprio tempo e organização do espaço. No geral, na escolha do cultivo ou criação animal, observam-se os seguintes fatores: aptidão do solo, conhecimento do agricultor, composição da alimentação familiar, o tamanho da área, disponibilidade de recursos financeiros, etc.

Há produção agrícola em todas as UPFs aqui pesquisadas. Contudo, a produção pecuária foi encontrada em 64,3% dos estabelecimentos (Figura 55), mostrando que, nessas pequenas faixas de terra, os agricultores dão preferência para a produção agrícola. Geralmente os agricultores que possuem produção animal e vegetal nas UPFs são aqueles que ocupam maiores quantidade de terras.

Figura 55 – Atividades desenvolvidas nas Unidades de Produção Familiar



Fonte: Dados da pesquisa.

O tamanho da terra contribui para a escolha do cultivo de hortaliças, uma vez que sua implantação, além de ser de baixo custo se dá em pequenas faixas de terras. Assim, tanto o plantio quanto a colheita são realizados de forma manual pela maioria dos agricultores com tradicionais instrumentos para o cultivo na terra. Não foi registrada a presença de tratores de propriedade do agricultor nas UPFs aqui analisadas. Nesse sentido, apenas dois agricultores

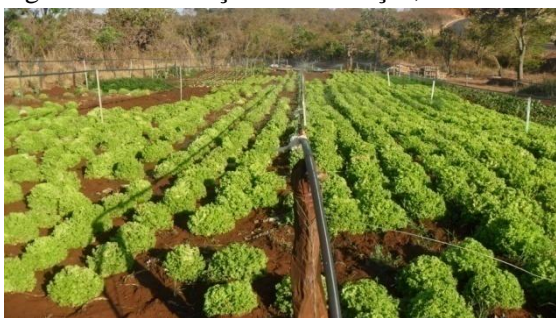
informaram a utilização da mecanização, sobretudo a utilização do microtrator com pagamento da hora/máquina, especialmente no preparo do solo.

Os agricultores que estão localizados em áreas com maior disponibilidade de água têm seus sistemas de produção voltados mais para a produção de hortaliças, considerando que essas, sobretudo, em períodos de seca, necessitam de maior disponibilidade de água. Aqueles que logram aliar as áreas planas com a disponibilidade de água e recurso financeiro, em geral, fazem uso de maquinários – pago em horas – para revolver o solo para o plantio. Entretanto, dificilmente utilizam para descampar ou destocar a área.

A área limpa é utilizada o máximo possível, buscando não deixar nenhum espaço sem utilização. Sobre a questão, Martine (1991) destaca que a pequena produção faz uso intensivo dos fatores disponíveis, mesmo com um processo de tecnificação precário, aproveitando uma parcela maior de sua terra.

As hortaliças (Figuras 56, 57, 58 e 59), que englobam de forma genérica as verduras, os tubérculos, as raízes e as leguminosas cultivadas em hortas, são os maiores cultivos e estão presentes em todas as unidades de produção, seja para o comércio ou para a alimentação familiar. Isso é explicado pelo tamanho reduzido das faixas de terras, que são mais propícias a serem cultivadas com hortaliças, considerando também que esta produção não requer um alto conhecimento técnico e não exige alto investimento, sendo viável a esses agricultores.

Figura 56 – Plantação de hortaliças, Jataí-GO



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

Figura 57 – Plantação de hortaliças, Jataí, GO



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

Figura 47 – Plantação de hortaliças, rodovia BR- 364, em Mineiros, GO

Figura 48 – Plantação de milho, rodovia BR- 364, em Mineiros, GO



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012. Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

As hortaliças necessitam de cuidados permanentes e diários e sempre envolve a participação de toda a família e fazem parte da base alimentar destes agricultores, além de ser indispensáveis para uma dieta equilibrada. Contudo, mesmo com sua implantação com custos relativamente mais baixos, percebe-se que alguns agricultores não são dotados de capacidade financeira para acompanhar as exigências da própria produção de hortaliças. Por serem produtos de alta perecibilidade, precisam ser comercializados com rapidez.

Do mesmo modo que se dá no plantio, a colheita também ocorre de forma manual, com a participação de toda a família na composição da mão de obra para a atividade. Em geral, as UPFs têm seus cultivos compostos de culturas temporárias que compõem a alimentação da família. Foi evidenciada uma grande variedade de tipos de produtos, contudo nem todos são comercializados pelos produtores.

Pode-se perceber o domínio da policultura nestas áreas. A partir do levantamento das UPFs, foram identificados 47 tipos diferentes de cultivos agrícolas, observados na Tabela 17, a seguir:

Tabela 17 – Frequência da produção agrícola encontrada nas Unidades de Produção Familiar

Produto/Cultura	Frequência (em%)
Mandioca (<i>Manihot esculenta</i> Crantz)	71,4
Pimenta (<i>Capsicum frutescens</i>)	57,1
Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>)	57,1
Milho (<i>Zea mays</i>)	57,9
Banana (<i>Musa spp.</i>)	50,0
Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>)	50,0
Alface (<i>Lactuca sativa</i>)	42,9
Beterraba (<i>Beta</i>)	35,7
Cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>)	35,7
Jiló (<i>Solanum aethiopicum</i> 'Gilo Group')	35,7
Tomate (<i>Solanum lycopersicum</i>)	35,7
Abacaxi (<i>Ananas comosus</i>)	35,7
Mamão (<i>Carica papaya</i>)	35,7
Maracujá (<i>Passiflora edulis</i>)	35,7
Mostarda (<i>Sinapsis alba</i>)	35,7
Cenoura (<i>Daucus carota</i>)	28,6
Chuchu (<i>Sechium edule</i>)	28,6
Coentro (<i>Coriandrum sativum</i>)	28,6
Couve (<i>Brassica oleracea</i>)	28,6
Guariroba (<i>Syagrus oleracea</i>)	28,6
Salsa (<i>Petroselinum crispum</i>)	28,6
Manga (<i>Mangifera indica</i>)	28,6
Abóbora Cabotiá (<i>Cucurbita spp</i>)	21,4
Brócolis (<i>Brassica oleracea</i> var: <i>italica</i>)	21,4
Pepino (<i>Cucumis sativus</i>)	21,4
Rúcula (<i>Eruca sativa</i>)	21,4
Acerola (<i>Malpighia glabra</i>)	21,4
Goiaba (<i>Psidium guajava</i>)	21,4
Laranja (<i>Citrus X sinensis</i>)	21,4
Limão (<i>Citrus x limon</i>)	21,4
Abóbora (<i>Cucurbita pepo</i>)	14,3
Café (<i>Coffea</i>)	14,3
Melancia (<i>Citrullus lanatus</i>)	14,3
Abacate (<i>Persea americana</i>)	14,3
Cajá-manga (<i>Spondias dulcis</i>)	14,3
Caju (<i>Anacardium occidentale</i>)	14,3
Tamarindo (<i>Tamarindus indica</i>)	14,3
Almeirão (<i>Cichorium intybus</i>)	7,1
Agrião (<i>Nasturtium officinale</i>)	7,1
Jurubeba (<i>Solanum paniculatum</i>)	7,1
Carambola (<i>Averrhoa carambola</i>)	7,1
Seriguela (<i>Spondias purpurea</i>)	7,1
Coqueiro (<i>Cocos nucifera</i>)	7,1
Mexerica (<i>Cocos nucifera</i>)	7,1
Pitanga (<i>Eugenia uniflora</i>)	7,1
Romã (<i>Punica granatum</i>)	7,1
Cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum</i>)	7,1
Algodão (<i>Gossypium spp</i>)	7,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os produtos mais cultivados, sobressaem alimentos como mandioca, milho, feijão (o guandu e o de corda), pimenta, quiabo, banana e outras variedades de hortaliças, legumes, frutas e verduras. O milho e a mandioca são dois dos produtos mais cultivados,

evidentemente em razão da sua versatilidade, utilizado tanto na alimentação humana como na alimentação animal. Há também maior facilidade de venda para outros produtores da região.

O milho é colhido em duas fases das espigas: quando verde para alimentação humana e quando seco para alimentação animal. Quando verde pode ser comercializado, mas quando seco dificilmente é vendido, pois é utilizado para alimentação animal de porcos e aves. O milho, quando verde, é utilizado pela família para fazer pamonhas, bolos, cozido, assado etc., podendo também ser vendido. Já a mandioca, além de ser utilizada pela família e vendida, é utilizada também para a produção de farinha e polvilho na forma artesanal.

A mandioca requer um tempo maior em seu cultivo, por isso geralmente não é cultivada tão perto das residências como as hortaliças, que precisam de um acompanhamento mais frequente. Na faixa de domínio da União, a mandioca é cultivada tanto para consumo familiar *in natura* como para produção de farinha o polvilho, bolo de mandioca, beiju, além de outros produtos que complementam a alimentação familiar. De acordo com a FAO (2013, p. 4), a mandioca é um dos principais produtos agrícolas dessas faixas por apresentar um “uso eficiente da água e dos nutrientes do solo e tolerância a seca e ataques esporádicos de pragas”. Dessa forma, “a mandioca pode produzir rendimentos razoáveis, usando poucos insumos (ou mesmo nenhum), em áreas com solos pobres e chuvas imprevisíveis”.

Por não ser uma produção regular, não existe em nenhuma das UPFs visitadas uma tenda específica para produção de farinha. Geralmente, essa é produzida em locais improvisados próximo às residências apenas nos períodos de colheita da mandioca.

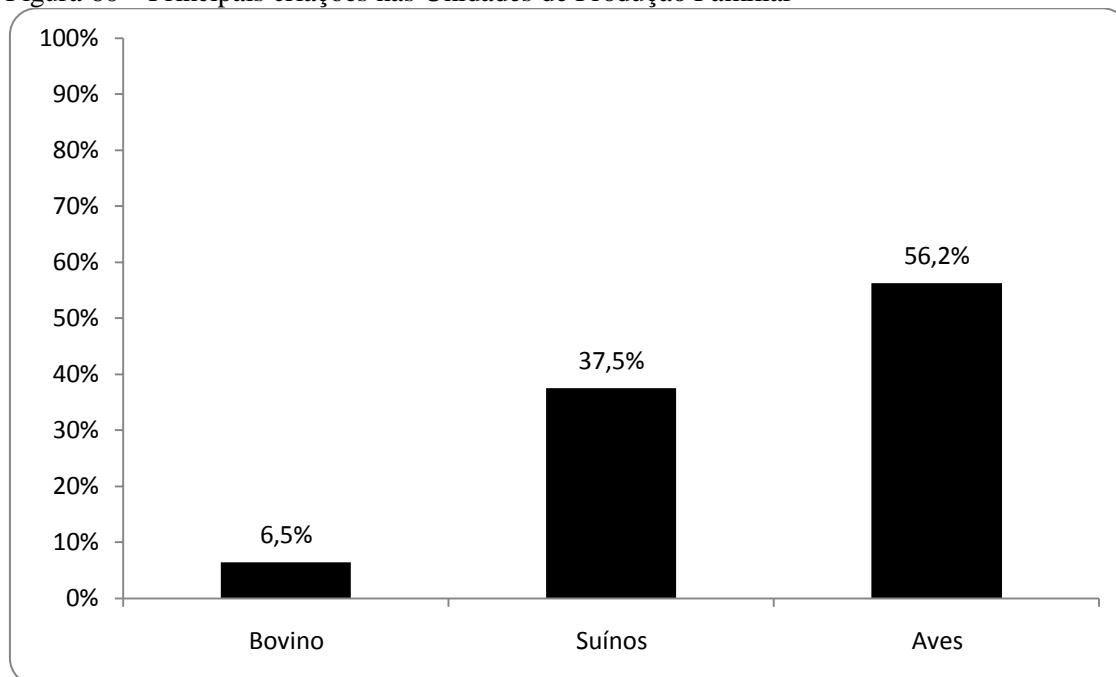
Em quase todas as UPFs foi encontrada alguma espécie de frutíferas, a maioria utilizada apenas para o consumo da família e dos animais, com exceção do maracujá, cultivado em algumas áreas para venda. Algumas frutíferas normalmente requerem cultivos permanentes, pois precisam de um tempo maior para começar a produzir. Assim, a presença dessas espécies comprova que a ocupação de algumas áreas não é recente.

Para o consumo familiar, são produzidos também doces caseiros de frutas, como manga, goiaba, mamão, cajá etc. Esses, em razão da pouca quantidade, não são vendidos e, por isso, não contribuem para a renda familiar.

Nesse sentido, a Figura 60, a seguir, referente à produção animal nas UPFs, destaca a produção de aves, com 56,2%, seguida da produção de suínos, com 37,5%, e a produção de bovinos, com apenas 6,5%, presentes em um pequeno número de unidades produtivas. Os agricultores que tem criação de bovinos em sua UPF, geralmente reservam uma determinada área para a plantação de capim a fim de minimizar a falta de alimentos dos animais.. Porém,

as criações de suínos, frangos e galinha caipira são as mais utilizadas nessas áreas, representando a maior fonte de renda da pecuária de alguns agricultores e compondo o consumo da família.

Figura 60 – Principais criações nas Unidades de Produção Familiar



Fonte: Dados da pesquisa.

A galinha caipira, as farinhas de mandioca, as frutas e as hortaliças, de acordo com Maluf (2004), são bens típicos dos circuitos regionais. Para o autor, na maioria das vezes esses produtos são expressões de diversidade da agricultura familiar.

A produção de aves é para postura e corte; a produção suína é para corte, com a venda de carne e banha; e a produção bovina apenas para produção de leite para consumo da família. Os galinheiros e os chiqueiros para criação de porcos e aves são construídos de forma rústica, utilizando material descartado, conforme se observa nas Figuras 61 e 62.

Figura 61 – Galinheiro na Faixa da União

Figura 62 – Chiqueiro na Faixa da União



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014



Fonte: Trabalho de Campo em janeiro de 2014.

Os ovos, juntamente com as aves e os suínos, em sua maioria, já abatidos, são comercializados. A presença de bovinos está em apenas duas UPFs. Nessas duas unidades produtivas, a presença de bovinos é voltada para a produção de leite apenas para consumo da família. Não há bovinocultura de corte. Pela falta de geladeira em razão da ausência de energia, na maioria das UPFs, a carne suína, depois de frita, é armazenada pela família em latas com gordura, remetendo a uma agropecuária e modo de vida tradicional.

Além de geração de renda, produção de alimentos e ocupação, essas áreas cumprem também uma função importante em relação à saúde, dado o cultivo de plantas com valor medicinal. Fabrini (2007) menciona que existe a relação íntima entre os camponeses e a natureza.

Uma relação particular com a natureza [...] é verificada entre os camponeses no conhecimento que possui sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e sementeira feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. Isso indica relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica (FABRINI, 2007, p. 26).

A composição da farmácia doméstica desses agricultores é variada (Tabela 18) e justificada pelo conhecimento, repassado de forma oral, dos vegetais utilizados. Se no processo de migração é impossível levar toda a benfeitoria, não é impossível levar as mudas das plantas medicinais que são incorporadas a novos espaços de cultivo. A grande maioria das plantas medicinais é de fácil cultivo e, por isso, são cultivadas nas proximidades das residências, nos quintais e nas hortas.

Tabela 18 – Plantas medicinais cultivadas nas Unidades de Produção Familiar

Nome Popular	Nome Científico
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.
Alevante, Vick	<i>Mentha spicata</i> L.
Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.
Alfavacão	<i>Ocimum gratissimum</i> L.
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>
Alfazema	<i>Lavandula officinalis</i> Chaix & Kitt
Amica	<i>Arnica montana</i> L.
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.
Babosa,	<i>Aloe Vera</i> (L.) Burm. f.
Boldo-da-terra	<i>Coleus barbatus</i> ou <i>Plectranthus barbatus</i>
Caferana, boldo-goiano	<i>Vernonia condensata</i> Baker
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L.
Cana de açúcar	<i>Saccharum officinarum</i> L.
Canela	<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Breyn.
Capim limão, citronela	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf.
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> L.
Confrei	<i>Symphytum officinale</i> L.
Erva-Cidreira, erva-cidreira de folha	<i>Melissa officinalis</i> L.
Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i> L.
Fedegoso	<i>Senna occidentalis</i> L.
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe
Gervão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) M. Vahl
Guaco	<i>Mikania smilacina</i> DC
Hortelã grande, hortelã grosso	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.
Hortelã, Hortelanzinho	<i>Mentha piperita</i> L.
Losna	<i>Artemisia absinthium</i> L.
Manjerição	<i>Ocimum basilicum</i> L.
Mastruz, erva de Sta. Maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.
Mentraso, erva-de-são-joão	<i>Ageratum conyzoides</i> L.
Pueijo	<i>Mentha pulegium</i> L.
Sálvia	<i>Salvia Officinalis</i> L.
Sabugueiro	<i>Sambucus nigra</i> L.
Tanchagem, tançagem	<i>Plantago major</i> L.

Fonte: Dados da pesquisa.

Geralmente, são utilizadas as diversas partes da planta (caule, casca, folhas etc.) de diferentes modos (chás, inalação, in natura, maceração etc.), com uso interno e externo e para diferentes indicações. Além das plantas cultivadas para fins medicinais, na medicina tradicional dos agricultores são utilizadas também as frutíferas (espontâneas ou cultivadas), dentre elas a acerola, o abacateiro, o algodoeiro, a amoreira, o buriti, o cajueiro, a laranjeira, o limoeiro, a graviola, o maracujá, o mamoeiro, pequi; e até mesmo hortaliças, como a couve.

É preciso destacar que a organização produtiva centrada no trabalho familiar e ausência de máquinas exige que o camponês tenha o conhecimento de atividades no meio rural do saber fazer, muitas vezes “milenarmente acumulado coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não devem ser desprezados em nome da modernidade,

progresso e conhecimento científico” (FABRINI, 2007, p. 26). Este conhecimento do espaço, das plantas, do processo produtivo e do meio em que estão inseridos, contribui para a sua permanência nestes espaços marginais, mesmo com todos os problemas enfrentados.

7.2 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NA REPRODUÇÃO CAMPONESA

A presença destes agricultores, mesmo marginalizados, vai contra o paradigma que afirma que a intensificação das atividades industriais como principal atividade econômica do sistema capitalista levaria ao fim das formas de produção familiar no campo. Porém, de acordo com Silva e Marafon,

[...] a sua principal característica, que é o trabalho realizado em família no abastecimento de alimentos, sobretudo para o mercado interno, persistiu se adequando aos diferentes interesses do sistema capitalista e (re)criando estratégias de sobrevivência e aumento de renda familiar (2007, p. 3).

Assim, embora com toda a vulnerabilidade socioeconômica em que estão inseridos, esses sujeitos mostram uma capacidade de resistir e de resiliência, assumindo papel importante na ocupação desses espaços, antes vazios demográficos, mesmo em território de real domínio do agronegócio brasileiro. Aqui, utiliza-se o conceito de resiliência de Lemos (2015), que é a sua capacidade de se recuperar, ou seja, a capacidade que um sistema possui de absorver impactos externos e se reorganizar. Nesse caso, essa própria resiliência reduz a sua situação de vulnerabilidade, mesmo considerando que essa vulnerabilidade socioeconômica apresenta índices elevados – sem a intenção de classificar numericamente. Sua vulnerabilidade, consiste, sobretudo na sua exclusão das políticas públicas de desenvolvimento rural e conseqüentemente da cadeia produtiva local, pois vivenciam a marginalização pelo Estado a partir da exclusão das políticas públicas.

Shanin aponta que

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no encontro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (2008, p. 25-26).

Os pequenos agricultores, que ocupam as áreas da União, buscam reafirmar as suas estratégias de sobrevivência e se organizam a partir de sua própria lógica de reprodução do seu modo de vida, não estando organizados a partir da lógica do capital. Sua dinâmica de

reprodução envolve várias estratégias, de subordinação e de resistência, a partir da utilização da terra para moradia e trabalho. A própria ocupação dessas áreas se caracteriza como estratégia dos agricultores de se reproduzirem socialmente. Todavia, para garantir a condição de agricultores familiares, mesmo sem terras, precisam encontrar outras estratégias a partir da ocupação dessas faixas, desempenhando um papel ativo na construção de suas estratégias de resistências a fim de retomarem a sua autonomia produtiva.

Para Oliveira (2007), a autonomia camponesa é relativa e, por isso, não é total, pois ocorre tanto na forma e organização do trabalho quanto no controle dos meios de produção – fundamentais para a criação e recriação camponesa. Fabrini (2007) destaca que, entre os camponeses, verificam-se relações forjadas no território que são erguidas como resistência frente à dominação do capitalismo. Dentre essas relações, estão: “a produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo” (FABRINI, 2007, P. 09). Ainda, para o autor,

Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2007, p. 9).

Ao contrário do que ocorre na produção em escala do agronegócio, mesmo subordinados, os camponeses têm as suas relações marcadas por certa autonomia e controle do processo produtivo. Os agricultores citaram diversas dificuldades encontradas por eles na ocupação e produção nas faixas de domínios da União, dentre elas a comercialização dos produtos, o transporte, a falta de energia e a falta de água. As estratégias encontradas por eles minimizam um pouco a situação de precariedade social. No geral, pelas restrições financeiras, esses agricultores têm encontrado grandes dificuldades em um contexto socioprodutivo em que o uso intenso de máquinas e implementos, fertilizantes químicos sintéticos e insumos cada vez mais industriais foi disseminado como essencial para a produção agropecuária e de alimentos.

Apesar do trabalho pesado no campo, nenhum dos entrevistados mostrou desejo de abandonar o espaço rural. Todos os agricultores afirmaram estar em situação melhor do que antes de ocuparem as áreas de domínio da União, não recordando de forma positiva da vida que levavam na cidade. Um dos principais elementos de melhoria observado nas respostas dos

agricultores é a questão da alimentação, conforme dito por um dos agricultores. Isso se deve, muitas vezes, por certa autonomia produtiva adquirida.

Eu acho melhor porque em termos de você ficar mais à vontade. O que eu decido não tem que esperar por outro. Se eu falar: “eu vou plantar isso agora”, eu vou plantar. Então, pra mim está sendo melhor porque eu gosto desta área de plantio. E ser dono do próprio nariz mesmo (Agricultor 1, fevereiro de 2016).

Acho importante que eu gosto daqui. Nem na cidade eu vou. Quando vou fico louco pra voltar. Vou só quando preciso. Quando não precisa nem vou. Fui nascido e criado na roça. Cidade pra mim só por precisão (Agricultor 5, março de 2016).

Aqui quando não tem uma mistura eu vou no córrego, na lagoa e pego um peixinho, ou vou na lavoura e pego uma verdura (Agricultor 6, setembro de 2015).

O trabalho acessório, a pluriatividade, a ocupação de áreas baixas e a comercialização em circuitos curtos de comercialização são estratégias encontradas, que buscam o aumento da renda familiar e que remetem a certo grau de autonomia das famílias. A produção desses agricultores está ligada à combinação de atividades, sejam agrícolas e não agrícolas. Porém, as atividades não agrícolas, apesar de serem uma importante estratégia da agricultura familiar, ainda são pouco exploradas por esses agricultores.

O tamanho da terra não é suficiente para atender às necessidades básicas da família e, por isso, para se manter nessas áreas as famílias precisam combinar o trabalho agrícola com atividades não agrícolas. Assim, verifica-se que as residências, além de serem espaços de socialização da família e local de consumo, são também espaços de produção, pois, além dos afazeres domésticos, é ali que é praticada a pluriatividade com a produção de crochês, por exemplo.

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

A pequena diversificação dos cultivos e da produção faz com que a família tenha uma menor dependência da produção externa e, ao mesmo tempo, uma segurança maior quanto à venda da sua produção, oferecendo melhores meios de renda. A adoção do sistema produtivo da combinação policultivo-pecuária, combinando pequenos roçados e criação de animais de pequeno porte, fomenta uma maior diversificação de produtos alimentares nessas áreas. Assim, as famílias tendem a comprar menos alimentos no mercado, ficando menos dependentes da produção externa à unidade produtiva e gerando maior renda monetária. Uma

estratégia que faz parte da organização do território camponês e que possibilita a sua reprodução.

A maioria dos agricultores entrevistados no momento ocupava apenas a condição de agricultor, com exceção de um agricultor que trabalhava como guarda noturno na cidade e, por isso, a atividade agrícola não era considerada atividade principal. Porém, nas duas UPFs onde a entrevista foi feita com as mulheres, os homens estavam prestando algum serviço em fazendas próximas. Os demais não tinham vínculo empregatício com nenhum órgão, instituição ou empresa, constituindo agricultores em tempo integral. Isso mostra que o trabalho sazonal nas propriedades rurais, por meio dos serviços de empreita, é praticado também por esses agricultores. Utilizam o trabalho fora da propriedade, geralmente que requer baixa qualificação, para aumentarem a renda da família como uma estratégia de reprodução social.

O trabalho acessório, fora da unidade produtiva, é muito mais que um meio de assalariamento. É entendido como uma estratégia camponesa de fortalecimento sem se caracterizar um capitalista, pois, nesse processo, não existe a exploração ou acúmulo de capital (CHAYANOV, 1985). Geralmente, essa forma de trabalho acessório ocorre em momentos nos quais os membros da família ficariam ociosos em suas unidades de produção e por ser uma forma de trabalho rentável a esses agricultores, contribuindo, dessa forma, na garantia do equilíbrio interno e a recriação familiar.

Todavia, para esses agricultores que sempre tiveram no trabalho acessório um meio de elevar a renda familiar diminuiu essa possibilidade em função da idade e da falta de qualificação para os serviços mecanizados nas grandes propriedades. Isso contribuiu para a queda da participação do trabalho acessório na composição de renda familiar. Assim, para esses agricultores, as saídas temporárias dessas UPFs cada vez mais são reduzidas, aumentando as dificuldades em manter-se nestas áreas. Conforme Ferreira e Ortega (2006), a demanda de trabalho temporário tem diminuído de forma significativa nos últimos anos em razão da forte mecanização das áreas rurais.

Chayanov (1985) observa que a ocupação camponesa no mercado de trabalho não significava a desagregação campesina, mas uma estratégia de continuidade da condição camponesa, uma vez que tal relação tinha por base a reprodução da vida e não a lógica de reprodução e acumulação burguesa. Assim como a relação com o trabalho, a relação com o mercado também não representava um caminho para o fim do campesinato, mas sim outra estratégia de reprodução, mesmo os preços estabelecidos pelo mercado – o que não ameaça a

autonomia produtiva. Assim, para ele, a proximidade dos camponeses com o mercado e com as relações de trabalho assalariado não era um fim da condição camponesa, mas um meio para ela continuar se reproduzindo.

Quando conseguem desenvolver alguma atividade nas grandes propriedades da região, são através de acordos verbais, sem o trabalho com carteira assinada e por curtos períodos. Uma das estratégias dos pequenos agricultores familiares é a utilização da produção das grandes propriedades para alimentar sua produção pecuária, especificamente o milho – importante produto para a alimentação animal –, o que se dá pelo fato de que, nas grandes propriedades da região, a colheita da produção é realizada mecanicamente (Figura 63). Isso faz com que ocorram grandes perdas de espigas na plataforma. Desse modo, os grandes agricultores fazem uso do trabalho dos agricultores familiares para fazer a coleta das espigas no solo, a fim de diminuir as perdas da colheita antes de o gado entrar na área colhida (Figura 64).

Figura 63 – Área com produção de milho



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2015.

Figura 64 – Gado na Área colhida de milho



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2015.

Tal relação dá-se com o aval dos grandes produtores, ou seja, os agricultores familiares fazem a coleta do milho, ficando com todo o produto coletado; ou, ainda, os agricultores familiares fazem a coleta das espigas e entregam parte dessas aos grandes proprietários, apropriando-se da outra parte. A coleta de milho é fundamental para a UPF, pois, em geral, é utilizada toda na alimentação pecuária, e vendida a sobra.

O aumento de área e da produção de milho nesses municípios, resultado da intensificação do capital no campo a partir da modernização da agricultura brasileira, de modo contraditório, favorece as pequenas UPFs instaladas à beira das rodovias. O aumento da produção no período denominado de safrinha nas grandes propriedades, por exemplo, favorece ainda mais esses produtores familiares, que passaram a ter um volume maior de

alimentação animal a partir dessa relação. Essa prática é uma forma de possibilitar a reprodução social desses agricultores nestas áreas.

Trata-se, no entanto, de um trabalho acessório de diarista, realizado a partir da troca em produto e não em espécie, uma espécie de escambo. O trabalho acessório de diarista é mais viável ao camponês, pois ali são realizadas tarefas por empreitada, diferente do trabalho permanente, que o distanciam do trabalho familiar e da sua terra. Admitem o trabalho acessório, uma vez que esse não nega a sua condição camponesa. Muitos “não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário” (SANTOS, 1978, p. 39).

Essa forma de trabalho também ocorre em razão da reprodução do tempo camponês. Por não ser uma atividade regulada pelo horário comercial urbano-industrial, o camponês emprega sua mão de obra na atividade de acordo com seu tempo. O trabalho, em sua maior parte, é realizado do nascer do sol até o horário do almoço. Isso porque grande parte desses agricultores já é envelhecida e não se submete ao trabalho sob sol escaldante, evitando, assim, que esse se torne um trabalho exaustivo e degradante.

Nesse caso, assim como constatado por Santos (1978, p. 39), “o trabalho acessório significa para o camponês uma combinação técnica e econômica de otimização do uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria parcialmente ociosa se este não ocorresse”, tendo em vista que a área que eles ocupam é restrita a pequenas faixas de terras e, se a composição familiar for grande, essa será ociosa. Assim, no período que requer o trabalho dentro das UPFs, a mão de obra não é liberada para as grandes propriedades, estando impedida de desempenhar algum trabalho acessório.

O trabalho acessório praticado por esses agricultores não os descaracteriza da condição de agricultores familiares. De acordo com Santos (1978), frequentemente, os rendimentos agrícolas dos camponeses são negativos. Sendo negativos, são insuficientes. Assim, necessitam se transformar em trabalhadores assalariados, contudo apenas temporariamente, para complementarem a renda e compensarem os rendimentos negativos do trabalho agrícola.

Ao mesmo tempo em que esse trabalho garante uma renda para a família, além de sua produção agrícola, ele se insere na relação contraditória do capital, quando esse se apropria do trabalho camponês. Nesse sentido, conforme Souza,

[...] o eixo central que norteia a discussão é o da reprodução camponesa, na sociedade capitalista, enquanto uma contradição deste modo de produção, que, por sua vez, se apropria do trabalho camponês, a fim de garantir, e mesmo ampliar, a produção e a reprodução do capital (2008, p. 65).

Dessa forma, além de produzirem para a sua sobrevivência, esses camponeses produzem também para o benefício de quem os subordina. Assim, mesmo caracterizada por outra lógica que não a da produção capitalista, a produção camponesa favorece a acumulação capitalista dos outros setores, ao passo que os capitalistas se apropriam direta e indiretamente da renda excedente gerada. Assim, o território traz consigo as próprias contradições do seu uso, a partir dos elementos que o compõem, sejam de produção, circulação, social ou cultural. Ele se realiza no espaço mediado pelas relações sociais dos atores que o compõem.

A permanência desses agricultores é recriada, em muitos casos, a partir dos seus deslocamentos nas extensas faixas de terras à beira da rodovia. Essas faixas de terras se configuram como espaço de produção, moradia, trabalho e, sobretudo, um espaço da vida. O controle da terra passa pela posse irregular das áreas à beira da rodovia, representando certo controle dos meios de produção – terra –, a partir do momento em que não há registro de nenhum processo de retirada de população dessas áreas pelo DNIT. Os agricultores entrevistados na presente pesquisa afirmaram estar cientes de que ocupam uma área irregular, de domínio do Governo Federal. Também afirmaram não haver nenhum conflito com o DNIT – órgão responsável pela fiscalização das faixas de domínio da União.

Para Fernandes (2008, p. 2), apesar de a questão agrária no Brasil estar sempre ligada aos conflitos por terra, não se pode analisá-la somente nesse âmbito, pois esses conflitos são territoriais e “não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado [...] o enfrentamento é um momento do conflito”.

Fruto da constituição de espaços e sociedade contraditórios, o território desse tipo de agricultura está em constante conflito, mas que nesta conflitualidade é criado um conjunto de estratégias de resistência. A sua presença nesse espaço contesta o modelo de agricultura imposto pelo agronegócio como único caminho de desenvolvimento para o campo brasileiro.

No processo de ocupação dessas áreas, existe um conflito, já que a própria ocupação da terra é conflituosa por fazer parte de uma questão maior: a questão agrária. Fernandes compreende que

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas,

às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo - cidade, à qualidade de vida e dignidade humana (2008, p. 11).

A permanência desses agricultores é resultado das estratégias de resistência frente à avidez do agronegócio. Sobre a resistência camponesa, Fabrini conclui que

O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território (2007, p. 30).

Assim, Fernandes (2008, p. 11) aponta que o conflito não é ocasionado unilateralmente e não é iniciado na ocupação da terra nem nela terminado. Nela, ocorre o desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O início do conflito se dá “pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 8). No caso dessas ocupações, o que não existe é o enfrentamento entre os camponeses ocupantes dessas áreas e os grandes proprietários de terras, ou com o DNIT. Mesmo sem conflito com o DNIT, existe um perigo acarretado pela ocupação dessa área específica, considerando que essa rodovia é uma das que têm mais fluxos de veículos na região e um grande número de acidentes. Há também disputas de áreas nobres, para que o grande produtor utilize maquinários sem obstáculos, por exemplo, ou pela disponibilidade de água que os pequenos agricultores utilizam em suas irrigações.

O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo permite que as relações camponesas se reproduzam. Fernandes (2008) aponta que, enquanto no interior de suas relações o capital provoca a recriação do campesinato, como, por exemplo, o arrendamento e a relação de compra e venda de terras, o campesinato ocupa terras e reivindica a desapropriação, como uma interrupção com a relação dominante. Essa relação não supera a subordinação, pois, após conquistar a terra, os novos camponeses, por meio da sujeição da renda da terra, são dominados pelos capitalistas. Essa é uma relação de dominação e resistência permanentes, que compõem a questão agrária e geram conflitualidade.

7.3 A COMPOSIÇÃO DA RENDA NA SOBREVIVÊNCIA DOS SUJEITOS DAS ÁREAS LINDEIRAS

A renda é um importante elemento na definição das UPFs e para a sobrevivência dos sujeitos que ocupam as áreas lindeiras. Em 2006, ela foi um dos principais parâmetros

utilizados pelo IBGE (2009) no Censo Demográfico para definição do que seria considerada agricultura familiar, pois, se naquele ano “o rendimento total do empreendimento foi menor que o quantitativo dos salários obtidos em atividades fora do estabelecimento, então o estabelecimento agropecuário não foi considerado de agricultura familiar”.

A partir do depoimento dos camponeses, verifica-se que existe uma relativa desigualdade na geração de renda a partir da ocupação dessas áreas. Tal fato não depende de um único fator, mas de um conjunto de fatores, passando pela produção, diversificação, tamanho da mão de obra familiar, instrumentos utilizados, relação estabelecida pelo trabalho acessório e relação de comercialização estabelecida, se direta com consumidor ou com a presença de atravessadores.

Pelos depoimentos dos agricultores, somente os valores obtidos com a venda do excedente da agropecuária não são suficientes para suprir as necessidades de parte das famílias nas UPFs, sendo necessários complementar com outra renda. Nem todos os entrevistados conseguem obter renda a partir da comercialização dos produtos nas UPFs. Os que conseguem obter renda, na maioria dos casos, o fazem pela venda direta nas feiras e com a comercialização de produtos na própria Unidade de Produção – encomendas, vizinhos e mercearia.

Quanto às fontes de renda das famílias, os dados mostram que as origens dessas principais fontes de renda são variadas, compostas de:

- a) produção e comercialização agrícola nas unidades agropecuárias de produção;
- b) aposentadorias;
- c) rendimentos do trabalho acessório que pode ser realizado pelos próprios agricultores em tempo parcial ou por um filho (ou mais) que reside e trabalha na cidade, mas que ajuda na composição da renda desses agricultores; e
- d) atividades não agrícolas (pluriatividade), que desponta como uma das mais importantes, pois favorece a manutenção da UPF.

Em alguns casos, os filhos que residem e trabalham na cidade ajudam na complementação da renda familiar. Geralmente, eles ajudam não somente com dinheiro, mas com produtos alimentares que não são produzidos nas UPFs. Além da ajuda com dinheiro ou produtos, alguns agricultores recebem ajuda nas atividades agropecuárias em algumas épocas.

Os filhos desses agricultores que estão nas cidades desenvolvem as mais diversas atividades, sobretudo no setor secundário, nas agroindústrias e no setor de serviços, empregando-se no comércio local. Todavia, existem filhos de agricultores que são professores

e nutricionistas. Alguns desses, mesmo nas cidades, não se sentem estimulados a investir nestas UPFs, por não vê-las como um bem para a família, já que a área pertence ao governo. Assim, não as veem como um bem da família e por isso não poderá ter direito como herança. Os pais, também, não veem essas faixas como herança familiar que pode ser passada para os descendentes ao longo do tempo, diferentemente dos agricultores familiares que têm a posse ou propriedade da terra e que tradicionalmente veem a terra como herança a ser repassada para os filhos sucessores.

Apesar da alta média de idade dos agricultores que ocupam essas faixas, existem apenas dois agricultores aposentados. Mesmo com idades que lhes garantiriam a aposentadoria rural – 60 anos se homem, ou 55 anos se mulher –, muitos agricultores afirmaram enfrentar diversos problemas, não possuindo, por isso, o benefício da aposentadoria, mesmo tendo comprovado o exercício da atividade rural⁵³.

Os aposentados que estão na faixa de domínio da União geralmente empregam o dinheiro obtidos da aposentadoria na unidade produtiva, fazendo dessa, a principal receita monetária, que assegura o suprimento das necessidades familiares e ainda garante um investimento no sistema de produção. Esses consideram tal questão uma garantia, pois, caso a produção agropecuária não seja satisfatória, a aposentadoria é suficiente ao menos para a compra de alimentos. Assim, a aposentadoria contribui notadamente para a composição da renda desses agricultores, sendo-lhes uma segurança. Esses, mesmo recebendo o benefício, continuam produzindo nas propriedades.

Algumas atividades não agrícolas são desenvolvidas pelos agricultores, como o artesanato, a produção de vassoura e a confecção de crochês e tapetes, mostrando a face da pluriatividade mesmo nessas pequenas faixas de terras para complementação da renda. Percebe-se que outras atividades são mais desenvolvidas nessas unidades de produção quando a renda obtida com a produção agrícola não é suficiente para compor uma renda mínima familiar. Para Carneiro, as diferentes atividades podem dinamizar a unidade produtiva.

[...] as atividades não agrícolas podem exercer o importante papel de dinamizar unidades produtivas anteriormente consideradas “marginais”, viabilizando uma rentabilidade maior da produção agrícola. É o caso de agricultores que conjugam produção e transformação do produto bruto em produto mais valorizado (CARNEIRO, 1996, n. p.).

⁵³ Segundo o art. 142 da Lei n. 8.213/1991, para a concessão desse benefício, além da idade, o trabalhador rural deve comprovar o exercício da atividade rural pelo período mínimo de 180 meses, ainda que descontínuo.

Ser pluriativo dentro das unidades produtivas familiares não pressupõe o “abandono da agricultura e do meio rural [...] expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar” (WANDERLEY, 2001, p. 37). Do mesmo modo é entendido por Schneider (2001, p. 16) quando afirma que “a busca de um trabalho não agrícola não implica necessariamente um rompimento com as atividades propriamente agrícolas ou, pelo menos, com determinadas tarefas da propriedade”. Assim, aparece como uma estratégia de garantir o aumento da renda, a diversificação e o emprego do tempo que, em alguns casos, ficaria ocioso se somente as atividades agropecuárias fossem desenvolvidas dentro das propriedades. Conforme as outras atividades, elas também podem garantir a redução de aquisição de insumos e produtos fora das propriedades.

Muito além de ser uma estratégia “de reprodução social, a pluriatividade contribui de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais” (SCHNEIDER, 2009, p. 7). Para Maluf (2004), grande parte das UPFs agrícolas é pluriativa. Conforme esse autor, por muitas vezes, as rendas não agrícolas formam uma fonte precária de renda procedente “de ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração, associadas a uma atividade agrícola fragilizada” (MALUF, 2004, p. 302). Ou seja, as atividades não agrícolas podem sinalizar a precarização desse segmento, a partir da não suficiência das atividades agrícolas desenvolvidas dentro das unidades familiares rurais. Dessa forma, a pluriatividade se mostra como uma estratégia de geração de renda e, por isso, de sobrevivência.

Com a pluriatividade, aposentadorias e a ajuda dos membros da família que residem nas cidades, os agricultores dependem um pouco menos da produção agrícola e mais de fontes de renda externas. Percebe-se, portanto, que, mesmo baixa, a renda agrícola é fundamental para as famílias, pois, em muitas UPFs, a principal fonte de renda origina-se da produção agrícola. Ao mesmo tempo que a aposentadoria aparece como uma fonte de renda importante para dar segurança às atividades dentro das unidades de produção, a renda agrícola, mesmo que não seja a principal fonte de renda da família na UPF, motiva e aumenta a expectativa do agricultor a continuar na ocupação das faixas de domínio.

Ao serem questionados sobre a renda, os agricultores geralmente pausam a entrevista, pensam um pouco, para depois confienciarem geralmente uma renda imprecisa, utilizando sempre o pronome indefinido uns. Em razão da sazonalidade desses agricultores, foi impossível obter a renda obtida no período de pesquisa.

O salário aqui é o seguinte: [...] depende muito da produção. [...] tem vez que você produz muito. Às vezes, você consegue vender muito. Tem vez que o salário fica bem baixinho. Porque, às vezes, dá muito excesso de mercadoria na rua. Porque, às vezes, a pessoa está plantando a mesma coisa que eu planto. Mas tira assim, uma média de setecentos, oitocentos reais. É mais ou menos um salário (Agricultor 1, em 2016).

Assim como em relação ao tamanho da terra, os dados sobre a renda dos agricultores também demonstram incertezas e imprecisões, dada a dificuldade dos agricultores de estabelecerem a renda obtida com a produção. Ao serem questionados quanto à renda bruta e líquida oriundas do estabelecimento, as respostas variaram entre um e dois salários mínimos, mostrando imprecisão e evidenciando que a renda obtida é relativamente baixa. Houve quem dissesse não retirar nenhuma renda no momento, até aqueles que disseram receber uma renda de pouco mais de R\$ 1.500,00, mas que não sabiam quanto sobrava após a retirada dos custos de produção. Esse valor pode variar de acordo com o que é produzido nas unidades de produção, de acordo com as oscilações sazonais.

Silva e Marafon (2007, p. 5) destacam que, na exploração familiar, as relações de trabalho “não envolvem uma renda fixa mensal (salário) para cada membro da família que trabalha na propriedade, e sim trabalho em conjunto (familiar), visando a aquisição de uma única renda através do produto final”, que, por sua vez, reproduzirá os valores sociais da família e suprirá as necessidades básicas de sobrevivência familiar. Porém, mesmo essas rendas em conjunto apresentam imprecisão por não serem fixas e serem de acordo com a produção do mês ou o que se tem pra vender na semana.

É evidente a inexistência de dados contábeis, estando ausente um controle de gastos e receitas. Por exemplo, um dos agricultores que vende hortaliças nas feiras em Jataí afirmou que, ao mesmo tempo em que na época das chuvas não é propícia a produção de hortaliças, ocorrendo uma baixa produção, na época da seca há uma grande produção, sendo um período mais propício. Isso faz com que outros produtores também aumentem a sua produção e que chegue às feiras uma grande quantidade de produtos, o que não favorece o rendimento. Nesse sentido, segundo o relato de um dos partícipes da presente pesquisa,

Agora poucos dias tinha muita alface aí, nós cortamos meio caminhão de alface que perdeu [...] Tem muito produtores de alface, então, quando chega na época da seca, todos têm ela pra vender (Agricultor 1, fevereiro de 2016).

Desse modo, o que é contabilizado de forma exata são apenas os rendimentos fixos, como aposentadorias, pois a produção gera renda, mas, muitas vezes, essa não é

contabilizada. Aqueles com uma maior ligação com os mercados têm mais ideia da quantidade produzida, o que transparece no relato de um dos entrevistados:

Aqui tem vez de mim (sic.) plantar vinte mil pés de alface (Agricultor 1, fevereiro de 2016).

Com tantos problemas enfrentados, muitas vezes, esses agricultores compõem um grupo de “agricultores familiares em situação de insegurança alimentar, sem acesso à assistência técnica; sem documentação; habitando locais distantes ou isolados da atuação do poder público; com baixas condições para gerar excedentes” (MENDONÇA et al., 2015, p. 50).

Nessas unidades em que a renda conseguida da pequena produção não é suficiente para a compra de bens alimentares básicos que não são produzidos pelas famílias, geralmente esses agricultores estão assentados em áreas de solos frágeis, inférteis e distantes dos cursos-d'água, ou sem acesso à água suficiente para irrigar a sua produção. Isso faz com que suas plantações tenham baixa produtividade e que os agricultores vivam em alto grau de vulnerabilidade.

Ao serem excluídos das políticas públicas para a agricultura familiar, esses agricultores também são excluídos da perspectiva da produção alimentar, considerando a importância das políticas públicas para a garantia da segurança alimentar familiar, pois essas contribuem para inserir os agricultores nas cadeias agroalimentares pelas ações de fomento à produção de alimentos.

Grande parte desses agricultores tem se mantido nos limites básicos da sobrevivência, buscando reterritorializar-se nos únicos espaços rurais que lhe restam a fim de garantir a sua autonomia e emancipação. Mesmo em número pequeno alguns, ao não conseguirem mais sobreviver nas estreitas faixas de terra, voltam para as cidades. A impossibilidade de alguns agricultores se sustentarem nessas faixas – bem como os problemas enfrentados por esses agricultores – é evidenciada nas UPFs abandonadas à beira da rodovia.

Ainda que com uma produção diversificada e destinada a suprir suas próprias necessidades, existem produtos alimentares que não são produzidos pelas famílias e, assim, essas precisam se deslocar aos mercados para adquirir. Entretanto, para que a produção agropecuária desses agricultores gere renda, eles precisam, além de produzir, disponibilizar essa produção no mercado.

7.4 AUTOCONSUMO, AS RELAÇÕES COM A GRANDE PRODUÇÃO E OS

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Apesar de ter vários produtos que podem ser comercializados, em termos de qualidade e quantidade, o consumo familiar geralmente vem em primeiro lugar, prezando, principalmente, pela soberania alimentar da família. Porém, eles não se recusam a produzir além da satisfação de suas necessidades básicas, mesmo que a subsistência familiar e a diversificação das atividades continuem objetivos constantemente renovados (WANDERLEY, 2013).

Plantar e colher o alimento, mesmo pouco, é motivo de satisfação para os produtores, e esses se sentem realizados ao verem que o processo de trabalho foi compensado, nem sempre com uma remuneração, mas com o alimento disponível. Ressalta-se que a escolha do que produzir está muito ligada aos hábitos alimentares das famílias.

Para Fernandes e Molina (2005, p. 3), “seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais”. Existe uma menor desigualdade nas áreas onde há uma presença maior de pequenos agricultores, fazendo com que os índices de desigualdades sejam menores e os índices de desenvolvimento maiores.

Mesmo ocupando uma área irregular – em muitos casos com prazo de validade, visto a duplicação de alguns trechos –, esses agricultores, excluídos da própria Reforma Agrária, que deveria os integrar, contribuem para a promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da cidade, visto que os produtos alimentícios (Figuras 65 e 66) por eles gerados também chegam aos mercados locais.

Figura 65 – Produção alimentar, rodovia BR-364, Jataí, GO



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

Figura 66 – Produção alimentar, rodovia BR-364, Mineiros, GO



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

Mesmo com uma produção baixa, percebem-se alguns dos princípios de segurança alimentar colocados por Grisa, Gazolla e Schneider (2010) na maneira e organização produtiva desses agricultores. O primeiro deles está ligado ao acesso aos alimentos: por

produzirem, sobretudo, para o autoconsumo, esses agricultores não têm necessidade de comprar alimentos, exceto aqueles que de fato eles não conseguem produzir. O segundo se refere à qualidade nutricional dos alimentos, uma vez que os agricultores, ao produzirem para o próprio consumo, têm maior preocupação em relação ao uso, quantidade e tipo de insumos para garantir uma qualidade superior aos produtos comprados fora da unidade de produção. Para Grisa, Gazolla e Schneider (2010, p. 74), “os alimentos comprados são percebidos com certa insegurança diante do desconhecimento da origem dos mesmos, das formas de manejo e processamento, dos atributos de qualidade, etc.”.

Ainda de acordo com os mesmos autores, a produção para autoconsumo atende a outro princípio da segurança alimentar que se refere ao fornecimento de alimentos que são coerentes com os hábitos de consumo locais, ou seja, de acordo com os costumes da família nas refeições diárias. Pelo fato de a produção ser principalmente para o autoconsumo, a escolha das espécies cultivadas, em geral, se dá em função da preferência alimentar das famílias. Dessa forma, no cultivo alimentar, sempre o que tem maior peso na escolha é o que a família consumirá e não o que é mais rentável comercialmente. Outro princípio da segurança alimentar que é atendido pela produção nas unidades produtivas aqui analisadas está relacionado à diversidade de alimentos produzidos e consumidos.

Alguns agricultores apresentaram uma situação de extrema vulnerabilidade, não conseguindo com sua produção o suficiente para a alimentação e reprodução social nessas áreas. Foi observado que existe uma simplificação alimentar, ou seja, mesmo com uma produção singular, a dieta desses agricultores em nada se diferencia da dieta das populações que vivem na periferia das cidades, privadas de bens básicos alimentares. Esses agricultores que não conseguem obter uma renda satisfatória estão em situação de insegurança alimentar, com dificuldades no acesso a alimentos básicos, pois não têm uma produção suficiente para a alimentação da família, ou, ainda, com a renda obtida não conseguem adquirir todos os outros produtos que não são produzidos nessas áreas. São dependentes da capacidade de geração de ingresso monetário suficiente para a aquisição desses produtos, já que não há produção suficiente para a subsistência.

Porém, como a principal produção destes agricultores são as hortaliças, que por sua sazonalidade na produção faz com que os preços sofram constantes variações, em alguns períodos - dependendo da safra, do ano e do excesso de produção - há uma queda dos preços, inclusive com valores que não cobrem os custos de produção.

Como na maioria dos lotes não existe uma linearidade quanto à venda dos produtos, esses dados se tornam ainda mais difíceis de serem obtidos. Esses agricultores, exceto no caso das atividades de vendas semanais, como a venda direta na feira, não têm vendas programadas. Assim, a maioria vende o produto quando tem o excedente, que não é periodizado. Vende o frango quando esse está no peso ideal, vende os porcos quando esses já têm um peso que lhe possa render uma determinada quantia etc.

De acordo com Paulino (2008, p. 217), o excedente do camponês é composto, em sua maioria, por alimentos oriundos do trabalho na terra que controla e produzidos com os instrumentos de trabalho que possuem e, “por isso, não há uma dependência vital para com o mercado, ainda que regularmente haja uma relação intensa com este. Enfim, em situações limite, ele poderá sobreviver sem essa mediação”. Ainda para essa autora, o camponês situa-se no mundo através do seu produto. Seu trabalho oculta-se no seu produto. Seu trabalho não aparece como uma relação de trabalho, embora de fato o seja. É uma relação invisível com o mercado de produtos e, por meio dele, com o capital (PAULINO, 2008, p. 217).

Os agricultores que ocupam a faixa de domínio da União não acessam nenhuma política pública diferenciada para a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, políticas importantes para a agricultura familiar, não são e não podem ser acessados por esses agricultores, assim como também estão desprovidos das políticas de ATER. Para esses agricultores, a falta de acompanhamento de serviços de ATER está ligada, sobretudo, à falta de orientações quanto ao manejo adequado da produção e à falta de esclarecimentos sobre o uso de alguns insumos. Para Ribeiro e Dias (2013, p. 90), “os programas de produção e geração de renda para a agricultura familiar se mostram como uma oportunidade às famílias camponesas, [...] de se colocarem no mercado, com garantia da comercialização da sua produção”.

Mesmo com todos os avanços nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, elas ainda continuam sem alcançar um número considerável de pessoas no meio rural. Esses agricultores são privados de infraestrutura, de água e energia, com grandes dificuldades de acesso ao crédito e aos canais de comercialização. A falta de acesso às políticas públicas contribui para que, mesmo com números importantes quanto à produção

alimentar, a desigualdade de rendimentos ainda seja alta. De acordo com Fernandes (2011)⁵⁴, 84% dos agricultores familiares recebem apenas 15% dos recursos do Pronaf, 80% geram renda às vezes insuficiente para a manutenção da família e 20% não geram nenhuma renda. Isso mostra que mesmo na agricultura familiar existe uma concentração de recursos, renda e produção.

De acordo com a o art. 2.º, inc. I, da Resolução BACEN n. 2 191/1995, uma das exigências para ser enquadrado como agricultor familiar, pelo Pronaf, é que o agricultor precisa explorar a parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa de Reforma Agrária ou permissionário de áreas públicas, o que exclui essa população do acesso a este programa.

O Estado, ao negar a esses agricultores o direito às políticas públicas, não contribui para as novas formas de resistência e recriação camponesa nestes espaços. Assim, a realidade dos agricultores familiares que ocupam as áreas de domínio da União é penosa e não reflete os grandes ganhos da agricultura familiar no Brasil nos últimos anos. Alguns agricultores tentam sobreviver sem nenhuma condição econômica nessas faixas de terras.

Quanto à relação com o mercado, ela ocorre não pela acumulação, mas, sobretudo, para garantir a reprodução da família enquanto agricultora. Por isso, mesmo quando parte da produção é destinada ao mercado, sua venda, em primeiro lugar, serve para assegurar a sua reprodução. Verifica-se que 71,4% produzem com excedentes para a comercialização, enquanto 28,6% não têm excedentes e produzem apenas para o autoconsumo. Dentre as UPFs que não produzem excedentes, estão aqueles que possuem outras fontes de renda, como aposentadorias, aluguéis, ou que estão há pouco tempo no local e ainda não se organizaram para produzir excedente. Porém, mesmo não produzindo excedente, produzem para o sustento alimentar da família.

As relações que esses agricultores estabelecem com a grande produção são essenciais para a sua reprodução nessas áreas, seja pela venda desses produtos nas feiras, ou pelo escambo estabelecido pelo trabalho acessório. Nessa relação, coexistem no espaço os empreendimentos modernos, lado a lado com os não modernos, tradicionais, por vezes ineficientes e que, segundo Santos (1979), se correlacionam. Transportando a definição dos dois circuitos superior da economia urbana, para esse espaço agrário regional, é possível definir que esses dois circuitos se complementam no campo, onde esses pequenos agricultores passam a ser os representantes do circuito inferior da economia nesse território.

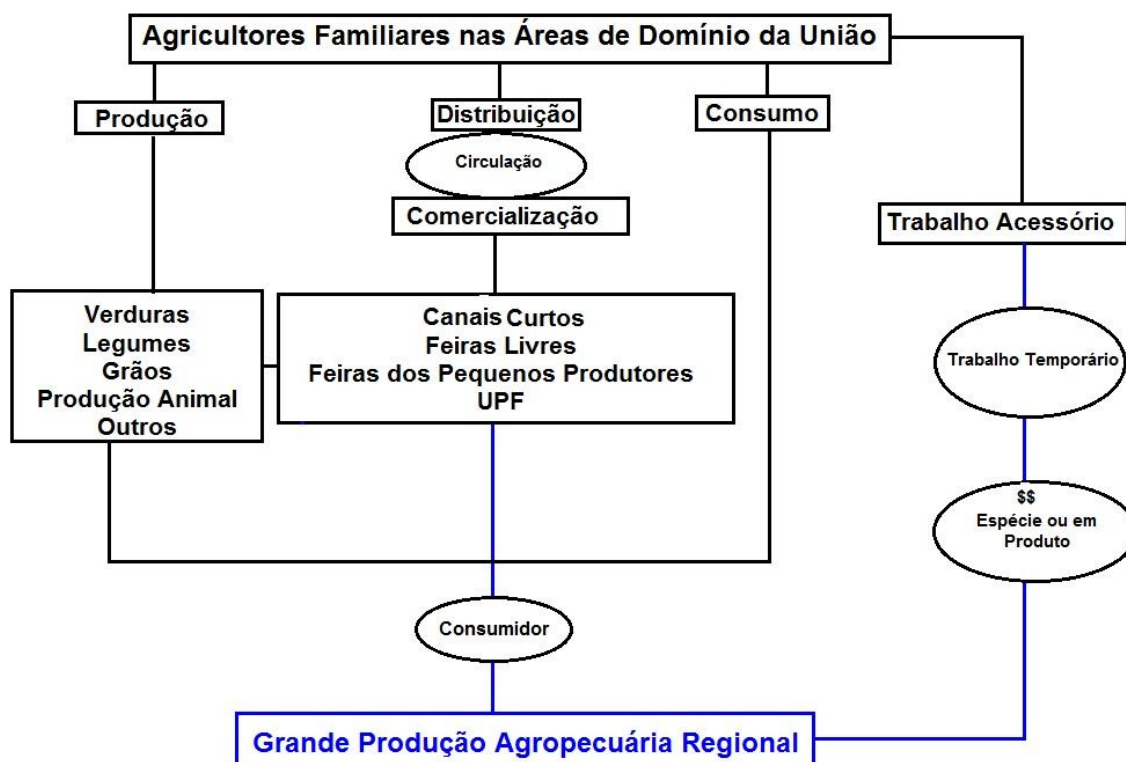
⁵⁴ Em GLASS, Verena. **Agricultura** – Agricultura em família [Editorial]. Desafios do desenvolvimento, v. 66, n. 8, p. 52-61, jul., 2011.

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão é interessado e mantém relações privilegiadas com sua região (SANTOS, 1979, p. 16).

Dessa forma, temos um encontro entre os dois circuitos da economia que se processam no mundo do trabalho nesses territórios: o circuito inferior, vinculado aos agricultores familiares que produzem nessas áreas com tecnologia pouco elaborada, e o circuito superior, que se utiliza de tecnologia de ponta e está vinculado sobremaneira às atividades modernas, ao acúmulo de capital. Essas relações, ao mesmo tempo que favorecem a grande produção, contribuem para a sobrevivência dos atores sociais nesta relação. Considerando que os espaços urbanos e rurais apresentam limites geográficos mais tênues, essa relação se processa também nos espaços agrários.

Conforme a Figura 67, esses agricultores estão inseridos em um circuito subordinado à grande produção agropecuária. Neste circuito, dão-se as relações não capitalistas de produção, em que os agricultores produzem mercadoria – uma produção alimentar que é vendida não para obter lucro, mas sim visando adquirir um ganho que seja suficiente para que eles adquiram os produtos alimentares que não conseguiram produzir dentro da pequena quantidade de terra que estão ocupando. Mesmo assim, nesse circuito de relações não capitalistas, ocorre o ciclo de produção, consumo, circulação do produto e consumo.

Figura 67 – Circuito de produção, distribuição e consumo dos agricultores nas faixas de domínio da União



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse circuito subalterno insere-se no circuito moderno de produção, ou no circuito superior, em que se dão as relações capitalistas de produção que visam ao lucro pelas relações de trabalho e de consumo. Esse circuito superior é parte resultante da modernização do território, beneficiado pelo desenvolvimento das bases técnicas, científicas e informacional e que utilizam o capital intensivo.

Para Santos (1979, p. 33), no “circuito inferior, a tecnologia é o trabalho intensivo e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada”, gerando rendas que, muitas vezes, estão abaixo do que necessitam para sobreviver, e, com isso, a sobrevivência da família vem sempre em primeiro plano. Porém, nas relações de trabalho, os agricultores familiares dependem, em parte, da presença da grande produção, na qual empregam parte do tempo e, por outro lado, sua produção, que ao chegar às feiras locais é acessada também pela família do grande produtor que frequenta esses espaços. Assim, contraditoriamente o circuito superior e inferior são indissociáveis e muitas vezes complementares.

Com relação ao circuito inferior, ele é complementado e abastecido pelo circuito superior, sobretudo na compra do pouco insumo agrícola que utiliza. Ao mesmo tempo,

estabelece uma relação de dependência ao necessitar da relação do trabalho acessório nas grandes propriedades agrícolas.

Pierrri (2010) destaca que os canais de comercialização podem estar vinculados a diferentes níveis de integração e de forma taxonômica. Os canais de comercialização da agricultura familiar podem ser classificados em quatro, sendo:

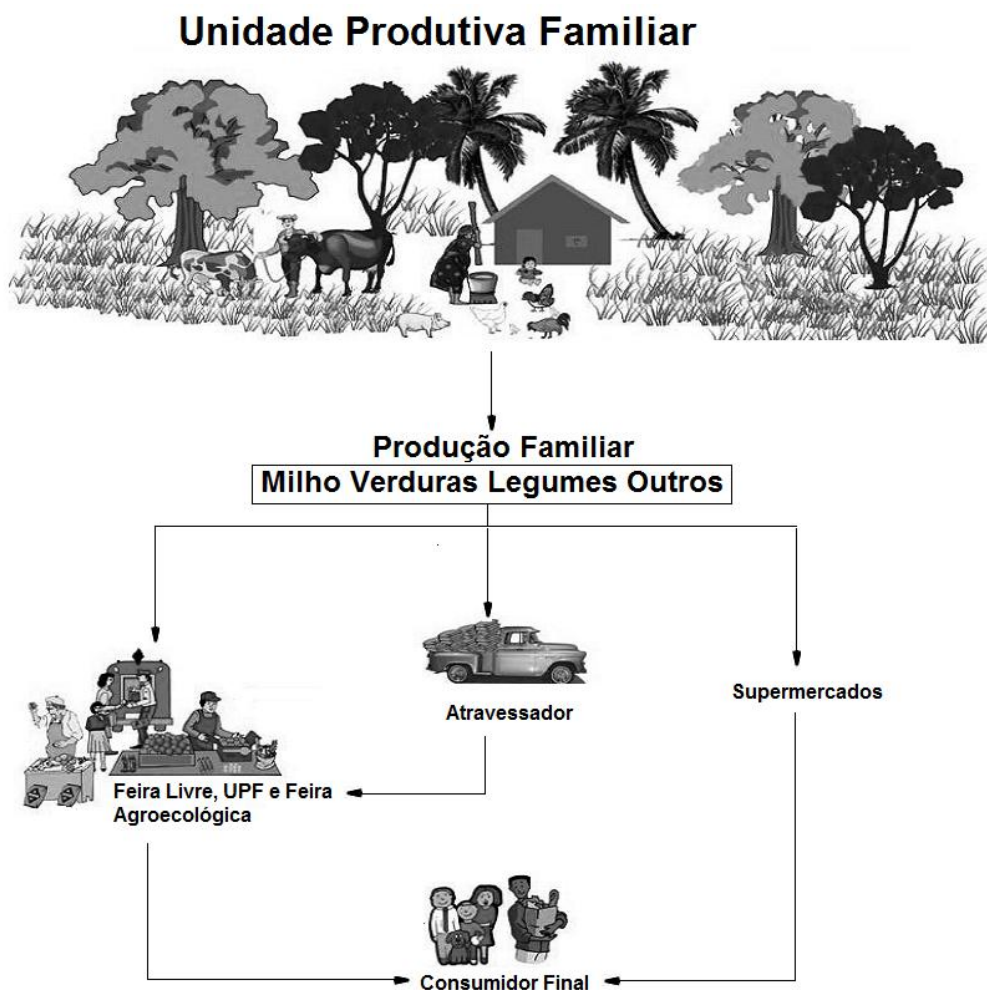
- a) as vendas diretas: operações de entrega direta da mercadoria ao consumidor final pelo produtor, podendo ser as entregas em domicílio, tele-entregas, feiras-livres, feiras especializadas, eventos comerciais promocionais, loja, balcão ou quiosque do produtor, vendas na propriedade;
- b) a integração vertical: venda de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador, como leite, fumo, tomate, suínos e aves;
- c) as vendas para distribuição: compostas de atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação; e
- d) os mercados institucionais, como o PAA, instrumento de política pública que realiza a compra de produtos da Agricultura Familiar e PNAE. Entretanto, segundo o autor, na produção familiar, as formas não monetárias de comercialização dos produtos são fundamentais.

Porém, a garantia dos seus produtos nos mercados é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos camponeses, principalmente quando se considera que tais mercados são dominados pela lógica competitiva capitalista, com a circulação cada vez mais comandando a produção (SILVA; ALMEIDA, 2012).

Este é um dos fatores que tem desestimulado os camponeses, por exemplo, a produzir maiores excedentes das culturas que são básicas para a alimentação do povo brasileiro. É indiscutível que na atual fase do sistema de produção capitalista, pela inserção do capital agroindustrial no campo, na procura do “progresso” e “desenvolvimento” cria novas barreiras para a classe camponesa familiar, justificada tanto pela utilização de modernas tecnologias no uso e ocupação da terra, como também pela subordinação da produção camponesa ao mercado (SILVA; ALMEIDA, 2012, p. 1).

A Figura 68 exemplifica as formas de comercialização da produção dos agricultores da faixa de domínio da União. A venda direta, nos locais de produção e nas feiras locais, é uma das estratégias criada pelos agricultores para transpor as barreiras existentes e contribuir, sobremaneira, para que seus produtos cheguem ao consumidor.

Figura 68 – Formas de comercialização da produção nas Faixas de Domínio da União



Fonte: Adaptado de Santos e Mitja (2011).

Assim, a ausência de uma intermediação do Estado para possibilitar a esses agricultores a venda dos produtos através da comercialização institucional ou até mesmo a venda direta ao consumidor diminui o poder de preço dos produtos. Maluf (2004) afirma que as estratégias de inserção nos mercados dependem da disponibilidade de recursos no interior das UPFs, implicando combinações para a garantia da renda. Essas combinações passam pela produção de grãos, criação animal, verduras, legumes e frutas. Nessa variedade produtiva, se o produto não é comercializado, ele pode ser utilizado na alimentação da família.

As feiras são parte integrante do circuito inferior da economia urbana, em que parte desses agricultores encontra um refúgio para escoar a sua produção, mesmo através do atravessador, pois é isso que, por vezes, gera algum ganho monetário para ter acesso aos produtos externo a propriedade. De acordo com os dados coletados em campo, as feiras locais

são um espaço que complementa as relações entre o grande produtor, que, na maioria das vezes, não produz seu alimento e, por isso, o busca nas feiras; e o pequeno produtor que, além de produzir seu alimento, produz grande parte dos alimentos das pessoas, havendo, assim, uma aproximação entre o produtor e os consumidores. Existe também uma preferência desses agricultores pela feira em detrimento de outros canais de comercialização.

Eu gosto mais de mexer no esquema da feira, sabe. Porque aí sobra mais tempo pra mim pra poder trabalhar (Agricultor 2, setembro de 2015).

A grande maioria das UPFs comercializa os produtos agroalimentares de forma *in natura*, com algum nível de beneficiamento, alguns processados ou transformados artesanalmente. Os produtos *in natura* são aqueles comercializados sem nenhum processamento. Desse modo, ao serem colhidos, não sofrem nenhuma alteração, nem em sua forma, nem em sua aparência. No caso das hortaliças, sobretudo, ocorre apenas o beneficiamento.

Esses agricultores geralmente vendem especialmente verduras e legumes, que constituem as hortaliças *in natura* ou beneficiadas. Em razão da dificuldade de acesso às novas tecnologias, esses agricultores estão mais susceptíveis às condições climáticas, bem como às características primárias da produção agropecuária (a perceptibilidade e a sazonalidade da produção, por exemplo).

Pela perecibilidade, transporte e dificuldade de armazenamentos desses produtos, as hortaliças são colhidas pouco tempo antes de serem levadas aos mercados ou feiras para não perderem a qualidade, pois os consumidores que acessam esse tipo de comércio exigem produtos frescos. Além disso, os produtos entram em estado de decomposição muito rapidamente, o que exige um período mais curto entre a colheita e a comercialização, considerando também que nessas UPFs não existem estruturas adequadas para armazenamento. Assim, os agricultores que comercializam na feira colhem os produtos nos dias das feiras que atendem. Para Ferreira (2002, p. 40), “o valor monetário do trabalho, embora expressão da autonomia camponesa frente à sociedade como um todo, acontece preferencialmente na feira, que é o espaço do negócio, fora do território camponês”.

Segundo Araújo (2007), o beneficiamento de produtos agropecuários é o tratamento pelo qual o produto passa sem alterar as suas características de produto *in natura*. Os produtos são submetidos ao beneficiamento com os mais diversos objetivos, como o de melhorar a apresentação, evitar perdas, eliminar pragas, agregar valores ou atender à preferência dos consumidores. Envolvem operações como seleção, classificação, lavagem, polimento,

embalagem e outras, que são utilizadas especialmente para frutas e hortaliças. No caso desses agricultores, as hortaliças e ovos passam por um processo de lavagem e limpeza, empacotamentos e classificação. Porém, há poucos produtos que são minimamente processados ou transformados, como, por exemplo, a carne suína e de aves, a banha suína e a farinha. Em alguns casos, a mandioca é descascada. As hortaliças, depois de colhidas, são lavadas e colocadas em caixas plásticas, antes de serem transportadas para a cidade em carros ou em motocicletas. Os trajetos até a cidade variam, mas em geral são curtos.

Um dos agricultores entrevistados tem uma variada produção nas terras que utiliza e, por isso, tem uma produção que lhe fornece uma renda maior. Esse, além de entregar parte da sua produção em pequeno comércio em Mineiros, vende seus produtos na Feira Agroecológica de Mineiros, o que lhe garante uma renda bem acima da média dos outros produtores de beira de estrada pesquisados.

Inaugurada em novembro de 2015, a Feira Agroecológica do Município goiano de Mineiros (Figura 69) ocorre todas as terças e quintas-feiras, das 8 às 12 horas. Na feira, são vendidos queijos, verduras, frutas, rapadura, melado, doce de leite, produtos panificados, minijardins e artesanatos. A proposta da feira é ser um espaço de comercialização para os produtos da agricultura familiar e que gere mais renda às famílias, aproximando os agricultores do consumidor final pela produção de alimentos de qualidade e preços acessíveis e livres de insumos químicos.

Figura 69 – Feira Agroecológica, Mineiros - GO



Fonte: EMATER/GO.

A feira é organizada pela Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares⁵⁵ (COOPERMIN) e realizada em parceria com a unidade local da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER-GO) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e do Centro Universitário de Mineiros (FIMES). Ocorre na sede da COOPERMIN, no Setor Santa Izabel. A criação da feira agroecológica em Mineiros mostra-se como alternativa de criação de novos mercados.

As feiras agroecológicas são espaços sociais que vão além da comercialização e da forma justa dos agricultores receberem pelos seus produtos. De acordo com Wuerges e Simom (2007, p. 1), “uma observação sistemática na dinâmica destas feiras nos diz ainda, que uma forte carga de subjetividade atua como fator de coesão, contribuindo fortemente na formação de uma identidade comum entre aqueles que as frequentam”.

As principais feiras-livres em Jataí e Mineiros ocorrem aos domingos pela manhã, em locais próprios, construídos para este fim, que são as feiras cobertas. Entretanto, nos últimos anos, tem havido a ocorrência de várias outras feiras que ocorrem em inúmeros bairros dessas cidades, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Feiras-livres em Jataí e Mineiros – GO

	Dia da Semana	Bairro	Horário
Jataí	Domingo	Setor Santa Maria - Feira Coberta	Manhã
	Terça-Feira	Conjunto Rio Claro I	Tarde
	Quarta-Feira	Santo Antônio	Tarde
	Quarta-Feira	Setor Santa Maria - Feira Coberta Feira da Agricultura Familiar	Tarde
	Quinta-Feira	Conjunto Rio Claro I	Tarde
	Sexta-Feira	Colmeia Park	Tarde
Mineiros	Domingo	Bairro Mineirinho - Feira Coberta	Manhã
	Terça-Feira	Setor Santa Izabel	Manhã
	Quinta-Feira	Setor Santa Izabel	Manhã

Fonte: Dados da pesquisa.

As feiras-livres no Brasil são espaços que constituem modalidades de mercado varejista ao ar livre, semanal, organizadas como serviço de utilidade pública pela municipalidade imbuída na distribuição local de alimentos e produtos básicos (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008). Nessas feiras, são comercializados produtos de várias

⁵⁵ A COOPERMIN foi fundada em 3 de janeiro de 2011, com o objetivo de fomentar a consolidação da agricultura familiar no Município de Mineiros, Goiás, e Região, visando atender prioritariamente os mercados institucionais (PNAE e PAA). Iniciou em junho de 2012 a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar com as escolas municipais (PNAE) e iniciou em dezembro de 2013 a comercialização com a CONAB por meio do PAA.

comunidades rurais e nelas estão inseridos inúmeros agricultores familiares. Para muitas famílias, é a principal fonte de abastecimento de gêneros agrícolas no decorrer da semana.

Os principais produtos encontrados nessas feiras são frutas, legumes e verduras cultivados. Porém, outros produtos são encontrados nessas feiras, como o pequi, coletado no cerrado e vendido *in natura*; produtos domésticos e culinários processados ou transformados pelos agricultores, como doces e geleias diversas, rapadura, farinha de mandioca, farinha de milho; produtos artesanais, como peneira, vassouras, etc.; grãos, como milho, feijão etc.; carnes suínas, de aves e bovinas; e alimentos para consumo imediato, como pastéis, bolos, tapiocas, pamonha, dentre outros.

Quanto mais próxima da cidade, maior é a relação dos agricultores com a venda direta e, sobretudo, com as feiras locais. Até porque, pela falta de veículo particular, os que estão distantes precisam necessariamente da presença do atravessador para contribuir com a chegada desses produtos às cidades. Nesse caso, o veículo do intermediário assume uma importância singular para que eles consigam barganhar ótimos preços na compra dos produtos dos agricultores, uma vez que, devido ao caráter perecível da produção, os agricultores veem neles um canal para fazer sua produção chegar ao mercado.

Segundo Pierrri (2010), as feiras-livres são periódicas e acontecem em espaços públicos, onde as pessoas realizam trocas comerciais de mercadorias com o objetivo de garantir suas condições materiais de vida. Elas fazem parte dos circuitos locais, curtos, de comercialização, e propiciam o escoamento da produção agrícola local, colaborando com os programas e estratégias de desenvolvimento local. Esse autor considera que

Feiras são organismos vivos: se transformam a todo o momento, acompanhando as contradições e os conflitos da sociedade. As feiras representam diversidade: cada lugar tem a sua própria feira, comum a identidade particular. Feiras são democráticas: se encontram, convivem, competem e cooperam na feira sujeitos sociais de todas as classes (PIERRI, 2010, p. 43).

É nesses espaços para os quais convergem pessoas de todas as classes sociais que esses agricultores estabelecem relações comerciais com os grandes produtores na venda de seus produtos alimentares. Esses circuitos curtos de produção e consumo são fundamentais para dinamizar a economia local, geração de trabalho e renda no campo e oferta de alimentos saudáveis para as populações urbanas (PIERRI, 2010). Para Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 83), “a reprodução social da cidade requer lugares para os excluídos da ordem dominante realizarem sua sobrevivência material cotidiana”. Porém, requer, ao mesmo tempo, espaços de sociabilidade que perpassam o confinamento confortável das modernas opções de consumo,

como os supermercados e *shoppings centers*. Assim, as feiras-livres resistem à cidade contemporânea e se tornam espaços de resistência dos agricultores.

Os agricultores que comercializam em mais de uma feira deslocam-se com mais frequência à cidade, pois essas feiras são em dias e locais diferentes. A venda na feira é para esses agricultores um ponto positivo e importante, pois significa a entrada de dinheiro todas as semanas, ou toda feira. Verifica-se que os agricultores que comercializam nas feiras apresentam uma maior autonomia produtiva, pois decidem o que e quando vender, ou o que deixar para o consumo familiar. Um dos pontos positivos no processo de escoamento dessa pequena produção aos mercados é a qualidade da rodovia, que, nos últimos anos, em razão dos grandes fluxos de veículos, tem passado frequentemente por manutenção e é mantida em boas condições de tráfego.

Além dos fatores limitantes, como a falta de veículos, que faz com que os agricultores tenham preferências pelas feiras locais, os agricultores entendem que nesses espaços se tem as melhores formas de pagamento e segurança na venda, considerando que a pequena quantidade produzida pela maioria desses agricultores os impede de acessar outros mercados além dos circuitos curtos, dificultando a sua inserção nos outros mercados de abastecimento regionais, como a entrega da produção em supermercados, que se mostrou bastante reduzida e realizada apenas por um agricultor.

Os vínculos sociais são essenciais à comercialização dos produtos desses agricultores. Os parentes, amigos ou conhecidos são os que mais compram produtos nas próprias unidades de produção, principalmente ovos, frangos e suínos. Porém, mesmo alguns produtos sendo comercializados nas UPFs, nenhuma delas apresentaram infraestrutura específica para comercialização, como barracas. Também em nenhuma das UPFs visitadas havia barraca de comercialização na beira da estrada – a barraca geralmente requer muito tempo do agricultor. Assim, o agricultor dotado de laços ou relações sociais com indivíduos da cidade beneficia-se de uma maior comercialização *in loco*. Ocorre também uma distribuição gratuita desses produtos, especialmente para os membros das famílias que residem nas cidades.

Parte da comercialização é efetuada na própria UPF diretamente ao consumidor, e com a presença do atravessador que, em geral, se localiza na cidade, encaminhando-se às unidades produtivas para comprar e revender seus produtos no comércio e nas feiras locais, determinando os preços dos produtos.

Para Costa (2012), na região onde trabalha, o atravessador conhece o produtor, onde ele mora, quanto produz e a qualidade da produção. O atravessador nunca sai com a

mercadoria sem ter onde vender, pois uma das regras importantes do comércio é a de primeiro ir atrás das informações. Assim, ele sabe exatamente onde comprar a mercadoria, assim como a quantidade que conseguirá comprar, a variação do preço e o preço que pode pagar aos produtores, pois já sabe o preço que conseguirá ao vender a produção. Ele sabe as tendências dos preços mesmo antes da colheita. Desloca o produto somente depois dos detalhes acertados sobre a venda.

Já muitos produtores, por não se mobilizarem a tempo na busca dessas informações, são forçados a negociar em situação desvantajosa, por não saberem o valor ideal dos seus produtos (COSTA, 2012). No caso desses agricultores, por um lado, eles até têm consciência da tendência de preço e do ganho dos atravessadores, porém a restrição econômica em que vivem faz com que eles não tenham condições de entregar os produtos diretamente aos consumidores.

Segundo Costa (2012), a principal fonte onde os atravessadores conseguem as suas informações é constituída por seus compradores, que eles sabem onde estão e quem são. Nesse caso, a venda coletiva seria um importante canal desses produtores. Para o autor, ao conhecer onde estão os compradores, tais agricultores conseguiriam informações úteis para os demais. Entretanto, isso significa gastos, e a produção individualizada não é suficiente para justificar um gasto desses. Somente quando se trata da produção de diversos produtores, os ganhos em preços e em condições de venda superam os gastos.

Entretanto, pela falta de organização, pelo fator econômico e pela falta de veículos, a presença dos atravessadores é importante para a pequena comercialização de alguns produtores, pois, sem eles, seus produtos não seriam comercializados.

Nas relações que os camponeses estabelecem com o mercado a partir das diversas formas de comercialização, tem-se a subordinação camponesa ao capital nas suas diversas formas: comercial, industrial e financeira. O rendimento é apropriado pelo capital industrial e comercial, a partir da produção desses agricultores, mesmo que a produção seja em pequeno volume. Ao comprar os instrumentos de trabalho e o insumo agropecuário, tem-se a apropriação dos seus ganhos pelo capital industrial. A relação com o mercado se dá a partir da compra de insumos e instrumentos de produção nas lojas agropecuárias de Jataí e Mineiros. A compra de insumos ocorre no período de preparo do solo, com a compra de enxada, machado, enxadão, sementes, fertilizantes químicos, equipamentos para irrigação e outros instrumentos de trabalho necessários para viabilizar a produção agropecuária.

Todavia, a venda direta é uma maneira dos agricultores retomarem parte de sua autonomia produtiva, pois, na realização dessa venda, os agricultores são tomadores de preço, diferente da venda para os atravessadores, uma vez que esses adicionam uma margem de lucro aos produtos antes de chegarem aos consumidores finais. Nesse processo, quando esses produtos são repassados aos intermediários, os ganhos gerados pelo trabalho familiar são apossada por eles, pois se apropriam, assim, do trabalho efetuado no processo de produção familiar. Nesse processo, ocorre não a subordinação do trabalho camponês, mas a subordinação da sua produção, pois é a partir dela que vem o lucro do atravessador.

Em suma, a ligação com o comércio não é o principal objetivo desses agricultores. O suprimento alimentar das famílias é, para eles, o principal objetivo produtivo. Porém, para o atendimento dessas necessidades faz-se importante estabelecer uma relação comercial, pois, descapitalizados, precisam comprar outros bens necessários ao consumo familiar. As relações comerciais, nesse caso, processam-se como a única alternativa, já que não lhes é permitido produzir tudo que precisam, uma vez que a terra é pequena e os recursos disponíveis são escassos. Assim, a comercialização não é uma alternativa, mas uma necessidade para a sua reprodução social, enquanto produtores familiares.

A racionalidade do agricultor familiar se faz presente no momento da comercialização. O que é vendido é o excedente, pois, em primeiro lugar, está o consumo da família. Existe uma divisão clara para esses agricultores do que vai ao mercado e o que não vai, mesmo não produzido em grande quantidade. Configura-se, assim, uma produção para a subsistência da família em primeiro lugar e depois para o mercado. Nesse sentido, Chayanov (1985) entende que a estrutura camponesa é voltada para a satisfação das necessidades familiares e organizada de modo a evitar a ociosidade sazonal nos períodos de produção. Para Oliveira (2007, p. 40), “no trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada”.

Sendo sua única opção de retorno à terra e de trabalho, foram empurrados para o circuito inferior da economia se apropriando do espaço público. Assim, a resiliência desse conjunto de agricultores reflete diretamente no desenvolvimento de estratégias de reprodução social nesses espaços. A exclusão de políticas públicas, a falta de escolarização, o baixo acesso a tecnologias, a falta de recursos para investir na produção e o restrito acesso aos mercados são componentes ou indicadores determinantes no aumento da vulnerabilidade

socioeconômica desses agricultores, pois são fatores que limitam a capacidade desses sujeitos de buscarem alternativas para continuarem nessas faixas.

Já a migração entre faixas de terras, a pluriatividade, a renda obtida fora da Unidade de Produção e a venda direta caracterizam-se como indicadores que contribuem no aumento da capacidade de resiliência deles, pois mostram caminhos e alternativas para o enfrentamento das questões sociais, econômicas e ambientais, como a escassez de recursos hídricos nessas faixas.

CONCLUSÃO

As transformações impostas ao território estudado evidenciam a intensificação da reestruturação da produção agropecuária na região sudoeste do estado de Goiás, a partir da metade do século XX, redefinindo as relações de produção e de trabalho. Espaço esse em que as políticas públicas de reestruturação e ocupação espacial foram essenciais para o setor agrícola da região, privilegiando os médios e grandes produtores em detrimento dos pequenos produtores familiares e trabalhadores rurais.

Nessa microrregião, a exploração da terra foi instituída a partir de um modelo que combinava as grandes extensões de terras, o mercado exportador e o monocultivo de grãos e cana-de-açúcar, não havendo, assim, uma ruptura com o modelo concentrador de terras e mostrando que a questão agrária continua sendo uma questão atual.

Desse modo, em franca expansão, a territorialização da agroindústria naquela região se deve muito à presença do Estado, a partir de ações de financiamento, tendo na modernização do território o processo de agroindustrialização da microrregião. Ao longo dos anos, a instalação de agroindústrias apresentou modificações expressivas, especialmente no que diz respeito às territorialidades produtivas e na paisagem rural e urbana.

É inegável que, a partir da modernização do campo, com a consequente tecnificação e os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, houve um aumento significativo da agricultura brasileira quanto à produção e produtividade, acompanhando de um incremento de áreas agricultáveis. Porém, a preferência dada à produção de *commodities* para mercados internacionais fez com que a produção para consumo interno ficasse em segundo plano.

Tal período não foi marcado somente por uma maior produtividade, expansão de área e aumento da produção. As propriedades rurais cada vez mais foram perdendo a sua autonomia e autossuficiência com a especialização produtiva agropecuária, que levou a uma concentração de renda, intensificou a concentração da terra e fez com que os agricultores cada vez mais ficassem dependentes dos insumos externos, sobretudo de fertilizantes e sementes, e, ao mesmo tempo, condicionados aos preços estabelecidos no mercado internacional.

Cada vez mais, a agricultura familiar se mostra importante para a garantia da segurança e soberania alimentar no Brasil. A agricultura familiar se constitui em uma forma apropriada de ocupação social do campo e uma importante fonte geradora de renda e empregos no campo e produzindo a maioria dos alimentos internos. Assim como nas demais regiões brasileiras, no sudoeste de Goiás o Estado não priorizou o acesso à terra pelos pequenos produtores, e, mesmo com um aumento no número de assentamentos rurais, a

propriedade da terra continua concentrada, sendo que as políticas de distribuição de terras não provocaram uma alteração considerável na estrutura agrária. Mesmo com sua importância histórica, a agricultura familiar no Brasil sempre recebeu pouco reconhecimento do Estado, tendo esse aumentado nas últimas décadas.

Considerando os objetivos propostos no início do trabalho, a análise dos dados permitiu compreender que a intensificação da grande produção a partir da modernização conservadora no sudoeste de Goiás criou camadas de excluídos desse processo, sobretudo os pequenos agricultores e trabalhadores rurais e, entre eles, os agricultores familiares que se instalaram às margens da grande produção agropecuária, nas áreas de domínio da União.

A modernização da agricultura e a conseqüente tecnificação do campo impôs à agricultura familiar e aos territórios agrários intensas mudanças, tanto nas relações trabalhistas como na base técnica, muitas vezes provocando a precarização das suas relações de produção, o que fez com que os agricultores adotassem medidas e estratégias para garantirem a sua reprodução. Porém, mesmo com efeitos positivos, as estratégias dos agricultores familiares não conseguem neutralizar todos os impactos gerados pela modernização agrícola.

A produção nas unidades de produção familiar tem por base o trabalho na terra, com o envolvimento da família em uma produção agropecuária para o suprimento de suas necessidades, e que junto a essa produção pode existir a presença de atividades que não necessariamente sejam agrícolas. Assim, esse agricultor que está ocupando essas terras e nelas exerce seu trabalho, produzindo sem explorar o trabalho alheio, configurando espaços de vida e de produção, contestam a afirmação do agronegócio como via de desenvolvimento para o campo brasileiro, considerando que a rentabilidade gerada pela grande produção não é fator suficiente para provocar melhoria nas condições de vida e tampouco elevação dos padrões de vida dos pequenos agricultores e trabalhadores do campo e da cidade.

Enquanto que as grandes propriedades rurais percebem o território como um *locus* da ampliação dos lucros a partir da exploração da força de trabalho e utilização dos recursos naturais, a pequena propriedade reconhece o território e seus agricultores se veem reconhecidos nele a partir de um espaço de vida, de moradia, de trabalho, significações e seus sistemas simbólicos e culturais. Espaço onde são desenvolvidas as suas relações sociais na apropriação, organização e uso do território.

E, ainda, os serviços de assistência técnica e extensão rural difusionista provocaram o endividamento de grande parte daqueles que conseguiram acessar as políticas públicas,

induzindo-os a adotar um padrão tecnológico pautado nos pacotes tecnológicos, que fez com que muitos agricultores vendessem suas pequenas propriedades.

Mesmo a agricultura familiar sendo estratégica na garantia da segurança alimentar dos brasileiros e apresentando números expressivos de sua produção e importância, ainda hoje muitas famílias de agricultores familiares estão em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade socioeconômica. Grande parte dos pequenos produtores no Brasil sempre viveu marginalizada às grandes propriedades, com lutas diárias na busca de estratégias para continuar existindo, reproduzir-se e permanecer no campo.

A falta de acesso às políticas públicas por parte dos agricultores familiares faz com que eles não acessem as tecnologias modernas que estavam à disposição no mercado e, sem recursos, fizessem uso, em suas unidades produtivas, de técnicas rústicas de produção.

As lutas e estratégias dos agricultores familiares em espaços marginais, para continuarem existindo, passam pelas condições de geração de renda, pelas condições naturais dos locais onde estão instalados, pelo acesso a créditos e financiamentos, bem como pelas políticas de assistência técnica e extensão rural. Assim, a renda do agricultor familiar nessas faixas está constantemente sujeita a incertezas.

A falta da terra é uma das diversas e fortes restrições que esses agricultores familiares enfrentam. É um dos principais problemas da produção agrícola familiar e reprodução da família agricultora, pois é um recurso que não pode ser produzido. Ora pela falta de terra, ora pela falta de fertilização natural dos solos ou falta de água, os agricultores fazem constantes deslocamentos por essas faixas. Por isso, sua falta faz com que agricultores ocupem as faixas de domínio da União, buscando a sua reprodução enquanto agricultores familiares, que, marginalizados e excluídos das políticas públicas, tentam sobreviver nesses restritos espaços.

Essas Unidades de Produção Familiares apresentam características acentuadas da agricultura familiar descapitalizada, como as formas tradicionais de trabalhar com a terra, o uso da mão de obra familiar, o uso do trabalho acessório em alguns momentos e o uso da pluriatividade, que, juntos, compõem as formas de subsistências das famílias ali instaladas. Criar estratégias de produção nessas áreas é desafiador por diversos fatores, incluindo a falta da propriedade e posse da terra.

A pesquisa possibilitou, portanto, uma compreensão de que esses agricultores têm um jeito próprio de ocupação dessas faixas, ocupando as áreas apenas onde a área não está ocupada pela grande produção. A ocupação das áreas que não têm cerca ocorre para evitar conflito com os grandes proprietários, que também ocupam essas áreas com soja, milho e

eucalipto. Assim, é preciso a existência da cerca entre a propriedade e a faixa de terra da União, para que essa área seja ocupada pelos pequenos produtores. Os agricultores ocupam as áreas que estão mais próximas aos centros urbanos, a fim de facilitar a venda dos produtos.

Assim, no geral, essas UPFs são dirigidas predominantemente por homens, com média idade avançada – acentuada pela crescente migração jovem –, com baixo nível de escolarização, ausentes de atividades associativas. Essa ocupação é resultado das estratégias de resistência camponesa frente à estruturação da atividade agropecuária no Brasil e de sua capacidade de criar espaços para a agricultura de base familiar. Nessas Unidades de Produção, em sua maioria ocupada por sujeitos do sexo masculino, a maior parte da renda vem da produção interna das unidades produtivas, sejam elas agrícolas ou não agrícolas. Estes agricultores vivem uma situação de incerteza financeira, com exceção das unidades produtivas onde existem pessoas quem têm a garantia da aposentadoria.

Em tais locais, os agricultores optam pelo plantio de gêneros alimentícios para o autoconsumo, mas aquele espaço reduzido não lhes garante a produção de todos os bens alimentícios, fazendo com que vendam parte do que produzem para comprar a outra parte que não conseguem produzir. As unidades produtivas familiares visitadas, mesmo com a especialização produtiva da região, continuam orientadas para a diversificação produtiva. Isso porque têm como principal objetivo atender às necessidades dos membros da UPF e à venda de excedentes pelos circuitos curtos de comercialização.

Isso significa que, para grande parte dos agricultores, a venda dos produtos se dá dependendo da disponibilidade do produto. A comercialização feita por excedente faz com que eles não utilizem apenas um meio de comercialização. Assim, em uma época, tem-se o excedente de ovos e, em outra, de hortaliças ou carnes. Os produtos agrícolas, em sua maioria, são comercializados *in natura*. Um número considerável de agricultores vende vários produtos entre familiares ou conhecidos que residem nas cidades, principalmente ovos, frangos e suínos.

Os quintais constituem um importante meio de abastecimento do autoconsumo das famílias, por meio do cultivo de hortaliças, produção de frutas e da criação de pequenos animais domésticos, enquadrando-se na policultura-pecuária. Esses espaços, além de contribuir para a segurança e qualidade alimentar das famílias, desempenham também funções socioambientais fundamentais à reprodução da vida.

Sua produção, às vezes incipientes, é voltada para produtos importantes de base alimentar das famílias, como hortigranjeiros como folhas, legumes, frangos, galinhas e ovos,

que são vendidos em caso de excedente. A exploração pecuária dessas áreas passa pela criação de animais de grande e pequeno porte, como o frango, galinha caipira e suínos.

As feiras são fundamentais na renda desses agricultores, apresentando-se para algumas famílias como a principal fonte de renda. Para outros, ajuda a compor a renda da família juntamente com a comercialização junto à família e conhecidos. Essas feiras-livres, geralmente, são semanais, convergindo para ela, produtores e consumidores de produtos agropecuários. Para muitas famílias, é a principal fonte de abastecimento de gêneros agrícolas no decorrer da semana.

No geral, os ganhos monetários são extremamente baixos e a maior preocupação das famílias é com os itens que compõem a alimentação da família. Na obtenção de dinheiro, esse se concentra na aquisição dos gêneros alimentícios que não são produzidos pela família, complementando a alimentação dentro da UPF.

Todas as atividades dependem tanto do tempo dedicado a cada uma quanto da quantidade de pessoas que as executam. Sobretudo por se tratar de pequenas faixas de terras, as atividades são desenvolvidas pela própria família. Quando as famílias não conseguem sobreviver do que é produzido dentro da UPF, elas se utilizam de outras estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos agricultores familiares no meio rural, como o trabalho acessório.

Esses agricultores que se deslocam para essas áreas fazem parte de um grupo historicamente excluído ao longo da trajetória de ocupação do espaço rural brasileiro e, inclusive, ocupam um lugar marginal no âmbito das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o Pronaf. Por estarem ocupando uma área de forma irregular, os agricultores de beira de estrada estão excluídos das políticas de comercialização institucional. Muitos até já se dirigiram aos órgãos responsáveis para saber mais dos programas, mas estão cientes de que, devido à ocupação da área, estão excluídos destas políticas. Assim, não há uma participação na comercialização e na composição da renda de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como, por exemplo, PRONAF, PNAE e PAA.

A participação desses agricultores às feiras agroecológicas devem ser incentivadas, pois essas lhes conferem uma autonomia em termos de comercialização e um ganho maior, contribuindo para que as famílias saiam da marginalização em que se encontram a partir da conquista de um espaço público de comercialização.

Tais sujeitos são caracterizados pelo trabalho familiar nas unidades produtivas a partir de uma economia de subsistência, com uma produção voltada, sobretudo, para o

autoconsumo, com venda de excedente. Os principais problemas relacionados a essa produção por esses agricultores são de ordem física, relacionados à qualidade do solo, declividade e clima. Mesmo excluídos, desempenham um papel ativo na construção de suas estratégias de resistências, a fim de retomar a sua autonomia produtiva. Esses camponeses trazem consigo valores, tradições e costumes que são materializados nos espaços onde estão instalados, pelas mais diversas práticas culturais. Compõem um segmento menos capitalizado da agricultura familiar, já que geram pouco ou nenhum excedente monetário a partir da produção agropecuária.

O grau de pobreza que caracteriza essas UPFs é explicado também pela escassez de recursos naturais e financeiros, e pela falta de financiamentos públicos, que incide diretamente no baixo padrão técnico na maior parte das Unidades de Produção Familiar, fortemente influenciado pela ausência de assistência técnica à disposição dos produtores, um dos maiores gargalos encontrados nestes locais. O acesso às Políticas Públicas elevaria o nível de satisfação dos agricultores com a produção, pois poderia elevar a produtividade, fazendo com que as atividades agropecuárias fossem economicamente viáveis, aumentando o poder aquisitivo dos agricultores.

Em suma, os agricultores aqui analisados fazem parte de uma população historicamente excluída, que ocupa pequenos retalhos de terras que pertencem à União, na busca da construção de seus territórios. Essa população excluída do campo e da cidade – alguns excluídos da cidade recentemente, ou do campo, em processos socioterritoriais que se deram na região nas últimas décadas – tem sua organização produtiva baseada na terra, no trabalho e na família, diferenciando-a de outros trabalhadores rurais e urbanos. Assim, mesmo vindo das cidades, tal forma de ocupação recria no operário o agricultor familiar.

Observa-se nesses espaços uma necessidade de fortalecimento das redes de relações sociais de vizinhanças para melhorar as técnicas de produção e também de comercialização dos produtos agropecuários. Essas técnicas adequadas de produção e comercialização podem ser maximizadas com as experiências compartilhadas.

Portanto, faz-se necessária uma continuação aos estudos sobre a vulnerabilidade da agricultura familiar em espaços marginais de produção no contexto de sua contribuição para os mercados agroalimentares locais. As experiências em grupos de agricultores ou em unidades produtivas pontuais podem contribuir como alternativas para suprir as necessidades e anseios dos agricultores. O fortalecimento da agropecuária nesses espaços marginalizados pode contribuir para a segurança alimentar e também da cultura da população local.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Klaus de Oliveira; CASTRO, Selma Simões Dinâmica de uso do solo da expansão sucroalcooleira na Microrregião Meia Ponte, estado de Goiás, Brasil. In: 7, SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2010, Portugal, maio de 2010. **Anais...** Portugal: 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007, 294 p.

ADAMS Cristina. 2000. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. *Interciencia* 25: 143-150.

ALMEIDA, Jalcione . Agriculturas alternativas e a busca de autonomia: da crítica contracultural ao movimento social (o caso do sul do Brasil). **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá - Colômbia, v. 1, n.45, p. 35-68, 2001.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009. (Mimeografado).

ALMINO, José. Prólogo. In: FAO. **Superação da Fome e da Pobreza Rural: iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016.

ALVES, José. A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das Comunidades Rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, 2006, vol.36, n.129, pp.637-651.

ANDRADE, A.G.; TAVARES, S.R.L.; COUTINHO, H.L.C. Contribuição da serapilheira para recuperação de áreas degradadas e para manutenção da sustentabilidade de sistemas agroecológicos. **Informe Agropecuário**, v.24, n.220, p.55-63, 2003.

ANTONELLO, Ideni Terezinha . Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. **Revista Campo - Território**, v. 6, p. 53-74, 2011.

ARAÚJO, A. L. ; et al.; Segurança alimentar de agricultores agroecológicos do sertão central do Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 31., 2007. **Anais....** Gramado, 2007.

ARF, Oriovaldo; BOLONHEZI, Antonio César. **Apostila de Agricultura Geral**. Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio-Economia. Curso de Agronomia. Unesp/Ilha Solteira. 2012. 96 p.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. **Glossário**. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/glossario/ Acesso em 04 de mar. 2016.

- AZEVEDO, P. F. O. A Relação Entre o PNAE e a Agricultura Familiar: Virtudes e Problemas de Gestão. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal – RN, 2014.
- BAIARDI, Almicar. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: 37, CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Rio de Janeiro: SOBER, 1999.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: **Campo território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p.123-151, ago. 2006.
- BANCO MUNDIAL. Combate à pobreza rural no Brasil: uma estratégia integrada. Departamento do Brasil Região da América Latina e do Caribe, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1995
- BARRETO, Clarissa de Araújo. **Agricultura e Meio Ambiente: percepções e práticas de sojicultores em Rio Verde- GO**. 2007, 139p, Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2007.
- BARROS, Carlos Juliano **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**. **Repórter Brasil**. São Paulo, 2014.
- BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.
- BECKER, Bertha K .; EGLER, Cláudio. A. G. **Brazil: anewregional power in the world-economy**. Cambridge, 1992.
- BERTAGNA, Beto. **Beto Bertagna a 24 quadros**. Disponível em< <http://betobertagna.com/tag/br-29/>> Acesso em 21 jul. 2016.
- BIANCHINI, Valter. O Programa Brasil Sem Miséria e a agricultura familiar. **Boletim eletrônico**, 2011. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Brasil%20Sem%20Mis%C3%A9ria.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2015.
- BLOEMER, Neusa Maria Sens. Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In TEDESCO, João Carlos. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.
- BONI, Paulo César; MORESCHI, Bruna Maria. Fotoetnografia: a importância da fotografia para o resgate entográfico. **Doc On-line** n.03, dez. 2007.

BORGES, Ronan Eustáquio. Complexos agroindustriais e desenvolvimento regional: o caso do Sudoeste de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012. **Anais...Uberlândia-MG: IG-UFU, 2012.** p. 1-15.

BORGES, Ronan Eustáquio. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO)**, transformações e impactos socioeconômicos e espaciais. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRASIL, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. **Glossário de termos técnicos rodoviários.** Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Divisão de Capacitação Tecnológica. - Rio de Janeiro, 1997. 296p.

_____. **Código de Trânsito Brasileiro** – Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997. Brasília: DENATRAN, 2002.

_____. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. **Manual de Preenchimento Ordem de Embargo e Notificação de Ocupação de Faixa de Domínio.** Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária. Coordenação Geral de Operações Rodoviárias. Brasília, 2006. 47p.

_____. **Instrução Normativa DG/DNIT n. 03 /2006 de abril de 2006.** Instruções complementares para a emissão e encaminhamento de ordem de embargo e notificação de ocupação de faixa de domínio do DNIT.

_____. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan). Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 2006; 18 set. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm> Acesso em 29

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. **Perfil do Setor do Açúcar e do Alcool no Brasil, Situação Observada em Novembro de 2007, abril/2008.** Brasília: Conab, 2008c.

_____. Plano Nacional de Logística e Transportes, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro DEC – Departamento de Engenharia e Construção CENTRAM – Centro de Excelência em Engenharia de Transportes. Volume 1 – Base de Dados Tomo 2 – Levantamento de Dados – Parte 3, 2007.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília : MEC, FNDE, SEED, 2008a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** 1. ed. Brasília: MDS, 2010.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar>>. Acesso em 02 de jan. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB. **Relatório de gestão: exercício de 2014**. Brasília-DF.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Projeções do agronegócio: Brasil 2014/15 a 2024/25**. 6ª edição. Brasília, DF, 2015c.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2015b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 25 de jan. 2016.

_____. **Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm > Acesso em 24 de maio 2016.

_____. **Decreto n. 6.447, de 7 de maio de 2008**. Regulamenta o art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1, 8 mai. 2008. Seção 1. Disponível em:. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. **Lei n. 10.932, de 03 de agosto de 2004**. Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.932.htm> Acesso em 24 de maio 2016.

_____. **Programa Agricultura Familiar – PRONAF**. Disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?cod=NOTIC&id=150#>> Acesso em: 20 dez.de 2016.

_____. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. **Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob Jurisdição do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT**. Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária.

_____. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 19 de mar. 2016.

_____. **Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm> Acesso em: 19 de mar. 2016.

_____. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm > Acesso em: 25 de jan. 2015

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Resolução CONDRAF nº 52 de 16 de fevereiro de 2005c**. Aprova Recomendações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF para as Institucionalidades Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em: . Acesso em: 01 de jul. de 2015.

_____. Ministério do Planejamento. Programa de Investimentos em Logísticas. Disponível em <<http://www.epl.gov.br/ferrovias2>> Acesso em 20 de dez. de 2016.

_____. Ministério do Planejamento. Programa de Investimentos em Logísticas. Disponível em <<http://www.epl.gov.br/ferrovias2>> Acesso em 20 de dez. de 2016.

_____. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em<<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 20 de dez. 2016.

BRIGHENTI, Cláudia Rodrigues Faria. **Integração do cogeração de energia do setor sucroalcooleiro com o sistema elétrica**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo. 169p. São Paulo, 2003.

CALAÇA, Manoel. A expansão do agronegócio em Goiás e a subordinação do campesinato. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014. **Anais...** Vitória: AGB, 2014.

CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. A Modernização do Campo no Cerrado e as Transformações Socioespaciais em Goiás. In: **Campo-Território**. v.5, n.10, 2010.

CAMACHO, Rodrigo Simão; CUBAS, Tiago.; GONÇALVES, Elienai. Agrocombustíveis, soberania alimentar e políticas públicas: as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato. **Boletim DATALUTA**, fevereiro de 2011.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMPEÃO, Patrícia; SAUER, Leandro; SPROESSER, Renato Luiz; PAULA, Níbia Queiroz de. Influência do setor sucroalcooleiro no índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M).. In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009. **Anais...** Mossoró: SOBER, 2009.

CAMPOS, Margarida Cássia. **Territorialização da Agricultura Orgânica no Paraná: Preservando o meio ambiente e produzindo alimentos saudáveis**. 2004. Dissertação de mestrado. Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2004.

CANABARRO, Lisete Furlan... [et al]. **Cooperativa Mista dos Produtores do Sudeste Goiano - Comigo um perfil de ação empreendedora**. Março, 2005.

CANASAT. Monitoramento da Cana-de-açúcar. Disponível em <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/>> Acesso em 29 de nov. de 2015.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 7, n. 5, jul./dez. 2004, p. 1-12.

CARMO Roberto Luiz do; GUIMARÃES, Eduardo.; AZEVEDO Adalberto Mantovani Martiniano de. Agroindústria, População e Ambiente no Sudoeste de Goiás. In: _____ **Migrações e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleos de Estudos de População/UNICAMP: PRONEX, 2002.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no Campo: O caso francês. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 32, [s.p.], out. 1996.

_____. Significados da pluriatividade para a família rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. Textos para Discussão. Brasília/DF, 2005

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território. Uberlândia**. v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Quilombo, território e geografia. **Revista Agrária**, nº 3, São Paulo, 2006.

CARRIJO, Ed Licys de Oliveira. **A expansão da fronteira agrícola no estado de Goiás – setor sucroalcooleiro**. Dissertação (mestrado em geografia). UFG, Goiânia, GO, 2008

CARRIJO, Ed Licys de Oliveira; MIZIARA, Fausto. A Expansão do setor sucroalcooleiro como uma nova etapa da fronteira agrícola em Goiás: estudo de caso no município de Mineiros. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis (GO), Vol. 05, nº 02, jul-dez., 2009.

CARVALHO, Simone Pereira de; CARRIJO, Ed Licys de Oliveira. O. A produção de álcool: do proálcool ao contexto atual. In: XIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 14., 2007, Londrina. **Anais...** Brasília:SOBER, 2007.

CARVALHO, Eduardo Rozetti de ; CLEPS JUNIOR, João . Territorialização do Capital Sucroalcooleiro em Iturama-MG, Pontal do Triângulo Mineiro. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009. **Anais...** Niterói, 2009.

CASTILHO, Ricardo. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista Anpege**. v.3, p.33 a 43, 2007.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CASTRO, Selma Simões de. ; et al.. A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no Estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.30, n.1, p.171-191, 2010.

CAVALCANTE, Matuzalem.; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 13, pp. 16-25, 2008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A urbanização do cerrado: espaços indomáveis, espaços deprimidos**. Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010. Mimeografado.

CHAVES. Aurélio Ricardo Troncoso. **Políticas de incentivo e a localização industrial no sudoeste goiano**. 2009. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdades Alves Faria.

CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad econômica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a **Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas**. In: SILVA, José Graziano da (org.), STOLKE, Verena (org.). A Questão Agrária. Brasiliense: São Paulo. P. 133-163.

CHOHFI, Felipe Moreton and CORTEZ, Luis Augusto Barbosa. Melhoria da competitividade do etanol nas exportações.. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 6., 2006, **Anais...** Campinas, 2006.

COMIGO. Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. Disponível em: <http://www.comigo.com.br>. Acesso em 09 de abr. de 2015.

COVOLAN, Fernanda Cristina; GONZALEZ , Everaldo Tadeu Quilici. Sesmarias, Lei de Terras de 1850 e a Cidadania – Sistema Legal x Sistema Social. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 17, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília, 2008.

CORRÊA, Lucelinda S.chramm. As Transformações no Sistema Colonial e Suas Repercussões: a colonização alemã na Bahia do Século XIX. In: Coloquio Internacional de Geocrítica, 12., 2012, **Anais...** Bogotá, 2012.

COSTA, Ricardo. Comercialização e Transformação dos Produtos da Agricultura Familiar: Alguns Pontos a Discutir. Disponível em <www.encontroagroecologia.org.br>. Acesso em 15 de set. de 2016.

CRYSTHIAN, Rhudy; LOPES, Cleybets. **Rio Verde (GO) Lei polêmica é sancionada**. FGV/EAESP. Disponível em <http://gvces.com.br/rio-verde-go-lei-polemica-e-sancionada?locale=pt-br> Acesso em 25 de jul. de 2015.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação in MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001..

COY, Martin; NEUBURGER, Martina. (2009); Camponeses no Brasil entre inclusão e exclusão. **Anuário Americanista Europeu**, n. 6-7, p.111-132.

DALL' AGNOL A. Soja: o fenômeno brasileiro. Londrina: EMBRAPA, 2008.

DAVIS, Jonh. H.; GOLDBERG, Ray. A. **A concept of agribusiness. Divisions of Research. Graduate School of Business Administration**. Boston, Harvard University, 1957.

DER/PR. Departamento de Estrada e Rodagem do Estado do Paraná. **Área de Domínio**. Disponível em < <http://sider.der.pr.gov.br/portalfxd/> > Acesso em 24 de jul. 2016.

EIDAM, Vanessa. O debate clássico da questão agrária: Karl Kautsky, Lenin e Bulgákov. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TEORIA MARXISTA, 1, Uberlândia, 2014. **Anais...** Uberlândia, 2014.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. **Anais...** San Pablo: USP, 2005.

_____. Agronegócio e novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 12, p. 153-170, 2011.

_____. Relações Campo-Cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 12., 2012. **Anais...** BOGOTÁ, 2012.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

_____. Desigualdades socioespaciais: nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 9, n. 1, p. 25-39, Maio. 2007.

ERTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. **Geographia**. Ano 2, n. 4, 2000. p. 49-75.

_____. **A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo: uma abordagem geográfica**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 356 p.

_____. Os complexos agroindustriais no Brasil - seu papel na economia e na organização do espaço. Universidade Federal Fluminense. **Revista geo-paisagem (on line)**. Ano 5, nº 9, 2006- Janeiro/Junho de 2006.

FABRINI, João Edmilson. A Contradição Como Parâmetro de Compreensão da Existência Camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, 2004.

_____. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Ano 10, nº. 11. Presidente Prudente, 2007. pp.8-32

FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. **Relatório 2014. Brasília, DF: FAO**.

_____. **Superação da Fome e da Pobreza Rural: iniciativas brasileiras**. Brasília, 2016.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília: FAO/Incrá, 1995.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossie estatístico**. Brasília: FAO/INCRA, 1996. 24p. Projeto UFT/BRA/036/BRA - Agosto de 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo)**. 1994. Dissertação [Mestrado em Geografia] - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

_____. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

- _____. O futuro do MPA. Porto Alegre: MPA, 2003b.
- _____. Delimitação conceitual de campesinato. 2004. **Mimeo**. s.l.: 2004a.
- _____. 20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula. Presidente Prudente, NERA. 2006. Unesp. Presidente Prudente.
- _____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-302.
- _____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antonio Márcio Buainain (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Editora Unicamp, 2008b.
- _____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, ano 9, n. 24, p.73-85, out. 2008d.
- _____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente : [s.n], 2013.
- _____. Delimitação conceitual de campesinato. 2004. Disponível em: . Acesso em:23 de jan. 2016.
- FERNANDES, Bernardo Maçando. MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia M.S.A. (Orgs.). **Por uma educação do campo - contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2. ed. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2005.
- FERNANDES, Kellen Cristina Campos ; XAVIER, Karine Diniz; FIGUEIREDO, Reginaldo Santana. O Processo de Internacionalização da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano e o Desenvolvimento do Município de Rio Verde. **Conjuntura Econômica Goiana** , v. 1, p. 54-64, 2012.
- FERREIRA, Simone, Raquel Batista. Da fartura a escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. 2002. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- FERREIRA, Rômulo Gama; ORTEGA, Antonio César. Progresso Técnico e Agricultura Familiar: Impactos Sobre A Ocupação e a Migração Rural- Urbana nas Microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio. 42., 2006. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2006.
- FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. **Novo Manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. Viçosa, MG : UFV, 2000. 402p.
- FILIZOLA, Heloisa Ferreira; GOMES, Marcos Antônio Ferreira BOULET, René; **Processos erosivos lineares**. Disponível em https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_3_2_10200792813.html Acesso em 25 de jan. de 2015.
- FIORI, Marcos Fernando. BR-364: do desenvolvimento ao desmatamento. **Revista Veredas Amazônicas**. Vol II, No 01, 2012.

- FOCKINK, E. R. **Produção rural familiar em Jataí (GO): a Comunidade Rural da Onça**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG: 2007. 147 p., 2007. CD-ROM.
- FRANÇA, Caio Galvão de.; GROSSI, Mauro Eduardo Del, MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p
- FRANCO, Íria Oliveira; ASSUNCAO, Hildeu Ferreira da. Usos do solo no advento do agronegócio da cana-de-açúcar no sudoeste de Goiás: estudo de caso do município de Jataí. **Cienc. Cult. [online]**. 2011, vol.63, n.3, pp. 33-36.
- FREITAS, Wesley. Ricardo de Souza ; JABBOUR, Charbel José Chiappetta; Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate, Lajeado**, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.
- GARCIA Jr, Afrânio R. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GASQUES, José Garcia.; BASTOS, Eliana Teles; VALDES, Constanza. **Preços da terra no Brasil**, In: 46 Congresso da SOBER, 2008. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GNOATTO, Almir Antonio; RAMOS, Celso Eduardo Pereira.; PIACESKI, Eneide Elena.; BERNARTT, Maria de Lourdes. Pedagogia da alternância; uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.
- GONÇALES, Claudécir. “A Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) e o Desenvolvimento da Região de Rio Verde-GO.” In: PEREIRA, Sebastião L; XAVIER, Clésio L. (Orgs.) **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003
- GORGA NETO, Remy. Grandes Produtores e Cooperativas Agroindustriais: o caso na COMIGO. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**. N. 9, 2006.
- GOULART, Gustavo Tannus **Capital agroindustrial e economia regional: estudo sobre a organização produtiva da empresa Perdigão no sudoeste de Goiás e seus reflexos**. Dissertação (mestrado em Economia). UFSC, Florianópolis-SC, 2012.
- GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo **Perspec.**, Jun 2004, vol.18, no.2, p.95-103.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: brasiliense, 1982.

GREENPEACE. **Transgênicos: perigo para a agricultura e para a humanidade**. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Transgenicos/>>. Acesso em: 18 de ago. 2016

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "Produção Invisível" na Agricultura Familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalim**, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul. 2010.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Texto para Discussão 186, abril 2006. Disponível em www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD186.pdf. Acesso em 22 de jan. 2015

GUERRA, Luciene de Oliveira. **Estudo sobre o processo de desenvolvimento econômico de Rio Verde - GO**. 2012. 77 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdades Alves Faria, Goiânia.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.

GUIMARÃES, Gislene Margaret Avelar. **Agronegócio, desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo de caso em Rio Verde-GO**. 2010. 173 p. Tese de doutorado em Ciências Ambientais. Goiânia, Universidade Federal de Goiás. 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF, 2002. 186 p.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005, 400p.

Nivaldo. A expansão da agricultura moderna em bases empresariais e a integração do Centro-Oeste ao mercado nacional. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, AGB, nº 22, 2000. P. 7-26.

HESPAHOL, Antônio Nivaldo. Modernização da Agricultura e desenvolvimento territorial. In: Encontro Nacional de Pesquisa, 4., 2008. **Anais...** São Paulo: ENGRUP, 2008. pp.370-392.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. **Notas Técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, 2009b.

_____. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2009. 18

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2009 – PNAD. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Censo Demográfico, 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Censo agropecuário, 2006:** Brasil, grandes regiões e unidades da federação: segunda apuração. Rio de Janeiro: 2012.

_____. **Produção Agrícola Municipal (PAM).** Culturas Temporárias e Permanentes. Rio de Janeiro, 2013. Sistema de Informações SIDRA.

_____. **Área Territorial Oficial - Consulta por Unidade da Federação.** Arquivado desde o original em 9 de abril de 2014. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>> Acesso em 09 de dez. 2015.

_____. Sistema de recuperação de informações – SIDRA. <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acesso em 10 de jun. 2015.

_____. Disponível em: www.ibge.com.br Acesso em: 15 jun. 2015.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto.** Brasília: 2000. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) **O Brasil desconcentrando terras.** Brasília: INCRA, 2001.

_____. Índices Básicos de 2013. **Sistema Nacional de Cadastro Rural** Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf> Acesso em: 24 de fev. 2016.

_____. **Reforma agrária.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289> Acesso em: 15 jan.2015.

_____. **Programa Nacional de Reforma Agrária.** Disponível em <<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra>>. Acesso em 04 de Nov. 2015

_____. **História da Reforma Agrária.** Disponível em <<http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em 04 de Nov. 2016

KAGEYAMA, Ângela. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1997. p.113-223.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KIEL Roberto. Quando Tudo o que o Papa Quis foi ter o que Comer na Terra de Canaã. In: MIELITZ, Carlos (org.) **Desenvolvimento agrícola e questão agrária.** São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LENIN, Wladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

LEAL, Cátia Assis Almeida. **Arapuca Armada: ação coletiva e práticas educativas na modernização agrícola do sudoeste goiano. Goiânia,** 2006. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2006.

LEAL, Paulo Nunes. **O outro braço da Cruz.** Porto Velho: Rondônia, 1984.

- LEITE, Sérgio Pereira (2007). Mitos sobre a Reforma Agrária Brasileira. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. n. 01 – Junho 2007.
- LEITE, Sérgio Pereira; AVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2007, vol.45, n.3, pp.777-805.
- LEMOS, José de Jesus Sousa. Efeitos da Expansão da Soja na Resiliência da Agricultura Familiar do Maranhão. *Revista de Política Agrícola*, v. 24, p. 26-37, 2015.
- LOPES, Alfredo Scheid. & GUILHERME Luiz Roberto Guimarães. **Solos sob cerrado: manejo da fertilidade para a produção agropecuária**. São Paulo, ANDA, 1992. 49p.
- LORENZI, Harri. & MATOS, F.J.Abreu. 2002. **Plantas medicinais do Brasil: nativas e exóticas**. Instituto Plantarum, Nova Odessa, 512p.
- MALUF, Renato Sérgio. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.
- _____. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-153.
- MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A Elaboração de Questionários na Pesquisa Quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística- IBILCE- UNERC. 2008.
- MARAFON, Gláucio José. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. In: **Campo-Território**. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, 2006.
- MARAFON, M. A.; VAREJÃO, L. C. S. Gestão da Faixa de Domínio do DNIT. In: Encontro nacional de conservação rodoviária, 14., 2009. **Anais...** Belo Horizonte: ENACOR, 2009.
- MARIOT, Edson João. **Produtos agroalimentares típicos (coloniais): situação e perspectivas de valorização no município de Urussanga, Santa Catarina, Brasil**. Dissertação de mestrado internacional em gestão do desenvolvimento rural, 2002.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 13., 2002. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002.
- MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; et al. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Desigual: A Questão Regional em Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, **Anais...** Uberlândia-MG, 2012.
- MARQUES, Dinamar Maria Ferreira; SILVA, Tallyta Caroline Martins da; Zopelan, André Luiz Miranda Silva; FIGUEIREDO, Reginaldo Santana. Produção e preço da cana-de-açúcar em Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, v. 23, p. 32-44, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Atualidade do conceito de camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIII, 2002. João Pessoa. **Anais...**João Pessoa: 2002.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008.

MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987.

MARTINE, George. A trajetória da Modernização agrícola: A quem beneficia? In CEDEC, Lua Nova - **Revista de Cultura e Política**, Brasília-DF, n. 23, março, 1991.

MARTINS, José de Souza; **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Não há terra para plantar neste verão**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. v. 1. 112 p.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 253 p.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, v. 11, p. 97-128, 1999.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernidade e Temporalidades no Trabalho Agrícola. In: **Revista Teoria e Pesquisa**, n. 49, São Carlos, jul/dez 2006. pp. 67-87.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Mirian C.S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 4, agosto/2008, UFG/IESA p.72-87.

MATTEI, Lauro Francisco. As ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 90. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998. **Anais...** Poços de Caldas: 1998.

MATTEI. Lauro Francisco. A Reforma Agrária Brasileira: Evolução do Número de Famílias Assentadas no Período Pós-redemocratização do País. **Estud. Soc. e Agric.** Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2012.

MATTEI, Lauro Francisco. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista de Economia NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, (suplemento especial), 2014.

MATOS, Patrícia Francisca de. ; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Territorialização da agricultura moderna na região da Estrada de Ferro (GO) e as modificações no espaço agrário. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA-ENGA, 19., 2009. **Anais...** São Paulo: 2009.

MATOS, Patrícia Francisca de. ; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano (Brasil): considerações preliminares. In: ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA-EGAL, 12., 2009. **Anais...** Montivideo: 2009. p. 1-12.

- MATOS, Patrícia Francisca de. ; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano: considerações preliminares. In: ANPEGE, 2009. **Anais...**Curitiba. ANPEGE, 2009.
- MATOS, Patrícia Francisca de. ; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A Trama Socioespaciais do Agronegócio do Sudeste Goiano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 16., 2010. **Anais...** Porto Alegre: 2010.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, cultura e inovações. In:**América Latina: cidade, campo e turismo**. Orgs. LEMOS, Amália I. G.; ARROYO, Monica; SILVEIRA, Maria L. Buenos Aires, CLACSO/USP, 2006. p. 281-293
- MELO, Lúgia Albuquerque de. Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. Resumos... Minas Gerais: ABEP, Novembro 2002. 14p.
- MENDONÇA, Leticia Koepfel; TAVIRA, Guilherme; FERREIRA, Everton; LANGE, Roberta; OLIVEIRA, Luana Paré; MOLINA, Caroline; HORA, Karla. A construção de uma política de assistência técnica e extensão rural para superação da extrema pobreza. In: MELLO, Janine. **A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo**. Brasília: MDS, 2015. (p. 50-69). (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, nº 23).
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; SILVA, Sheila Braz Cristino. A Agricultura Camponesa Capturada e Desarticulada pelo Agronegócio no Cerrado- reflexões e perspectivas. In: JORNADA DO TRABALHO, 11., 2011. **Anais...** Curitiba, 2011.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues Mendonça. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.
- _____. A Reestruturação do Capital e a Modernização da Agricultura no Sudeste de Goiás. **Revista Pegada**, V. 6. p. 02-16, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. REVISTA NERA – ANO 9, N. 8 – Jan/Julho de 2006. UNESP, Presidente Prudente.
- MIZIARA, Fausto. . Expansão da Lavoura de Cana em Goiás e Impactos Ambientais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009. **Anais...** Rio de Janeiro: 2009. v. 1. p. 1.
- MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido. **Revista NERA** (UNESP), v. 16, p. 42-59, 2014.
- _____. Agricultura de Beira de Estrada ou Agropecuária Marginal, ou ainda, o Campesinato Espremido. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: AGB, 2010. v. 1. p. 1-12.

_____. Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, campesinato espremido. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7. E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5, 2009, Niterói. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. v. 1.

_____. Agricultura de Beira de Estrada ou Agropecuária Marginal ou, Ainda, O Campesinato Espremido. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre : AGB, 2010.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; ALVES, Renata Batista; CUNHA, Jacksilene Santana. ; SILVA, E. S.. Agropecuária de Beira de Estrada: estudo preliminar sobre as práticas agropecuárias na faixa de domínio da rodovia federal BR 235, Estado de Sergipe. In: Jornada do Trabalho, 11., 2010. João Pessoa. **Anais...**Presidente Prudente: CEGET Unesp, 2010. v. 1. p. 1-15.

MODEL, Patrícia Aparecida; DENARDIN, Valdir Frigo. Agricultura Familiar e a Formação de Circuitos Curtos de Comercialização através das Feiras Livres: o caso da Matinfeira- PR. ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2014.

NOVACANA, 2008. A produção de cana-de-açúcar no Brasil (e no mundo). Disponível em <<https://www.novacana.com/cana/producao-cana-de-acucar-brasil-e-mundo/>>. Acesso em 25 de set. de 2015.

NOZOE, Nelson. 2006. **Sesmarias e Aposseamento de Terras do Brasil Colônia** [online], disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>>. Acesso em 23 de mar. 2016.

OCB/SESCOOP-GO. Censo do cooperativismo goiano 2015. Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O MST como Movimento Sócioterritorial Moderno. **Revista USP**. São Paulo, 2005. n° 64.

_____. A política de reforma agrária no Brasil. In: Direitos Humanos no Brasil 2009. Relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009.

_____. Prefácio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. **Etanol, o novo mito do agronegócio**. Texto elaborado para o Jornal Sem Terra (08/04/2007).

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007. 184 p.

_____. Agrocombustíveis e os alimentos. **Folha de São Paulo**. 17/04/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1704200809.htm>> Acesso em: 05 de Agosto de 2015.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo - Território**. v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. **Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula**. 2011. Disponível em: . Acesso: 21 de agos. 2015.

- PAULINO, Eliane Tomiasi, **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006. 353 p.
- _____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PADILHA, Tânia Mara de Almeida. A Questão Camponesa: Lenin e os Meandros da Questão Camponesa entre os Anos de 1893 e 1923. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008. **Anais...** Marília: Unesp, 2008.
- PAULA, Márcia Maria de; KAMIMURA, Quésia Postigo. ; SILVA, José Luis Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: Dificuldades e Desafios. *Revista de Política Agrícola*, v. XXIII, p. 33- 42, 2014.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PEDROSO; Ízula Luiza Pires Bacci. Meio ambiente, agroindústria e ocupação dos cerrados: o caso do município do Rio Verde no sudoeste de Goiás. **Revista Urutaguá** n° 06. UEM. Maringá, 2005.
- PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacci; PEDROSO DA SILVA, Antenor Roberto. As transformações da agricultura do sudoeste de Goiás: da agropecuária extensiva a formação de cluster de grãos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.
- PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal, 2008. (Textos para discussão 48).
- PESSÔA, Vera Lúcia S. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 1982. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), IGCE-UNESP, Rio Claro, 1982.
- PIACENTE, Fabrício José. **Agroindústria canavieira e o sistema de gestão ambiental: o caso das usinas localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**. Campinas/SP: UNICAMP. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UNICAMP. 2005. 177f.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v.52, p. 63-84, 2014.
- PIERRI, Maria Clara Queiroz Maurício. A Feira livre como Canal de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar. PCT IICA/MDA – NEAD. 48º Congresso da SOBER. Campo Grande (MS), 2010.
- PINAZZA, L. A. Cadeia Produtiva do Milho. Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007.
- PIETRAFESA, José Paulo; SAUER, Sérgio e SANTOS, Ana Elizabeth. A. Ferreira. Políticas de recursos públicos na expansão dos agrocombustíveis em Goiás: ocupação de novos espaços em áreas

- de Cerrado. In: PIETRAFESA, José P. e SILVA, Sandro D. (orgs.). **Transformação do Cerrado: progresso, consumo e natureza**. Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2011, pp. 93-121
- PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- _____. As Implicações do Processo de Modernização Conservadora na Estrutura Fundiária nas Regiões do Estado de Goiás. **Revista de Economia da UEG**, v. 05, p. 70-91, 2009.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.
- PODELESKI, Onete da Silva. Lei de Terras de 1850. **Revista Santa Catarina em História**, UFSC, Florianópolis-SC, vol. 01, n. 02, 2009
- PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, 7, 2005, pp. 35-47.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Arioaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.
- QUEIROZ, Renata Silva da Rocha; CALAÇA, Manuel. Territorialidade da Agroindústria Perdigão no Município de Rio Verde – Goiás: O Novo Modelo de Integração. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG - CONPEEX, 2., 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2005. n.p.
- QUEIROZ, Antonio Marcos; MEYRELLES FILHO, Sérgio Fornazier ; BARBOSA, Cleidinaldo de Jesus. **A Expansão e a Territorialização da Cana-de-Açúcar em Goiás**. Goiânia-Go: Face, 2015 (Textos Para Discussão - Td-052).
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática. 1993.
- RIBEIRO, Dinalva Donizete. **Agricultura “caifizada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental**. 264 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2005.
- _____. **Modernização da Agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí/GO**. 2003. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- RIBEIRO, Dinalva Donizete; GUIMARÃES, Juliana Carneiro. Trajetórias Socioespaciais de Camponeses (e)migrantes e a Luta pela Terra. **Revista da ANPEGE** , v. 7, p. 53-67, 2011.
- RIBEIRO, Dinalva Donizete; DIAS, Mariza Silva. Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 81-91, jan./abr. 2013

RIBEIRO, Dinalva Donizete ; BINSZTOK, Jacob. Impactos da Agricultura Tecnificada em Áreas de Cerrado do Brasil Central: Análise do Uso da Terra, do Grau de Vulnerabilidade dos Solos e do Desmatamento. **Scripta Nova** (Barcelona), v. X, p. N/A, 2008.

RODRIGUES, Luciana Deotti. **A cana-de-açúcar como matéria-prima para a produção de biocombustíveis: impactos ambientais e o zoneamento agroecológico como ferramenta para mitigação**. Trabalho de conclusão de curso em análise ambiental. Universidade Federal de Juiz de Fora. 59 p. 2011

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura Urbana**. Embrapa, Brasília: 2003.

ROMANATTO, Eduiges ; ARRIEL, Marcos Fernando; LIMA, Wellington Matos de. O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões. **Conjuntura Econômica Goiana** , v. 22, p. 12-24, 2012.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. 272p.

ROOS, Djoni. A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. In: JORNADA DO TRABALHO, 13., 2012. **Anais...** Presidente Prudente: 2012.

ROSSETTO Raffaella; SANTIAGO, Antonio Dias. **Adubação - resíduos alternativos**. Disponível em < http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_39_711200516717.html> Acesso em 17 de Fev. 2015.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, 2003. p. 11-44.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

_____. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2 (2): 109 - 117, 1981.

_____. **Matuchos: exclusão e luta – Do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1993.

SANTOS, Raymar Leite. **A modernização da agricultura em Goiás na perspectiva da pesquisa agropecuária**. 1998. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, UFG, Goiânia.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Ciências sociais).

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

_____. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Espaço e Método**. 5 Ed. São Paulo. EDUSP, 1985.

_____. O Retorno do Território. In: **OSAL: observatório Social de América Latina**. Ano 6. nº 16. Jun. 2005. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

_____. O dinheiro e o território, In: SANTOS, M (org.), Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Ana Michelle Ferreira Tadeu dos; SOUZA, Francilane Eulália. . Cana doce, trabalho amargo: a superexploração do trabalhador canavieiro. Revista **Pegada Eletrônica** (Online) , v. 9, p. 6-21, 2012.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, J. P. Cana de açúcar, financiamento público e produção de alimentos no Cerrado. **Campo – Território**, v. 7, p. 1-29, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 18, n. 51, p. 99-122, Feb. 2003.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. Revista Redes, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

_____. A Pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.) (Org.) La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª. ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie, 2009.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 30, n. 3, p. 511-531, Sept. 2010 .

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2003, vol.18, n.51 [cited 2016-10-07], pp.99-122.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. Porto Alegre: RIMISP(**Relatório de Pesquisa FIDA Pobreza y Desigualdade**), 2013.

SCOPEL, Iraci; ; PEIXINHO, Dimas M.; SOUSA, Marluce. S. **A formação de areais e seu controle na região de Jataí e Serranópolis/GO**. Relatório final do Projeto. Jataí/GO: PROINPE/SECTECGO, 2005. 155 f.

SCOPEL, Irací. ; MARIANO, Zilda de Fátima ; PEIXINHO, Dimas M ; SOUSA, Marluce Silva . Aspectos Climáticos e os Areais do Sudoeste de Goiás (BR). In: VI Seminário Latino-Americano de

- Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, 2010, Coimbra. **Anais...** p. 1-12.
- SEPGLAN. Secretaria de Gestão e Planejamento. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás-2003**. Goiânia: SEPLAN, 2003.
- _____. **Ranking dos Municípios Goianos-2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005.
- _____. **Ranking dos Municípios Goianos-2009**. Goiânia: SEPLAN, 2009.
- _____. **MINEIROS: agroindústria crescente**. Goiânia: SEPLAN, 2009.
- _____. **Goiás em Dados-2011**. Goiânia: SEPLAN, 2011.
- _____. **Perfil Competitivo das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás**. Goiânia: SEPLAN, 2012.
- _____. **Economia e Desenvolvimento. Ano XIV, n. 32**. Goiânia: SEPLAN, 2014.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SILVA, Sheila Braz Cristino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Modernização da agricultura no município de Ipameri-GO: agronegócio, trabalho e migração**. In: JORNADA DO TRABALHO, 13., 2012. **Anais...** Presidente Prudente: 2012
- SILVA, Raimundo Pires. Reforma agrária e sua atualidade. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/boletim.php>. Acesso em 05/07/2011. MUDAR DATA
- SILVA, Eduardo Sol Oliveira da.; MARAFON, Glaucio José. A Agricultura Familiar no estado do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2007. **Anais...** Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.
- SILVA, Marcelo Corrêa da; BOAVENTURA, Vanda Maria ; FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares. História do Povoamento Bovino no Brasil Central. **Revista UFG**, n. 13, p. 34-41, dez. 2012.
- SILVA, Edson Batista da.; SOUZA, José Carlos de. Modernização da agricultura e apropriação do Cerrado: uma análise das microrregiões do Sudoeste Goiano e Quirinópolis no Estado de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: AGB-ENGA, 2012, 14 p.
- SILVA, Sheila Braz Cristino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues Mendonça. A Agricultura Camponesa Capturada e Desarticulada pelo Agronegócio no Cerrado: reflexões e perspectiva. In: JORNADA DO TRABALHO, 12., 2011, Curitiba/PR. **Anais...** Presidente Prudente: 2011.
- SILVA, Sheila Braz Cristino; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Modernização da agricultura no município de Ipameri-GO: agronegócio, trabalho e migração**. In: Jornada do Trabalho, 13, 2012, Presidente Prudente (SP, Brazil). **Anais...** 2012
- SILVA, Marcelo Cardoso da; Mineiros: novo perfil econômico, futuro promissor. In: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Ranking dos Municípios Goianos – 2006**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás - Goiânia, 2006.

SILVA, Jesiel Souza. Considerações sobre a Ocupação do Cerrado na Microrregião do Sudoeste de Goiás: Modernização versus degradação. **Rama: Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 1, p. 89-99, 2010.

_____. **Análise sócio-espacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no Sudoeste de Goiás**. 2010. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos.

SILVA, Alessandro Guerra da ; FRANCISCHINI, Ricardo. Sistemas de produção de milho safrinha em Goiás. In: SEMINÁRIO NACIONAL [DE] MILHO SAFRINHA, 12., 2013, Dourados. Anais... Brasília, DF: Embrapa; Dourados: Embrapa, 2013.

SILVA, Mariele de Oliveira.; ALMEIDA, Rosemeire. Aparecida. Limites e perspectivas do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE): o caso do assentamento corixinha em Cáceres/MT. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. Anais... Uberlândia: ENGA, 2012.

SILVA, Elaine Barbosa da. ; FERREIA, Laerte Guimarães.; ANJOS, Antonio Fernandes dos; MIZIARA, FAUSTO . A expansão da fronteira agrícola e a mudança de uso e cobertura da terra no centro-sul de Goiás, entre 1975 e 2010. **Ateliê Geográfico (UFG)** , v. 7, p. 116-138, 2013.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, William Ferreira da. **O avanço do setor sucroenergético no Cerrado: os impactos da expansão canavieira na dinâmica socioespacial de Jataí GO**, 2011, 218f. il, Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Goiás- Campus Jataí, 2011.

SILVA, Adriana Aparecida; MIZIARA, Fausto. Avanço do setor sucroalcooleiro e expansão da fronteira agrícola em Goiás. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 41, n. 3, p. 399-407, jul./set. 2011.

SILVEIRA, Michel Rezende da; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. . Municípios pequenos e deprimidos no sudoeste goiano: "os hipócritas roubam a cena". **Campo - Território**, v. 7, p. 169-187, 2012.

SINHORINI, José Marcos ; SAQUET, Marcos Aurélio . Territorialização da Cooperativa Agropecuária Capanema LTDA (COAGRO): uma articulação entre o local e o global. In: Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 3., Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2. 2005. Anais... Presidente Prudente: 2005.

SOL, Eduardo Sol Oliveira da ; MARAFON, Glaucio José ; SEABRA, Rogério dos Santos . Agricultura, modernização e ambiente: breves notas. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012. Anais... Uberlândia: 2012.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O antigo e o moderno no campo brasileiro**: uma reflexão a partir da teoria agrária. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Vinícius Castro. & LORENZI, Harri.. **Botânica Sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II**. Ed. Instituto Platarum, Nova Odessa, 2005. 639 p.

SOUZA, Cláudia Cristina Borges de. Mineiros: agroindústria chega para ficar. In: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. **Ranking dos Municípios Goianos – 2007**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás - Goiânia, 2007.

SOUZA, Marcos Antônio de. A dinâmica territorial da expansão do agronegócio sucroalcooleiro: contribuições teóricas para a atuação dos movimentos sociais. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 9, pp. 3-24, 2008.

_____. A dinâmica territorial da expansão do agronegócio Canavieiro e o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar: notas para um debate. *Campo-Território*. v.5, n.10, p. 148-167, 2010.

_____. A dinâmica territorial da expansão do agronegócio sucroalcooleiro: contribuições teóricas para a atuação dos movimentos sociais. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.l.], n. 9, Mar. 2012.

SOUZA, Suzane Tosta. Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. *Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia*. Aracaju, Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Tese de doutorado, 2008.

SOUZA, Uemerson Rodrigues de; BRAGA, Marcelo José. Diversificação concêntrica na cooperativa agropecuária: um estudo de caso da COMIGO. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v. 14, n. 1, 2007.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. *Geo. Élisée. UEG*, Goiânia, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012.

STAKE. Robert. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

STEDILE, João Pedro e GORGEN, Frei Sergio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993. 117 p.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, 2(2). 2005, pp. 21–42.

ÚNICA. Mapa da Produção. Disponível em < <http://www.unica.com.br/mapa-da-producao/>> **acesso em: 30 de maio de 2016**.

VALARIE, Pierre; DUARTE, Laura M. Goulart ; TOURRAND, Jean F.; COUTINHO, Cássia. Expansão do setor sucroalcooleiro e conflitos sociopolíticos no município de Rio Verde - Brasil. In:

Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 4., 2008. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008.

VALEC. Ferrovias Norte-Sul. Disponível em <http://www.valec.gov.br/acoes_programas/FNSFerroviasNorteSul.php>. Acesso em 20 de Jan. de 2015.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.

VIEIRA, Nair de Moura. **Caracterização da cadeia produtiva da soja em Goiás**. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VIEIRA JUNIOR, Pedro Abel; et al. O Centro-Oeste brasileiro como fronteira agrícola. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL, 7., 2006. Quito, Equador. **Anais...** Buenos Aires: Alasru, 2006.

VINHAS, Moisés. **A Terra, o homem e as reformas**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

XAVIER, Carlos Vinicius. A expansão da agroindústria sucroalcooleira na região de Andradina e a crise da reprodução do capital. **Revista Eletrônica da AGB**, Seção Três Lagoas, v. 1, p. 55-80, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

_____. A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Idéias**, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54. jul.-dez. 1996.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1996, p. 21-55

_____. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 31-44.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013, nº 21, [p. 42-62];

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Ed. UNB – Tempo Brasileiro, 1990, 73 p.

WUERGES, E. W. E.; SIMOM, A. A. E. Feiras livres como uma forma de popularizar a produção e o consumo de hortifrutigranjeiros produzidos com base na Agroecologia. Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.2, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

APÊNDICES

Apêndice A: Questionário

QUESTIONÁRIO

LEVANTAMENTO DAS UNIDADES PRODUTORAS FAMILIARES-FAIXA DE DOMÍNIO DA UNIÃO
 Universidade de Brasília
 Pós-Graduação em Geografia

1. DADOS PESSOAIS

1.2 Número do Lote: _____ 1.3. Área Total em Hectare: _____
 1.4. Nome do Titular: _____
 1.5. Endereço para correspondência: _____
 1.6. Município: _____ 1.7. CEP: _____ 1.8. Telefone: _____
 1.9. E-mail: _____

2. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nº de famílias que vivem no lote: _____

Nome	Parentesco	Escolaridade	Mora na propriedade?	Idade	Sexo	Trabalho			
						Interno	Parcial	Externo	Renda

3. TRAJETÓRIA E DIFICULDADES

3.1 Origem: Urbana Rural
 3.2. Há quanto tempo trabalha na agricultura? _____
 3.3. Sempre foi agricultor? Não Qual era sua atividade? _____
 Sim
 Posseiro Proprietário Arrendatário Parceiro Assentado
 Principal Atividade: _____
 3.4. O que fazia antes de vir para esta área? _____
 3.5. Fez parte de algum movimento social no campo? Não Sim
 3.6. Já foi acampado da Reforma Agrária? Não Sim Quanto tempo? _____ Onde? _____
 3.7. Já foi beneficiário da Reforma Agrária? Não
 Sim Quanto tempo? _____ Qual o motivo saiu? _____ Onde? _____
 3.8. Quantas horas diária você passa na UPF: _____
 3.8. Quais são as suas maiores dificuldades? (Por prioridade)
 1- _____
 2 - _____
 3 - _____
 4 - _____
 5 - _____
 5 - _____
 3.9. Como deve ser a organização ideal para torná-los mais forte e superar as deficiências?

4. INDICADORES SOCIAIS E ECONOMICOS

- 4.1. É cooperado Sim Não onde: _____ valor mensal: R\$ _____
 4.2. É associado Sim Não onde: _____ valor mensal: R\$ _____
 4.3. É sindicalizado Sim Não onde: _____ valor mensal: R\$ _____
 4.4. Faz parte de algum grupo Sim Não qual? _____
 4.5. Faz contabilidade Sim Não
 4.6. Tem nota de produtor Sim Não
 4.7. Tem renda extra-agrícola Sim Não qual: _____ valor mensal: R\$ _____
 4.8. Qual a renda total da família por mês: R\$ _____ Qual seria a renda mensal ideal: R\$ _____
 4.9. Tem empregado, meeiro ou paga mão de obra? Não
 Sim valor mensal: R\$ _____
 Quantos? _____

- 4.10. Colaboração de outras famílias multirão troca de dia não acontece
 4.11. Arrenda o lote ou parte deste? Sim Não R\$/mês _____ Motivo: _____

- 4.11. Já arrendou o lote ou parte deste? Sim Não Motivo: _____

- 4.12. Já pensou em abandonar o lote? Sim Não Motivo: _____

- 4.13. Tem créditos a pagar? Sim não

Crédito	Valor (R\$)	Falta pagar (R\$)	Vence em	Está em dia?	
				sim	não
Procera					
Pronaf					
Custeio					

Tipo do Pronaf: _____

- 4.14. Tem roubos na UPF sim não
 4.15. Gasto Extras Mensais
 4.15.1. Alimentação: Sim R\$/mês: _____ não
 4.15.2. Telefone: Sim R\$/mês: _____ não
 4.15.3. Outros: Sim R\$/mês: _____ não
 4.16. Tem algum veiculo? Sim não Qual? _____
 4.17. Residência Alvenaria Madeira Outro

5. CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E JURÍDICA

- 5.1. Tem assistência Técnica? Sim Não Outros: _____

5.2. Avaliação

Bom	Regular	Insatisfatório	Não Existe

- 5.3. Cursos de capacitação Não Sim De quem: _____

6. ENERGIA (consumo mensal)

6.1. Tipo de Energia Elétrica

Energia Rural			Energia Urbana		
Tem			Precisa		
110	220	Trifásica	110	220	Trifásica

- 6.2. Quantos metros o padrão de energia do seu lote fica do poste de alta tensão? _____

- 6.3. Tem problema com a energia elétrica? Não Sim

- 6.4. Gasto mensal: R\$ _____
 Óleo Diesel R\$/mês: _____
 Gasolina: R\$/mês: _____
 Alcool: R\$/mês: _____
 Gás de cozinha: R\$/mês: _____

7. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS E CONSTRUÇÕES RURAIS

Tipo	Sim	Não	Idade
Trator			
Grade			
Subsolador			
Plantadeira			
Tração Animal			
Picadeira			
Bomba d'água			
Galpão			
Depósito			
Estábulo			
Estufa			
Mangueira			

8. EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E CULTURA

8.1. Como ocorre a educação das crianças? Escola rural Escola na cidade

8.2. Como ocorre a educação dos jovens? Escola rural Escola na cidade

8.3. Como ocorre a educação dos adultos? Escola rural Escola na cidade

8.5. Locomoção para Escola: Onibus Bicicleta A pé Carro
 Moto Trator Outro

8.6. Está satisfeito com a educação sim Não Mais ou menos não

8.7. Participa de atividades religiosas? Sim Não Qual: _____

8.8. Quais atividades de distração/diversão a família faz? _____

8.9. Quais atividades de distração/diversão a família gostaria de fazer? _____

8.10. Alguém da família toca algum instrumento musical? Sim Não
 Quem: _____ Qual: _____

9. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

9.1.. Usa técnicas agroecológicas/orgânicas? Sim Não Não conhece
 Quais: _____

9.2. Tem certificado de produto orgânico? Sim Não Qual: _____
 Custo anual: R\$ _____

9.3. Gostaria de produzir orgânico? Sim Não

9.4. Já ouviram falar de certificação participativa? Sim Não

9.5. Faz rotação de culturas? Sim Não

9.6. De onde vêm as sementes? Própria Compra Troca Ganha

9.7. O que fazem com o resto da lavoura? Roçam e deixam na terra Queimam

9.8. O que fazem com o esterco? Juntam e colocam em outras culturas Nada
 Fazem composto, biofertilizante ou humus

9.9. Pra onde vão os esgotos? Fossa Fossa séptica Corregos ou rio

9.10. Para onde vai o lixo não orgânico? Coleta prefeitura Buraco
 Recicla Queima

9.11. De onde vem a água para casa? Poço Mina Represa

9.12. E a água da plantação e/ou animais? Poço Mina Represa

9.13. Tem mina no lote? Sim Não Quantas?

9.14. Tem problema com a água? Qualidade Quantidade Não tem problema

9.15. Como a água é transportada? Bomba Gravidade Balde
 Roda d'água Carneiro hidráulico

9.16. Tem área de reserva ao redor da mina? Sim Não
 Pretende fazer Sim Não

10. ARTESANATO , PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

10.1. Como comercializar sua produção? Feira livre Atravessador Casa em csa
 Outros: Quais? _____

10.2. Processa os produtos? Sim Não
 Quais? _____ O que faz: _____

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

10.3. Tem interesse em processar? Sim Não
Que produto quer fazer: _____

10.4. Produz artesanato? Sim Não
O que faz: _____ Qual a renda: _____

11. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

11.1. Plantações Temporárias/Anuais

Cultura	Área em	Quant.	Observação	Preço R\$	Custo

11.2. Vendeu algum produto beneficiado de sua plantação anual/temporária

Produto	Quantidade	Local de Venda	Valor Unitário	Peso Medida

11.2. Pomar Caseiro

Árvore presente no lote	Para que usa		
	Fruta	Remédio	Embelezar

Árvore presente no lote	Para que usa		
	Fruta	Remédio	Embelezar

11.3. Índice Fitotécnico

11.3.1. Análise de solo

11.3.2. Irrigação

11.3.3. Manejo Integrado Praga

11.3.4. Quantidade de matéria orgânica: _____

sim não
sim não
sim não

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

11.4. Trabalho Agrícola

11.4.1. Detoca	Mecanizada	<input type="checkbox"/>	Animal	<input type="checkbox"/>	Manual	<input type="checkbox"/>
11.4.2. Roçada	Mecanizada	<input type="checkbox"/>	Animal	<input type="checkbox"/>	Manual	<input type="checkbox"/>
11.4.3. Preparo do Solo	Mecanizada	<input type="checkbox"/>	Animal	<input type="checkbox"/>	Manual	<input type="checkbox"/>
11.4.4. Plantio	Mecanizada	<input type="checkbox"/>	Animal	<input type="checkbox"/>	Manual	<input type="checkbox"/>
11.4.5. Capina	Mecanizada	<input type="checkbox"/>	Animal	<input type="checkbox"/>	Manual	<input type="checkbox"/>
11.4.6. Capina	Mecanizada	<input type="checkbox"/>	Animal	<input type="checkbox"/>	Manual	<input type="checkbox"/>
11.4.7. Colheita	Mecanizada	<input type="checkbox"/>	Animal	<input type="checkbox"/>	Manual	<input type="checkbox"/>

11.4.8. Tipo de Insumos utilizados: _____

11.5 Suíno

Número de Animais:				Número de Animais:							
Características	Solto	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>	Alimentação	Lavagem	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>
	Milho	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>		Capim	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>
	próprio	R\$/mês:		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		Cana	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>
	Ração	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>		Milho	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>
		R\$/mês:		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			R\$/mês:		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nascimentos por ano		animais				Nascimentos por ano		animais			
Quantidade que produz		animais/ano				Quantidade que produz		animais/ano			
Quantidade que consome		animais/mês				Quantidade que consome		Kg/mês			
Quantidade que vende		animais/mês				Quantidade que vende		animais/ano			
Peso médio		Kg				Peso médio		Kg			
Preço médio		R\$/Kg				Preço médio		R\$/Kg			
Ovos		Duzia/mês				Ovos		Duzia/mês			
Venda de ovos		Duzia/mês				Venda de ovos		R\$/Duzia			
Preço médio		R\$/Duzia				Preço médio		R\$/Duzia			
Consumo de ovos		Duzia/mês				Consumo de ovos		Duzia/mês			

11.6. Gado de Corte

11.7. Gado de Leite

Número de Animais:				Número de Animais:							
Alimentação	Pasto	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>	Alimentação	Pasto	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>
	Capim	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>		Capim	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>
	Cana	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>		Cana	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>
	Ração	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>		Ração	sim	<input type="checkbox"/>	não	<input type="checkbox"/>
		R\$/mês:		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			R\$/mês:		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nascimentos por ano		cabeças				Nascimentos por ano		cabeças			
Quantidade que produz		cabeças/ano				Quantidade que produz		litros/dia			
Quantidade que consome		Kg/ano				Quantidade que consome		litros/dia			
Quantidade que vende		cabeças/ano				Quantidade que processa		litros/dia			
Peso médio		arropa				Vendas		Quantidade		Preço	
Preço médio		R\$/arropa				litros/mês - Kg/mês		R\$/litro - R\$/Kg			
						Leite					
						Queijo					
						Requeijão					
						Doce de Leite					

Confinamento	<input type="checkbox"/>	Postoreio rotacionado	<input type="checkbox"/>
A pasto	<input type="checkbox"/>	Vacinação	<input type="checkbox"/>
Vermifugação	<input type="checkbox"/>	Produz feno/ração/silagem	<input type="checkbox"/>
Usa homeopatia ou fitoterapia nos animais?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		

O que? _____

11.8. Apicultura

Número de caixas:	<input type="checkbox"/>	Preço de Venda:	R\$/Kg
Número de melgueiras:	<input type="checkbox"/>	Quanto consome:	Kg
Produção anual:	<input type="checkbox"/>		

11.9

OUTROS DE ANIMAIS (número de animais - produção, vendas e preço):				
Categoria animal	Quantidade -ano	produção anual-mês-dia	Venda -cabeça, litro	Preço da venda R\$
Equínos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Caprinos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ovinos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANEXOS

Anexo A: Ordem de Serviço 001/2009 DENIT



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

ORDEM DE SERVIÇO DG/ 000001/2009.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, de conformidade com o disposto no art. 82, inciso IV, da Lei nº.10.233, de 5 de junho de 2001, consoante o disposto alínea “d”, do art. 1º, do Decreto-Lei nº. 512, de 21 de março de 1969, e usando da atribuição que lhe confere o inciso IV, do art. 124, do Regimento Interno aprovado pela Resolução 10, de 31 de janeiro de 2007, do Conselho de Administração, e

CONSIDERANDO que é dever das autoridades regionais da Autarquia zelarem pela integridade e intangibilidade absolutas do uso comum das faixas de domínio das rodovias federais;

CONSIDERANDO que a observância desse dever é da competência expressa, pessoal e indelegável dos Senhores Engenheiros Chefes das Unidades Locais subordinadas à respectiva Superintendência Regional, por força do disposto no art. 122, inciso VIII, do Regimento Interno do DNIT;

CONSIDERANDO que, a despeito, as invasões e turbações das faixas de domínio administradas pelo Departamento se vêm repetindo e generalizando em todo país, com violação da lei, atentado ao patrimônio público e perigo para o trânsito e o tráfego interestaduais,

RESOLVE:

- Determinar que os Senhores Engenheiros Chefes das Unidades Locais redobrem sua vigilância e diligência no concernente à manutenção das faixas de domínio das rodovias sob sua jurisdição, desimpedidas e livres de quaisquer utilizações por parte de particulares não regularmente autorizados, mediante sua ocupação em caráter transitório ou duradouro e a que título seja.
- Recomendar que aquelas autoridades, para o fiel desempenho dessas atribuições, mantenham permanente contato com a Unidade da Procuradoria Federal Especializada junto à Superintendência Regional, com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Civil e Federal no Estado.
- Responsabilizar os referidos servidores pela transgressão do dispositivo regimental e desta Ordem de Serviço, nos termos do art. 116, incisos III e IV, da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e arts. 262 e 319 do Código Penal, sempre que constatado no Procedimento Administrativo Disciplinar que a invasão da faixa de domínio e a sua ocupação por terceiros decorreu de omissão, tolerância, erro ou negligência daquelas autoridades.

Em, 23/01/2009

LUIZ ANTONIO
Diretor-Geral


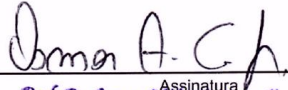
Danielle Coimbra ASCOPGAB 4572

Publicado no
Boletim Administrativo nº. 003
de 23 a 23/01/2009
Ivone Santos Rigaud
Matr. DNIT nº 202-0

Anexo B: Folha de Rosto para Pesquisa envolvendo Seres Humanos e Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa



FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Entre o Latifúndio e o Asfalto: a produção (in)visível dos agricultores familiares nas terras da União e sua contribuição para a segurança alimentar e mercados agroalimentares locais		2. Número de Sujeitos de Pesquisa: 50	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Jesiel Souza Silva			
6. CPF: 006.229.751-10		7. Endereço (Rua, n.º): SQN 306 BLOCO D ASA NORTE Apt. 401 BRASÍLIA DISTRITO FEDERAL 70745040	
8. Nacionalidade: BRASILEIRA		9. Telefone: (64) 8110-1753	10. Outro Telefone:
		11. Email: zielsilva@hotmail.com	
12. Cargo:			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>28</u> / <u>06</u> / <u>2013</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
13. Nome: Instituto de Ciências Humanas/UNB		14. CNPJ: 00.038.174/0001-43	15. Unidade/Orgão: Geografia
16. Telefone: (61) 3271-5362		17. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Osmar Abílio de Carvalho Júnior</u>		CPF: <u>619.534.901-15</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenador do PPGGEA</u>			
Data: <u>28</u> / <u>06</u> / <u>2013</u>		 Assinatura <u>Prof. Dr. Osmar Abílio de Carvalho Jr.</u> Coord. do Prog. de Pós-Graduação em Geografia Universidade de Brasília - UNB	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Entre o Latifúndio e o Asfalto: a produção (in)visível dos agricultores familiares nas terras da União e sua contribuição para a segurança alimentar e mercados agroalimentares locais

Pesquisador: Jesiel Souza Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 19252913.6.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas/UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 371.153

Data da Relatoria: 23/08/2013

Apresentação do Projeto:

Por muitos anos, a ideia de combate à fome esteve relacionada com a necessidade de aumento da produção de alimentos no mundo. O aumento populacional e o número de pessoas que passam fome diariamente foram utilizados para justificar a introdução do “progresso técnico” na agricultura aplicada principalmente às grandes extensões de áreas monocultoras. Porém, de fato, o progresso técnico na agricultura representado principalmente pela revolução verde, através da especialização da produção, com o cultivo intensivo de monoculturas fortemente integradas aos mercados, não foi suficiente para resolver o problema da fome pelo mundo. Uma insuficiente produção de alimentos não mais pode ser utilizada para explicar os problemas da fome pelo mundo, pois ela não é um problema técnico, visto que existe produção suficiente para que ninguém mais sobreviva em situação de fome ou desnutrição no mundo, mas isso demonstra a ineficiência do modelo de desenvolvimento atual. As grandes desigualdades na distribuição da riqueza no mundo atingiram, atualmente, proporções alarmantes. Isso acaba se refletindo na distribuição da fome pelo mundo: segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, no ano de 2012 o mundo atingiu a marca de 870 milhões de pessoas que passam fome. No Brasil, a luta contra a fome é bem antiga, tendo como marco importante sobre a reflexão do tema a obra Geografia da Fome, de José de Castro, publicada em 1946. Esta

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC e ALA NORTE e MEZANINO e SALA B1 e 606 (MINHOCÃO

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3307-2760

E-mail: ihd@unb.br

Continuação do Parecer: 371.153

publicação apresentou um dos mais profundos estudos brasileiros sobre a insegurança alimentar no Brasil, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, mostrando também que a falta de nutrientes, na comida cotidiana de tais povos, se dá por características climáticas, culturais e do solo, próprias de cada localidade, porém, sobretudo, em razão da concentração de terra na mão de poucas pessoas. Segundo a FAO (2012) cerca de 13 milhões de pessoas ainda passam fome ou sofrem com desnutrição no Brasil. Este trabalho se justifica pela importância do papel que os agricultores familiares desempenham na busca da melhoria da segurança alimentar e erradicação da fome no Brasil, visto que grande parte dos alimentos necessários para alimentar a população brasileira vem da produção dos agricultores familiares. Ao longo das estradas e rodovias de algumas regiões brasileiras é comum a utilização de áreas de domínio da União nas explorações agropecuárias, que tem se mostrado importante na produção de alimentos em pequena escala. Para muitos agricultores familiares, esta é a única alternativa de produzir alimentos e contribuir para a alimentação familiar. Quando há produção de algum excedente, este é colocado no mercado. Este projeto objetiva, assim, analisar a produção deste tipo de agricultura familiar para a soberania alimentar das famílias produtoras e para os mercados agroalimentares locais.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário é analisar a contribuição da agricultura familiar nas faixas de domínios da União às margens das rodovias federais para a soberania alimentar das famílias produtoras e para os mercados agroalimentares locais. Como objetivos secundários, busca-se: a) Identificar e caracterizar os sujeitos que produzem nas áreas de domínios da União às margens das rodovias; b) Entender o papel da multifuncionalidade da agricultura familiar; c) Identificar e caracterizar a produção nessas unidades agrícolas; d) Investigar a importância que a produção para o autoconsumo ou autoprovisionamento possui para os agricultores de *beira-de-estrada*; e) Compreender a forma de comercialização dos produtos; f) Analisar a importância e o significado da produção para os mercados agroalimentares locais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto não prevê riscos para os/as participantes e prevê, como benefício, mostrar a importância do papel que os agricultores familiares que utilizam a faixa de domínio da União desempenham na busca da melhoria da segurança alimentar e erradicação da fome, contribuindo para a segurança alimentar das famílias que ocupam estas áreas e também de parte da população urbana.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está adequado às exigências da Resolução CNS 196/96 e complementares.

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC e ALA NORTE e MEZANINO e SALA B1 e 606 (MINHOÇÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 371.153

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O estudante forneceu todos os termos de apresentação obrigatória. Há justificativa para a não apresentação da carta de aceite institucional.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram atendidas. O projeto foi aprovado pelo CEP/IH.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

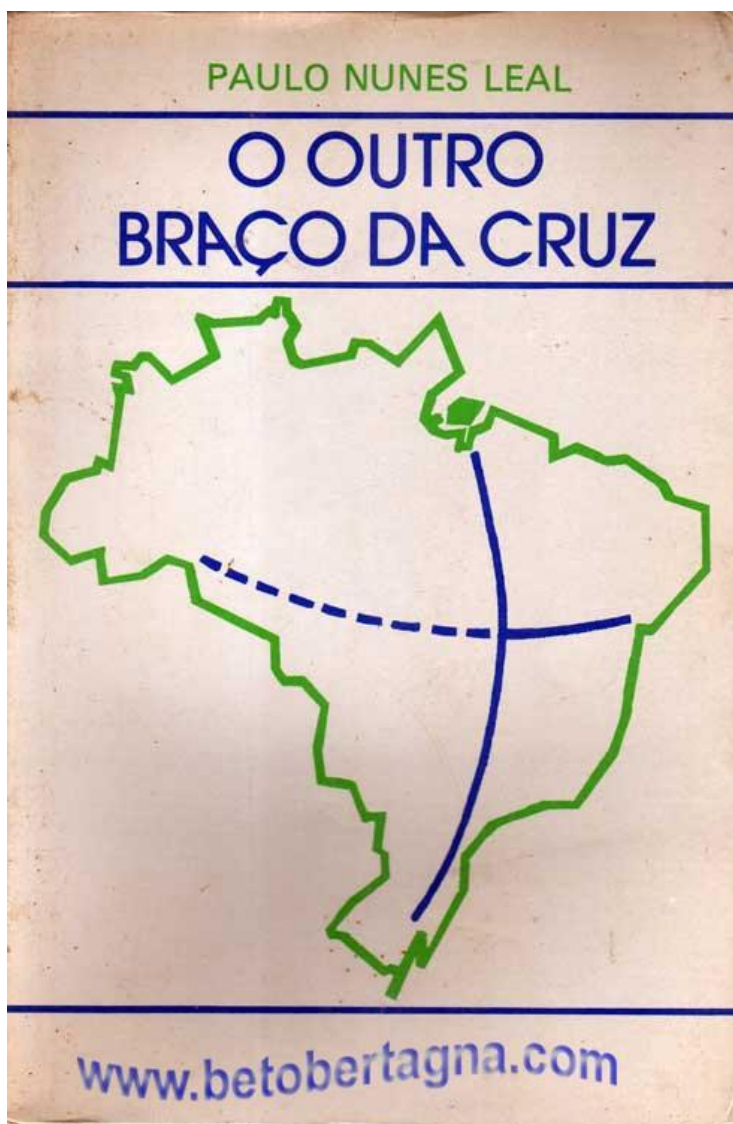
Considerações Finais a critério do CEP:

BRASILIA, 26 de Agosto de 2013

Assinador por:
Debora Diniz Rodrigues
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC 2 ALA NORTE 2 MEZANINO 2 SALA B1 2 606 (MINHOCÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

Anexo C - Capa do Livro Paulo Nunes Leal, retratando o Cruzeiro do Sul na Intercessão das Rodovias.



Fonte: Beto Bertagna

Anexo D – Dados Demográficos da Microrregião do Sudoeste de Goiás.

Município	Área (em Km²)	2000			2010			2016*
		População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	População Total (hab.)
Aparecida do Rio Doce	602.13	2.399	1.810	589	2.514	1.950	477	2.514
Aporé	2.900.16	3.427	2.096	1.331	3.803	2.541	1.262	4.110
Caiapônia	8.637.87	14.648	10.809	3.839	16.757	12.269	4.488	18.329
Castelândia	297.43	3.882	3.492	390	3.638	3.344	294	3.626
Chapadão do Céu	2.185.12	3.773	2.813	960	7.001	5.878	1.123	8.853
Doverlândia	3.222.94	8.551	5.319	3.232	7.892	4.916	2.976	7.795
Jataí	7.174.23	75.417	68.785	6.632	88.006	81.010	6.996	97.077
Maurilândia	389.76	8.989	8.459	530	11.521	11.120	401	13.170
Mineiros	9.060.09	38.881	34.523	4.358	52.935	48.286	4.649	61.623
Montividiu	1.874.15	7.710	5.389	2.321	10.572	8.584	1.988	12.337
Palestina de Goiás	1.320.69	3.310	1.823	1.487	3.371	2.180	1.191	3.507
Perolândia	1.029.62	2.784	1.697	1.087	2.950	1.859	1.091	3.121
Portelândia	556.58	3.694	2.820	874	3.839	3.110	729	4.030
Rio Verde	8.379.66	116.559	106.109	10.450	176.424	163.540	12.884	212.237
Santa Helena de Goiás	1.141.33	34.527	32.332	2.195	36.469	34.815	1.654	38.563
Santa Rita do Araguaia	1.361.77	5.080	4.629	451	6.924	6.159	765	8.069
Santo Antônio da Barra	451.60	4.054	3.293	761	4.423	3.372	1.051	4.747
Serranópolis	5.526.72	6.449	4.095	2.354	7.481	5.534	1.947	8.236
Total	56.111.85	344.134	300.293	43.841	446.433	400.467	45.966	511.944

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000); IBGE. Censo Demográfico (2010).

*estimativa

Anexo E – IDH e Índice de Gini no Sudoeste de Goiás

Município	IDHM		Índice de Gini	
	2000	2010	2000	2010
Aparecida do Rio Doce	0.565	0.693	0.44	0.49
Aporé	0.574	0.693	0.67	0.45
Caiapônia	0.562	0.693	0.55	0.52
Castelândia	0.546	0.701	0.61	0.58
Chapadão do Céu	0.618	0.742	0.71	0.41
Doverlândia	0.504	0.668	0.55	0.45
Jataí	0.627	0.757	0.58	0.55
Maurilândia	0.546	0.677	0.44	0.42
Mineiros	0.590	0.718	0.59	0.55
Montividiu	0.578	0.733	0.78	0.49
Palestina de Goiás	0.525	0.713	0.51	0.38
Perolândia	0.551	0.676	0.58	0.49
Portelândia	0.553	0.654	0.49	0.39
Rio Verde	0.633	0.754	0.60	0.54
Santa Helena de Goiás	0.582	0.724	0.51	0.53
Santa Rita do Araguaia	0.596	0.714	0.57	0.48
Santo Antônio da Barra	0.540	0.691	0.51	0.42
Serranópolis	0.563	0.681	0.60	0.48
Média da Microrregião	0,576	0,704	0,571	0,478

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2000); IBGE. Censo Demográfico (2010).

Anexo F – Dados Sócioeconômicos do Sudoeste de Goiás

Município	Renda per capita - 2010 (em R\$)	IDEB	% de Extremamente pobres	% vulneráveis à pobreza
Aparecida do Rio Doce	689,30	5.10	7,26	46,36
Aporé	623,58	5.90	1,80	48,75
Caiapônia	987,30	5.30	4,46	44,46
Castelândia	541,99	4.30	3,04	60,88
Chapadão do Céu	564,44	6.10	0,36	58,08
Doverlândia	388,34	5.50	2,20	79,70
Jataí	595,02	5.20	0,91	55,71
Maurilândia	458,45	4.70	0,99	65,23
Mineiros	590,70	5.50	2,38	56,59
Montividiu	291,78	5.80	1,34	85,10
Palestina de Goiás	518,12	4.80	1,35	66,45
Perolândia	575,52	4.50	3,11	57,92
Portelândia	688,68	4.70	0,47	59,75
Rio Verde	649,71	6.00	1,15	69,47
Santa Helena de Goiás	635,23	5.20	1,60	60,86
Santa Rita do Araguaia	480,67	5.50	2,63	59,42
Santo Antônio da Barra	447,39	5.10	4,63	72,16
Serranópolis	537,58	6.00	1,57	56,15
Média	570,21	5,28	2,29	61,28

Fonte: INEP/MEC; IBGE. Censo Demográfico (2010).

Anexo G – Empresas beneficiadas pelo Programa FOMENTAR – período 1991-1999

Comércio Ind Bras Coinbra	Jataí	set/91
Gale Agroindustrial Ltda	Jataí	abr/98
Metalcom Produtos Metalicos	Jataí	mai/95
Coop M Agrop Vale Araguaia	Mineiros	jan/94
Brasilatas Goiás	Rio Verde	out/92
Cereal Com E Exportação	Rio Verde	fev/95
Cooperativa Comigo	Rio Verde	jan/94
Ensapack Embalagens Ltda	Rio Verde	dez/99
Frigorífico Margem	Rio Verde	jun/94
Goiapar Ind. Com Engenharia	Rio Verde	dez/94
Kovalski Alimentos	Rio Verde	jun/92
Orsa Celuloses E Papel	Rio Verde	ago/01
Perdigão Agroindustrial	Rio Verde	ago/03
Rinco Ind. Com. P. Alim E Bebidas	Rio Verde	dez/94
Rita De Kássia Tonin Iplinks	Rio Verde	jun/03
Triel Ht Ind. Equipamentos Ltda	Rio Verde	dez/03
Videoplast Centro Oeste Ltda	Rio Verde	nov/01

Fonte: Chaves, 2009

Anexo H – Políticas Públicas na Microrregião Sudoeste de Goiás

Município	PAA - CONAB - Valor Total Proposta	PNAE - Aquisições (R\$) Previstas da Agricultura Familiar em 2012	Crédito Fundiário Valores	PRONAF - Valores (R\$) (2013-2014)
Aparecida do Rio Doce	0,00	12.344,77	0,00	189.940,40
Aporé	0,00	0,00	0,00	478.236,09
Caiapônia	396.476,91	0,00	3.999.831,68	3.942.929,46
Castelândia	0,00	0,00	0,00	51.197,14
Chapadão do Céu	0,00	0,00	0,00	1.201.531,56
Doverlândia	129.990,50	0,00	0,00	2.288.171,52
Jataí	1.033.283,80	102.674,09	2.488.228,07	5.600.817,67
Maurilândia	0,00	0,00	0,00	565.343,80
Mineiros	0,00	0,00	988.000,00	3.511.742,71
Montividiu	32.500,00	0,00	0,00	2.397.826,21
Palestina de Goiás	6.499,80	0,00	0,00	1.431.514,17
Perolândia	0,00	0,00	0,00	670.364,32
Portelândia	0,00	0,00	114.552,66	671.534,48
Rio Verde	662.915,00	483.994,85	0,00	13.972.171,90
Santa Helena de Goiás	32.483,30	95.442,28	0,00	1.248.594,74
Santa Rita do Araguaia	0,00	0,00	510.706,80	161.530,43
Santo Antônio da Barra	0,00	13.574,57	0,00	455.000,93
Serranópolis	0,00	30.830,70	33.654,35	2.137.958,38
Total	2.294.149,31	738.861,26	8.134.973,56	40.976.405,91

Fonte: PBSM/MDA (mar/2015); PBSM/MDA (fev/2015); PAA Data/SAGI/MDS (set/2014); FNDE (dez/2012).

Anexo I – Dados da Agricultura Familiar na Microrregião Sudoeste de Goiás

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	Pessoal ocupado na agricultura familiar	DAP - Pessoa Física
Aparecida do Rio Doce	56	123	10
Aporé	53	106	27
Caiapônia	679	1.705	648
Castelândia	63	137	10
Chapadão do Céu	41	75	38
Doverlândia	597	1.420	421
Jataí	676	1.620	796
Maurilândia	79	103	30
Mineiros	524	1.081	286
Montividiu	104	253	158
Palestina de Goiás	292	747	129
Perolândia	143	519	118
Portelândia	93	234	50
Rio Verde	1.312	3.433	1.418
Santa Helena de Goiás	303	634	185
Santa Rita do Araguaia	147	326	93
Santo Antônio da Barra	50	141	15
Serranópolis	170	354	78
Total	5382	13011	4510

Fonte: SAF/MDA (jan/2015); IBGE. Censo Agropecuário (2006).

Anexo J – Dados da reforma agrária do Sudoeste de Goiás

Município	Nº de Famílias Assentadas – Reforma Agrária	Número de Projetos - Reforma Agrária	Área Reformada - Reforma Agrária (em hectares)
Aparecida do Rio Doce	0	0	0.00
Aporé	0	0	0.00
Caiapônia	566	12	31.310
Castelândia	0	0	0.00
Chapadão do Céu	40	1	1.477
Doverlândia	520	16	24.873
Jataí	438	7	13.906
Maurilândia	0	0	0.00
Mineiros	68	4	6.310
Montividiu	0	0	0.00
Palestina de Goiás	20	1	1.351
Perolândia	105	2	4.014
Portelândia	0	0	0.00
Rio Verde	376	9	16.339
Santa Helena de Goiás	55	3	1.366
Santa Rita do Araguaia	29	2	1.401
Santo Antônio da Barra	0	0	0.00
Serranópolis	0	0	0.00
Total	2217	57	102.347

Fonte: DEA/INCRA
(jan/2015).

Anexo K – Projetos de Assentamentos na Microrregião Sudoeste de Goiás

Município	Assentamento	Número de Famílias Assentadas	
Chapadão do Céu	Pratinha	40	
	Cachoeira Bonita	64	
Caiaponia	Morrinhos	20	
	Lagoa da Serra	104	
	Conquista	34	
	Nossa Senhora da Abadia	33	
	Vale da Boa Vista	44	
	Dom Carmelo Scampa	38	
	Eldorado dos Carajás	29	
	Padre Ilgo	118	
	Keno	53	
	Querência	18	
	Morrinhos II	9	
	Doverlândia	Café Abelha	31
		Recanto Sonhado	17
Boa Vista II		5	
Flamboyant		19	
Três Marias		43	
Monte Sinai		30	
Talismã		7	
Araúna		8	
Lebre		103	
Macaúba		25	
Nossa Senhora Aparecida		32	
Aleluia		5	
Azes do Araguaia		105	
Primavera		50	
Nova Esperança		33	
Santa Madalena	4		
Jataí	Terra e Liberdade	97	
	Romulos Souza Pereira	61	
	Nossa Senhora de Guadalupe	58	
	Campo Belo	11	
	Santa Rita	23	
	Rio Paraíso	173	
	Rio Claro	17	
Mineiros	Serra das Araras	24	
	Formiguinha	17	
	Pouso Alegre	11	
	Babilônia	17	
Perolândia	Lagoa do Bonfim	63	
	Três Pontes	43	
Rio Verde	Aianópolis	36	
	Pontal do Buriti	102	
	Água Bonita	21	
	Ponte de Pedra	113	

	Rio Verdinho	27
	Vale do Cedro	23
	Vale do Sonho/Rio Preto	25
	Rio Doce	14
	Fortaleza II	16
Santa Helena	Hidrocilda	20
	Bauzinho	18
	São Gabriel	17
Santa Rita do Araguaia	Chico Moleque	9
	Dois Saltos	19
Total		2196